



Luiza Angélica Paschoeto Guimarães

A Educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Ana Waleska Pollo Mendonça
Co-Orientador: Fabiano de Lemos Britto

Rio de Janeiro
Abril de 2014



Luiza Angélica Paschoeto Guimarães

A Educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª. Ana Waleska Pollo Campos Mendonça

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Fabiano de Lemos Britto

Co-orientador

UERJ

Prof. Marcelo Gustavo Andrade de Souza

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profª. Maria Aparecida Ciavatta Pantoja Franco

UFF

Prof. Ralph Ings Bannell

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profª. Nailda Marinho da Costa Bonato

UNIRIO

Profª. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Luiza Angélica Paschoeto Guimarães

Graduou-se em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Volta Redonda, atualmente Centro Universitário Geraldo Di Biase (1990). Possui mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (2008) e doutorado em Ciências Humanas – Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014). É docente e coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Geraldo Di Biase, com sede em Volta Redonda. Atua na área de pesquisa em História da Educação, com preferência pelo Movimento Operário e a atuação dos anarquistas no Brasil, assim como pelas temáticas “Trabalho e Educação” e “Políticas Públicas de Educação”.

Ficha Catalográfica

Guimarães, Luiza Angélica Paschoeto

A educação do trabalhador no movimento operário da Primeira República no Rio de Janeiro: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon / Luiza Angélica Paschoeto Guimarães ; orientadora: Ana Waleska Pollo Campos Mendonça ; co-orientador: Fabiano de Lemos Britto. – 2014.

245 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2014.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Proudhon, Pierre-Joseph. 3. Movimento operário no Rio de Janeiro. 4. Educação libertária. 5. Educação do trabalhador. 6. República Velha. I. Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. II. Britto, Fabiano de Lemos. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. IV. Título.

CDD: 370

Para meus amados Cecília, Ney, Ludmila e Ascanio
pelo apoio, confiança e paciência

Agradecimentos

À minha Orientadora Professora Ana Waleska Pollo Campos Mendonça pela orientação, apoio e confiança, fundamentais para todas as etapas deste trabalho.

Ao meu Co-orientador Professor Fabiano de Lemos Britto pela colaboração na orientação, e, principalmente, na construção do objeto da tese; assim como pelo estímulo, apoio e partilha de conhecimentos.

Aos membros que participaram da Banca Examinadora juntamente com meus Orientadores: Professor Marcelo Gustavo Andrade de Souza, Professora Maria Aparecida Ciavatta Pantoja Franco, Professor Ralf Ings Bannell e Professora Nailda Marinho da Costa Bonato, pelas contribuições e observações sobre a tese.

Ao Professor Alexandre Ribeiro Samis por sua disponibilidade e contribuições na elaboração deste trabalho.

À PUC-Rio por ter aberto suas portas para que eu pudesse concluir essa jornada em minha vida acadêmica e pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À CAPES/PROEX pelos auxílios concedidos, para a realização deste trabalho.

Ao Sr. Plínio Augusto Coêlho da Editora Imaginário, por sua gentileza em colaborar na busca das fontes que me levaram a conclusão da tese.

Aos colaboradores da Biblioteca Social Fábio Luz pela cooperação, dedicação e gentileza durante minhas visitas.

Ao CEDEM/UNESP, especialmente, ao Pedro Mayer Bortoto, pelo empenho na cessão do acervo do ASMOB.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que me receberam e contribuíram com minhas buscas pelas fontes.

Às alunas do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Geraldo Di Biase, que generosamente contribuíram com as leituras prévias dos jornais operários.

Às amigas Elisa Alcantara, Elizabeth Nair e Conceição Panizzi, pelo apoio e colaboração no decorrer dessa jornada.

Ao amigo Alexandre Batista, pelas conversas estimulantes que me ajudaram na composição do objeto da pesquisa.

Ao amigo Henrique Nuno pela cooperação na revisão e correção do texto.

Aos amigos Luiz Felipe, Abigail Vidal e Diana dos Santos que nas horas difíceis tiveram a paciência para ouvir e colaborar comigo na consecução deste trabalho.

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de Educação da PUC que colaboraram comigo durante todo o Doutorado, especialmente a Secretária Nancy.

Aos Professores do Programa de Doutorado, pelos ensinamentos, carinho e amizade para comigo.

A minha família: Ney, meu esposo; Cecília, minha mãe; Elizabeth, Elizeth e Elayne, minhas irmãs; Ludmila e Ascanio, meus filhos; pelo carinho, paciência e confiança incondicionais, pelo que significam na minha vida e pela compreensão decorrente de minha ausência.

A todos os amigos e amigas do Centro Universitário Geraldo Di Biase, que foram presenças próximas, dispostos/as a colaborar, entender, acompanhar e sempre me incentivar.

Resumo

Guimarães, Luiza Angélica Paschoeto. Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. Britto, Fabiano de Lemos. **A Educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro:** apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. Rio de Janeiro, 2014. 245p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese analisa a educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro, propondo-se a explicitar a concepção de educação do trabalhador que se consolidou no contexto da classe operária brasileira sob a influência das ideias socialistas e anarquistas, ressaltando o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon. A pesquisa buscou também compreender o modo como se deu a penetração do pensamento educacional libertário no Movimento Operário. Igualmente, pretendeu analisar e descrever as condições históricas concretas – políticas, econômicas e institucionais – em que o pensamento educacional idealizado pela classe operária se constituiu, particularmente após o advento da República (1889) até o início da década de 1920, época próxima à Revolução Russa iniciada em 1917, tendo em vista as transformações políticas dela resultantes para a classe trabalhadora nacional. Para tanto, utilizou como fontes documentais os jornais e revistas publicados a partir da segunda metade do século XX até a década de 1920, principalmente aqueles publicados no Município do Rio de Janeiro. Os procedimentos metodológicos adotados são os da pesquisa historiográfica, no que se refere ao tratamento das fontes e à interpretação dos dados obtidos. Verificou-se que a educação em Proudhon pretende que o indivíduo alcance a autonomia intelectual, moral e profissional, atuando na sociedade em busca de sua liberdade e da liberdade dos outros. O caráter libertário das ideias desse pensador permite-lhe pensar a escola como o espaço necessário à formação e à realização intelectual, profissional e social dos jovens em um sentido integral, tendo em vista que a educação tem no trabalho um instrumento organizador e emancipador das personalidades individuais, o que favorece sua atuação no contexto da coletividade.

Palavras-chaves

Pierre-Joseph Proudhon. Movimento Operário no Rio de Janeiro. Educação Libertária. Educação do Trabalhador. República Velha.

Résumé

Guimarães, Luiza Angélica Paschoeto. Mendonça, Ana Waleska Pollo Campos. Britto, Fabiano de Lemos. (Advisor) **L'éducation du travailleur dans le Mouvement ouvrier de Première République à Rio de Janeiro : appropriations et traductions de la pensée de Pierre-Joseph Proudhon.** Rio de Janeiro, 2014. 245p. Thèse – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

La thèse analyse l'éducation du travailleur dans le Mouvement Ouvrier de la Première République au Rio de Janeiro avec l'objectif principal d'explicitier la conception de l'éducation du travailleur qui s'est consolidée à l'intérieur de la classe ouvrière brésilienne sous l'influence des idées socialistes et anarchiques, mettant en évidence la pensée de Pierre-Joseph Proudhon. La recherche a cherché aussi à comprendre la manière dont la pensée éducative libertaire a pénétré dans le Mouvement ouvrier. Également, on a cherché d'analyser et décrire les conditions historiques concrètes - politiques, économiques et institutionnelles – dans lesquelles s'est constituée la pensée scolaire idéalisée par la classe ouvrière, particulièrement après l'avènement de la République (1889) jusqu'au début de la décennie de 1920, proche à l'époque de la Révolution Russe éclodée en 1917, en vue des transformations politiques (...) résultantes pour la classe ouvrière nationale. On a utilisé comme sources documentaires les journaux et les revues publiés depuis la seconde moitié du XX^{ème} siècle jusqu'à la décennie de 1920, principalement ceux qui ont été publiés dans la Ville de Rio de Janeiro. Les procédures méthodologiques adoptées sont ceux de la recherche historiographique, en ce qui concerne le traitement des sources et (...) l'interprétation des données obtenues. On a constaté que l'éducation dans la pensée de Proudhon veut construire l'autonomie intellectuelle, morale et professionnelle des individus, en agissant dans la société pour sa liberté et de la liberté des autres. Le caractère libertaire des idées de ce penseur lui permet de penser l'école comme l'espace nécessaire à la formation et à la réalisation intellectuelle, professionnelle et sociale des jeunes dans un sens intégral, en considérant l'éducation comme un instrument organisateur et émancipateur des personnalités individuelles, ce qui favorise sa performance à l'intérieur de la communauté.

Mot-clés

Pierre-Joseph Proudhon. Mouvement ouvrier à Rio de Janeiro. L'éducation libertaire. L'éducation du travailleur. Vieille République.

Sumário

1. Introdução	14
1.1. O Objeto, a hipótese e os Objetivos	14
1.2. Referencial Teórico	20
1.3. Aspectos Metodológicos	22
2. Esboço Biográfico	27
2.1. A infância e a mocidade de Proudhon	27
2.2. A fase adulta	34
2.2.1. Proudhon na Revolução de 1848 e na Assembleia Nacional da França	34
2.2.2. As relações de Proudhon com Luís-Napoleão, a prisão de <i>Sainte-Pélagie</i> e o casamento com Euphrasie Piégard	48
2.3. A maturidade e os últimos anos de Proudhon	53
3. A formação da classe operária	59
3.1. A classe trabalhadora na França do século XIX e sua herança revolucionária	64
3.2. A classe operária brasileira	84
3.2.1. As condições de vida e de trabalho da classe operária brasileira	89
3.3. O Movimento Operário no Rio de Janeiro	93
3.3.1. A organização operária no Rio de Janeiro	100
4. As tendências socialistas e anarquistas no Movimento Operário	104
4.1. O socialismo: a origem e as suas principais tendências	104
4.2. A inserção do socialismo e do anarquismo no Movimento Operário	114
4.3. O anarquismo: doutrinas e práticas no Movimento Operário do Rio de Janeiro	124
4.3.1. O anarquismo individualista e o anarquismo cristão	128

4.3.2. Proudhon e a escola mutualista do anarquismo	130
4.3.3. O anarquismo socialista	139
4.3.3.1. A corrente anarquista coletivista	140
4.3.3.2. A corrente anarquista comunista	143
4.3.4. O Sindicalismo Revolucionário e o Anarcossindicalismo	146
5. A educação na concepção dos anarquistas	154
5.1. A educação como ação direta	154
5.1.1. Primeira Fase: o pensamento educacional de Proudhon e Bakunin	155
5.1.1.1. O ideário de Proudhon: uma educação autogestionária e integral	155
5.1.1.1.1. Posicionamentos de Proudhon sobre o Trabalho	163
5.1.1.1.2. A relação entre trabalho e educação em Proudhon	167
5.1.1.2. A continuidade do pensamento de Proudhon nos trabalhos de Bakunin	170
5.1.2. Segunda fase: As experiências de educação integral no movimento sindical e libertário	173
5.1.2.1. A influência de Paul Robin e Francisco Ferrer y Guardia na educação libertária	173
5.1.2.2. Fernand Pelloutier e as “escolas do sindicato”	178
5.1.2.2.1. A pedagogia da ação direta e os métodos nas escolas do sindicato	182
5.2. A Educação do trabalhador oferecida pelo Estado Brasileiro	187
5.3. A educação do trabalhador almejada pelo operário e as iniciativas no Rio de Janeiro	203
6. Considerações Finais	214
7. Referências Bibliográficas	220
8. Anexos	232

Metade da minha vida passou,
Avança o ponteiro; a sua alma estremece,
Há muito tempo ela vagueia,
Procura e não encontra;... e hesita agora?
Metade da sua vida passou:
Foi dor e erro até agora!
Que procura ainda? *Por qual motivo?*
É isso que procuro... a razão da minha busca!

Nietzsche

1

Introdução

O trabalho, como princípio de utilidade e energia produtora é a primeira fonte de riqueza. Cabe asseverar que quanto mais trabalha a sociedade, tanto mais se enriquece; e reciprocamente, quanto mais diminui o trabalho, tanto mais decresce a produção, e com esta a riqueza. Contudo, o trabalho implica certa fadiga.

Pierre-Joseph Proudhon

1.1

O Objeto, a hipótese e os Objetivos

Pierre-Joseph Proudhon, filho de trabalhadores, foi também um trabalhador a vida inteira. Lutou contra todo tipo de opressão e elaborou uma “utopia” capaz de movimentar a França, contribuindo para abalar as estruturas paradigmáticas da sociedade europeia a partir da segunda metade do século XIX, ao lado de outros filósofos e militantes socialistas e anarquistas.

Considerado por seus biógrafos como um filósofo, sociólogo e doutrinário político, Proudhon foi chamado de “Pai do Anarquismo Moderno”, por ter sido o primeiro a fundamentar as ideias desse pensamento político-ideológico. Suas obras discutem temáticas relacionadas ao Direito, à Economia, à História, à Educação, à Sociologia e a tantos outros assuntos de interesse da Filosofia e da Política, contribuindo igualmente para as discussões sobre o Federalismo e o sindicalismo revolucionário, sobretudo, no que se refere à elaboração do princípio da autogestão.

Foi contrário ao sufrágio universal e avesso a qualquer tipo de governo opressor. Era favorável ao autogoverno, isto é, que os homens e mulheres livres pudessem estar associados pela própria vontade e organizados em pequenas comunidades mutualistas, formando federações e confederações nas quais os associados tomassem suas decisões sem representação política individual. Seu federalismo foi uma espécie de socialismo pluralista, pois concebia a sociedade composta e organizada por vários grupos ou centros nos quais o poder era compartilhado com todos, em total solidariedade entre os sujeitos e os grupos constituídos.

Proudhon era também voluntarista, ou seja, ele acreditava que a intervenção política na sociedade deveria ser obra dos indivíduos a partir de suas próprias e livres escolhas, tendo em vista as suas vontades. As várias vontades estariam unificadas em uma coletividade, na medida em que os indivíduos se reunissem solidária e racionalmente, movimentando as ações individuais, agregando oportunidades, e gerando comportamentos coletivos ou um conjunto de atos comuns visando ao bem da sociedade. Seu pensamento voluntarista fazia com que ele pensasse que a realidade social depende apenas da vontade dos homens, e não porque há uma luta objetiva travada no interior das sociedades, em busca do poder político. De acordo com Bravo (1998, p. 27), as vontades individuais, quando unificadas, “se comportam espontaneamente de um modo social e revolucionariamente antiautoritário”.

Proudhon foi o primeiro intelectual a se autointitular anarquista, que teceu críticas à política e à sociedade capitalista de seu tempo e preconizou a construção de uma sociedade sobre as bases da justiça, entendida por ele como “a sociabilidade concebida sob a razão da igualdade” (PROUDHON, 1988, p. 205) e da liberdade. É possível que tenha sido o primeiro trabalhador a arriscar-se como formulador de teorias políticas e sociais.

Seu livro *Qu'est-ce que la propriété?* condena toda a forma de controle, pelo Estado, seja social ou econômico, e defende que a “propriedade é o roubo”, argumentando que dela provém todas as formas de aprisionamento do homem, tais como a escravidão, a desigualdade de direitos, a injustiça, a dor e a miséria da sociedade.

Se eu tivesse que responder a seguinte pergunta: “O que é a escravidão?” e respondesse numa palavra: “É o assassinato”, meu pensamento seria imediatamente compreendido. Não teria necessidade de um discurso muito longo para mostrar que o poder de espoliar o homem do pensamento, da vontade, da personalidade, é um poder de vida e morte, e que escravizar um homem é assassiná-lo. Por que, então, a esta outra pergunta: “O que é a propriedade?” Não posso responder da mesma forma: “É o roubo”, sem ter a certeza de que não serei compreendido, embora essa segunda proposição não seja mais que a primeira transformada? (grifos do autor). (PROUDHON, 1988, p. 15)

Em sua obra, busca discutir os sentidos atribuídos aos termos “justiça”, “equidade” e “liberdade”, palavras de sentidos “tão comuns e tão sagradas [...] que, sobre cada uma dessas coisas, nossas ideias eram profundamente obscuras”. Para Proudhon, a ignorância sobre o significado dessas três palavras resulta na

pobreza e na calamidade, que se abateram sobre a espécie humana e a devoraram (PROUDHON, 1988, p. 18).

Seus textos são polêmicos, e suas ideias muitas vezes foram combatidas por conservadores e clericais, mas também por alguns socialistas que não foram capazes ou não quiseram compreender a sua Dialética Serial¹. Além disso, Proudhon fez críticas aos socialistas, seus contemporâneos, porque ignoravam “o lado científico e concreto da realidade, dado pelas antinomias da economia” (MOREL, 2003, p. 11). Após sua morte, seu pensamento ainda permeou por algum tempo nos congressos operários e nas organizações sindicalistas. Aos poucos, sua figura foi sendo esquecida, mas suas ideias ganharam mundo, com outras roupagens, outras configurações, por intermédio de seus seguidores diretos e indiretos, como Bakunin, Kropotkin, Paul Robin e Fernand Pelloutier.

Nos últimos anos, vêm sendo realizados diversos estudos de suas ideias nos campos político, econômico e do Direito, em diferentes espaços acadêmicos. Entretanto, no campo educacional, as pesquisas estão caminhando a passos lentos.

A necessidade de contribuir para as discussões pedagógicas acerca das ideias desse pensador, assim como as leituras realizadas dos livros de Proudhon, *O que é a propriedade?* e *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria* instigaram a realização deste trabalho.

Em virtude do exposto, esta tese pretende analisar o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon sobre educação e sua influência na constituição do ensino no contexto do Movimento Operário, em particular no Rio de Janeiro, sob a influência das ideias socialistas e anarquistas, por meio dos jornais publicados, à época.

O estudo mostra-se relevante na medida em que busca compreender o modo como o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon circulou entre os trabalhadores,

¹A dialética de Proudhon, inspirada em parte por Fourier e Kant, em parte por Hegel, não se organiza na “dialética triádica” de Hegel, que possui a *tese*, a *antítese* e a *síntese*, mas sim uma “dialética serial, na qual a síntese não ocorre nunca; as contradições ao se desenvolverem demonstram apenas a parcialidade e a precariedade dos conceitos, ou seja, a limitação com que estes apreendem a realidade”. Para ele, solução da antinomia não está nem no meio-termo ou na conciliação, nem em “síntese arbitrária constituída a partir da antítese”, pois está em “uma fusão dos conceitos antinômicos, em um conceito superior, mais amplo e mais forte que simultaneamente englobe e dissolva a antinomia observada neste conceito de ordem superior, e tal conceito, por sua vez gerará outra antinomia, que deverá ser novamente superada, e assim por diante”. Para Proudhon, esse movimento é “*empírico e não apriorístico*”, e somente pode ser descoberto pela razão em confronto com a realidade”. (MOREL, 2003, p. 11)

bem como foi traduzido em termos pedagógicos no interior do Movimento Operário consolidado com o advento da República (1889).

A hipótese orientadora do trabalho é a seguinte:

A educação do trabalhador idealizada no Brasil a partir do início da República recebeu influência das concepções socialistas e anarquistas, e as ideias de Proudhon contribuíram para a constituição do pensamento educacional formulado pela classe operária nascente. Acreditando-se, inclusive, que no Movimento Operário do Rio de Janeiro circulou os princípios autogestionários e de educação integral presentes no ideário proudhoniano.

Proudhon defende que o indivíduo racional apresenta melhores condições para perceber os processos opressivos da sociedade capitalista. Essa racionalidade somente é possível com uma educação sólida, portanto a educação a ser oferecida ao trabalhador deve conter essa substância, isto é, ao mesmo tempo em que oferece o conhecimento de um ofício, subsidia o trabalhador com os conhecimentos racionais (científicos) necessários ao combate à opressão. O estudo procura demonstrar que o ideal de Proudhon esteve presente nos textos publicados em periódicos do início da República brasileira, em especial no Rio de Janeiro, já que esta era a principal estratégia adotada pelos partidários do Anarquismo para “instruir” a classe trabalhadora.

Trata-se, portanto, de um estudo que analisa o desenvolvimento de um tecido complexo, ao mesmo tempo institucional e conceitual, que sustentou a emergência de um modelo educacional e profissionalizante durante um período, em um ambiente cultural específicos, e que se dedica a avaliar sua consolidação em duas etapas distintas: na primeira, identificando e discutindo as ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) relativas ao conceito de educação presentes nas produções intelectuais desse pensador, procurando situá-las no contexto anarquista; e, na segunda, descrever sua intrincada expressão no Movimento Operário da Primeira República brasileira, por meio de periódicos anarquistas publicados durante o período estudado (1889-1920), no Rio de Janeiro.

A educação em Proudhon pretende que o indivíduo aprenda a produzir-se como sujeito autônomo (autogestionário), tomando por base que o desenvolvimento do conhecimento traz igualmente o conhecimento de si, de sua liberdade e da liberdade dos outros. O caráter libertário de suas ideias propõe-se a oferecer o espaço necessário à realização pessoal, profissional e social dos

indivíduos. A educação tem no trabalho um instrumento organizador e emancipador das personalidades individuais e da coletividade que se constitui como sociedade. O conhecimento deve ser compartilhado com todos os sujeitos sociais. Ele pertence à humanidade, por isso deve estar disponível a todos, no intuito de produzir sujeitos capazes de exercer tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual. No entender de Proudhon, a instrução deve oferecer integralmente ao jovem os conhecimentos literários, científicos, artísticos e profissionais.

A pesquisa buscou estabelecer a concepção pedagógica preconizada por Proudhon, e verificar a influência de seu pensamento no Movimento Operário nos primeiros anos da República (1889-1920).

A precipuidade do estudo que ora se realiza, está na necessidade de um aprofundamento a respeito do pensamento educacional proudhoniano vinculado ao ensino profissional, vivenciado durante o Movimento Operário do Rio de Janeiro, na Primeira República, uma vez que, em estudos sobre a História da Educação no Brasil, são escassos os trabalhos que abordam a temática atribuindo destaque ao pensamento de Proudhon.

O estudo pretende, igualmente, analisar e descrever as condições históricas concretas – políticas, econômicas e institucionais – em que o pensamento educacional idealizado pela classe operária se constituiu, particularmente após o fim da escravidão (1888) e com o advento da República (1889) até o início da década de 1920, época próxima à Revolução Russa iniciada em 1917 e à fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

O recorte histórico justifica-se, uma vez que o período assinalado demarca uma época em que os trabalhadores do campo, do comércio e da indústria nascente no país se organizaram e se consolidaram como classe trabalhadora. Além disso, durante os anos entre 1917 e 1922, em meio às agitações violentas que assolaram o mundo, no Brasil, a classe trabalhadora revelava-se organizada para realizar greves gerais e insurreições contra o patronato industrial e capitalista, que também se mostrava crescente e ambicioso na conjuntura brasileira, à época.

A classe operária brasileira que se organizou após o fim da escravidão em 1888, com uma forte presença de imigrantes europeus, constituiu-se aos poucos como um movimento político de luta por melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, o movimento não era uniforme; ao contrário, formou-se de

diferentes frentes ideológicas, entre elas o Socialismo e o Anarquismo, concepções que, em seu interior, também abarcavam diferentes vertentes, tornando-as heterogêneas e, em determinados momentos, conflitantes. A influência anarquista no Movimento Operário do Rio de Janeiro mostra-se calcado em uma diversidade de concepções que incluem Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Malatesta e outros revolucionários. Faz-se necessário, portanto, analisar e interpretar as fontes disponíveis para então destacar, qualitativamente, a influência de Proudhon nessa conjuntura.

Ressalte-se que o objeto analisado não será a disputa entre socialistas e anarquistas, tampouco caberá aqui desvelar os diferentes interesses de cada grupo organizado no interior dessas concepções. O objeto dessa pesquisa é explicitar a concepção de educação que os anarquistas pretenderam difundir à classe operária que se configurou nos primeiros anos da República, à luz dos ideais de Pierre-Joseph Proudhon, por meio dos periódicos proletários, avaliando até que ponto essas ideias passaram por uma espécie de filtro histórico, incidindo de forma indireta e adaptada aos matizes locais sobre as práticas pedagógicas das escolas. Entretanto, as diferentes concepções nascidas no interior do movimento anarquista serão explicitadas, principalmente quando se tratar da contextualização histórica do movimento operário e nos modos com que eles concebem a sociedade e a educação.

Além do exposto, o estudo tem por objetivo principal:

Descrever os ideais de educação de Pierre-Joseph Proudhon, assim como a relação estabelecida por ele entre educação e trabalho, necessária à compreensão da formação intelectual e profissional da classe operária e imperiosa à sua emancipação.

Pretende-se com isso, conferir ao teórico o lugar que lhe cabe no contexto da História da Educação brasileira não com intenções apologéticas, mas porque se espera reconstituir parte do ideal que movimentou os trabalhadores do período estudado, à luz de suas ideias. Para tanto, espera-se também com este estudo alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. Estabelecer o conceito de classe trabalhadora e de classe operária, contextualizando, historicamente, o modo como essas classes se organizaram no século XIX, na França, e, posteriormente, no Brasil;

2. Situar Proudhon no contexto de sua época, verificando a influência de suas ideias na vida política e no Movimento Operário francês;
3. Compreender o modo como se deu a penetração das ideias de educação anarquista no Movimento Operário nacional, situando o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon nesse ideário;
4. Identificar o pensamento de Pierre-Joseph Proudhon veiculado pelos periódicos anarquistas da Primeira República, verificando se na concepção de educação que integra os artigos publicados, o seu pensamento está presente.

1.2. Referencial Teórico

Entre os estudiosos que serviram de aporte teórico para a pesquisa, destacam-se Georges Gurvitch e J. Hampden Jackson, com seus estudos biográficos sobre Proudhon; Flávio Luizzetto, que tratou das tendências anarquistas; Eric Hobsbawm e Edgar Carone, que contribuíram para a contextualização histórica; e Francesco Codello, que com muita propriedade interpretou a concepção de educação em Proudhon.

Os trabalhos de Gurvitch retratam o pensamento de Proudhon a respeito de sua visão política e social, trazendo as polêmicas que envolveram as relações entre Proudhon e Marx, na ocasião da publicação do livro *Filosofia da Miséria* do primeiro, e da *Miséria da Filosofia* do segundo, o que causou a ruptura definitiva entre os dois teóricos. Um de seus principais objetivos é confrontar o pensamento de Proudhon e de Marx como sociólogos e a influência que ambos tiveram na formação do pensamento socialista contemporâneo, assim como a ascendência que esses dois socialistas, embora divergentes, tiveram na constituição da classe operária, principalmente na França.

Jackson, por sua vez, busca reconstituir a vida e a obra de Proudhon, desde sua infância até seus últimos dias. No entanto, procura através da biografia do filósofo de Besançon, retratar um período histórico significativo para o contexto europeu e francês. Traz, nesse contexto, aspectos relativos à juventude de Proudhon, suas vitórias e seus fracassos, sua divergência com Marx e sua participação na Revolução de Fevereiro, na França de 1848. Além disso, ultrapassa o período da morte de Proudhon (1865), destacando a participação de

proudhonistas nas questões nacionalistas e nas conferências da Internacional (AIT) da década de 1860. Além disso, destaca Bakunin como um fervoroso proudhonista e responsável pela evolução do pensamento de Proudhon.

Edgar Carone faz um estudo da República Velha brasileira, retratando as lutas entre os grupos e as lideranças hegemônicas – ex-monarquistas, republicanos e militares – destacando o caráter coronelístico baseado em interesses locais e na atuação desses grupos, que na maioria dos casos, estavam desprovidos de concepções ideológicas ou partidárias, pois visavam tão somente à manutenção do poder sobre a nação. Nos trabalhos de Carone utilizados nesta pesquisa, o autor destaca a ação dos operários brasileiros, e a complexidade ideológica que os envolve. Trata das diferentes ideologias que embasam as organizações sindicais e partidárias, cuja origem está na imigração, principalmente dos estrangeiros que vieram trabalhar como assalariados rurais e urbanos, trazendo da Europa as suas bandeiras de luta, de pensamento e de organização.

As contribuições de Eric Hobsbawm serviram como base para a reconstituição histórica da formação da classe operária em nível europeu e francês. *A Era das Revoluções*, *a Era do Capital* e *o Mundo do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária* foram as principais obras visitadas. O trabalho de Hobsbawm permitiu que se compreendesse o contexto histórico no qual Proudhon viveu e participou da vida pública. Hobsbawm destaca em seus livros, os principais acontecimentos relacionados ao social, ao político e ao econômico dos países, ressaltando os reflexos desses acontecimentos no mundo da atualidade.

Luizzetto discute as *Utopias Anarquistas*, nome dado ao livro pelo pesquisador, que assinala as diversas concepções do anarquismo, inclusive discutindo questões educacionais e as ideias que permearam a educação brasileira no início do século XX.

O trabalho de Francesco Codello apresenta-se como um estudo historiográfico sobre a educação anarquista e libertária, apresentando uma teoria pedagógica e um movimento educacional que contribuiu para o processo de emancipação da classe trabalhadora. Destaca que a pedagogia libertária emerge de pensadores e educadores que, na maioria das vezes, estão inseridos em um movimento revolucionário e são protagonistas de eventos históricos significativos para a humanidade. O trabalho de Codello apresenta diversos pensadores do movimento ácrata, entre eles Proudhon, que assume, frente aos libertários,

especial relevância, sobretudo porque concebe a formação profissional vinculada à formação intelectual, na construção de um novo modelo de homem, destacando a centralidade do indivíduo e a sua diversidade quanto ao papel fundamental do coletivo no processo educacional mais amplo.

Esse aporte teórico servirá de instrumento de análise para os estudos realizados, assim como trará grandes contribuições, favorecendo o diálogo entre as fontes estudadas, sejam bibliográficas ou da hemeroteca que compõe o conjunto de periódicos utilizados no trabalho que ora se apresenta.

1.3 **Aspectos Metodológicos**

A natureza do objeto da pesquisa e sua abrangência no campo educacional exigiram um tratamento metodológico que articulasse análise bibliográfica e pesquisa documental, na perspectiva qualitativa, e de caráter histórico, por meio de leituras dos jornais de grande circulação, assim como de jornais operários que circularam no Rio de Janeiro no período estudado.

Para Kerlinger (1979, p. 347), a pesquisa histórica investiga os acontecimentos, desenvolvimentos e as experiências do passado, buscando interpretar as evidências, a partir de fontes seguras que garantam a validade da informação. A relevância da pesquisa histórica estaria na ênfase dada às fontes documentais, pois contribuem significativamente para a pesquisa em geral. As fontes documentais se constituem como “o repertório de um dado histórico”, isto é, “o relato de um acontecimento feito por testemunha ocular”, que no caso desta pesquisa refere-se aos jornais publicados à época dos acontecimentos estudados.

Em função do exposto, a coleta e a interpretação dos dados foram realizadas a partir da leitura dos livros que trataram do tema estudado, assim como dos jornais de grande circulação e dos jornais operários a que se teve acesso, por meio dos arquivos públicos nacionais, *in loco* ou por mídia eletrônica, disponibilizada pelos representantes desses arquivos.

A escolha de periódicos publicados no Rio de Janeiro como a principal fonte histórica de coleta dos dados decorre da constatação de que os operários, principalmente os anarquistas cariocas, assim como os do Estado do Rio de

Janeiro, acreditavam ser a imprensa o principal meio de divulgação do conhecimento de suas doutrinas, ideias, valores, princípios e sentimentos. De acordo com Borges (1993, p. 62), “[...] um órgão de imprensa está sempre defendendo posições, querendo formar opiniões, através de uma venda de informações [...]” e é isto que lhe dá o caráter formador e instrutivo no qual acreditavam os anarquistas. Entretanto, essas fontes devem ser analisadas com cuidado e visão atenta, de modo a evitar a elaboração de assertivas ingênuas sobre o objeto estudado.

Segundo Borges, o fato de o jornalista posicionar-se de modo a formar opiniões através da venda de informações, favorece o historiador na medida em que permite “[...] detectar a posição político-ideológica do jornal, ou seja, o que pensam de política e qual a visão da realidade que têm os proletários ou diretores do jornal, ou melhor, o grupo social que eles representam [...]” (BORGES, 1993, p. 64). Não se trata de questionar o compromisso do periódico com a verdade histórica, mas sim, alertar o historiador para a realização de um estudo minucioso, de modo a ter clareza dos objetivos e intenções do jornal que está sendo estudado.

Os periódicos não trazem em si mesmos a “verdade” sobre a educação oferecida à época, no entanto retratam os anseios dos operários, suas concepções, ideias e lutas. Os documentos, que no caso são os jornais, possibilitam o acesso aos acontecimentos do passado porque são vestígios que permitem a sua interpretação, favorecendo a explicação dos acontecimentos.

Assim compreendendo, a pesquisa tem como fontes as obras de Pierre-Joseph Proudhon, bem como os periódicos publicados no Rio de Janeiro, seja na capital, seja no interior. Essas fontes foram estudadas, analisadas e interpretadas à luz dos referenciais teóricos que embasam o estudo.

Outros autores foram utilizados de modo a contribuírem na interpretação dos dados levantados, assim como para promoverem o diálogo entre as fontes estudadas. O material bibliográfico utilizado faz parte do acervo particular da pesquisadora, além do que foi encontrado na Biblioteca do Centro Universitário Geraldo Di Biase, em Volta Redonda e no acervo da Biblioteca Social Fabio Luz, no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Foram utilizadas também as obras digitalizadas e disponibilizadas, via Internet, pela *Bibliothèque Nationale de France: Gallica*.

Os periódicos de grande circulação foram encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, que disponibiliza para consulta *on line* grande acervo da imprensa periódica no Brasil, enquanto os jornais do Movimento Operário, socialistas e anarquistas, foram localizados em três locais diferentes: na Biblioteca Nacional, organizados em microfilmes e digitalizados a pedido da pesquisadora; na Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL) que, gentilmente, permitiu a cópia em papel dos exemplares sob sua guarda; e, os jornais digitalizados que compõem a Coleção ASMOB/CEDEM/UNESP, referentes aos periódicos do Movimento Operário, produzidos no período de 1900 até 1950, também cedidos gentilmente, via mídia eletrônica (CD). Desse acervo, foram disponibilizados os jornais do Rio de Janeiro solicitados ao CEDEM.

Durante a busca pelas fontes, foram visitados também o Arquivo Nacional e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; neste último, teve-se acesso ao Projeto de Ensino Profissional apresentado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo vereador Manuel de Araujo Porto Alegre.

Estão sendo utilizados também alguns periódicos digitalizados e disponibilizados livremente em endereços eletrônicos de Grupos Anarquistas da atualidade, que mantêm documentos do período estudado, tais como a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) – Organização Integrante da Coordenação Anarquista Brasileira; Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) – que integram a BSFL; e Coletivo Anarquista Terra Livre, grupo paulista que mantém a Biblioteca Terra Livre.

As leituras realizadas envolveram os seguintes periódicos de grande circulação, entre outros: *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903 a 1914), *Correio Mercantil* (1848-1868), *Correio da Manhã* (1901-1974), *O Paiz* (1884-1934), *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), *A Revista* (1843-1850) e *O Brasil* (1840-1852).

A maioria dos jornais elaborados por instituições de operários e por trabalhadores, de modo geral, circulava com uma pequena tiragem e tinha vida efêmera. Foram examinados os seguintes jornais: *Voz do Povo* (1920), *Voz do Povo* (1890), *Avante* (1904), *Spártacus* (1919- 1920), *O Protesto – periódico comunista livre* (1899), *A Liberdade* (1919), *O Despertar – periódico comunista livre* (1898); *Boletim da Liga Operária da Construção Civil* (1921), *A Guerra Social* (1911), *Na Barricada* (1915-1916) e *A Voz do Trabalhador* (1908-1915).

Os dados coletados nos jornais foram utilizados ao longo do trabalho, na medida em que os capítulos foram sendo escritos, de modo a dar coerência ao pensamento elaborado, com o objetivo de fundamentar o texto produzido, dando sentido coeso ao trabalho.

As obras de Proudhon, publicadas na França e no Brasil, utilizadas no estudo, foram: *O que é a propriedade* (1840), *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria* (1846), *Da capacidade política das classes operárias* (1865), encontrada na coletânea intitulada *Proudhon*, organizada por Resende e Passetti e coordenada por Florestan Fernandes (1986); *Do princípio Federativo* (1863); *Solução do problema Social* (1848), e parte da obra *Ideia Geral da Revolução no Século XIX* (1851), presente na coletânea *Cadernos de Formação*, organizada por Alexandre Samis e Milton Tavares.

Algumas dessas fontes explicitaram com muita clareza não apenas as ações realizadas pelos anarquistas, como também as suas concepções a respeito de Proudhon, do Movimento Operário Brasileiro, do sistema educacional e da educação oferecida, à época, ao trabalhador.

Além do que propõe para as fontes, a pesquisa está organizada em seis capítulos, que dão sequência ao conteúdo pesquisado e que demandaram estratégias específicas de abordagem metodológica.

O presente Capítulo 1 visa introduzir o trabalho explicitando o objeto de estudo, de modo a demonstrar sua relevância para o contexto educacional, além de destacar a hipótese, os objetivos do trabalho e a metodologia utilizada para coleta e interpretação dos dados.

O Capítulo 2 apoia-se em um amplo levantamento bibliográfico, por meio do qual se pretendeu reconstituir a vida de Pierre-Joseph Proudhon: sua participação na história da França e seus embates políticos e intelectuais, tendo como fontes as publicações do próprio teórico e de outros autores de sua época, assim como as de biógrafos atuais. Nesta fase, foram analisados, inclusive, os periódicos de grande circulação no Rio de Janeiro, que explicitaram as ideias e a história de Proudhon, visando demonstrar que o filósofo ficou conhecido no País ao mesmo tempo em que participava da vida pública em sua terra natal.

Em seguida, o Capítulo 3 procura retratar a formação da classe operária internacional e nacional, por meio de uma contextualização histórica, assim como buscou conceituar os termos “classe trabalhadora” e “classe operária”, de modo a

favorecer a compreensão desta tese. Além disso, procurou reconstituir a trajetória da classe operária brasileira, especialmente a do Rio de Janeiro, desde os seus primeiros tempos, antes mesmo da abolição da escravidão, até o início da década de 1920, período em que a pesquisa foi delimitada.

Posteriormente, no Capítulo 4, foram apresentadas as diferentes concepções socialistas e anarquistas e a inserção dessas ideias no movimento operário, enfatizando aquelas vertentes que mais se destacaram no contexto brasileiro. Procurou aprofundar o estudo nas ideias proudhonianas tendo, uma vez que elas se constituem como objeto desta pesquisa.

Logo após, o Capítulo 5 enfatizou a educação do trabalhador, ressaltando as principais políticas e ações para o ensino profissional, realizadas pelo Governo Brasileiro, tanto em nível nacional quanto estadual, assim como a educação pretendida pelos militantes da classe operária, em especial os anarquistas. Além disso, foram apresentadas as principais ideias educacionais que influenciaram o contexto brasileiro no início do século XX (República Velha) assim como apresentou um pequeno levantamento das instituições educacionais encontradas em anúncios de serviços dos jornais operários, além daquelas citadas nos artigos publicados.

Por fim, o Capítulo 6 fez um apanhado geral da pesquisa, buscando situar o que foi observado na análise dos dados, apontando, inclusive, as possibilidades e os desdobramentos de estudos futuros.

O trabalho encerra-se com as referências bibliográficas e os anexos.

2

Esboço Biográfico

Nascido e criado no seio da classe trabalhadora, pertencendo a ela ainda pelo sofrimento e pelas aspirações comuns, minha maior alegria seria, sem dúvida, poder trabalhar sem cessar doravante, através da ciência e filosofia, com toda a energia de minha vontade e as forças de meu espírito, para o aperfeiçoamento moral e intelectual daqueles a quem tenho o prazer de chamar de meus irmãos e companheiros.

Pierre-Joseph Proudhon

2.1

A infância e a mocidade de Proudhon

Pierre-Joseph Proudhon, filósofo, economista e político do século XIX, nasceu em 15 de janeiro de 1809 em *La Mouillère*, no subúrbio da cidade francesa de Besançon, e faleceu em 19 de janeiro de 1865, em Passy, um bairro histórico de Paris, aos 56 anos de idade.

Primogênito de uma família camponesa de cinco filhos, o pai, Sr. Claude Proudhon, era um fabricante de barris para cerveja, e sua mãe, Catherine, era cozinheira. Ambos eram trabalhadores da cervejaria pertencente a M. Renaud, velho amigo da família. Em 1814, a cervejaria foi fechada durante o bloqueio de Besançon, o que levou seu pai a trabalhar por conta própria, no subúrbio de *Battant*, bairro dos vinhateiros.

Ao atingir os doze anos de idade, amigos da família facilitaram a matrícula de Proudhon como externo no Colégio de Besançon. O jovem, estudando obstinadamente, passava seus dias livres na biblioteca da cidade. Aos dezoito anos matriculou-se no Colégio de Gray, no qual permaneceu por 2 anos como *maître d'études*, um tipo de supervisor ou monitor.

Em 1826, a família perdeu seu campo em decorrência de uma hipoteca. Proudhon viu-se obrigado a deixar o Colégio. No ano seguinte, o jovem vai trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Casa Gauthier.

Saído dos estudos, tinha alcançado meus vinte anos. Meu pai tinha perdido seu campo; a hipoteca o tinha devorado. Quem sabe se não dependeu da existência de

uma boa instituição de *credit foncier* para que eu permanecesse por toda a minha vida um camponês e conservador? Fui forçado a uma situação. Tendo me tornado compositor de gráfica, o que querias que eu fizesse entre as horas de trabalho? A jornada de trabalho era de dez horas. Acontecia-me às vezes de ler nesse intervalo, em primeira prova, oito folhas de "in-12" de obras de teologia e de devoção: trabalho excessivo pelo qual eu devo de ter me tornado míope. Envenenado com o ar poluído, de miasmas metálicos, de emanções humanas; o coração desvanecido de uma leitura insípida, não tinha nada mais urgente do que sair da cidade e sacudir essa infecção. Vocês já viram um camponês sair da missa de domingo no momento do sermão? Então, eu estava correndo pelos campos, engolido por essa "farmácia eclesiástica" onde se afundava minha juventude. (PROUDHON apud SPOLL, 1868, p. 13)

A Casa Gauthier, especializada em obras teológicas e de patrística, possibilitou a continuidade dos estudos de Proudhon, mesmo que informalmente, na oficina da tipografia. Ele era o revisor e compositor de publicações teológicas em geral. Com isso, aperfeiçoou seu latim, aprendeu hebraico e estudou o Velho Testamento no original e na tradução em Latim. Adquiriu o gosto pelos estudos de gramática comparada e de teologia, estudando a Bíblia antes de dedicar-se aos estudos da filosofia e da política (JACKSON, 1963).

Suas leituras, feitas nos trabalhos de patrística compostos na oficina de tipografia, entusiasmavam-no tanto quanto os romances que constituem a dieta do adolescente médio. Identificava-se com cada heresia nova como o leitor comum se identifica com os heróis. Arianas, maniqueias, pelagianas, gnósticas, adamitas, conhecia-as todas e a todas amava, até descobrir, para seu desespero, que era um sociniano. Surgiram então novos prazeres, com os trabalhos de Bossuet e Fénelon. Escreveu com orgulho justificado: "Aprendi as leis do raciocínio e do estilo nas mãos dos grandes mestres". (JACKSON, 1963, p. 16)

Proudhon não convivia com os intelectuais de sua época, assim como não conhecia os homens cultos da Academia de Besançon. Porém, mesmo não tendo com quem discutir suas ideias, seu autodidatismo e seu trabalho na tipografia deram-lhe uma formação literária e intelectual ímpar. "Os meus verdadeiros mestres, quero dizer, aqueles que fizeram nascer em mim ideias fecundas, são em número de três: a Bíblia em primeiro lugar, Adam Smith em seguida e finalmente Hegel", declaração feita a seu amigo J.-A. Langlois (apud TRINDADE, 2001, p. 21). Nessa mesma tipografia, conheceu os escritos de Charles Fourier, quando revisou a impressão de *Le nouveau monde industriel et sociétaire*, aproximando-se de suas ideias. No entanto, mais tarde, distanciou-se das concepções desse filósofo (RESENDE e PASSETTI, 1986, p. 9).

Em 1832 foi morar em Paris, na casa de Gustave Fallot. Ao chegar, encontrou o amigo doente de cólera, o que fez Proudhon, por alguns meses,

“servir-lhe de enfermeiro durante toda uma longa e terrível moléstia”. Deixou Fallot convalescendo e partiu insatisfeito, para dar a sua *volta à França*, um hábito da época, no ofício de tipógrafo. “Os dois amigos jamais voltaram a se encontrar, pois Fallot morria pouco depois de completar vinte e nove anos”. Em sua jornada, Proudhon esteve em Neufchatel, Lyon, Marselha, Toulon e Draguignan.

Para viver, tive de deixar minha cidade e meus distritos natais, tive de vestir os trajes de Companheiro da Volta pela França, e ir de tipografia em tipografia, buscando numa algumas linhas para compor, noutras umas poucas provas para rever. Certo dia vendi meus prêmios escolares, única biblioteca que tive. Minha mãe chorou quando soube disso, mas eu ainda guardava as notas manuscritas que copiara desses livros. (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 19)

Esgotado pelo trabalho itinerante, Proudhon retornou a sua cidade natal em 1837, ocasião em que se reuniu com os amigos Lambert e Maurice para, juntos, montarem uma tipografia. Não obstante, a tipografia não se estabeleceu; passou por inúmeras dificuldades e acabou em falência. Lambert se suicidou, e a liquidação da empresa tipográfica não tardou a acontecer. Mas foi nessa gráfica que Proudhon reimprimiu uma obra sobre *Eléments primitifs des langues* (Elementos primitivos das línguas), do padre de Franche-Comté, o abade Bergier. Acrescentou a essa publicação um texto próprio, intitulado de *Essai de grammaire générale* (Ensaio de Gramática Geral), da página 255 a 339. Esse trabalho, que posteriormente apresentou à Academia de Besançon, rendeu-lhe uma pensão trienal no valor de 1.500 Francos, a bolsa Suard. Mas, para utilizá-la, Proudhon precisava completar o *Collège* (SPOLL, 1868, p. 15).

No pedido para a utilização da bolsa, Proudhon endereçou uma carta à Academia, cuja passagem abaixo o Sr. Pérennes, secretário perpétuo, obrigou-o a retirar:

[...] Nascido e criado na classe operaria, lhe pertencendo ainda, hoje e sempre pelo coração, o gênio, os hábitos e, sobretudo, pela comunidade dos interesses e dos votos, a maior alegria do candidato, se ele reunisse os sufrágios de vocês, seria, não duvidem disso, senhores, de ter atraído na sua pessoa a vossa justa solicitude sobre essa interessante porção da sociedade, tão bem enfeitada do nome de *operaria*; de ter sido julgado digno de ser o primeiro representante dela junto de vocês; e de poder daqui em diante trabalhar sem parar, pela filosofia e a ciência, com toda a energia da sua vontade e todas as potências da sua mente, à emancipação completa dos seus irmãos e companheiros. (PROUDHON apud SPOLL, 1868, p. 16)

Ao solicitar à Academia os votos de seus representantes, Proudhon anunciava publicamente a concepção que iria defender por toda a sua vida: a emancipação da classe trabalhadora, seus direitos e seus interesses. Proudhon conquistou a Bolsa Suard e, provido do primeiro quarto de sua pensão, mudou-se para Paris para prosseguir seus estudos.

Em Paris, frequentou os cursos do *Collège de France* e da *École d'Arts et Métiers* (GURVITCH, 1983, p. 10). Segundo Jackson (1963), continuou a participar das reuniões com o Sr. Droz, seu preceptor, mas recusava-se a seguir as orientações e as normas da Academia de Besançon para a realização de seus estudos.

Não tinha senão desprezo pelos luminares da erudição parisiense. Depois de uma única visita às salas de conferências de Victor Cousin, Jouffroy, Damiron e Cardaillac, abandonou-os como bajuladores e palavrosos, julgamento que modificaria anos mais tarde. As conferências de Michelet, Rossi, Lenormand e Saint-Merc-Girardin foram acompanhadas com mais atenção, chegando, porém, à conclusão de que “todos parecem celebrar as bênçãos do regime constitucional e pregar a mais centralizadora forma de centralização”. (JACKSON, 1963, p. 21)

Nessa época, Proudhon já começava a demonstrar sua insatisfação quanto às ideias de seus contemporâneos, discordando das convicções conservadoras que demonstravam, assim como apontava a tendência para qual seu pensamento estava convergindo.

Jackson assinala que as ideias fervilhavam na cabeça de Proudhon sobre todos os assuntos, embora ele não pertencesse a nenhuma “colméia social”. Contudo, “lia com voracidade, e tinha o sentimento claro, embora indefinido, de uma missão, que, no entanto não se enquadrava em nenhuma categoria acadêmica ou profissional. Era um provinciano canhestro e não havia ninguém em Paris com quem pudesse conversar” (JACKSON, 1963, p. 21).

Homem de poucas amizades, Proudhon tornava-se cada vez mais solitário. Os professores e amigos com os quais dialogava sobre suas convicções permaneceram em Besançon ou seguiram suas vidas, como foi o caso de Bergman, que se instalou em Estrasburgo e de Ackermann, que fora para Berlim.

Depois de alguns meses em Paris, Proudhon escreveu um memorando denominado *Recherches sur les catégories grammaticales et sur quelques origines de La langue française* (Pesquisa sobre as categorias gramaticais e sobre algumas origens da língua francesa), endereçado à Academia de Besançon, para o

concurso do prêmio Volney. O texto vinha com a epígrafe “A ordem segue a desordem”, e foi qualificado pela comissão avaliadora como “audaciosa”. Esse memorando, inscrito sob o número 4, recebeu a menção honrosa em maio de 1839. Outro memorando, intitulado *L’Utilité de la célébration du dimanche* (Utilidade da celebração do domingo), também enviado à Academia, rendeu-lhe outra medalha com menção honrosa, que recebeu em 24 de agosto do mesmo ano (SPOLL, 1868, p.17-21).

Em 1840, Proudhon publicou o polêmico e longo folheto *Qu’est-ce que la propriété? Recherches sur le principe du droit et du gouvernement* (O que é a propriedade? – busca sobre o princípio do direito e do governo), também conhecido como *Première Mémoire* (Primeira Memória sobre a propriedade). Nele, o autor responde a essa pergunta com a máxima “A propriedade é o roubo”, assertiva revolucionária que por pouco não lhe custou a Bolsa Suard, em decorrência das ideias ali contidas. Apesar disso, a dedicatória aos membros da Academia de Besançon, que serviu de prefácio à primeira edição, causou a rejeição dos Acadêmicos que a desaprovaram publicamente por conta das “doutrinas antissociais que tal produção encerra” (PROUDHON, 1988, p. 6).

Um segundo panfleto foi publicado em 1841, o *Second Mémoire sur la propriété* (Segunda Memória sobre a propriedade) ou *Cartas a Blanqui*; no ano seguinte, um terceiro, intitulado *Avertissement aux Propriétaires* (Aviso aos proprietários) ou *Cartas a Considerant*. Ambos corroboravam o primeiro. Essas publicações levaram Proudhon aos *Tribunaux du Doubs*, em Besançon, mas ele foi absolvido mediante seus argumentos (GURVITCH, 1983, p. 10). Sua defesa compreendeu uma brochura de dezesseis páginas, de que Spoll destaca uma passagem:

Em toda minha vida, só escrevi uma coisa, e essa coisa, eu vou dizer já de uma vez por todas: *A propriedade é o roubo*. E vocês sabem o que conclui disso? É que para abolir esse tipo de roubo, é preciso universalizá-lo. Eu sou, como vocês podem ver, tão conservador quanto vocês; e quem disser o contrário provará com isso somente que não entende nada dos meus livros [...]. (PROUDHON apud SPOLL, 1868, p. 23)

Proudhon condena toda a forma de controle pelo Estado, ao defender que a “propriedade é o roubo”; argumenta que dela provém toda a forma de aprisionamento do homem, tais como a escravidão, a desigualdade de direitos, a injustiça, a dor e a miséria da sociedade.

De resto, não construo um sistema: peço o fim do privilégio, a abolição da escravidão, a igualdade de direitos, o império da lei. Justiça, nada mais que justiça; tal é o resumo de meu discurso: deixo a outros o cuidado de disciplinar o mundo. (PROUDHON, 1988, p. 17)

De acordo com Spoll (1868), o que Proudhon rejeita em relação à propriedade é o privilégio e o monopólio que ela impõe. Em sua obra, busca os sentidos atribuídos aos termos “justiça”, “equidade” e “liberdade”, palavras de sentidos “tão comuns e tão sagradas [...] que, sobre cada uma dessas coisas, nossas ideias eram profundamente obscuras”. Para Proudhon, a ignorância sobre o significado dessas três palavras resulta na pobreza e na calamidade, que se abateram sobre a espécie humana e a devoraram (PROUDHON, 1988, p. 18).

Não era desejo de Proudhon construir um sistema econômico ou político, mas sim reivindicar o fim da propriedade, vista por ele como um sistema que se constitui em privilégio, uma espécie de regalia. A propriedade é responsável pelas desigualdades, pela pobreza e pelo sofrimento do povo, por isso mesmo é injusta.

O ano de 1843 marcou um tempo difícil para Proudhon, tanto no que se refere às questões materiais quanto às questões políticas. Embora tenha conseguido vender sua velha tipografia, ficando livre de parte das dívidas, ainda ficara devedor da quantia de 7.000 francos, como anuncia Trindade (2001). É nesse momento que aceita o convite dos irmãos Gauthier para trabalhar em Lyon, em uma companhia de transportes que atuava nos rios *Rhône* e *Saône*, nas proximidades daquela cidade. Estava, então, com trinta e quatro anos.

Na empresa, Proudhon foi uma espécie de secretário e tinha como função redigir memorandos judiciais para seus patrões, o que deu a ele vasta experiência e conhecimento a respeito das leis francesas. Segundo Spoll (1868), parte da quantia que recebia por seu trabalho, Proudhon enviava à família, contribuindo, assim, com o seu sustento.

Durante os três anos que trabalhou com os irmãos Gauthier, Proudhon instalou-se em Lyon, mas eventualmente frequentava Paris. À época, escreveu para o jornal *O Economista*, e seus artigos sobre a “Concorrência das vias férreas e das vias navegáveis” foram reunidos em uma brochura de noventa páginas. Em julho de 1843 iniciou a escrita de seus *Carnets*² e, em setembro, publicou a obra

² *Carnets* é uma espécie de diário, um Caderno, no qual o autor descreve suas considerações a respeito dos fatos e acontecimentos cotidianos. São apontamentos que registram suas concepções e ideias conforme o que viu e sentiu no momento da anotação.

De la création de l'ordre dans l'humanité (Da criação da ordem da humanidade). De acordo com Spoll (1868, p. 27), nesta obra Proudhon descreveu com ousadia a antinomia da religião e da filosofia: “A religião só é, segundo ele, uma fórmula simbólica e preparatória, a filosofia, uma elucubração sem especialidade; somente a lógica pode criar a ciência, que somente, por sua vez, pode criar a ordem da humanidade” enquanto a sociedade é “um vasto sistema de ponderação, cujo ponto de partida é a liberdade, a lei, a justiça”. Esse livro teve pouca repercussão, considerando-se o impacto causado pelo *O que é a propriedade?*.

Em 1844, Proudhon teve seus primeiros encontros com Karl Grün, Herzen, Bakunin, o que lhe permitiu a ampliação dos conhecimentos sobre a filosofia alemã e, principalmente, sobre Hegel. Também conheceu Karl Marx, jovem e ainda pouco conhecido, com quem se encontrou algumas vezes entre setembro de 1844 e janeiro de 1845. Conforme assinala Gurvitch (1983), eles não simpatizaram muito um com o outro.

A animosidade entre eles tornou-se decisiva quando Marx convidou Proudhon para representar, na França, a “organização de propaganda internacional do socialismo”. Proudhon não aceitou o convite não apenas por sua antipatia pessoal, como também porque discordava do “dogmatismo de que julgava impregnado o texto que Marx lhe enviara”. Os dois romperam definitivamente, quando Proudhon publicou o livro *Filosofia da Miséria*, com ataques contundentes ao socialismo, e este, como represália, publicou a *Miséria da Filosofia* (GURVITCH, 1971, p. 23).

O livro *Le Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère* (Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria), foi publicado em dois volumes, no ano de 1846, fazendo, a princípio, pouco sucesso na França, mas repercutindo por toda a Europa, especialmente na Alemanha. Na introdução à primeira edição brasileira publicada em 2003, Morel assinala:

As *Contradições* marcam uma etapa importante na obra de Proudhon. Sua sociologia, sua moral e sua dialética nela se desenvolvem. Seu ódio contra o absolutismo (contra Deus, contra todas as formas de Estado, contra a Exploração) aqui exprimem claramente e muitas de suas páginas constituem ainda hoje exposições candentes das entranhas do capitalismo. Ele considerará durante toda a sua vida este livro como uma de suas obras-primas. (MOREL, 2003, p. 24)

As Contradições explicitadas por Proudhon nesse livro dizem respeito às antinomias que envolvem os sistemas sociais e econômicos de seu tempo.

Proudhon discute uma série de assuntos que se constituem em pilares da Economia Política, entre os quais se destacam: as questões econômicas e sociais geradoras da miséria; a oposição entre o valor da utilidade e o valor da troca nas relações econômicas; a divisão do trabalho; a concorrência; as máquinas; o monopólio; a propriedade etc.

Segundo Morel (2003), o *Filosofia da Miséria* ganhou traduções em alemão e em espanhol, com grande sucesso editorial, ainda durante a vida de Proudhon, aparecendo também, na segunda metade do século XIX, traduções em polonês e russo. No século XX, seu livro foi traduzido para o búlgaro e para o japonês. Suas páginas foram lidas e serviram para os debates travados entre os socialistas, militantes e operários que lutaram nos movimentos revolucionários de diversos países europeus em 1848 e, posteriormente, em 1864, na fundação e difusão da Internacional³.

No início de 1847, Proudhon retornou a Paris deixando Lyon definitivamente para tornar-se jornalista. Meses depois, consegue fundar o *Le Peuple*, seu primeiro jornal, e trabalhou no *Le Représentant du Peuple*, jornal que circulou durante a Revolução de 1848 (GURVITCH, 1983, p. 11).

2.2

A fase adulta

2.2.1

Proudhon na Revolução de 1848 e na Assembleia Nacional da França

O ano de 1848 foi um ano agitado para os franceses. A queda de Louis-Philippe trouxe a Segunda República (24 de fevereiro) e um Governo Provisório foi formado.

E a revolução de fevereiro não tinha sido feita apenas pelo “proletariado”, mas era uma revolução social consciente. Seu objetivo não era meramente uma república, mas a “república social e democrática”. Seus líderes eram socialistas e comunistas. Seu governo provisório incluiu um trabalhador genuíno, - um mecânico conhecido como Alberto. Por alguns dias houve dúvidas se sua bandeira seria tricolor ou a bandeira vermelha da revolta social. (HOBSBAWM, 1977, p. 36)

³A Internacional foi um encontro entre delegados de organizações operárias inglesas, francesas, italianas, alemãs, suíças e polonesas, no ano de 1864, em Londres, que marcou a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Na manhã de 24 de fevereiro, o povo de Paris saiu às ruas desejando a queda do rei, de seus ministros e do regime que enriquecia os burgueses e empobrecia os trabalhadores. Era uma Revolução social, desejosa de reconstruir a sociedade com base na igualdade e na justiça.

A Revolução de 1848 foi uma revolução política, de conteúdo social ainda hesitante e confuso. Proudhon nela se viu dilacerado. Anarquista, apolítico, corria nela o risco de ser como um corpo estranho. Mas a força das coisas fez dele um jornalista duplicado de um parlamentar: por bem ou por mal teve de se inserir nela. (GUERIN, 1983, p. 31)

Segundo Gastineau (1865), quando se deflagrou a Revolução de 1848, páginas dos livros *A criação da ordem da humanidade* e *Sistema das contradições econômicas* foram publicadas nos jornais *Le Peuple* e *Voix du Peuple*, e a atuação política de Proudhon durante a Revolução rendeu-lhe a nomeação para o cargo de Deputado na Assembleia Nacional da França. Ali foi testemunha ocular dos acontecimentos e acabou por participar da Revolução, relatando-a para o jornal *Réforme*, conforme escreveu para seu amigo Maurice, de Besançon, embora não acreditasse em insurreição.

Ontem, pela manhã bem cedo, iniciei minha campanha, começando com um reconhecimento. Mais de quinhentas barricadas se amontoavam nas ruas de Paris – um labirinto de quinhentas Termópilas. Ao meio dia, aproximadamente, tendo visto tudo, dirigi-me à redação da *Réforme*, na *Rue Jean-Jacques Rousseau*, perto do Correio Central. O comitê dos radicais, que no dia anterior não pedia senão a revogação das leis de setembro, e mais algumas outras reivindicações insignificantes, que ontem unanimemente acrescentava ao seu programa eleitoral a reforma em bases amplas, e que ao meio-dia exigia também a Organização do Trabalho e Deus sabe que outras tolices, falava às duas da tarde em proclamar a República [...]. (JACKSON, 1963, p. 62)

Desde 1847, Proudhon atuava como jornalista no *Le Représentant du Peuple* e constantemente atacava o governo de Louis-Philippe e o socialismo de Louis Blanc. Pressentia a Revolução que se aproximava e temia o que poderia estar por trás dela: uma nova revolução burguesa e não uma revolução social (JACKSON, 1963; GURVITCH, 1971).

As notas de seus *Cadernos* revelam o estado de espírito em que se encontra. “Uma corja de advogados e escritores vão disputar o poder”. “Os polichinelos dançam no município como há oito dias no Palácio Bourbon; tudo isto é uma comédia”. “A França continuará entregue aos mexeriqueiros e a eloquência começa a inundar-nos”. “Fez-se uma revolução sem ideias”. (GURVITCH, 1971, p. 111)

Proudhon sabia que a revolução era iminente, entretanto não acreditava que ela fosse capaz de exterminar com a corrupção ou realizar, de fato, uma revolução social. “A Revolução não tinha uma ideologia. O governo parlamentar, baseado no sufrágio masculino adulto, não constituía uma solução para o problema econômico. As massas queriam algo mais do que voto: queriam pão e trabalho” (JACKSON, 1963, p. 65).

Durante o Governo Provisório, medidas políticas foram tomadas: o sufrágio universal masculino, em 2 de março; a convocação de uma Assembleia Constituinte, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião pública, em 4 de março; a abertura da Guarda Nacional e todos os cidadãos, em 8 de março e, por fim, a abolição da escravatura nas colônias e da pena de morte. Mas essas medidas não foram suficientes para restituir a paz e a estabilidade à sociedade francesa. Se, por um lado, os burgueses e camponeses esperavam que o Governo restaurasse a ordem e retomasse os assuntos antes pendentes; por outro, os operários se agitavam e se manifestavam, exigindo medidas para modificarem seu estatuto na sociedade.

Louis Blanc e Albert, ministros socialistas do Governo Provisório, apoiavam os operários e acreditavam que o Estado deveria “retomar a direção da vida econômica e social e resolver o problema do desemprego”. Os outros ministros, ao contrário, consideravam que os “problemas econômicos e sociais” deveriam “ser resolvidos entre patrões e operários”, sem intervenção do Estado (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 176).

As eleições tinham sido marcadas para 9 de abril pelo Governo Provisório. No intuito de adiar as eleições, republicanos democratas e socialistas organizaram manifestações em 17 de março. O Governo, então, adia as eleições para 23 de abril, levando a novas manifestações em 16 de abril. Desta vez, no entanto, os ministros mantêm a data prevista, e as eleições acontecem. A apuração dos votos assinalou a vitória dos republicanos moderados, seguida dos monárquicos. Em contrapartida, os revolucionários não elegeram ninguém. Nem mesmo Proudhon foi eleito.

Por conseguinte, as eleições deixam frente a frente duas grandes forças: os moderados, que estão no poder e cujos deputados se reúnem no Palácio Real, e os conservadores do Partido da Ordem, que instalam o seu *comité* diretor na *Rue de Poitiers*. Quanto à extrema-esquerda, vencida [à época] das eleições, irá utilizar a

sua influência junto do povo de Paris para tentar subordinar-se à Assembleia, como acontecera em 1792-1794. (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 178).

Os resultados das eleições decepcionaram os socialistas e os trabalhadores que ficaram isolados diante da nova organização da Assembleia. Os reacionários e os partidos de classe média tinham se coligado, a fim de proteger a propriedade privada. “O resultado da eleição foi uma Assembleia Nacional conservadora, com um número de proprietários de terra e católicos superior ao de qualquer assembleia da monarquia de Luís-Filipe” (JACKSON, 1963, p. 66).

Proudhon mostrava-se contrário ao governo parlamentar porque não acreditava que ele pudesse evitar a centralização, o autoritarismo e o socialismo estatal de Louis Blanc – posicionamentos contrários à liberdade que defendia. Ou seja, Proudhon acreditava na descentralização, no anarquismo e na necessidade de uma ação social e não estatal.

Suas convicções levaram-no, finalmente, ao Parlamento nas eleições complementares de 4-5 de junho de 1848. Proudhon concorreu com políticos fortes da época: Caussidière (146.400 votos); Moreau (126.889 votos); Thiers (97.294 votos); Pierre Leroux (91.394 votos); Victor Hugo (86.965 votos); Louis-Napoleão Bonaparte (84.420 votos). Proudhon obteve 77.094 votos (STERN, 1862).

Ninguém se mostrou tão mais inteligente, mais laborioso, mais desinteressado, mais sincero do que Proudhon; jamais jornalista encontrou uma forma mais viva, mais fecunda, mais própria a fazer penetrar a luz no meio do povo; também nas eleições complementares de junho, Proudhon foi nomeado representante por 77.094 vozes. (GASTINEAU, 1865, p. 20)

Fez críticas ao Governo Provisório, negando-lhe a competência revolucionária, principalmente quanto à criação das Oficinas Nacionais⁴, que, para ele, nada acrescentavam aos trabalhadores. Ao contrário, serviam apenas para “adormecer os proletários sem lhes conceder nada de substancial” (GURVITCH, 1983, p. 11).

Quase desconhecido antes disso, Proudhon, que nunca almejou o papel de agitador político, apareceu como um meteoro no meio daqueles que tentavam então de se destacar. Ignorava-se vendo esse homem de trinta e nove anos, já careca e que a fraqueza da sua vista obrigava a usar óculos, que ele era o melhor preparado para a

⁴ As Oficinas Nacionais criadas pelo governo provisório francês em 1848, no decorrer da Segunda República, tinham a finalidade de oferecer trabalhos relacionados à carpintaria, à marcenaria etc., como meio para reduzir o desemprego. Foram dissolvidas em junho daquele ano.

luta, que seu potente gênio já tinha sondado as ciências que de direito podemos chamar de geradora. Gramática geral, psicologia, moral, teodiceia, matemática, economia política e social, direito social e político, todas essas ciências tinham sido por ele penetradas, aprofundadas e analisadas. (SPOLL, 1868, p. 30-31)

Suas teorias foram muito mal recebidas na Assembleia Constituinte, e a maioria dos parlamentares demonstrava-lhe hostilidade. Mesmo assim, Proudhon não se deixou desanimar, passando a aplicar seus princípios morais e suas concepções políticas e sociais.

Na Assembleia, Proudhon trabalhou com afinco, participando das comissões, emitindo suas opiniões e fazendo valer sua influência, “[...] mergulhando seu remo nas águas tumultuadas da Comissão de Finanças e, com isso, perdendo contato com as correntes sutis da opinião pública, contato que, como sabia, constituía sua única justificativa como representante do povo” (JACKSON, 1963, p. 67).

Eleito há quinze dias como representante do povo, entrei na Assembleia Nacional com a timidez de uma criança e o ardor de um neófito. Às nove da manhã já estava presente às reuniões das comissões, e não deixava a Assembleia senão a noite, cansado e aborrecido [...] Nada conhecia, nem da situação nas Oficinas Nacionais, nem da política do governo, nem das intrigas que campeavam na Assembleia. [...] E para compreender como as pessoas que mais desconhecem a situação do país são quase sempre as que o representam, é necessário ter vivido naquele isolamento que se chama Parlamento. [...] Jamais se falava ali das Oficinas Nacionais sem uma espécie de terror: o medo do povo é a doença de todos os que estão no poder. Para o governo, o povo é o inimigo. Todos os dias, aprovávamos novas subvenções para as Oficinas Nacionais, tremendo, porém com a incapacidade do governo e com a nossa própria impotência. (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 67)

Esses quinze dias citados por Proudhon foram decisivos para a Segunda República que se iniciava. A impaciência popular não tardou a provocar a insurreição dos operários, insatisfeitos com o comunicado do fechamento das Oficinas Nacionais. Eles estavam furiosos e desiludidos. Durante três dias, em junho, lutas sangrentas foram travadas nos bairros pobres de Paris. A Assembleia Nacional, assustada, dá plenos poderes ao Ministro da Guerra, Cavaignac, que enviou 40.000 soldados para atacarem as barricadas do bairro de Santo Antonio e do Templo. A guerra civil foi travada e milhares de mortos jaziam nas periferias de Paris.

Segundo Hobsbawm, a confrontação de junho foi mais grave e crucial do que a de fevereiro. Explica que “quando os trabalhadores manobrados para uma

insurreição isolada foram derrotados e massacrados”. Foram lutas inglórias, que trouxeram muitas mortes. Mas os insurgentes “lutaram e morreram bravamente”.

Cerca de 1500 caíram na luta das ruas – dois terços dos mortos do lado do governo. É característica da ferocidade do ódio que os ricos nutrem pelos pobres o fato de que uns 3 mil foram trucidados depois da derrota, enquanto outros 12 mil foram aprisionados, a maioria deportada para os campos de trabalho na Argélia. Por seu turno, a revolução de fevereiro em Paris custara apenas 370 vidas. (HOBSBAWM, 1977, p. 37)

A insurreição, esmagada pelas tropas de Cavaignac (Ministro da Guerra), foi uma guerra de classes durante os dias 24, 25 e 26 de junho. Em consequência, as Oficinas Nacionais foram dissolvidas, e o princípio do direito ao trabalho, extinto. O distanciamento entre a classe operária e os republicanos moderados ficou ainda maior, levando os operários a se desinteressarem do destino de uma República que mandou atirar sobre o povo. A República havia se tornado conservadora e investida de poderes ditatoriais.

No dia 31 de julho daquele ano, ao tomar posição na tribuna e enfrentar toda a Assembleia, Proudhon desenvolve a moção relativa ao imposto de renda. Solicitava que fosse feito um desconto pelos proprietários de um terço do termo quitado e a quitar, assim distribuído: “um sexto em benefício dos inquilinos, um sexto em benefício do Estado”. Esperava, com isso, minimizar as dificuldades dos trabalhadores e iniciar uma “transformação econômica, à qual ele deu o desenvolvimento completo sob os nomes de gratuidade de crédito e de mutualidade” (SPOLL, 1868, p. 31).

As propostas de Proudhon colocaram em oposição os trabalhadores e os burgueses pela primeira vez na Assembleia, afirmando que “o proletariado instauraria uma nova ordem e procederia a uma ‘liquidação’ dispensando os meios legais”. Sua leitura rendeu-lhe violentas interrupções e 691 votos de reprovação em um total de 693 (GURVITCH, 1983, p. 12).

Entre as diversas acusações que faz ao governo e aos parlamentares, no discurso de 31 de julho, destaca-se a seguinte passagem: “O governo não tem competência para levar a cabo uma revolução social. A esperança de levar a cabo a abolição do proletariado pacificamente... é uma utopia”. E sobre a insurreição defende: “O direito de insurreição tem como característica e particularidade o fato de supor um povo oprimido por um déspota, um terceiro estado oprimido por uma

aristocracia, a maioria oprimida pela minoria” (PROUDHON apud GURVITCH, 1971, p. 114).

Conforme anuncia Guérin, Proudhon ressalta sua condição de homem do povo: “Quando digo nós, eu me identifico ao proletariado e quando digo vós, eu vos identifico com a classe burguesa”. No final do discurso, Proudhon faz a seguinte provocação: “O capital não reaparecerá, a sociedade tem seus olhos sobre ele”. E acrescentando, assinala: “Eu queria dizer: a questão social está posta e vós a resolvereis ou não acabareis com ela”. [...] “Não era mais eu que falava na tribuna, eram todos os trabalhadores” (PROUDHON apud GUÉRIN, 1983, p. 35). Em outra ocasião, Proudhon comenta:

A partir de 31 de julho eu me tornei, segundo a expressão de um jornalista, o homem-terror [...]. Fui repreendido, ridicularizado, satirizado, difamado, biografado, caricaturado, censurado, ultrajado, maldito [...]. Os devotos me ameaçaram, através de cartas anônimas, com a cólera de Deus; as mulheres beatas me enviaram medalhas bentas [...]. Petições chegaram à Assembleia Nacional pedindo minha expulsão como indigno. (PROUDHON apud GUÉRIN, 1983, p. 35)

Ainda assim, de acordo com Jackson, fora da Assembleia Nacional Proudhon havia se tornado o “herói das massas”. O discurso de 31 de julho colocara-o definitivamente entre os grandes. “Ofereceram-lhe apoio financeiro para lançar um novo jornal, *Le Peuple*, que alcançou uma tiragem espetacular de 70.000 exemplares (JACKSON, 1963, p. 70).

Nos dias 9 e 10 de outubro de 1848, o *Diario do Rio de Janeiro* publicou a matéria “As insurreições francesas de maio e junho”, anteriormente publicada no jornal americano *Times* e no *Diario de Pernambuco*, de Recife. O texto narrava os fatos ocorridos no dia 3 de agosto de 1848, na sessão da Assembleia Nacional da França, ocasião em que se apresentou a conclusão do inquérito sobre a participação dos deputados nas revoltas dos dias de maio e junho, pela comissão nomeada por aquele Órgão. O Sr. Bouchart dá início à leitura do relatório, explicando que “os processos tinham sido políticos, e não judiciais”, e fazendo uma breve síntese dos acontecimentos.

[...] As sacrílegas tentativas contra a ordem social não foram justificadas por nenhuma causa, nem mesmo por nenhum pretexto, e não há na história nenhum exemplo de uma agressão igual. [...] Os dois ataques foram ambos dirigidos contra a representação nacional por uma minoria facciosa que queria dominar a maioria: todavia o seu fim era diferente. O objeto dos conspiradores de 15 de maio era

dissolver a assembleia e substituí-la por uma comissão dos operários reunida no *Luxembourg*, a qual professava doutrinas socialistas. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9 de outubro de 1848, p. 2)

Nesta parte do texto, é já possível observar que a comissão, ao apurar os fatos, constatou que, considerando a realidade social e econômica dos franceses, em especial dos trabalhadores, não havia quaisquer motivos que pudessem levar à Revolução. No entanto, a comissão esqueceu-se de observar os índices elevados de desemprego e a pobreza que rondava a vida da classe operária.

[...] o *Bulletin de la Republique* pregava às claras a revolta das províncias contra a capital, e particularmente um artigo escrito por uma mulher célebre, Georges Sand, era uma apelação para a guerra civil. As eleições foram retardadas debaixo de todos os pretextos, a fim de afiar indefinidamente a reunião da assembleia. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9 de outubro de 1848, p. 2)

A comissão não poderia responsabilizar o Governo Provisório, instituído pela Assembleia Nacional; preferiu acusar os socialistas e a imprensa parisiense. O Sr. Bouchart continua a leitura do relatório, fazendo denúncias sobre o comportamento de Louis Blanc. Afirmou possuir cópia de um pronunciamento do filósofo que incitava os trabalhadores, no qual se diz “que eles eram a verdadeira assembleia do povo, e que, se a assembleia nacional recusasse fazer-lhes justiça, eles a dissolveriam”. O orador acusou Louis Blanc de organizar e comandar o movimento popular de 17 de março.

No decorrer das leituras, o Sr. Bouchart continua a narrar os fatos ocorridos às vésperas de 15 de maio, sempre fazendo acusações e a envolver os representantes populares e socialistas. Seu principal “alvo” era, na maioria das vezes, Louis Blanc. Diante das declarações de testemunhas e das provas apresentadas no inquérito, a Comissão concluiu que Louis Blanc estava “pessoalmente implicado no negócio de 15 de maio”. O relatório passou então a narrar os acontecimentos de junho.

O relator passa a descrever as modificações realizadas pela nova administração da capital: “as tropas haviam tornado a entrar em Paris, uma lei acerca dos ajuntamentos havia sido alcançada, os poderes públicos haviam manifestado mais vigilância”. Em seguida, anuncia que novas “desordens” apareceram, tendo em vista que o espírito da insurreição ainda sobrevivia entre os “maquinadores”.

Em *Belleville* um *Club*⁵ de *Montaguards* cobriu os muros de proclamações incendiárias, revelando-se assim esta corporação, posto que, tendo sido dissolvida, já não existisse legalmente. Dois pasquins cheios de insultos aos representantes foram postos no muro, e no dia 17 de junho foram afixados outros, chamando a M. Caussidière para a frente da república, e anunciando a organização do banquete de 25 centimos. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 10 de outubro de 1848, p. 1)

O Sr. Bouchart passou, então, a acusar os clubes parisienses de insuflarem a manifestação insurgente. Além de descrever uma série de fatos sobre os revoltosos, o relator também anuncia a “passividade” da polícia local, “que parecia nada saber do que se passava”. Informou sobre a participação dos guardas republicanos nas revoltas de junho, que tinham sido demitidos, porém indenizados a 22 de junho; e fez diversas acusações a Caussidière, a Louis Blanc, a Blanqui e a tantos outros. Até que iniciou seus relatos sobre a participação de Proudhon no movimento.

Um outro representante, M. Proudhon, fora também reconhecido por diversas testemunhas. No dia 25 de junho ele foi visto na praça da Bastilha, e foi encontrado do outro lado das barricadas por dois de seus colegas. M. Proudhon não deu nenhuma outra explicação do emprego de seu tempo, que o haver ele ficado por duas horas em admiração do sublime horror da canhonada. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 10 de outubro de 1848, p. 1)

Nesse momento os espectadores da narrativa emitem sons de riso, calando o relator, que em seguida continua:

Sendo interrogado acerca de sua presença no *Faubourg*, M. Proudhon respondeu que o movimento era socialista, porém que ele o havia condenado como inoportuno. Um deputado havia também ouvido a M. Proudhon tomar a defesa dos insurgentes, M. Proudhon (segundo esta testemunha) tinha chegado até ao ponto de declarar “que eles (os insurgentes) haviam combatido com coragem sobre-humana, e que sua causa lhe parecia justa”. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 10 de outubro de 1848, p. 1)

Proudhon negou a acusação e afirmou que o referido deputado estava faltando com a verdade. Enquanto isso, o Sr. Bouchart tece seu discurso, censurando a conduta de “um homem que no meio dos horrores da guerra civil podia ir a um combate como a um espetáculo”. Foi, então, que Proudhon bateu fortemente sobre sua escrivaninha, e “gritos de ordem partiram de todas as partes”. O relator, após a retomada do silêncio, continua sua leitura, proferindo acusações e concluindo que a insurreição de junho havia sido iniciada ainda em

⁵ Os clubes eram grupos políticos e revolucionários de Paris, organizados sob a forma de associações nas quais a pequena burguesia urbana e os camponeses, que se viam excluídos do poder, faziam oposição ao governo, na maioria das vezes, na clandestinidade.

março, tendo em vista que os insurgentes mantinham acesas as chamas da revolução. Sobre Proudhon, nada mais pronuncia.

A repercussão desse inquérito que envolveu Proudhon nos acontecimentos após a Revolução de Fevereiro foi grande. No Brasil, os jornais *O Brasil* e *Jornal do Commercio* publicaram trechos do que foi publicado no *Mercantile Gazette*, na França, sobre o mesmo objeto:

O Sr. Ledru Rollin está comprometido nos acontecimentos de abril e maio, mas não é acusado pelos de junho. Caussidière e Luiz Blanc estão comprometidos em todas as desordens que agitaram a capital. Caussidière foi visto nas barricadas em 25 de junho, e Luiz Blanc em Clichy no dia 24. O Sr. Proudhon foi reconhecido no dia 27 no bairro de Santo Antonio. Lamartine não aparece comprometido. (O BRASIL, 27 de setembro de 1848, p. 4).

O jornal continua explicando que as manifestações de 17 de março foram qualificadas pela comissão de inquérito como uma “manifestação”, e o de 16 de abril como uma “conspiração”; o movimento de 15 de maio é visto como um “ato de lesa nação”, enquanto o de junho, uma “guerra civil”. Para o autor da reportagem, os acontecimentos de junho foram uma “traição do governo contra a sociedade” (O BRASIL, 27 de setembro de 1848, p. 4).

Na edição de 7 de outubro, o mesmo jornal anuncia que o *Jornal do Commercio* traz o “importante relatório da comissão encarregada de examinar a anárquica proposta do comunista Proudhon contra a propriedade”. E assinala:

A minuciosa refutação que dos argumentos e cálculos dessa proposta apresenta a comissão, é para nós a prova mais completa do tesouro do espírito público na malfadada França: de outro modo por certo a comissão não despenderia tanto tempo e trabalho para demonstrar as verdades axiomáticas (O BRASIL, 7 de outubro de 1848, p. 4).

O Inquérito foi publicado em diversos jornais do mundo, a exemplo do jornal americano *Times*. No Brasil, a transcrição apareceu também em diferentes publicações, tais como no *Jornal do Commercio*, no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Diário de Pernambuco*. Essas reportagens demonstram que os fatos ocorridos na França, à época, assim como os personagens envolvidos, ficaram conhecidos no Brasil muito rapidamente, o que permite inferir sobre a influência que tiveram na formação política dos brasileiros. Reportagem sobre o mesmo objeto ganha espaço também na edição de 16 de outubro, no *O Brasil*:

As imputações feitas a Proudhon podem passar por verdadeiros pecados veniais à vista das graves culpas que pesam sobre os outros. Coitado! Foi visto por muitas

testemunhas nas barricadas da rua de Santo Antonio, e nem ele se atreve a negar o fato; mas se lá foi, foi porque, sendo ele socialista e a insurreição socialista, queria convencer os insurgentes da inoportunidade de uma manifestação aliás justa. [...] queria salvar um amigo, e queria, enfim, satisfazer a sua curiosidade! Agrada-me esta fraqueza do comunista: pelo menos acho muito maior nobreza no [desplante] destas respostas que no sistema de defesa dos outros três [referindo-se a Ledru-Rollin, Louis Blanc e Caussidière] somente corajosos quando se trata do crime, covardes quando lhes pedem conta das suas ações, que se não atrevem a confessar. (O BRASIL, 16 de outubro de 1848, p. 4)

Irônico e com um tom de deboche, o repórter continua sua narrativa, criticando as atitudes de Proudhon, mas assinalando preferir sua franqueza aos argumentos de defesa dos outros acusados, que alegaram inocência. A respeito da participação no episódio do qual é acusado, Proudhon faz anotações em seus *Carnets*. Todavia, segundo seus próprios relatos, não estava ali para assistir a um “espetáculo”, o que não significa que as lembranças do ocorrido não tenham afetado seus sentimentos mais íntimos. A lembrança dos três dias deixava Proudhon decepcionado consigo mesmo: “Para mim, a lembrança das jornadas de junho pesará eternamente como um remorso em meu coração [...]. Eu faltei, por estupidez parlamentar, a meu dever de representante. Eu estava lá para ver e não vi; para dar o alarme, e não dei” (PROUDHON apud GUÉRIN, 1983, p. 34).

De acordo com Gurvitch, estando completamente a favor dos operários, Proudhon escreve em seus *Carnets* no dia 28 de junho:

A causa da insurreição é a má vontade da Assembleia [...] Há fuzilamentos na *Conciergerie*, no Município. Quarenta e oito horas após a vitória do governo, fuzilam-se os prisioneiros feridos, desarmados! A insurreição cedeu. Não está vencida [...]. Os burgueses vencedores são ferozes como tigres. (GURVITCH, 1971, p. 113)

Segundo Guérin, Proudhon não é mais o mesmo homem após o massacre de junho. Passou a falar uma “linguagem de classe”, proclamando “agressivamente seu socialismo”. Assume plenamente a tribuna parlamentar, transformando-a em um instrumento de luta social. O próprio Proudhon esclarece: “Orgulho ou vertigem, acreditei que minha vez havia chegado. Cabe a mim, eu me dizia, lançar-me no turbilhão. De meu banco de espectador eu me precipitei, novo ator, sobre o teatro” (PROUDHON apud GUÉRIN, 1983, p. 34).

Proudhon havia compreendido o fracasso da Revolução de Fevereiro, mas ele ainda poderia contribuir para a salvação de algumas coisas. E isso aconteceu quando apresentou o projeto de lei que exigia o pagamento de um terço de

impostos sobre a renda dos ricos e a moratória de um terço para todo aluguel ou arrendamento pelos pobres. A indignação foi geral, e Thiers, “porta-voz da burguesia”, insultou Proudhon.

Independentemente do que acontecia no interior da Assembleia Nacional, a repressão contra os trabalhadores e populares continuava. Cavaignac, aproveitando-se dos poderes que lhe foram investidos pela Assembleia Constituinte, nomeando-o para “Presidente do Concelho”, manda fechar os jornais revolucionários, restringe a liberdade de imprensa e dissolve as legiões da Guarda Nacional formadas nos bairros populares da capital. No Brasil, a notícia da censura sobre a imprensa foi noticiada:

O presidente do concelho⁶, encarregado do poder executivo decretou de novo a suspensão de diversos jornais, por serem instrumentos de guerra civil e não de liberdade, em consequência das doutrinas que professam contra o estado, a família e a propriedade, promovendo excitações contra os poderes públicos emanados da soberania do povo, contra o exército, a guarda nacional e mesmo contra pessoas particulares. Esses jornais são o *Représentant du Peuple*, o *L’ère Duchêne*, o *Lampion* e o *Vraie République*. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14 de outubro de 1848, p. 2)

Os publicistas tiveram que conter sua indignação e aceitar o fechamento dos jornais. No entanto, ainda foi possível uma pequena manifestação dessa indignação, conforme se observou na nota publicada no jornal francês *Presse*:

Os nossos amigos, que ainda não tiveram tempo de esquecer que a *Presse* esteve suprimida por 45 dias, nos permitirão, não o duvidamos, sabendo da suspensão de alguns jornais, que nos limitemos à narração dos fatos, sem nenhum comentário, até o dia em que pudermos exercer o nosso direito de discussão com liberdade, sem a qual toda a moderação pareceria suspeita [...]. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14 de outubro de 1848, p. 2)

Sem nada ou ninguém mais para “incitar” o povo contra o poder ora estabelecido, a Assembleia Constituinte, então, teve a tranquilidade necessária à elaboração da Constituição da Segunda República (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 176). Em 4 de novembro de 1848, a nova Carta foi promulgada, mas o voto de Proudhon foi contrário a ela.

⁶ O vocábulo “concelho” é um termo utilizado em Portugal para designar um espaço territorial composto por uma ou mais localidades, conforme sua administração; refere-se a um distrito administrativo; uma municipalidade. Pode também ser utilizado como sinônimo de “conselho” por se tratar inclusive de associação, reunião, assembleia (PRIBERAM. PT. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=concelho>> Acesso em: 08. mai. 2013).

O documento, em sua forma definitiva, era parcialmente copiado da constituição norte-americana. Continha uma declaração de direitos, adotava o sufrágio universal masculino e a separação dos poderes. À testa do executivo achava-se um presidente eleito pelo povo para um período de quatro anos; o povo devia eleger também uma Assembleia Legislativa formada por uma só câmara. Finda a sua tarefa, os autores da constituição marcaram a data de 10 de dezembro de 1848 para a primeira eleição presidencial. (BURNS, 1973, p. 720).

O *Diário do Rio de Janeiro* publicou três cartas enviadas ao Redator da Constituição aprovada pela Assembleia Nacional da França: a primeira, do Sr. Victor Hugo; a segunda, do Sr. Montalembert; a terceira, de Proudhon. Todas justificavam os motivos que os levaram ao voto contrário à nova Constituição. Eis a de Proudhon:

Sr. Redator. – A assembleia nacional acaba de proclamar a constituição entre brados de viva a república! Particpei do voto dos meus colegas a favor da mesma república; porém meti na urna um bilhete contra a constituição. Não posso compreender como é que em circunstâncias tão solenes, e no fim de quatro meses de discussão, me fora possível deixar de dar explicações acerca do meu voto. Votei contra a constituição, não por mero espírito de oposição, ou agitação revolucionária, nem porque a constituição contém coisas que eu quisera aí não ver, e não contém outras que entendo deverão aí achar-se; pois se tais razões houvessem de prevalecer no ânimo de um representante, nunca se aprovaria lei alguma. Votei contra aquele código por ser uma constituição. O que forma a essência de qualquer constituição, isto é, de uma *constituição política*, pois se não trata aqui de outra, é a divisão da soberania, ou a separação dos poderes em legislativo e executivo. Existe o princípio e a essência de qualquer constituição política. Fora daqui não há constituição, na acepção atual do termo, mas tão somente autoridade soberana, que faz leis e as executa por meio de seus delegados e ministros. Não estamos ainda acostumados a tal organização de soberania; e na minha opinião o governo republicano não é outra coisa. Entendo, pois, que constituição nesta forma de governo é coisa de todo o ponto inútil; entendo que o estado provisório em que estamos há oito meses, podia muito bem, com mais alguma regularidade, e menos respeito para com as tradições monárquicas, tornar-se permanente. Estou convencido de que a constituição, cujo primeiro ato será criar uma presidência, com as suas prerrogativas, ambições, e criminosas esperanças, é antes um perigo do que um penhor para a liberdade! Muito me obrigareis, senhor redator, se inserirdes esta carta no primeiro número do vosso periódico. Saúde e fraternidade. Paris, em 4 de novembro de 1848. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 08 de janeiro de 1849, p. 1)

Na carta, Proudhon expressa a sua concepção anarquista, contrária à lei e ao governo, que cerceia e oprime a liberdade. Ele não acredita no governo que está sob o comando de apenas um homem. Para Proudhon, o indivíduo poderia viver em sociedade sem a necessidade de um governo que dissesse a ele o que fazer ou o que está proibido. Para tanto, a sociedade deveria organizar os meios para oferecer às crianças e jovens uma educação que lhes desse as condições necessárias a uma vida livre, no âmbito da coletividade.

A Constituição havia sido aprovada e, com ela, a eleição foi marcada. Quatro candidatos à presidência concorreram: um republicano moderado, um socialista, um católico e Luís-Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I. O primeiro recebeu cerca de 1.500.000 votos, o segundo 370.000 votos e o terceiro 17.000 votos. Luís-Napoleão recebeu a soma de 5.500.000 (BURNS, 1973), vencendo as eleições a 10 de novembro daquele ano de 1848. A escolha do príncipe se deu pelo prestígio do nome, pela lembrança da “lenda napoleônica” e pela propaganda hábil dos bonapartistas que apresentaram Luís-Napoleão como o candidato ligado às questões sociais, aos operários e aos socialistas.

Luís-Napoleão forma um ministério composto por homens do Partido da Ordem, presidido por Odilon Barrot, e cujo homem forte é o conde de Falloux, um católico que se tornou ministro da Educação Pública. Homem de confiança do Comitê da “Rue de Poitiers”, o General Changarnier vai ocupar o cargo de comandante da Guarda Nacional e da subdivisão militar de Paris. Por detrás do novo presidente está o Partido da Ordem, que se prepara para governar. (BERSTEIN; MILZA, 1997, p. 181)

Luís-Napoleão prestou juramento à República em 20 de dezembro, e as eleições à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1849 reafirmam a sua vitória, quando elegeu quinhentos candidatos do Partido da Ordem, de um total de setecentos e treze.

Proudhon comenta sobre a eleição de Luís Bonaparte: “França nomeou Luís Bonaparte presidente da República porque está cansada dos partidos, porque todos os partidos estão mortos”. E acrescenta ao comentário que o horror ao general Cavaignac tinha “precipitado para Napoleão a maior parte dos democratas” (PROUDHON apud GUÉRIN, 1983, p. 37). Era o fim e a derrota da Revolução de Fevereiro.

Nas eleições para presidente da República da França, Proudhon primeiramente recomendou em seu jornal a abstenção e, em seguida, o voto em branco como protesto. Posteriormente, Proudhon apoiou o candidato François-Vicent Raspail, renomado cientista de botânica e de química orgânica, conhecido como “médico dos pobres”. Raspail foi um dos primeiros a “marchar em direção à Assembleia e a aí proclamar a República”, em 24 de fevereiro de 1848. Além disso, recusou-se a participar do governo provisório, preferindo fundar um jornal de oposição. Ao lado de Augusto Blanqui, organizou a manifestação dos clubes populares em 15 de maio, e “invadiu o Palácio Bourbon, declarou a Assembleia

dissolvida e constituiu, em seu prédio, um efêmero governo insurrecional”. Em decorrência, Raspail foi aprisionado no “Forte de Vincennes” (GUÉRIN, 1983, p. 35).

2.2.2

As relações de Proudhon com Luís-Napoleão, a prisão de *Sainte-Pélagie* e o casamento com Euphrasie Piégard

Como afirmou Proudhon, a vitória de Luís-Napoleão foi decorrente do horror dos franceses ao general Cavaignac, mas também significou a derrota da burguesia. Os proletários deixaram-se envolver pelas promessas de prosperidade explicitadas em seu livro “A extinção do pauperismo”.

Na ocasião da elaboração da Constituição da República, Luís-Napoleão, à época, ainda um dos deputados eleitos em junho, pediu a Proudhon que fosse visitá-lo no intuito de ganhar seu apoio. Proudhon, acompanhado dos deputados – Schmeltz e Joly – foi procurá-lo mesmo estando desconfiado dos propósitos do príncipe⁷. “[...] a entrevista com Bonaparte não deixava de ser comprometedora – mas suas suspeitas foram superadas quando lembrou-se de que Louis Blanc visitara o príncipe em Londres e que Ledru-Rollin sabia do convite” (JACKSON, 1963, p. 71).

A visita se deu em setembro⁸, antes das eleições para a presidência, visto que Luís-Napoleão queria o apoio de Proudhon justamente para candidatar-se. Naquela mesma noite Proudhon escreveu em seus *Carnets*:

Visita a Luís Bonaparte. O homem parecia bem intencionado – cabeça e coração cavalheirescos, mais cheio da glória de seu tio que de ambição pessoal. No todo, inteligência medíocre. Duvido que, a uma visão e a um conhecimento íntimo, ele possa representar muita coisa. Mesmo assim, devo manter-me de guarda. É hábito de todos os candidatos impressionar primeiro os líderes dos partidos. (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 71)

Proudhon em seu íntimo sabia que Luís-Napoleão era uma raposa. O príncipe conseguiu enganar o povo e vencer as eleições de dezembro. Em um longo artigo publicado em seu jornal *Le Peuple*, Proudhon escrevia os motivos

⁷ Luis Napoleão Bonaparte (1808-1873) era sobrinho do imperador Napoleão Bonaparte e filho de Luís Bonaparte, rei da Holanda (BURNS, 1973).

⁸ A título de esclarecimento, observe-se que há uma discordância na data da visita de Proudhon a Luis Napoleão: segundo Jackson (1963, p. 71) tal fato se deu a 20 de setembro e de acordo com Trindade (2001, p. 27), a visita ocorreu a 26 daquele mês.

pelos quais a grande massa popular tinha votado em Luís-Napoleão e quais seriam as consequências desse ato:

Vem, então, Napoleão, tomar posse dessa raça de Tartufos, desse povo de cortesãos. Dizem que és apenas um medíocre, um aventureiro, um tolo. Fez este parte da polícia e bancaste o tolo em tua época: tens todo o estofo de um Nero, um Calígula – exceto pela ferocidade deles, que já passou de moda. Vem, digo-te, vem, és o homem de que precisamos. Vem, e dá consciência a estes burgueses; vem, e toma o último filho e o último tostão que tem. Vem e vinga-te do socialismo, do comunismo, do fourierismo, e todo o resto. Vem agora, apóstatas de todos os regimes estão a tua espera, prontos a deitar suas consciências e suas mulheres a teus pés! Teu tio Jerônimo disse outrora, em sua petição a Luís-Filipe, que só pedia, em seu retorno à França, permissão para viver e morrer como cidadão francês. Mas tu sabes melhor: tua família te reserva grande coisa. Ao nome de Bonaparte faltava ainda uma glória. Vem, então, e põe fim às nossas dissensões, tomando-nos a liberdade! Vem e consuma a vergonha do povo francês! Vem! (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 71-72)

A vitória de Luís-Napoleão não tardou a trazer consequências para Proudhon. As publicações *Le Peuple* passaram a ser constantes, como a que foi publicada em 25 de janeiro de 1849:

Bonaparte, eleito pelos reacionários, instrumento dos reacionários, personificação da reação. [...] Bonaparte é nesse momento a totalidade da reação, a tal ponto que quem se opõe a ele é realmente revolucionário, e se Bonaparte caísse, toda a conspiração dos doutrinários, legitimistas, orleanistas, imperialistas, capitalistas e jesuítas desabaria com ele! Não vos deveis esquecer que a eleição de 10 de dezembro foi imposta à nação, e quase disse que foi um ultraje à razão nacional. (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 72)

Proudhon escreveu também que a democracia, o socialismo e o proletariado não tinham inimigo pior do que Luís-Napoleão. Os ataques ao novo presidente renderam a Proudhon a cassação de sua imunidade como parlamentar.

Poucos meses antes de sua cassação, e ainda como deputado na Assembleia Nacional da França, Proudhon ambicionou organizar o Direito ao Crédito, de modo a facilitar a vida dos trabalhadores, principalmente os desempregados. Para isso, fundou o “Banco do Povo”, em janeiro de 1849. O Banco deveria conceder empréstimos aos trabalhadores, com taxas de juros baixos, a fim de que eles pudessem adquirir matérias-primas e ferramentas para iniciarem suas próprias produções. Além disso, ele seria uma sociedade comercial com o objetivo de reduzir os juros, progressivamente, e garantir descontos até o ponto de assegurar a circulação dos capitais e dos produtos, gratuitamente (TRINDADE, 2001, p. 27).

Apesar disso, o Banco do Povo foi liquidado algumas semanas mais tarde, antes mesmo da primeira operação de crédito.

Em 28 de março de 1849, Proudhon foi levado ao tribunal do Sena e condenado a uma multa de dez mil francos e a três anos de prisão, por atividades subversivas. Proudhon buscou exílio na Bélgica. Porém, alguns meses mais tarde, o filósofo retornou a Paris e logo foi reconhecido e preso.

Proudhon permaneceu encarcerado na prisão de *Sainte-Pélagie* de 7 de junho de 1849 a 4 de junho de 1852. A notícia chegou ao Brasil pelas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, por meio de uma correspondência datada de 18 de junho de 1849.

Nos primeiros dias deste mês a águia do socialismo (que nada menos é que socialista) o célebre Proudhon caiu nas garras dos abutres da polícia. [...] Em virtude desta condenação é que o puseram sob chave. As más línguas afirmaram (e eu quase o creio) que ele voluntariamente consentiu o empolgasse; e que cansado do ignóbil exército de que era um dos chefes, fez com o governo uma paz, da qual brevemente se conheceram as condições. No entanto, sofre o seu castigo em uma casa de saúde, onde nada lhe falta, mesmo as doçuras de uma liberdade tanto mais preciosa quanto dá ares de contrabando. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 7 de agosto de 1849, p. 2)

A prisão de *Sainte-Pélagie*, localizada em um bairro de Paris, mantinha um edifício reservado aos presos políticos. Esses presos tinham permissão para receber visitas e até mesmo sair, desde que se comprometessem a retornar antes da meia noite e a se comportarem bem. Proudhon teve permissão para receber visitas, ler jornais e folhetos. Em carta ao amigo Maurice, em outubro de 1849, Proudhon escreve:

[...] As autoridades fornecem um vinho a doze *sous* o litro muito melhor do que os negociantes vendem a um franco e cinquenta. Recebo as visitas em meu próprio aposento, e tive permissão de ler jornais e folhetos. Todos os meus livros me foram mandados – na verdade, tudo o que possuo está aqui comigo. Meu desejo – apesar do aborrecimento da prisão e da questão física e moral que o problema representa, é permanecer onde estou pelo menos durante dezoito meses. [...] (PROUDHON, 1849 apud JACKSON, 1963, p. 79)

Proudhon parecia estar satisfeito na prisão. Afinal, a detenção “lhe proporcionou o descanso de que necessitava há muito tempo”, em virtude de que a atmosfera da prisão “era mais a de um hotel familiar do que de uma penitenciária” (JACKSON, 1963, p. 78).

Nos primeiros tempos de cárcere, Proudhon escreveu *Les confessions d'un révolutionnaire* (Confissões de um revolucionário), publicado em 1849, no qual faz uma narrativa crítica dos acontecimentos políticos da Revolução de fevereiro de 1848 (SPOLL, 1868, p. 35). Em julho de 1851, publicou *L'Idée Générale de La Révolution au XIXe Siècle* (Ideia Geral da Revolução do Século XIX), livro escrito sob forte censura, no qual Proudhon “encerrava a primeira exposição completa das ideias do Anarquismo e do Federalismo” (JACKSON, 1963, p. 81). Esse livro foi considerado por Jackson como a principal contribuição de Proudhon para a ciência política.

Além dos livros, e apoiado financeiramente por Herzen, amigo que conheceu na casa de Bakunin em 1847, Proudhon fundou o novo jornal o *La Voix du Peuple* – em substituição ao *Le Peuple*. O *La Voix du Peuple* circulou de 1º de outubro de 1849 a 16 de maio de 1850, chegando a uma tiragem de cem mil exemplares (JACKSON, 1963; SPOLL, 1868).

Ainda na prisão, e beneficiado por uma licença especial, Proudhon casou-se em 2 de janeiro de 1850, com Euphrasie Piégard, parisiense de vinte e seis anos e rendeira de profissão. A jovem tinha sido seu verdadeiro motivo para retornar do exílio. Sua primeira filha – Catherine – nasceu em novembro do mesmo ano; em janeiro de 1852, nascia sua segunda filha – Marcelle. Mais tarde depois dos tempos de cárcere teve mais duas filhas, Stéphanie e Charlotte (JACKSON, 1963, p. 80).

Durante o período em que Proudhon esteve aprisionado, diversos acontecimentos marcaram a França, a exemplo do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, com o qual o príncipe-presidente Luís-Napoleão Bonaparte proclamou-se Imperador (GURVITCH, 1983, p. 12). As relações entre ele e Luís-Napoleão eram ruins, principalmente porque Proudhon compreendia bem as intenções de seu adversário político.

No dia 4 de dezembro de 1851, anotou em seu *Carnets*:

Um aventureiro infame, eleito por uma ilusão popular para presidir aos destinos da República, aproveita-se das nossas discórdias civis. Com a corda na garganta, ousa pedir-nos a tirania. Neste momento, Paris lembra uma mulher, amarrada, amordaçada, violada por um bandido. (PROUDHON apud GURVITCH, 1971, p. 115)

Três meses depois, nos dias 27, 28 de fevereiro e 1º de março, escreveu:

O bastardo adulterino da filha de Josefina, filho e neto de putas, inapto, incapaz, sem virtude e sem vergonha, uma ironia com o nome e o sangue de Bonaparte [...]. Oh cobardes, franceses cobardes! Para mim, existe uma maneira de merecer honradamente a nossa libertação de Luís Bonaparte: é matá-lo. Admiraria, louvaria, vingaria o que fosse capaz deste ato. (PROUDHON apud GURVITCH, 1971, p. 116)

Esses foram alguns dos poucos momentos de ira expressos por Proudhon, que, segundo seus biógrafos, era um sujeito calmo e pacífico, avesso às batalhas e à violência. Não obstante, Proudhon estava correto em suas desconfianças sobre o presidente Luís-Napoleão: o Golpe de Estado e a sua proclamação como Imperador constituíram-se em um choque duro demais para Proudhon que, de acordo Gurvitch, “tem a impressão de ser ‘condenado a morte’, não do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista da causa por que sempre lutou” (GURVITCH, 1971, p. 116).

Como assinalado, Proudhon ganhou definitivamente a liberdade a 4 de junho de 1852. No ano seguinte, publicou *La Philosophie du Progrès* (Filosofia do Progresso), obra produzida ainda na prisão, publicada na Bélgica, mas proibida na França. Segundo Gurvitch (1883), Proudhon reafirmou nesse trabalho a posição revolucionária, retomando a concepção de justiça presente em suas primeiras obras.

Em outubro de 1853, logo após o nascimento de Stéphanie, a família foi atacada pelo mal de cólera. Sua segunda filha, Marcelle, morreu, e a mais nova nunca mais se recuperou totalmente de seus efeitos posteriores, tendo uma infância delicada. Foi nessa época que Proudhon adquiriu uma “infecção cerebral que o atacou intermitentemente durante o resto de seus dias. A pobreza e a doença perseguiram a família” (JACKSON, 1963, p. 88-89). Foram tempos difíceis para Proudhon.

Em 1854, Proudhon escreveu *Manuel du spéculateur à La Bourse* (Manual do especulador da bolsa), a partir de “notas que lhes foram oferecidas por Georges Duchêne, antigo redator do *Le Peuple*”, obra inicialmente anônima, mas “diversas considerações levaram Proudhon a dar seu nome e aquele do seu colaborador na edição de 1856” (SPOLL, 1868, p. 41). O autor assinala que:

Essa viva sátira contra a especulação, cheia de informações preciosas e de fatos sem replica, causou, no mundo financeiro, uma emoção fácil de conceber. Foram vendidos 22.000 exemplares em pouco tempo. No prefácio de um dos últimos livros de Proudhon: *Do princípio da arte*, nós lemos que o ilustre economista devia

publicar uma sequência ao *Manual*, sempre em cooperação com G. Duchêne, ao qual ele dava a medida todos os elementos desse trabalho. Esses materiais se compõem: 1º, de um plano, cuja divisão por capítulos foi feita e os sumários foram escritos por Proudhon; 2º, de uma brochura de 214 páginas, inteiramente dele, completamente inédita [...]; 3º, das cartas e das notas explicativas endereçadas pelo autor a G. Duchêne, de 1858 a 1864; 4º, de todas as notas recolhidas sobre esse assunto durante 7 anos. A obra remodelada quanto ao plano foi publicada sob esse título: *La spéculation devant les tribunaux* (A especulação diante dos tribunais). (SPOLL, 1868, p. 42-43)

Nesses textos Proudhon demonstra seu posicionamento contrário ao Capitalismo e ao Segundo Império. O sucesso do livro possibilitou a Proudhon sustentar sua família durante um período difícil e, durante mais de três anos, ficou recolhido em seus estudos, em total silêncio, para, em 1855, publicar *Des réformes à opérer dans l'exploitation des chemins de fer* (Reformas a operar na exploração dos caminhos de ferro), monografia que tratou da indústria dos transportes, que deveria servir como modelo para uma série de estudos sobre as grandes indústrias francesas.

Em 1855, para ajudar a equilibrar as despesas da família, a esposa de Proudhon volta a trabalhar em sua antiga função de fabricante de rendas. Mas no ano seguinte, Euphrasie estava grávida novamente e teve que abandonar o trabalho. Em maio de 1856, nasceu Charlotte, que morreu em dezembro do mesmo ano, com uma doença denominada “mal dos dentes”.

A doença pode provocar o pânico num homem sem emprego, sem bens nem pensão, que vive de vender seu trabalho intelectual. Os amigos se dispunham a ajudá-lo, mas ele recusou sempre. No ano seguinte, 1857, não teve mais dinheiro nem saúde: as dores de cabeça e a febre persistiram e todas as suas horas eram dedicadas ao trabalho não remunerativo de sua *magnum opus*. (JACKSON, 1963, p. 90).

Concluiu finalmente seu trabalho, que foi publicado em 22 de abril 1858, em três pesados volumes, com o título *De La Justice dans la Révolution et dans l'Église: Nouveaux Principes de Philosophie Pratique* (A Justiça na Revolução e na Igreja: Novos Princípios de Filosofia Prática).

2.3

A maturidade e os últimos anos de Proudhon

O livro *De La Justice dans la Révolution et dans l'Église* foi uma série de doze estudos, dedicados ao Monsenhor Césaire Mathieu, Cardeal-Arcebispo de

Besançon, que tinha fornecido ao Sr. de Mirecourt, publicista católico conservador e de extrema direita, os elementos necessários ao panfleto difamatório e injurioso contra Proudhon (SPOLL, 1868, p. 43). Nesse trabalho, Proudhon passou em revista as principais questões discutidas em suas obras: Direito, filosofia, religião, moral, política, economia social, entre outros.

A ideia mãe do livro é que a humanidade possui no seu íntimo a justiça; que toda revelação exterior e superior à humanidade é subversiva da ideia de justiça; e que o seu critério deve ser procurado, não numa revelação divina (sistema de transcendência), mas na evolução histórica e filosófica do pensamento humano (sistema da imanência). (SPOLL, 1868, p. 44)

O livro tratou de problemas relacionados à justiça; às pessoas e à dignidade humana; aos bens e a aplicação da justiça à economia política; ao Estado; à educação; ao trabalho; às ideias; à consciência e à liberdade; ao progresso e à decadência; ao amor e ao casamento; e à sanção moral. “Assim surgia a mais volumosa das suas obras, que iria ser considerada como o manifesto do anticlericalismo francês” (GURVITCH, 1983, p. 16). Cinco dias após a publicação, seu livro foi apreendido sob as ordens do tribunal e Proudhon perseguido sob acusações de ofensa moral pública e religiosa, foi multado e condenado novamente a três anos de prisão, indo refugiar-se novamente na Bélgica (SPOLL, 1868, p. 44). Segundo Jackson, a condenação baseava-se em cinco acusações: “(i) ultraje à moral pública e religiosa e ataques aos direitos da família; (ii) defesa de atos considerados como crimes pelo direito penal; (iii) ataques ao respeito devido às leis; (iv) estímulo ao ódio ou desprezo entre os cidadãos; (v) publicação de notícias falsas com má-fé” (JACKSON, 1963, p. 94).

Logo conseguiu levar a esposa e as filhas para Bruxelas e instalou-se no subúrbio de Ixelles. “Um apartamento pequeno e escuro, e não tinha jardim. Não havia nem mesmo um estúdio para o filósofo, que tinha de trabalhar entre a roupa de cama e a comida, numa pequena despensa” (JACKSON, 1963, p. 100). Proudhon passou quatro anos na Bélgica.

Em 12 de dezembro de 1860, Proudhon recebeu anistia de Napoleão III, mas resolveu permanecer na Bélgica (TRINDADE, 2001, p. 31) e em 1861, publicou *La Guerre et la Paix* (A Guerra e a Paz), tratando do princípio e da constituição do direito das pessoas. Nessa obra, Proudhon quis demonstrar que a guerra possui caráter diferente em cada sociedade e que em um Estado capitalista

ela “toma, em primeiro lugar, a forma de concorrência e depois a da luta de classes” (GURVITCH, 1983, p 16). Na primeira parte do livro, Proudhon fez uma defesa filosófica da guerra e muitos leitores não passaram dessa parte, chocados com sua “aparente mudança de atitude”. Em outubro de 1861, ao responder a um correspondente anônimo, Proudhon escreve:

Vejo, agora, que lhe estão dizendo, e que você está começando a acreditar, que recuei. Deixe que lhe digam o que quiserem, e procure compreender-me, ao invés de espantar-se. Sou o único autor que, desde o golpe de Estado, avançou no sentido da República Social, que luto por dotar de uma ciência econômica e de uma filosofia geral. E agora, porque nos últimos dez anos adotei nova linha, porque abandonei as polêmicas a fim de mergulhar nas minhas ideias gerais, você me diz, repetindo os caluniadores, que me estou transformando num moderado, num conservador!”. (PROUDHON apud JACKSON, 1963, p. 105)

Segundo Jackson, não havia qualquer mudança de postura em Proudhon, uma vez que “sempre atacara os que se intitulavam revolucionários” e, a partir do momento que “Bakunin, Mazzini e os outros pregavam a guerra”, seria necessário lutar contra eles também. “Era tempo de atacá-los com mais vigor que nunca – atacá-los com um vigor filosófico que lhe mostrasse não limitar-se a justificativa da guerra à camisa vermelha do guerreiro” (JACKSON, 1963, p. 105). Como assinalado anteriormente neste estudo, Proudhon acreditava na Revolução Social, mas uma revolução feita pelas palavras e por manifestações pacíficas.

Ainda no ano de 1861, Proudhon publicou a *Théorie de l'impôt* (Teoria do Imposto), e em 1862, os *Majorats Littéraires*, uma análise na qual Proudhon examinou um projeto de lei que pretendia instituir o direito de propriedade sobre as produções artísticas, literárias e científicas. No ano seguinte, esse artigo foi publicado também em Paris, o que causou uma espécie de protesto silencioso dos jornalistas insatisfeitos com suas interpretações (SPOLL, 1868, p. 50).

Ao regressar do exílio em 1862, instalou-se em Passy, um subúrbio parisiense. Proudhon, que já demonstrara oposição à unidade nacional italiana, publicou quase simultaneamente duas brochuras: *Les Démocrates assermentés et les réfractaires* (Os democratas e os refratários), que tratou do sufrágio universal; e *Si les traités de 1815 ont cesse d'exister* (Se os tratados de 1815 cessaram de existir). Essas obras deram continuidade ao artigo então publicado em junho de 1862, *Garibaldi et l'unité italienne* (Garibaldi e a unidade italiana), no jornal *L'Office de publicité*, causa de tantos mal-entendidos, que o fizeram retornar à França (SPOLL, 1868, p. 48).

Em 1863, buscou permissão para a abertura do periódico semanal, *La Fédération*, o que lhe foi negado pelo Ministério do Interior francês. Proudhon também se mostrou interessado no federalismo e na democracia industrial. Esse interesse levou-o a produzir, no mesmo ano, o livro *Du Principe Fédératif et de la Nécessité de Reconstituer le Parti de La Révolution* (Do Princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução) (GURVITCH, 1983, p. 16).

Nesse livro, Proudhon tratou do Federalismo como princípio geral de organização da sociedade, e não apenas como um sistema de ultrapassagem das soberanias. Não preconizou mais uma sociedade sem Estado, ou a destruição do Governo, mas sim, a sua limitação num sistema federal, isto é, “numa organização complexa onde se encontrarão limitadas e reciprocamente contrabalançadas as autoridades e as liberdades” (TRINDADE, 2001, p. 9).

Escrito posteriormente ao *Princípio Federativo*, e publicado após a morte de Proudhon, o livro *La Theorie de la Propriété* (Teoria da Propriedade) traz uma análise minuciosa sobre a propriedade em uma federação industrial e agrícola, que em um regime capitalista torna-se uma “propriedade federativa”. Trata-se, portanto, de uma propriedade restrita, “expurgada dos seus abusos pela ‘liquidação’ do regime capitalista”. Diz respeito a uma propriedade “que depende de equilíbrios complexos”, ou seja, de equilíbrios experimentados entre os coproprietários. Esses coproprietários são “toda a federação industrial-agrícola, cada ramo da indústria, cada região, cada grupo de produtores e cada trabalhador considerado individualmente” (GURVITCH, 1983, p. 17).

Mesmo com o agravamento de sua doença, Proudhon continuou a produzir suas obras, e, nos últimos três anos de vida, escreveu: *Du Principe de l'Art et de sa destination sociale* (Do Princípio da Arte e sua Destinação Social) e *De La Capacité Politique des Classes Ouvrières* (A Capacidade Política das Classes Operárias), ambos publicados após sua morte. O primeiro reuniu diversos escritos de Proudhon sobre seu amigo pintor, Gustave Coubert, enquanto o segundo, amplamente utilizado pelos trabalhadores do movimento operário francês, mostrou muito do Proudhon revolucionário e militante (JACKSON, 1963, p. 119; GURVITCH, 1983, p. 17).

Proudhon jamais tinha se recuperado dos problemas de saúde ocorridos em 1853, principalmente após o mal de cólera. No verão de 1863, bastante debilitado pelas diversas doenças que vinham atacando seu corpo, Proudhon começou a

“sentir um tipo de prostração física e intelectual”. De acordo com Spoll, ele escreveu a um amigo em 12 de julho dizendo:

Estou nesse momento em um tal estado de cansaço e de nojo, que leitura, escritura, até pensamento, tenho tudo em horror. Eu deixo aí meus livros; eu negligencio minha correspondência; não tomo mais notas; e só me sinto com força para ir ao bosque de *Boulogne*, e me deitar à sombra sobre a erva ressecada. Ai eu durmo ou sonho horas inteiras. (SPOLL, 1868, p. 55-56)

Em 1864, quando foi aconselhado pelos médicos a que se distraísse e procurasse descansar, uns amigos levaram Proudhon à Franche-Comté, em Besançon, onde passou um mês inteiro (SPOLL, 1868, p. 56). Lá pode encontrar-se com alguns parentes e com o amigo, Sr Weiss, o bibliotecário que o estimulou em seus primeiros estudos. O Sr Weiss, já com oitenta e seis anos, recebeu Proudhon “como um filho e como uma celebridade, pedindo-lhe um retrato e um exemplar autografado do *Majorats Littéraires*” (JACKSON, 1963, p. 121). Essa foi, provavelmente, a última viagem de Proudhon.

Durante essa viagem, onde ele tinha passeado muito aqui e ali, na companhia dos seus amigos, Proudhon pareceu voltar a ter um pouco de alegria, mas ele voltou à realidade, mais cansado do que antes de sua partida. (SPOLL, 1868, p. 56)

De volta a Paris, sentindo-se enfraquecido pelas doenças respiratórias que o acometiam, Proudhon escreveu (em outubro) ao amigo Beslay: “Você verá que ao invés de melhorar eu acabei me acostumando a estar doente”. No mês seguinte, Proudhon já não conseguia mais escrever sozinho. Suas cartas passaram a ser escritas por sua filha que, ao final, assinava: “Pour mon père, Catherine Proudhon” (JACKSON, 1963, p. 121).

Segundo Jackson, muitas de suas obras ficaram inacabadas. Alguns de seus escritos foram reunidos, organizados e publicados após sua morte pelos amigos escolhidos, ainda em vida, pelo próprio Proudhon. Sofrendo de asma e erisipela, alguns médicos acreditaram que seus males reuniram-se a uma hipertrofia do coração. E por volta das duas horas da manhã do dia 19 de janeiro de 1865, morreu Proudhon.

Não podemos nos pronunciar sobre as causas imediatas da morte de Proudhon. O que nos é permitido dizer, é que ele conservou até o último momento uma completa lucidez de espírito, como testemunha seu livro da “Capacidade Política das Classes Operárias”. A morte se apossou do grande pensador enquanto ele revia as provas; e lá se encontra, admiravelmente resumidas, nos seus princípios essenciais e com suas aplicações às diversas questões do momento, as ideias sobre

as quais ele fundou a obra de toda sua vida. Logo o sofrimento lhe proibiu toda espécie de trabalho (dezembro de 1864), e ele teve que confiar a seu amigo Chaudey o cuidado de terminar essa revisão. (SPOLL, 1868, p. 58)

Seu enterro ocorreu no dia seguinte, com uma multidão que incluía amigos e trabalhadores. “Nada faltou a sua glória, nem mesmo louvores dos jornais da noite, que fizeram um elogio um pouco suspeito daquele contra o qual eles tinham organizado a conspiração do silêncio” (SPOLL, 1868, p. 58).

Sua morte foi noticiada no Brasil, a exatamente um mês após o acontecido, a 19 de fevereiro de 1865, no *Diario do Rio de Janeiro*:

Morreu também o celebre filósofo, o economista Proudhon, morreu paupérrimo nem deixou dinheiro necessário para o seu modesto enterro. [...] O que honra, sobretudo, a memória do Proudhon é que todos os ressentimentos se calaram perante o sepulcro, e muitos que a sua inexorável pena ferira, vieram tributar-lhe as ultimas honras. O luto era geral porque todos sentiam a perda do escritor eminente e do homem de bem. [...] (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 19 de fevereiro de 1865, p. 1)

O jornal também anuncia a presença de diversos homens ilustres da época, destacando, entre eles, os nomes de Joseph Garnier, Élie Reclus (irmão de Élisée Reclus, geógrafo e anarquista que esteve no Brasil em 1893), e B. Gastineau. Seus amigos, os Senhores Chaudey, Langlois e Massol, fizeram-lhe as últimas homenagens, com discursos pronunciados sobre seu túmulo.

Para concluir, é necessário destacar, que depois de sua morte, as ideias de Proudhon continuaram a fomentar as discussões e debates nos congressos operários que tiveram início na Internacional, e serviram de inspiração ao sindicalismo revolucionário, juntamente com as ideias de Bakunin.

3

A formação da classe operária

Uma vez cumprida a primeira educação do Trabalhador e uma vez colocadas em ordem suas ocupações, trabalhar para ele não é mais penar, mas sim viver e gozar.

Pierre-Joseph Proudhon

As transformações ocorridas no mundo durante o século XIX tiveram como causas principais aquilo que Hobsbawm (2005a) chamou de “dupla revolução”: a Revolução Industrial inglesa do século XVIII e a Revolução Francesa iniciada em 1789.

A Grã-Bretanha, com sua política externa determinada por interesses expansionistas e capitalistas, vinha desde a segunda metade do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas de processar algodão, promovendo a mecanização dos sistemas de produção. Esse processo ficou conhecido como Revolução Industrial porque determinou uma série de transformações nos modos de vida dos ingleses, principalmente na vida dos homens pobres que migravam para as cidades em busca de trabalho nas fábricas. Embora inicialmente restrita à Grã-Bretanha, a Revolução Industrial se expandiu pela Europa, ganhando força por volta da década de 1830.

Do mesmo modo, a Revolução Francesa (1789-1799), em princípio limitada à França, se tornou um marco na história mundial, porque contribuiu para o fim do absolutismo, questionando a autoridade real. A estrutura social francesa, à época, conservava o caráter aristocrático e tinha na terra a principal riqueza geradora de direitos, inclusive sobre os homens que a cultivavam para os seus “senhores” (feudalismo). Sua hierarquia social, desde Filipe – o Belo, no século XIV, organizava-se em três Estados Gerais (ou ordens)⁹ o Primeiro Estado, formado pelo clero; o Segundo Estado, constituído pela nobreza, e o Terceiro Estado, composto de comerciantes, da burguesia em geral, dos trabalhadores urbanos, dos artesãos e dos camponeses (BURNS, 1973). Essa hierarquia servia

⁹ A burguesia estava organizada em alta burguesia, formada pelos financistas e banqueiros; média burguesia, composta pelos arrendatários (donos de propriedades urbanas e rurais), profissionais liberais e comerciantes; e pequena burguesia constituída por pequenos comerciantes e artesãos.

para garantir os privilégios do clero e da nobreza, favorecendo também a governabilidade do rei.

Nas últimas décadas do século XVIII, a realeza decadente deteriorava-se pela corrupção e pelos desmandos dos nobres acobertados por cardeais, enquanto a burguesia, ampliando sua capacidade de acumular riquezas, tornava-se cada vez mais emancipada, o que evidenciava seu poder sobre a produção e sobre o conhecimento técnico. Não tardou, portanto, que o Terceiro Estado passasse a desejar também o poder político.

A industrialização na França foi relativamente mais lenta do que na Grã-Bretanha, principalmente porque havia grande quantidade de mão de obra barata e um alto custo das máquinas, o que retardou os investimentos do patronato, principalmente o de pequena escala, que não possuía um projeto mecanizador. Segundo Perrot (2001), os investimentos na indústria pelo patronato vieram a acontecer somente quando houve a escassez de mão de obra decorrente da Revolução e da instituição do Império. Contribuiu também para esses investimentos a alta dos salários dos operários urbanos, em função dos movimentos que agitaram a França durante as primeiras décadas do século XIX. Além disso, entre 1815 e 1820, o êxodo das grandes fábricas de Paris para as periferias e para o interior, causou certa ruptura nas relações de trabalho entre as grandes cidades, as periferias e o campo, o que contribuiu, de certo modo, para o atraso na industrialização naquele país.

Esses acontecimentos na Grã-Bretanha e na França ocorreram quase que simultaneamente, permitindo o desenvolvimento das classes trabalhadoras. No entanto, o que se processou efetivamente durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, naqueles dois países, assim como em boa parte da Europa e nos Estados Unidos da América, foram mudanças nas relações de trabalho, causadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais, que já vinham acontecendo desde o século XVI, com a dissolução das relações feudais e do desenvolvimento do comércio internacional. Não se pode afirmar, porém, que esses trabalhadores se constituíam ou se percebiam como “classe”.

O termo “classe” foi descrito por E. P. Thompson como um fenômeno histórico, não sendo “estrutura” ou “categoria”, mas algo que ocorre nas relações

humanas. A constituição de uma classe passa pelas relações econômicas, políticas e culturais sendo, portanto, parte da história.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 2004, p. 10)

Neste sentido, entende-se que as classes são consequência de interesses divergentes que causam desigualdades no contexto da sociedade, porque emergem da estrutura dessas desigualdades sociais. No entanto, restringir o conceito de classe no âmbito das desigualdades sociais é uma primeira definição, tendo em vista que nem toda desigualdade social dá lugar à formação de uma classe.

Adicione-se a esta primeira delimitação a ideia de que as relações que se estabelecem entre as classes, de modo geral, são determinadas pela produção, assim como pelo modo como os homens compreendem o trabalho em seu contexto, o que Thompson chamou de “experiência de classe”. A classe burguesa, por exemplo, substituiu a terra pela manufatura e, posteriormente, pela indústria, modificando as relações servis do feudalismo pelas relações em que o capital estabelece os meios de produção, sendo o lucro decorrente da força de trabalho comprada daqueles que não dispõem dos meios de produção, isto é, da classe operária.

Outro elemento pode ser associado ao conceito de “classe”. Trata-se da “consciência de classe”. De acordo com Thompson,

[...] a consciência de classe é a forma como essas experiências [de classe] são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 2004, p. 10)

A consciência de classe para Thompson diz respeito aos modos como, historicamente, as experiências são tratadas em termos culturais e estão vinculadas aos sistemas valorativos e às tradições da sociedade. Há uma lógica na consciência de classe que pressupõe uma ação solidária e organizada no interesse da coletividade, refletindo-se em uma ação política. A cultura, os hábitos, os estilos de vida e os comportamentos são assumidos subjetivamente quando a classe se organiza politicamente, fundamentada em uma identidade que lhe é

própria. Portanto, a classe somente começa a existir quando se percebe enquanto classe, tratando-se, assim, do seu despertar.

Todavia, examinando com profundidade o termo “consciência de classe”, Georg Lukács (2012) atribuiu-lhe um sentido político maior quando disse tratar-se de uma resposta racional, adequada e atribuída a uma situação específica no processo de produção.

[...] a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe. Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência. (LUKÁCS, 2012, p. 142)

Dessa ideia, é possível inferir que a consciência de classe manifesta-se entre os trabalhadores em função da situação enfrentada pela própria classe no contexto das relações geradas no processo de produção, e não no lugar onde cada trabalhador ocupa neste mesmo processo. A consciência de classe consiste no discernimento dessas relações de produção em favor dos interesses da coletividade (classe) e contra o capital.

Além disso, no entender de Hobsbawm, em um sentido político, tanto a classe operária quanto o campesinato, se compõe de trabalhadores que somente podem realizar coisas quando estão organizados coletivamente, tendo em vista que, potencialmente, não estão em posição de comando ou de influência, conforme sempre esteve a classe média superior (alta burguesia). Sua experiência de trabalho demonstra “todos os dias que eles devem agir coletivamente ou não agir de forma alguma”. E acrescentando, assinala:

[...] mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (para usarmos a expressão de Gramsci), irão permanecer tão subalternas como a plebe do passado pré-industrial. (HOBBSAWM, 2005b, p. 45)

Essa organização formal explicitada por Hobsbawm diz respeito à consciência de classe, que se vê refletida “em uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe” (HOBBSAWM, 2005b, p. 46). Diante de tais colocações, é necessário considerar que essa organização pode acontecer

por meio de “sindicato”, de “partido” ou de “movimento”, desde que seja a expressão do trabalhador individual refletindo-se em uma ação política de interesse da coletividade. Para o autor, a consciência de classe surge “natural e logicamente da condição proletária”, em sua forma elementar de “consciência sindical”, porque a organização coletiva dos trabalhadores contra os seus empregadores serve para defendê-los e melhorar suas condições de trabalho, enquanto operários assalariados (HOBSEBAWM, 2005b, p. 88). E foi desse modo que a classe operária se organizou e tomou consciência de sua própria existência. Convém mencionar, neste momento, que há uma diferenciação entre classe trabalhadora e classe operária. Thompson afirma que:

[...] “Classes trabalhadoras” é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras. (THOMPSON, 2004, p. 9)

Diante desta assertiva, considera-se que a classe trabalhadora envolve o conjunto de membros de uma sociedade que vive de seu próprio trabalho, independentemente da função e/ou profissão exercida. Há inclusive aqueles que possuem seus próprios meios de produção, como é o caso de um camponês que cultiva sua terra (ou uma terra arrendada) com seus próprios meios e instrumentos, para seu sustento e o de sua família; ou um artesão que compra a matéria-prima, produz e comercializa a sua produção. Do mesmo modo, são incluídos na classe trabalhadora, os indivíduos que não possuem autonomia porque a matéria prima, os meios e os recursos empregados na produção, assim como o produto de seu trabalho não lhes pertence, como por exemplo o camponês sem terra, que sobrevive como assalariado; o comerciante, que vende as mercadorias de um empresário; ou ainda, o operário de uma fábrica, pertencente a um proprietário. Todos são trabalhadores, portanto todos pertencem à classe trabalhadora.

Partindo dessa afirmação, entende-se que no contexto da classe trabalhadora há um grupo específico que se constitui a partir da industrialização, denominado classe operária, que também é conhecido como proletariado. A classe operária¹⁰ se refere ao conjunto de trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos

¹⁰ O nome “operário” foi dado aos trabalhadores que eram capazes de operar as máquinas nas primeiras indústrias instituídas na Inglaterra.

proprietários (que detém e controla os meios de produção), principalmente manufatureiros e industriais (burguesia) em troca de salários. Esses operários não possuem autonomia nem recursos para trabalhar por conta própria. Em um processo de produção capitalista, a classe operária é vista como um extenso grupo social, constituído por diversos subgrupos de trabalhadores assalariados, ocupando diferentes ramos produtivos, como por exemplo os metalúrgicos, os mecânicos ou os sapateiros das grandes fábricas ou oficinas.

Ao longo do século XIX, a classe trabalhadora organizou-se, tomando consciência da sua condição enquanto classe, em decorrência dos fatores econômicos, políticos e sociais que desencadearam os acontecimentos históricos nos diferentes países da Europa e das Américas.

Considerando que a França é um dos berços da classe trabalhadora e levando-se em conta que a participação desse grupo nos movimentos revolucionários daquele país influenciou o resto do mundo em diferentes épocas e situações, inclusive o Movimento Operário Brasileiro, será realizada, no próximo item, uma breve contextualização dos principais acontecimentos envolvendo os trabalhadores franceses ao longo do século XIX. Realizar esse conciso histórico poderá servir, igualmente, para elucidar o modo de vida e o pensamento de Proudhon, autor sobre o qual este estudo se debruça.

3.1

A classe trabalhadora na França do século XIX e sua herança revolucionária

Como assinalado, no final do século XVIII a estrutura social na França, assim como em alguns outros países da Europa, ainda conservava o caráter aristocrático. As relações de trabalho baseavam-se na terra como a principal fonte de riqueza e de direitos. Nessas relações, como herança dos tempos feudais, a classe trabalhadora ainda dependente dos proprietários, sentia-se inferior.

A aristocracia constituída por burgueses que compravam títulos de nobreza e exerciam cargos políticos e administrativos vinha, há algum tempo, cobrindo os déficits da nobreza. Esta aristocracia negou-se a cobrir os gastos do governo quando seus privilégios foram negados, e veio a crise que contribuiu para a Revolução, que se desencadearia na França a partir de 1789.

De acordo com Hobsbawm, a Revolução Francesa não foi um movimento que teve uma liderança partidária ou uma organização conforme se viu nas revoluções do século XX. No entanto, tratou-se de um movimento com um “surpreendente consenso de ideias gerais entre um grupo social bastante coerente”. Esse grupo deu à Revolução uma unidade efetiva. O autor referia-se à burguesia, com suas ideias do “liberalismo clássico, conforme formuladas pelos ‘filósofos’ e ‘economistas’, e difundidas pela maçonaria e associações informais”. Essas concepções burguesas foram representadas na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 1789 (HOBBSAWM, 2008, p. 19).

A Declaração foi uma manifestação contra uma sociedade de privilégios, hierarquizada pela nobreza e pelo clero. Porém não se tratou de um manifesto “a favor de uma sociedade democrática e igualitária”, conforme afirmou Hobsbawm, porque ela também “prevê a existência de distinções sociais”, mesmo declarando em seu primeiro artigo que “os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”. Esta observação se deve à manutenção do direito à propriedade privada como um “direito natural, sagrado, inalienável e inviolável” (HOBBSAWM, 2008, p. 20).

Concordando com Hobsbawm, Burns assinala que a igualdade e a liberdade explicitadas na Declaração implicam considerar que todos os cidadãos são livres e iguais, por possuírem direito a tratamento igual perante a lei e diante dos tribunais. Não conjecturava, no entanto, a igualdade de distribuição de riquezas, assim como não expressava a proteção do Estado aos “incapacitados” de ganhar a vida. Ressalta que “os autores da Declaração dos Direitos não eram socialistas nem estavam particularmente interessados no bem-estar econômico das massas” (BURNS, 1973, p. 608).

Durante todo o tempo da Revolução Francesa não faltaram ações repressivas, execuções primárias pela multidão insurgente, perseguições e sanções rigorosas das forças públicas. Somente durante o regime do Terror (1793-1794) foram cerca de 20.000 execuções por toda a França. Bastava que se suspeitasse de ligações com os girondinos ou com o governo dos Bourbons para ser perseguido. Ninguém estava a salvo. Em 1799, a Revolução Francesa chegou ao fim com o golpe de estado de Napoleão Bonaparte, em 9 de novembro, o 18 brumário no calendário da Revolução (BURNS, 1973).

A ascensão de Bonaparte foi relativamente fácil, tendo em vista a situação caótica da França. Seu nome tornou-se um símbolo de grandeza e glória, que marcou o início de uma nova era, ainda que não tenha anulado as influências da Revolução Francesa, visto que não a renegou, mas cerceou-lhe os abusos.

Em outras palavras, alimentou e fortaleceu o patriotismo revolucionário e levou avante as realizações de seus predecessores que se podiam adaptar aos objetivos de um governo centralizado. Mas a liberdade no sentido de inviolabilidade dos direitos individuais nada significava para ele; chegou mesmo a declarar que o povo francês necessitava de igualdade e não de liberdade. (BURNS, 1973, p. 624)

Burns defende que para Napoleão a igualdade era apenas uma questão de oportunidade igual e não uma questão de nascimento. Por este motivo, não interferiu nas atividades econômicas das classes privilegiadas, assim como não se preocupou em devolver as terras à velha nobreza ou retomar a servidão. Além disso, consolidou a República Burguesa, centralizando o poder em suas mãos, mas tornando-se um monarca absoluto em 1804, quando um plebiscito fez dele um imperador.

Bonaparte realizou reformas econômicas, reafirmou os princípios liberais e defendeu a propriedade. Utilizou-se da soberania nacional e do liberalismo para trazer prosperidade à França e garantir o apoio das classes populares. Associado à burguesia, concretizou a reforma tributária; favoreceu o desenvolvimento da agricultura e da indústria; garantiu a estabilidade interna por meio de tarifas protecionistas que propiciaram as condições de conquista do mercado interno; e fundou o Banco Francês.

Burns assinala ainda que as maiores realizações de Napoleão enquanto estadista foram as reformas educacional e judiciária, iniciadas ainda no tempo da Revolução. A reforma jurídica deu-se em 1810 quando completou, juntamente com outros juristas, o “Código Napoleão”. Este código constituiu-se em uma “revisão e codificação das leis civis e criminais com base nos planos elaborados pela Convenção Nacional”. A reforma educacional foi instituída entre 1806 e 1808 pela lei que centralizou a instrução sob o nome de Universidade Imperial e pelo decreto que determinou estar o ensino público confiado exclusivamente à Universidade. Seu objetivo era garantir a fidelidade dos cidadãos por meio da unidade e da uniformidade advinda de uma instrução apropriada de modo a mantê-lo no poder (BURNS, 1973, p. 627).

Com o passar dos anos, Napoleão foi tornando-se cada vez mais agressivo e egocêntrico. Seu militarismo provocou reações em suas vítimas e pouco a pouco o Imperador perdeu o poder de conquista, inclusive dentro da própria França. A revolta espanhola de 1808, por exemplo, marcou o início de seu declínio, mas sua derrota definitiva veio apenas em 1815, na Batalha de Waterloo, na Bélgica.

Com a derrota de Napoleão em Waterloo, Luís XVIII retornou a Paris colocando os Bourbons novamente no trono. Entretanto, o regresso de Luís XVIII não significou a volta ao *ancien régime* anterior à Revolução Francesa, uma vez que os Bourbons encontraram uma classe camponesa livre do regime senhorial e uma classe de trabalhadores da indústria em processo de formação e organização. Da mesma forma, as relações econômicas capitalistas vinham se consolidando enquanto as ideologias que buscavam justificar a ordem capitalista burguesa se instalavam.

O período de Luís XVIII trouxe à França uma época de desavenças entre liberais e moderados, marcada pela luta entre os princípios do *ancien régime* e os princípios da Revolução. Os ultramonárquicos¹¹ assumem o parlamento, impondo suas ideias, seu programa de governo e “empreendendo uma guerra sem tréguas contra os liberais”, submetendo os franceses aos “princípios do respeito da religião e das hierarquias”. Perseguidos e opondo-se ao novo regime, os liberais protestaram por meio de discursos na Câmara, elaboraram canções e panfletos que passaram a ser distribuídos à população pelos vendedores ambulantes e criaram uma sociedade secreta denominada de “Carbonária”, constituída por estudantes, professores, oficiais e advogados, congregando liberais, republicanos e bonapartistas (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 100).

Entre 1820 e 1822 várias insurreições ocorreram em Paris, mas em 1824 a morte de Luís XVIII parece ter fortalecido a monarquia, sobretudo pela ascensão de Carlos X, seu irmão e chefe dos ultramonárquicos, que, com as eleições, garantiram a supremacia desse grupo no governo francês. O novo monarca governou em uma linha mais conservadora: reafirmou o poder católico; puniu com a morte os sacrilégios em igrejas; restringiu a liberdade de imprensa e tentou

¹¹ Durante a monarquia de Luís XVIII, havia na França três partidos políticos: os ultramonárquicos, influenciados por concepções contra-revolucionárias; os liberais, que defendiam a ideia do direito natural, assim como a de um Estado destinado a defender a vida, a liberdade, a igualdade e a propriedade; e um terceiro partido, que propõe a conciliação entre os anteriores, denominado partido dos constitucionais (BERSTEIN e MILZA, 1997).

compensar as famílias dos nobres que tiveram suas propriedades destruídas durante a Revolução Francesa. No entanto, ainda que o povo tivesse recebido o novo rei com comoção, o momento de euforia durou pouco. As medidas adotadas por Carlos X acabaram por causar a insatisfação popular; a admiração pelo regime que vinha sendo adotado desapareceu, e os ultramonárquicos perderam o poder.

Carlos X, com sua atitude obstinada e vingativa, havia inspirado o ódio entre os burgueses que se ressentiram por causa da redução dos juros sobre as obrigações públicas, mas, sobretudo, por ter cerceado o poder dos eleitores com a privação do voto direto. A pretensão do rei era governar sozinho, desprezando o parlamento. Não tardou, então, para que levantassem as barricadas nas ruas de Paris. O monarca fez diversas tentativas para subjugar a insurreição, contudo suas empreendidas foram inúteis. Estava desencadeada a Revolução de 1830. Carlos X, forçado a abdicar do trono e a fugir do país, abrigou-se na Inglaterra.

Hobsbawm (2005a) assinala que entre 1815 e 1848 três grandes ondas revolucionárias assolaram o mundo ocidental; inclusive as revoluções francesas de 1830 e 1848 fizeram parte desse contexto insurgente. Sobre a onda revolucionária de 1830, o autor considera:

De fato, ela marcou a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a “grande burguesia” de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. (HOBSBAWM, 2005a, p. 161)

Hobsbawm ressalta que as Revoluções de 1830 foram mais inovadoras e radicais por toda a Europa, na medida em que favoreceram o aparecimento da classe operária como uma força política, tanto independente quanto autoconsciente, principalmente na Grã-Bretanha e na França. Entretanto, no caso do operariado francês, essa autoconsciência foi sendo aos poucos construída, uma vez que ocorriam as crises econômicas e políticas que marcaram a primeira metade do século XIX.

A classe operária vinha sendo mantida sob condições precárias de vida e de trabalho e constantemente revoltava-se contra as máquinas, acusadas de serem responsáveis pelo desemprego nos momentos de crise econômica decorrente da crise política.

As máquinas penetram com maior facilidade em períodos de prosperidade, de falta de braços, como ocorre sob o Império. Vem o desemprego, e elas são postas em causa, com maior ou menor violência. Conforme se sabe, as crises dessa primeira metade do século XIX são de origem agrícola, não surpreende que se veja esboçar uma certa coincidência entre o alto preço do pão e o impulso luddista¹². Aliás, às vezes o saque de cereais e a destruição de máquinas se combinam, como em Rouen, em julho de 1789. A máquina, à sua maneira, é uma açambarcadora de empregos. (PERROT, 2001, p. 25-26)

Perrot assinala que os incidentes que marcaram a oposição dos trabalhadores franceses às máquinas combinados aos momentos de crise econômica e/ou política seguiram uma cronologia com picos de intensidade: 1787-1789 (período que antecedeu à Revolução Francesa); 1816-1819 (crise política do governo de Luís XVIII); 1829-1833 (crise política que resultou na queda de Carlos X); 1840 (a repressão contra os chefes republicanos, no governo de Louis-Philippe); e 1847-1848 (período que antecedeu à Revolução de Fevereiro).

Com a queda de Carlos X, Louis-Philippe d'Orleans ascendeu ao trono naquele ano de 1830. Seu governo ficou conhecido como “Monarquia de Julho” e durou até 1848. “O novo governo foi proclamado como uma monarquia constitucional baseada no princípio da soberania popular” (BUNS, 1973, p. 643). A Câmara dos Deputados exigiu que o novo rei abandonasse o princípio da monarquia de direito e aceitasse o estabelecimento de uma ligação contratual com os representantes da nação eleitos para o parlamento. “Esta transformação do seu estatuto é revelada pelo seu título: é rei dos franceses e não rei da França”. (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 103). Seu governo foi mais liberal do que o reinado de Carlos X, mas representava a burguesia e não o proletariado, o que desagradou aqueles que fizeram, nas barricadas, a Revolução de 1830. Em consequência, teve que enfrentar situações, e durante os anos seguintes à sua posse deparou-se com uma febre revolucionária, uma crise econômica causadora de desemprego e o espectro da fome na capital.

As agitações populares eram constantes. Os republicanos atraíam estudantes, operários e a pequena burguesia, que se organizando em sociedades secretas, aliavam-se a homens de grande influência pessoal e social como, por exemplo, Garnier-Pagès, Godefroy Cavaignac, Raspail, Armand Marrast e Louis

¹² O luddismo foi um movimento contrário à mecanização do trabalho decorrente da Revolução Industrial. Em alguns casos, trabalhadores adeptos a esse movimento, invadiam as fábricas e quebravam as máquinas, por acreditarem que elas eram as responsáveis pelo desemprego.

Blanc. Jornais republicanos como *Le National* e *La Tribune*, defendiam a instrução primária gratuita e reclamavam o sufrágio universal. O movimento dos operários da seda em Lyon (1831); a insurreição de 5 de junho de 1832 que levou ao massacre ao redor de Saint-Merry; e a Primavera trágica de 1834, com as sublevações simultâneas em Paris e em Lyon, todos tiveram a participação dos republicanos.

Assim, para conter as agitações, Louis-Philippe nomeia um governo presidido pelo duque de Broglie, Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo Guizot à frente da Instrução Pública, e Thiers no Interior. Thiers adotou diversas leis repressivas, proibindo a liberdade de imprensa e qualquer manifestação ou ataque ao governo ou ao rei. A repressão do governo foi disseminada por meio de processos e prisões contra os chefes republicanos, eliminando as tentativas de sublevação, como aconteceu, em 1839, à *Société des Saisons*, dirigida por Barbès e Blanqui, com forte coibição pelas forças policiais. No entanto, em 1840, toda a repressão não impedia que a oposição continuasse a incomodar o governo. Uma greve com mais de cem mil operários agitou a França, sobretudo em Paris: os trabalhadores reivindicavam uma jornada de trabalho de dez horas diárias.

Na tentativa de abrandar a oposição republicana, em outubro daquele ano o rei nomeia Guizot para dirigir o governo sob a autoridade nominal do marechal Soult. Durante os oito anos seguintes, Guizot tenta colocar suas ideias em prática, pois, para ele, monarquia constitucional baseada em um sistema eleitoral censitário é o regime perfeito.

[...] como liberal coerente, considera legítimo que o governo seja exercido pelas elites que revelaram as suas capacidades adquirindo a riqueza e a instrução. Aos seus olhos, a função do Estado consiste em favorecer, através do desenvolvimento econômico, o crescimento da burguesia (que chama de “classe média”, uma vez que se situa entre a aristocracia e o povo). (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 108).

A burguesia enriquecida, ao tornar-se elite, não causaria mais obstáculos no modelo liberal de Guizot. Do mesmo modo, os mais competentes e hábeis entre os trabalhadores, ao se destacarem, poderiam ascender ao grupo politicamente ativo, sem restrições. Além disso, Guizot era contrário a qualquer reforma que colocasse sua política em risco. Por esse motivo, rejeitou a reforma eleitoral, que daria poder de voto a um número maior de eleitores, uma vez que baixaria o imposto sobre o

voto para cem francos e permitiria que pessoas com mais instrução pudessem votar.

As tentativas de Louis-Philippe, mesmo com Guizot à frente do governo, não foram suficientes para aplacar as dificuldades econômicas provocadas pela má colheita de trigo e pelo apodrecimento das batatas em 1846. Esses acontecimentos, entre outros, desencadearam diversas manifestações em Paris. A pobreza no campo, o aumento do preço do pão e a miséria dos operários contribuíram para agravar ainda mais a situação. Além disso, a disseminação do socialismo no interior do movimento da classe operária associada às medidas adotadas por Louis-Philippe, colocando os interesses capitalistas e os negócios em primeiro, foram suficientes para provocar a revolta popular. Como resultado, a oposição organizou uma campanha promovendo banquetes em toda a França, durante os quais fortes ataques verbais contra o governo eram feitos pelos oradores.

O banquete marcado para 22 de fevereiro de 1848 em Paris foi proibido e suscitou a manifestação popular que resultou, no dia seguinte, na demissão de Guizot. Durante as manifestações a desordem se instalou e não tardou para que as tropas do governo reagissem e deixassem dezesseis trabalhadores mortos. Como consequência, Paris amanheceu, a 24 de fevereiro, cheia de barricadas.

[...] e o exército mostra-se impotente para travar o tumulto, enquanto que a Guarda Nacional grita “Viva a Reforma!”. Desencorajado, o rei, com 74 anos, abdica a favor do seu neto, o conde de Paris. Mas, nos *Paços do Concelho*, os chefes republicanos constituem um Governo Provisório que proclama a República. (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 109).

A Revolução de Fevereiro, como é conhecida a Revolução de 1848, trazia em si o desejo por um governo democrático e um sentimento de revolta causado pela corrupção do governo de Louis-Philippe e seus colaboradores, que enriqueciam à custa do povo. Essa Revolução exaltou os ânimos das massas em diferentes países da Europa refletindo-se em sucessivos eventos que reivindicavam mudanças profundas na ordem social e política. Esse encadeamento de acontecimentos ficou conhecido como a “Primavera dos Povos”, como assinala Hobsbawm (2005a). A “onda revolucionária” afetou a Itália, os Estados Alemães, e a Suíça (1847), além da Espanha, da Dinamarca e da Romênia, enquanto na Irlanda, na Grécia e na Grã-Bretanha, alguns levantes ocorreram em menor escala.

Sobre a Revolução de 1848, na França, Engels (2005) assinalou que os operários apresentaram pela primeira vez as suas reivindicações, porém as exigências eram inadmissíveis do ponto de vista do mundo capitalista e este foi um dos motivos para a derrota do que chamou de “insurreição operária de Paris” em junho do mesmo ano. Ressalta que o golpe final foi o triunfo de Luís Bonaparte sobre Paris.

A derrubada de Louis-Philippe trouxe a Segunda República à França (a Primeira ocorreu entre 1792 e 1804) e durou até 1852. Nesse período, as várias correntes políticas existentes organizaram um governo provisório com o objetivo de convocar uma Assembleia Constituinte. O Governo Provisório foi formado por republicanos moderados e avançados (democratas). Entre os moderados destacaram-se: Dupont de l'Eure, como presidente, o poeta Lamartine, o sábio Arago, os advogados Ledru-Rollin, Marie, Crémieux e Garnier-Pagès – pertencentes ao jornal *Le Nacional*. Entre os democratas encontravam-se: os jornalistas Armand Marrast, Flocon, Louis Blanc e o operário Albert – pertencentes ao jornal dos democratas *La Réforme* (BERSTEIN e MILZA, 1997).

Em um primeiro momento, parecia que a França vivia uma fase pacífica: operários aplaudem a proclamação da República, acreditando na possibilidade de melhorias para a classe; os sacerdotes abençoaram as “árvores da liberdade” plantadas em todas as comunas e a burguesia, governou ao lado dos moderados e dos democratas. Em consequência, o novo governo proclamou o fim da pena de morte e o estabelecimento do sufrágio universal nas eleições. Contudo, os conflitos entre as lideranças políticas – trabalhistas e burguesas – não tardaram a acontecer. Por um lado, a burguesia e os camponeses reclamavam do Governo a reposição da ordem e a retomada dos assuntos que ficaram pendentes. Por outro lado, os operários (entre eles os socialistas) reclamavam medidas que transformassem seu estatuto na sociedade. Entre as principais reivindicações dos operários e socialistas, destacavam-se: a garantia do emprego, o direito de greve e a limitação das horas de trabalho.

Ainda na Segunda República (1848-1852), o governo criou as oficinas nacionais, uma ideia de Louis Blanc, que pretendia garantir trabalho em aterros, fábricas e construções governamentais, para o grande número de desempregados, enquanto os liberais moderados (que representavam os burgueses proprietários), buscavam impedir as medidas de caráter popular. Nas eleições para a Assembleia

Constituinte, em abril de 1848, venceram os moderados, que obtiveram a maioria das cadeiras de deputados. A polarização política entre burgueses e socialistas ficou mais acirrada, e não tardaram a acontecer as manifestações de rua e os tumultos por toda Paris.

Como resultado, sob o comando do General Cavaignac, ministro da Guerra, o governo pôs fim às manifestações massacrando os revoltosos, fechando as oficinas nacionais e suspendendo os direitos individuais. “Trata-se precisamente de uma guerra de classes, que se desenrola na capital entre 24 e 26 de junho. Durante três dias, a batalha recrudesce, recuperando as tropas de Cavaignac, um após outro, os bairros ocupados pelos insurretos” (BERSTEIN; MILZA, 1997, p. 179). Em seguida à derrota dos rebeldes, é aprovada uma Constituição Republicana e um presidente é eleito para conduzir a França por quatro anos.

Segundo Hobsbawm, a revolução deu a Luís Bonaparte, sobrinho do imperador Napoleão I, a chance de se candidatar à presidência. Sua eleição deu-se por uma grande maioria, principalmente pela herança de seu nome, mas também por uma grande variedade de motivos.

Ele não precisou de votos para permanecer no poder nem (depois do golpe de estado de 1851) para declarar-se imperador, mas se não tivesse sido eleito antes, nem toda sua capacidade para intriga teria persuadido os generais, ou quem quer que tivesse poder e ambição, para apoiá-lo. Era, portanto, o primeiro dirigente de um grande país, com a exceção dos Estados Unidos, a chegar ao poder através do sufrágio (masculino) universal, e nunca o esqueceu. Ele continuou a operar desta forma, primeiro como um César plebiscitário mais ou menos como o general de Gaulle (a assembleia representativa eleita sendo bem insignificante) e depois de 1860 com a parafernália usual do parlamentarismo. (HOBBSAWM, 1977, p. 119)

O presidente Luís Bonaparte, pôs fim à ditadura de Cavaignac e à Assembleia Constituinte, convocou um plebiscito que deu a ele poderes para elaborar uma nova constituição. Ironicamente, Marx chamou seu golpe de estado de “o 18 brumário de Luís Bonaparte”, pelas tentativas do novo imperador em repetir os feitos de seu tio, inclusive proclamando-se Cônsul com poderes ditatoriais por dez anos. Com o propósito de manter-se no poder, um segundo plebiscito foi convocado por Luís Bonaparte em 1852. Nessa consulta, a França foi transformada novamente em um império, o segundo de sua História. O imperador, ninguém menos que Luís Bonaparte, recebeu o título de Napoleão III.

De acordo com Engels (2005), a burguesia reinou durante toda a República (1848-1852), mas foi a sua incompetência que abriu caminho para o Segundo

Império. O novo imperador tirou das mãos dos burgueses as decisões que eles próprios não conseguiam tomar nem executar. Mas não foi apenas a burguesia a sofrer com o Segundo Império: os socialistas também foram sucumbidos, e as lutas dos trabalhadores reduzidas a quase nada.

No Segundo Império (1852-1870), por um lado, o Poder Legislativo ficou marginalizado, e as forças de oposição foram dominadas pela ditadura. Por outro lado, a modernização e o desenvolvimento econômico marcaram o período. A sociedade francesa ainda é essencialmente rural, mas a industrialização por fim traz uma nova sociedade, criando um abismo entre a burguesia enriquecida (mesmo com pouco poder político) e a classe operária, em condições precárias de uma vida de misérias.

Durante os primeiros anos do Segundo Império, o Governo controla a administração, a imprensa e as eleições. O imperador alia-se ao clero, e isso lhe garante um controle maior sobre o país. Os funcionários da administração pública deveriam prestar juramento de fidelidade ao monarca, enquanto professores eram vigiados pelo ministro da Instrução Pública. A imprensa passou a ser controlada; como medida preventiva, os comunicados do Governo eram inseridos nas edições dos jornais, que deveriam se autocensurar para sobreviverem ao novo regime. Somando-se a isso, os republicanos eram perseguidos pela polícia, agindo apenas na clandestinidade, em manifestações silenciosas. Tamanho foi o controle sobre a sociedade francesa que as oposições, tanto monárquicas quanto republicanas, não tinham forças para lutar. Entretanto, a burguesia estava satisfeita com o progresso trazido pelo imperador, tanto porque era ela quem oferecia grande parte dos funcionários do governo quanto pela situação material em que se encontravam (BERSTEIN e MILZA, 1997).

O Império autoritário atingiu o seu apogeu entre 1858 e 1859, mas, a partir de 1860, as pressões dos liberais começaram a crescer, exigindo do imperador a concessão da liberdade de imprensa e a ampliação dos poderes à Assembleia Nacional.

Napoleão III foi notavelmente sem sorte nas suas relações públicas. Ele foi suficientemente infeliz para unir contra si os mais poderosos talentos polêmicos de seu tempo, e as investidas combinadas de Karl Marx e Victor Hugo são suficientes, sozinhas, para enterrar sua memória, sem contar o espírito não menos mordaz de alguns talentosos jornalistas. Além disso, ele foi notoriamente mal sucedido nos

seus empreendimentos políticos internacionais e mesmo domésticos. (HOBSBAWM, 1977, p. 119)

A esse respeito é necessário destacar a sua intervenção na Itália, que provocou o rompimento com a Igreja e, em seguida, deixou os industriais descontentes com o tratado de livre-câmbio assinado com o Reino Unido, deixando a França exposta à concorrência dos Ingleses. Acrescentando-se a esses acontecimentos, Napoleão III interveio no México, entre 1862 e 1867, derrubando o presidente Benito Juarez para garantir o comércio na América e conter a hegemonia norte-americana, o que arruinou com as finanças francesas.

Na década de 1860, enfraquecido politicamente, o imperador se vê entre os conservadores e os liberais e passa a desenvolver uma política de concessões, que lhe permitiram algumas alianças, mas ao mesmo tempo, reforçaram a oposição parlamentar.

Em 1864, em uma tentativa de ter os operários unidos a ele, Napoleão III concede-lhes o direito de greve. Entretanto, os operários adotam uma posição contrária ao imperador e em nome deles Henri Tolain, um cinzelador de bronze, escreve o *Manifesto dos Sessenta*¹³, reivindicando o sufrágio universal sem entraves (que a lei eleitoral de 1850 havia abolido), a liberdade de imprensa e a separação da Igreja e do Estado (BERSTEIN e MILZA, 1997). Em 1864, os trabalhadores londrinos criaram a AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores (a Internacional) – que convocaram em 1866, uma conferência na qual delegados dos países participantes decidiram lutar pela redução da jornada de trabalho, fixando-a em oito horas diárias.

Alguns meses após a abertura da agência londrina, uma filial foi organizada por Tolain em Paris. Esta agência foi tolerada pelo governo, inicialmente, mas logo o regime autoritário encarregou-se de fechá-la. É possível que este tenha sido um dos motivos que levaram os operários a romperem definitivamente com o Império, unindo-se aos Republicanos.

Nos últimos anos do Império de Napoleão III, seu envolvimento em conflitos internacionais, sem o apoio político necessário (atacado por

¹³ O Manifesto dos Sessenta foi um texto escrito por Henri Tolain, auxiliado pelo jornalista republicano Henri Lefort e assinado por sessenta trabalhadores. Esse manifesto foi publicado no *National Opinion* e apresentou as reivindicações sociais dos trabalhadores das indústrias de Paris. Entre as reivindicações destacavam-se o criação de associações comerciais; a expansão da jurisdição das sociedades de ajuda mútua; a regularização do emprego das mulheres; a reforma do ensino, incluindo instrução gratuita e profissional.

conservadores e republicanos) e sem os trabalhadores ao seu lado, o Império entra em declínio. Finalmente, o envolvimento da França em uma guerra contra a Prússia dá fim ao Segundo Império, com a prisão de Napoleão III e de diversos generais, na batalha de Sedan em 1870.

Em 4 de setembro, sem um governo legítimo e com as notícias sobre Sedan, os trabalhadores, juntamente com as populações das periferias parisienses, invadiram o Paço Municipal, dando início a uma insurreição que resultou na proclamação da República. A Terceira República Francesa (1870-1940) é, portanto, resultado principalmente da derrota da França na guerra Franco-Prussiana.

Articulações políticas reuniam monarquistas e republicanos para formarem um Governo Provisório – o Governo de Defesa Nacional – e a guerra continuou com a intenção de expulsar as tropas prussianas da França. Os exércitos alemães cercaram Paris em 19 de setembro. Mas alguns dias depois (27 de outubro), o exército francês comandado pelo Marechal Bazaine se rendeu em Metz e três dias depois, a Guarda Nacional Francesa encontra a derrota, em Le Bourget. O momento era crítico. Os parisienses, na maioria trabalhadores, que podiam manejar armas, alistaram-se na Guarda Nacional para defender Paris. Segundo Marx, no entanto, rapidamente afloraram-se as animosidades que alimentavam a oposição ao governo, constituído principalmente por burgueses e o proletariado, resultando na insurreição de 31 de outubro.

[...] batalhões de trabalhadores atacaram a prefeitura municipal e aprisionaram uma parte dos membros do governo; mediante traição, quebra da palavra por parte do governo e intervenção de alguns batalhões pequeno-burgueses, eles foram novamente postos em liberdade, e a fim de não precipitar a guerra civil interna em uma cidade já sitiada por potências bélicas estrangeiras, o governo de então foi deixado em seu lugar. (MARX, 2011, p. 190)

Sobre esse movimento é necessário assinalar que, ao saber que o Governo de Defesa Nacional iniciou negociações com a Prússia, Blanqui liderou os trabalhadores parisienses e um grupo revolucionário que compunha a Guarda Nacional, ocupou o *Hôtel de Ville* (sede da prefeitura parisiense), instalando um governo revolucionário – o Comitê de Salvação Pública. Sob pressão dos trabalhadores, o Governo de Defesa Nacional prometeu renunciar e convocar eleições para a Comuna, o que apaziguou os arroubos revolucionários. Entretanto, o que se viu foi a invasão do *Hôtel de Ville* e a retomada, pelos soldados do

Governo, da cidade de Paris, que ainda estava sitiada pelos alemães. Em decorrência, Blanqui foi aprisionado por traição.

Em 22 de janeiro de 1871, os blanquistas iniciam uma manifestação, com a adesão imediata dos trabalhadores de Paris, juntamente com os insurretos da Guarda Nacional. Exigiam que o Governo renunciasse e fosse estabelecido um governo da Comuna. Mas, por ordem do Governo de Defesa Nacional, a guarda que defendia o *Hôtel de Ville* disparou suas armas contra os revoltosos, e cerca de trinta manifestantes foram mortos. Em 28 de janeiro de 1871, Paris rendeu-se: as muralhas externas foram desarmadas e os soldados foram considerados prisioneiros de guerra. Somente a Guarda Nacional conservou suas armas e canhões, de modo a cumprir com as exigências do armistício firmadas pela Alemanha, porque no mesmo dia o governo alemão anunciava oficialmente o armistício franco-prussiano.

Durante a guerra, os trabalhadores de Paris haviam se limitado a reivindicar a enérgica continuação da luta. Mas agora que reinava a paz depois da capitulação de Paris, agora Thiers, o novo chefe de governo, percebeu que o domínio das classes proprietárias – dos grandes proprietários de terra e dos capitalistas – estaria em permanente perigo enquanto os trabalhadores de Paris conservassem as armas em suas mãos. (MARX, 2011, p. 191)

A ressalva de Marx sobre as armas nas mãos do proletariado decorre da situação que se criou com o alistamento dos trabalhadores na ocasião em que foi necessário defender Paris. O novo governo francês percebeu a fragilidade da situação, principalmente no que dizia respeito aos operários das indústrias na França, tendo em vista que a classe trabalhadora há muito vinha reivindicando direitos sociais e trabalhistas como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho.

A Prússia, vitoriosa, exigiu dos franceses as eleições de 1871, como parte do armistício. Essas eleições foram organizadas durante a ocupação, sem campanha eleitoral, favorecendo os monárquicos, os legitimistas e os orleanistas, que, mesmo sendo adversários políticos, dividiram a Assembleia em prol da liberdade e da paz. Para essa Assembleia (de maioria conservadora, imposta pela França rural), também foram eleitos os republicanos, distribuídos em moderados, como Jules Favre, que também desejavam a paz, e os intransigentes, como Gambetta, que preconizavam a luta em uma ditadura jacobina. A vitória dos monárquicos leva Adolphe Thiers à chefia do poder executivo. “A designação de um

monárquico implica claramente que, aos olhos da Assembleia, o termo República não compromete nada o futuro, se se tratar apenas de uma fórmula cômoda para designar uma situação provisória” (BERSTEIN e MILZA, 1997, p. 324).

Thiers organiza um Governo constituído por republicanos, orleanistas e legitimistas. Não consegue impedir que os Territórios de Alsácia e do norte de Lorena sejam anexados à Alemanha, quando a Assembleia aprovou os preliminares da paz em 1º de março. No entanto, decidido a preservar a unidade da França e a contribuir para a reedificação nacional, Thiers promete não tomar posição sobre o regime futuro do país. Mas essa unidade será afetada pela insurreição conhecida como “Comuna de Paris”.

Em 11 de março, o general Vinoy, no comando do exército de Paris, proíbe a publicação de seis jornais republicanos, e Blanqui juntamente com Flourens foram condenados à morte por sua participação no movimento de 31 de outubro. Além disso, a Assembleia Nacional aprovou o fim da moratória dos títulos e dos aluguéis levando grande parte do comércio parisiense à falência.

A indignação estava tomando conta de Paris quando Thiers lá se instalou e, com o objetivo de manter a paz na capital, nomeou o general Valentin para a Prefeitura de Polícia. Thiers enviou suas tropas de linha para apropriar-se da artilharia e das armas pertencentes à Guarda Nacional. A tentativa fracassou porque as tropas, confraternizando com o povo, se recusaram a executar suas ordens. Os generais Lecomte e Clément-Thomas foram fuzilados por seus próprios artilheiros, enquanto Thiers abandona Paris para se instalar em Versalhes (18 de março). Um governo paralelo se instalou, e estava deflagrada a guerra civil na França. “[...] e foi declarada a guerra entre Paris e o governo da França com sede em Versalhes. Em 26 de março, a Comuna de Paris foi escolhida e, no dia 28, proclamada” (MARX, 2011, p. 191). A Comuna de Paris foi, portanto, um governo revolucionário que resultou da insurreição dos trabalhadores franceses, principalmente operários. Entre eles, estavam também alguns socialistas seguidores de Blanqui e os Proudhonistas seguidores de Bakunin.

De acordo com Hobsbawm, a comuna foi breve, mas realmente um governo. Teve a duração de dois meses e seu caráter heróico e ao mesmo tempo trágico teve grande importância na história da classe operária, considerando aquilo que anunciou. Ela conseguiu amedrontar a política de dominação burguesa, embora não tivesse, de fato, ameaçado seu poder.

A Comuna era uma insurreição *operária* – e se uma palavra descreve homens e mulheres “a meio caminho entre povo e proletariado” ao invés de trabalhadores de fábricas, esta palavra também serviria para os ativistas dos movimentos trabalhistas em outros lugares neste período. Os 36 mil *comunardos* aprisionados eram um corte transversal na população trabalhadora de Paris: 8% de trabalhadores de colarinho branco, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e similares, mas o resto esmagadoramente operários – da construção civil, metalurgia, trabalho em geral, seguidos pelos mais tradicionalmente especializados (carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos), que também forneciam um número desproporcional ao pessoal dirigente, e evidentemente os eternos radicais sapateiros. (HOBBSAWM, 1977, p. 185)

Os números assinalados por Hobsbawm demonstram que a Comuna de Paris estava constituída por trabalhadores, em sua maioria operários, que se amotinou em decorrência do agravamento das contradições entre a burguesia e o proletariado na ocasião da invasão prussiana. Para o autor, o novo governo dos operários tinha sido “arquitetado pela Internacional”. Ou seja, por trás dos operários franceses estavam os socialistas (marxistas e proudhonistas), tendo em vista que muitos eram membros da AIT.

Contrariando a assertiva de Hobsbawm, Bakunin (2006) assinala que poucos componentes da Comuna eram socialistas, não sendo mais do que quatorze ou quinze membros.

A maior parte dos membros da Comuna não era propriamente socialista, e se como tais se mostraram é porque foram arrastados invencivelmente pela força irresistível das coisas, pela natureza de seu ambiente, pelas necessidades de sua posição, e não por sua convicção íntima. Os socialistas, à frente dos quais se coloca naturalmente nosso amigo Varlin, não formavam na Comuna mais do que uma minoria ínfima; ao todo não eram mais do que quatorze ou quinze membros. O resto era composto de jacobinos. (BAKUNIN, 2006, p. 81)

Segundo Bakunin, os jacobinos que compunham a Comuna, como por exemplo Delescluze, assim como muitos outros, tinham proclamado e elaborado programas de caráter socialista, não porque o fossem verdadeiramente, mas sim porque agiam com um “instinto” socialista que os direcionava para aquelas ideias. Além disso, os socialistas convictos que constituíam a Comuna não se sentiam apoiados pelas massas da população parisiense, tendo em vista que a Internacional ainda dava mostras de sua organização “imperfeita”. De acordo com Bakunin, os socialistas

[...] tiveram de manter uma luta diária contra a maioria jacobina. E em meio a quais circunstâncias! Foi necessário que dessem trabalho e pão a algumas centenas de milhares de operários, que os organizassem, que os armassem e ao mesmo tempo

vigiar as maquinações reacionárias em uma cidade imensa como Paris, assediada, ameaçada pela fome, e entregue a todas as sujas empresas da reação que tinham podido se estabelecer e que se mantinham em Versalhes, *com a permissão e pela graça dos prussianos*. Tiveram de opor um governo e um exército revolucionários ao governo e ao exército de Versalhes, isto é, para combater a reação monárquica e clerical tiveram de, esquecendo e sacrificando as primeiras condições do socialismo revolucionário, organizar-se em *reação* jacobina. (BAKUNIN, 2006, p. 84)

Os jacobinos, sendo o grupo hegemônico na Comuna, eram mais fortes e possuíam a experiência política, a tradição e a prática da organização governamental, e essa era uma grande vantagem sobre os socialistas de Paris. Em virtude dessa aliança entre os socialistas e jacobinos, garantiu-se que por setenta e dois dias (de 18 de março a 28 de maio de 1871), o proletariado estivesse no governo da Comuna.

Nos dois meses de sua existência, mesmo em meio às reações do Governo de Versalhes, o Governo da Comuna decretou que nenhum salário poderia ultrapassar a seis mil francos, além de determinar a separação entre o Estado e a Igreja, abolindo todos os pagamentos do Estado com finalidades religiosas e transformando as propriedades da Igreja em propriedades nacionais. Foram tomadas algumas medidas contra o desemprego, como a reabertura de algumas fábricas por seus ex-empregados, organizados em regime de sociedade cooperativa, além de organizar planos para que essas cooperativas se transformassem em sindicatos. A influência socialista contribuiu para que fosse proclamada a absoluta igualdade civil de homens e mulheres, suprimindo o trabalho noturno e criando pensões para os feridos, para suas viúvas e órfãos. Com isso, caracterizou-se como a primeira experiência histórica de autogestão democrática e popular.

Durante todo o período da existência da Comuna, o Governo de Thiers manteve pressão sobre Paris, conservando-a sitiada e constantemente bombardeada pelo exército francês, até que, em 21 de maio, as tropas de Versalhes, apoiadas pelo exército prussiano, invadem Paris. “[...] Ao longo dos próximos oito dias, dezenas de milhares de *communards* e trabalhadores (inclusive mulheres e crianças) são sumariamente executados (os números chegam a 30 mil), 38 mil são presos e 7 mil, deportados” (MARX, 2011, p. 226). O banho de sangue que se instalou a partir dessa invasão trouxe baixas de ambos os lados. Contrariando os dados anunciados por Marx, Hobsbawm (1977) anuncia que o

Governo de Versalhes divulgou 17 mil mortos. Entretanto, não se pode precisar esse número, visto que se estimou ter sido o dobro do anunciado. Sobre os prisioneiros, os números chegam a 43 mil, enquanto 10 mil foram sentenciados. Desses, a metade foi colocada em exílio penal na Caledônia, e o restante permaneceu na prisão.

Esta era a vingança do “povo respeitável”. Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as “classes melhores”. E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder. (HOBSBAWM, 1977, p. 186)

No dia 27 de maio, os combates se intensificaram em Belleville, no cemitério do *Père-Lachaise* e em *Buttes Chauont*. No dia seguinte, no início da tarde, os combates foram finalizados. O sindicalista Eugène Varlin, um dos socialistas que, em 1864, havia fundado a AIT e tão bravamente lutara em prol da Comuna, morreu em Paris, fuzilado pelos defensores de Versalhes. Era o fim da Comuna de Paris.

Nas décadas seguintes, mesmo convivendo com contínua efervescência social, a Terceira República francesa sobreviveu materializada sobre as bases de um nacionalismo permeado por disputas imperialistas e coloniais. Apenas dois incidentes marcaram os últimos anos do século XIX, mas não envolveram os trabalhadores: o primeiro refere-se ao incidente com o general do exército francês Georges Boulanger, entre 1887 e 1889, que faz uma tentativa para retomar o império, mas foi acusado de conspiração e logo subjugado; o segundo, em 1894, um capitão do exército, Alfred Dreyfus, é acusado pelos monarquistas de vender informações aos alemães. Em consequência, foi incriminado e condenado à prisão perpétua na Guiana Francesa, mas em 1906 foi reabilitado e reintegrado ao exército.

A Terceira República francesa, com Jules Grévy (1879-1887) na presidência, encontra-se em um período de relativa calma: a liberdade de associação e a de imprensa foram reestabelecidas em 1881; o ensino gratuito, laico e obrigatório foi instituído em 1882; o casamento civil foi criado e os sindicatos operários e patronais foram organizados em 1884. Nos últimos anos do século, a esquerda e os socialistas estavam novamente ganhando terreno em meio aos republicanos. A Terceira Republica sobreviveu à Primeira Guerra Mundial

(1914-1918), mas a França viu sua queda quando foi invadida pelos exércitos alemães chefiados por Hitler, em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial.

Nos anos finais do século XIX, ainda que lentamente, ocorreu a expansão das grandes indústrias, causando transformações no mundo do proletariado fabril sem, contudo, deixarem de existir os artesãos, os trabalhadores em domicílio e as pequenas manufaturas. Desenvolveu-se o trabalho assalariado, favorecendo a concentração de operários e dotando-os da consciência de classe e de uma identidade que os levou à reflexão e à organização, necessárias à manutenção de alguns direitos já conquistados e outros ainda a serem reivindicados, mesmo estando essa massa operária dividida entre socialistas e anarquistas.

Ressalte-se, entretanto, que a expansão da grande indústria, embora tenha trazido maiores quantidades de emprego, não modificou as condições de vida e de trabalho da classe operária, que continuavam precárias e com a jornada de trabalho de dez horas. Os operários ainda manipulavam as peças mais pesadas e efetuavam os trabalhos perigosos, o que provocava acidentes com frequência. Além disso, a pouca higiene nos locais de trabalho favorecia que doenças fossem contraídas pelos trabalhadores.

Em Paris, o ano de 1889 foi marcado pelo renascimento da Internacional, adaptando as antigas ideias da AIT (1864) à nova realidade do final do século. Em sua organização reunia diferentes vertentes socialistas, o que gerava divergências ideológicas em seu interior, resultando, inclusive, na expulsão dos anarquistas. Vale ressaltar que a II Internacional contribuiu para a “consciência” da classe operária, na medida em que fortaleceu a organização dos trabalhadores em sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos. Entretanto, a divergência entre as diferentes facções do socialismo causou diversas crises e rupturas no movimento operário francês.

Entre os diferentes sindicatos e partidos que se organizaram no interior da II Internacional, destacam-se: “Partido Operário – Jules Guesdes; Partido Blanquista (Comitê Revolucionário Central); Federação dos Trabalhadores Socialistas – Paul Brousse; Partido Operário Socialista Revolucionário; Aliança Comunista Revolucionária; Independentes – Benoit-Malon – Jean Jaures” (CARONE, 1993, p. 26). Essas agremiações possuíam programas próprios, alguns, inclusive, diziam-se marxistas. Entretanto, em 1904 após muitas discussões e pressões do Partido Socialista, as diversas correntes unificaram-se formando o Partido

Socialista Unificado para unificar também as lutas de classe. Em abril de 1905 em um congresso, foi aprovado o programa da Seção Francesa da Internacional Operária, que selou essa unificação. Do mesmo modo, em 1906, os sindicalistas, os anarcossindicalistas e os componentes da Bolsa de Trabalho, reuniram-se formando a CGT, “o que comprova que a dinâmica sindical e a dos partidos se desenvolveram paralelamente na França” (CARONE, 1993, p. 27).

No movimento operário da Europa e no interior da II Internacional, destacaram-se principalmente os partidos e sindicatos alemães e franceses, mas também estavam presentes o partido do operariado inglês e alguns de outros países. Desde o seu nascimento até 1916, ano de sua extinção, a II Internacional se fez presente no Movimento Operário Europeu e influenciou os movimentos de trabalhadores em todo o mundo, inclusive o brasileiro. Sua presença ocupa lugar distinto em cada país, conforme o momento histórico vivenciado e a predominância ideológica partidária e/ou sindical. Muitas vezes, as divergências entre socialistas (de diversas vertentes), principalmente, marxistas e anarquistas se repetia como na I Internacional, a exemplo dos conflitos entre Marx e Bakunin.

A participação da classe trabalhadora francesa na II Internacional contribuiu para a organização dos trabalhadores das fábricas e isto foi, aos poucos, favorecendo a conquista de direitos. Em 1892, por exemplo, uma lei francesa proibiu a contratação de crianças com menos de 13 anos e limitou o dia de trabalho do adolescente até 16 anos em 10 horas, mas o repouso dominical só foi garantido somente em 1906. Em 1898 foi criado um seguro contra os acidentes de trabalho, além de estabelecer que os encargos fossem responsabilidade dos proprietários das indústrias.

Em 1906, o número de trabalhadores das fábricas francesas atingiu seis milhões, sendo que a indústria têxtil abarca mais de um terço do total de operários. Atividades com madeira, papel e indústria de alimentos utilizam cerca de um quarto da mão de obra e a metalurgia reúne um quinto. O restante dos trabalhadores está distribuído entre a indústria química (10%) e a construção civil (BERSTEIN e MILZA, 1997).

No início do século XX o capitalismo estava consolidado em diversos países da Europa, nos Estados Unidos e em processo de consolidação no Japão e em alguns países da América Latina. Nesses países, a maioria dos operários já estava organizada enquanto classe e passou a lutar contra a exploração capitalista por

meio de uma ação política. Essa organização se deu, em grande parte, pela ação dos socialistas – marxistas ou anarquistas – reunidos em sindicatos, cooperativas e partidos políticos. O mesmo acontecendo no Brasil, principalmente a partir do advento da República, em 1889, conforme será abordado neste estudo.

3.2

A classe operária brasileira

A estrutura econômica e social brasileira na segunda metade do século XIX passou por modificações que contribuíram para o desenvolvimento do mercado nacional tanto no campo quanto nas cidades, tais como a instalação da ferrovia, o fim da escravatura e a industrialização.

A via férrea se constituiu como uma tecnologia inovadora. Sua instalação influenciou a economia brasileira à época, porque contribuiu para a entrada no país de grandes investimentos estrangeiros e possibilitou o crescimento da exportação. A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, iniciada em 1858 no Rio de Janeiro, por exemplo, permitiu a redução dos custos de transporte do café, além de ter favorecido o desenvolvimento das regiões por onde passava, contribuindo, inclusive, para a superação do sistema escravocrata.

Em relação ao fim da escravatura, sabe-se que as pressões da Inglaterra sobre o Império resultaram na proibição do tráfico de escravos em 1850, pela Lei Euzébio de Queirós, aprovada no parlamento brasileiro, prevendo, inclusive, punição para os traficantes. O movimento abolicionista vinha ganhando força entre os intelectuais brasileiros, tais como José do Patrocínio, Rui Barbosa, Luís Gama, Joaquim Nabuco e Américo Campos, que, por meio da imprensa, divulgavam as ideias humanistas e antiescravistas.

Outras leis, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), favoreceram a abolição, mas somente em 1888 a Lei Áurea, como ficou conhecida, aboliu a escravatura definitivamente. Entretanto, não previu qualquer medida de proteção e/ou de integração social dos escravos, deixando os africanos e seus descendentes lançados à própria sorte.

Ao longo da segunda metade do século XIX, em decorrência dessas medidas contra a escravidão, a mão de obra na lavoura foi se tornando escassa e acabou por estimular a imigração de trabalhadores estrangeiros.

Entende-se, pois, que a cessação do tráfico, a partir de 1850, tenha suscitado gravíssima “questão de mão de obra” para a classe dominante brasileira: de onde obter os trabalhadores, até então importados da África? É curioso que a ninguém tenha ocorrido, como resposta, propor que se criassem condições para aproveitar os trabalhadores livres, cujo número a própria alforria dos escravos engrossava permanentemente. (SINGER, 1994, p. 53)

Associada à expansão da lavoura cafeeira decorrente do aumento de consumo do café na Europa, a escassez de mão de obra tornou-se um problema gravíssimo para a economia no Império porque diminuía o número de escravos e não havia aumento na oferta de trabalhadores livres, impossibilitando a substituição dos primeiros pelos segundos. Sobre o não aproveitamento dos ex-escravos como trabalhadores assalariados, conforme afirmou Singer, é possível inferir que tal fato se deu porque as relações entre os proprietários e os escravos estavam permeadas pelos maus-tratos dos primeiros e pela tendência à rebeldia dos segundos (verdadeira ou suposta). Restou então aos proprietários, principalmente aos das lavouras de café, buscar mão de obra no estrangeiro. Os primeiros imigrantes europeus chegaram ao Brasil na década de 1850.

Entre 1870 e 1900, a imigração intensificou-se em decorrência, sobretudo, das medidas contra a escravatura. Entre os estrangeiros destacaram-se os italianos, os portugueses, os espanhóis e os austríacos que vieram em maior número. A maioria foi contratada para as lavouras de café, em substituição aos escravos, no entanto “alguns já vieram com o objetivo de se fixarem nos núcleos urbanos, como os artesãos e comerciantes ingleses e franceses que se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro” (COSTA, 2010, p. 254-255).

No Rio de Janeiro, num total de 275 mil habitantes em 1872, 84 mil eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522 mil habitantes, aproximadamente, dos quais 124 mil eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população. Os estrangeiros dedicavam-se a atividades variadas, desde o comércio de atacado e de retalhos até o artesanato. (COSTA, 2010, p. 255)

Os números apresentados por Costa demonstram a expansão da imigração no Rio de Janeiro, assim como destaca o aumento da urbanização no final do século XIX. Essa urbanização, em parte, foi decorrente da industrialização também crescente no período. A industrialização, além da imigração, teve grande influência na formação da classe operária brasileira, haja vista que foi o processo industrial que “abalou profundamente o trabalho escravo como também foi

responsável direto pela sua destruição até o final do século e por sua substituição gradual pelo trabalho livre do imigrante europeu” (SEGATTO, 1987, p. 12).

Segundo Carone (1970), o elemento estrangeiro foi preponderante tanto numericamente quanto ideologicamente entre os operários. No final do Império, os imigrantes dirigiam-se para as cidades em busca de trabalho na indústria, abandonando o campo e a agricultura em decorrência das difíceis condições a que estavam submetidos nas fazendas e cafezais. Destaca a seguinte estatística:

[...] calcula-se que existem no Estado de São Paulo 50.000 operários em 1901, dos quais os brasileiros constituem menos de 10%. Na capital paulista, entre 7.962 operários, 4.999 são imigrantes, sendo a maioria absoluta de italianos. Pelo recenseamento do Rio de Janeiro, de 1906, numa população de 811.443 habitantes, 118.770 são operários: a maioria é de estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis. Em 1910, estes imigrantes preponderam nas docas de Santos. (CARONE, 1970, p. 189-190)

Carone estimou, com base no Relatório do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo elaborado em 1912, que 33 fábricas – sendo 31 da capital, uma de Santos e outra de São Bernardo – todas no âmbito da indústria têxtil, reuniam 10.204 operários assim distribuídos: 1.843 brasileiros (18%); 6.044 italianos (59%); 824 portugueses (8%); 306 espanhóis (3%). Os demais operários (1.187), em torno de 12%, pertenciam a outras nacionalidades não mencionadas pelo autor. Posteriormente, o Censo de 1920 assinalou que em todo o país a classe operária estava formada por 136.135 trabalhadores brasileiros para 93.130 estrangeiros no Estado de São Paulo.

[...] na capital, a relação é de 49.071 para 53.304. No Nordeste, o número de estrangeiro sempre foi mínimo. Numa estimativa feita na cidade de Rosário, Rio Grande do Sul, em 1919, afirma-se que 85% dos operários são brasileiros e 5,5% uruguaios; e nas minas de São Jerônimo a maioria é espanhola. (CARONE, 1970, p. 190)

Esses dados demonstram que a predominância do estrangeiro foi sendo reduzida aos poucos e que variava conforme a região e a proximidade com os grandes centros urbanos. Inicialmente, do Rio de Janeiro até o Sul do país há um forte predomínio do estrangeiro, mas a situação inverteu-se, como consequência de fatores, tais como: crises econômicas, retorno ao país de origem (por não adaptação ou por expulsão) e, principalmente, por causa da guerra. Além disso, segundo Carone, brasileiros passaram a dominar as técnicas industriais, fazendo crescer o número de operários nativos. E são esses trabalhadores, estrangeiros e

brasileiros, que irão compor a classe operária no crescente processo de industrialização pelo qual passou o Brasil nos primeiros anos da República (1889-1920).

Nas décadas finais do século XIX, o Brasil viu o surto industrial então em curso, quando surgiram as primeiras fábricas. De acordo com Costa (2010), em 1874 eram 175 indústrias e, em um pouco mais de dez anos, os números ultrapassavam seiscentas. Além disso, a maioria das fábricas reunia-se em torno do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em decorrência da infraestrutura de transporte e da existência de um mercado bem desenvolvido.

Em 1880, havia 18.100 pessoas registradas como operários. Um recenseamento de 1907 registra 2.983 estabelecimentos industriais e uma população de 136.420 pessoas dedicadas a essas atividades. A maior concentração operária se dava no Distrito Federal, onde havia 35.104 pessoas dedicadas a funções industriais. Seguiam-se-lhe São Paulo com 22.355; Rio Grande do Sul, com 15.426; e Rio de Janeiro, com 11.900. Pelo Censo Industrial em 1907, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal concentravam 56% da população operária. Ao lado de indústrias que contavam com trezentos operários ou mais, funcionavam as pequenas oficinas com alguns poucos operários que também eram arrolados pelo censo como indústrias. (COSTA, 2010, p. 260)

Os números mostram que a industrialização no Brasil, assim como a formação da classe operária, ganhou impulso a partir da década de 1880 e continuou a crescer nos anos seguintes. Esses números revelam que o crescimento econômico ganhou novo impulso sob a forma de desenvolvimento capitalista em lugar das relações escravocratas que vinham há mais de três séculos solidificadas no país. Ressalte-se, no entanto, segundo Singer, que a classe operária começou a ser formada bem antes da imigração europeia ou do surto de industrialização, ainda quando a escravidão fazia parte do cotidiano brasileiro. O autor acredita que na agroindústria do açúcar no Nordeste “o trabalho assalariado passa a substituir paulatinamente o do escravo, a partir da cessação do tráfico, em 1850”, acreditando que “aí talvez estejam os primórdios do proletariado brasileiro” (SINGER, 1994, p. 61).

De acordo com Segatto, em 1850 a indústria já se apresentava em número de 72. Elas produziam tecidos de algodão, bebidas, cigarros, velas, chapéus e outros itens. “Algumas fundições e até mesmo um estaleiro fazem sua aparição. Apesar de pequenas e de utilizarem pouca energia mecânica, a partir daí tais indústrias multiplicam-se e modernizam-se” (SEGATTO, 1987, p. 12).

Além disso, Singer chamou de “semiproletariado da plantação” os trabalhadores assalariados que eram contratados em uma parte do ano em consequência, principalmente, das colheitas de cana-de-açúcar. Esses trabalhadores produziam sua própria subsistência durante os períodos intermediários, na maioria das vezes em terras cedidas pelos proprietários, na condição de “agregados” ou “moradores”, semelhantes aos empregados do café, que atuavam no seu beneficiamento, principalmente no oeste paulista, em uma combinação de “trabalho assalariado com produção autônoma de subsistência”. Em geral esses trabalhadores eram ex-escravos com salários muito baixos.

Do mesmo modo, surgiram também os primeiros trabalhadores industriais brasileiros que, segundo Singer, atuavam nas usinas. Esse trabalhador, “como proletário puro, não tinha outra fonte de renda, nem autoprodução de subsistência”, mas chegava a ganhar um quinto a mais do que os trabalhadores da lavoura.

Os operários das usinas de açúcar constituem uma classe *sui generis*, de caráter industrial, mas localizada no campo, residindo junto à usina, em casas alugadas por ela. Ao mesmo tempo, nas cidades, [...] a substituição dos escravos por trabalhadores livres também deve ter originado uma classe operária urbana. (SINGER, 1994, p. 62)

O autor, citando Scully (1866), refere-se aos trabalhadores que viviam nas proximidades das cidades e que atuavam em pequenas manufaturas, principalmente de algodão, papel, chapéus, sabão, vidro, carruagens, entre outras pequenas indústrias. Além disso, no mesmo período crescem outras categorias profissionais ligadas ao transporte terrestre e marítimo, à construção civil e ao setor de serviços públicos, principalmente no Rio de Janeiro. Singer ressalta, no entanto, que enquanto durou a escravidão, a formação da classe operária foi pouco significativa para a economia nacional, como demonstra a escassez de registros históricos que a mencionam. Somente a partir dos últimos anos da década de 1880, como anteriormente assinalado, a formação da classe operária tomou impulso, tendo em vista a substituição definitiva do escravo pelo trabalhador livre e assalariado.

Singer assinala que em 1920 a população brasileira era composta de 9.566.840 pessoas. Dessa população, 66,7% trabalhavam no campo, como camponeses autônomos ou semiproletários. Os trabalhadores urbanos reuniam

787.857 pessoas, “representando 8,2% da população economicamente ativa do país”, entre as quais predominavam: os empregados no setor de serviços, aí incluindo os assalariados pagos pelo governo e o magistério; o proletariado que compunha os setores de transporte e de comunicações; e os operários manufatureiros ou industriais. Ressalta que estes últimos totalizavam 293.673 trabalhadores assalariados em um montante de 1.168.247 pessoas envolvidas em atividades industriais. Nesse total, incluem-se também os trabalhadores que atuam no ramo da construção civil e nos serviços de reparação. Esses números revelam que, entre os trabalhadores, “cerca de um quarto eram operários assalariados; dos restantes três quartos, a maioria devia ser constituída por artesãos autônomos ou por semiproletários urbanos”, entre os quais havia os trabalhadores que se dedicavam a múltiplas atividades (SINGER, 1994, p. 66).

Tanto Singer (1994) quanto Segatto (1987) assinalam que na medida em que o processo de industrialização avançou, duas classes sociais antagônicas e contraditórias entre si foram se constituindo: a burguesia e o proletariado. A primeira mantinha o controle sobre a produção baseada na exploração da força de trabalho do proletariado enquanto a segunda, constituía-se pelos operários assalariados e “encontrava-se expropriada dos meios de produção e dispondo, para sobreviver, apenas de força de trabalho, que se via obrigada a vender no mercado para o capitalista em troca de um salário” (SEGATTO, 1987, p. 16).

Mas essa pequena população operária, já no fim do século XIX, fazia suas primeiras tentativas de organização política em oposição à conjuntura social e econômica na qual estava inserida, por meio de manifestações públicas e na imprensa, demonstrando uma incipiente consciência de classe. Sua pouca expressividade em termos numéricos e estruturais não foi impedimento para que esses trabalhadores se mobilizassem, reunindo-se no movimento que ficou conhecido como “Movimento Operário Brasileiro”.

3.2.1

As condições de vida e de trabalho da classe operária brasileira

Semelhante ao que ocorria à classe operária da França e de outros países da Europa, os trabalhadores brasileiros viviam sob condições precárias tanto de vida

quanto de trabalho, principalmente pela inexistência de legislação trabalhista para mediar as relações entre o proprietário da indústria e o trabalhador.

De acordo com Carone, os trabalhadores viviam em bairros específicos e se localizavam em espaços menos valorizados, como era o caso do caminho dos trilhos de estrada de ferro que cortava a cidade de São Paulo ou os morros do Rio de Janeiro, por exemplo o Morro do Castelo. Em geral, as casas eram geminadas, sem quintal e, às vezes, ocupavam quarteirões inteiros. Havia também os “blocos de casas construídas pelos proprietários das fábricas ou em velhos bairros aristocráticos, que agora revelavam sinal de decadência” (CARONE, 1984, p. 25). Nesses bairros, as escolas eram escassas e em muitos casos existiam pelo esforço dos próprios operários. Observa-se, inclusive, que muitas crianças iam cedo para as fábricas e em geral acompanhavam suas mães, que também eram trabalhadoras.

Sobre a utilização da mão de obra infantil, o jornal *A Guerra Social* denunciou:

É mais que conhecida a situação aflitiva e angustiosa desses tenros seres nos diferentes ramos da indústria, e especialmente na de tecidos e fiação. Vítimas da má organização social presente, são submetidas a uma contínua e monstruosa tortura, que não teria razão de ser, se os maiores soubessem fazer respeitar os seus direitos. Em muitas fábricas, como em Sapopemba, onde há bem poucos dias protestaram contra tão ignominiosa monstruosidade, declarando-se em greve, trabalham 10 e 12 horas, com serão às vezes. Não obstante toda essa desumanidade, os nossos legisladores, *compadecidos*, estão, não sabemos se por aprovar, um projeto de lei que foi apresentado por um de seus membros ao Conselho Municipal, estabelecendo as seguintes disposições: Não poderão ser admitidos nas oficinas e fábricas, menores de sexo masculino que não tenham completado 13 anos, e do sexo feminino, com menos de 11 anos de idade. Em qualquer caso, os menores provarão que sabem ler, escrever e contar; o trabalho não poderá exceder de seis horas. Os industriais que desobedecerem à lei serão passíveis de multa de 200\$ a 1:000\$000. (A GUERRA SOCIAL, 29 de junho de 1911a, p. 3)

Exploradas nas fábricas, essas crianças chegavam a uma jornada de trabalho excessiva (dez a doze horas por dia), o que contribuiu para os altos índices de analfabetismo registrados nos primeiros anos do século XX. Além disso, o periódico anuncia o projeto de lei que beneficiaria as crianças trabalhadoras, caso este viesse a ser aprovado. Entretanto, demonstra seu total descrédito sobre a implantação dos dispositivos anunciados quando assinala: “Esta lei, como muitas outras, como todas em geral, em nada vi rá beneficiar as infelizes crianças. Os exploradores têm meios suficientes para deixar sem efeito tudo aquilo que não lhes convier: ‘lobo não come lobo’”. Como se sabe, os anarquistas defendem uma

sociedade sem governo e por isso desprezam o Estado e os políticos que dele participam. Por esse motivo, não acreditavam na elaboração e implantação de uma lei que viesse a organizar o trabalho infantil.

Em relação ao trabalho nas fábricas, de modo geral as condições ambientais eram precárias, constituindo-se em verdadeiros “presídios industriais”, como assinala Carone. A jornada de trabalho chegava a 12, 14 e até 15 horas diárias, sem descanso semanal ou feriados livres, à exceção dos feriados mais importantes, como o Natal, por exemplo. Os trabalhadores não possuíam direitos trabalhistas ou sequer um contrato de trabalho que os garantisse ou a sua família, em caso de acidente, doença ou morte. Nenhuma indenização era oferecida ao trabalhador mutilado nas máquinas ou aos órfãos e viúvas. “Os capitalistas não tinham qualquer obrigação em caso de doença do trabalhador, mesmo em se tratando de acidente de trabalho ou de doenças profissionais”. Segatto ressalta, inclusive, que em caso de atraso no pagamento dos salários, os operários, sejam de fábricas, sejam de oficinas, “não contavam com quaisquer recursos jurídicos contra seus patrões” (SEGATTO, 1987, p. 23).

Carone explica que a essas condições precárias de trabalho somava-se o medo do operário.

O operário, habituado à servidão, com medo de perder o escasso pão penosamente ganho, humilha-se, ou contradiz o que antes afirmou, ou ainda pior, faz-se solidário com o patrão ou contramestre, em declarações de jornal ou em manifestações públicas. (CARONE, 1984, p. 51)

A servidão a que o trabalhador da fábrica ou da oficina está acostumado decorre da coerção e da disciplinação pela qual passa o trabalhador dentro da própria fábrica. O rigor do contramestre decorria da necessidade de se obter o maior rendimento possível durante a produção, mesmo que, para isso, ele tivesse que dispor dos castigos corporais, das ameaças e de outros tipos de coação, ainda muito comuns à época, conforme será demonstrado pela denúncia do jornal operário *Avante*, do Rio de Janeiro.

[...] Vamos nos desobrigar de um dever sacratíssimo, como operários que somos, denunciando aos diretores da Companhia fabril São Joaquim, uma destas reprováveis ações praticadas nas oficinas do seu estabelecimento. Na fábrica de tecidos da rua de Santa Clara existe um mestre que tem por hábito **obrigar os operários ao trabalho, sob ameaça de bordoada!** Menores indefesos têm sido vítimas da hidra deste *valiente* boçal e grosseiro, indigno de pertencer a um centro onde **muitas crianças de ambos os sexos vão buscar com seu trabalho honrado,**

um meio de subsistência [...]. (grifos nossos) (AVANTE, 4 de setembro de 1904, p. 1)

E no jornal *O Protesto* pôde ser lido em um artigo intitulado *A Revista do Senhor*, a seguinte passagem:

Na revista em que o senhor “pai da pátria” tem andado a passar às modernas bastilhas, isto é, às fábricas, tem se mostrado muito “satisfeito”, mas mal sabe os prejuízos, os dissabores que tem feito passar ao desgraçado operariado para não morrer de fome. A fábrica Confiança depois de ter despedido grande numero de operários, tem admitido alguns estes dias, para mostrar ao presidente da República que possui um bom número de **escravos**, talvez para os despedir daí a pouco. O sábado passado para domingo, **foram obrigados a trabalhar até mais tarde na limpeza e no dia seguinte até as 10 horas da manhã**. Na limpeza, para sua Exa. ficar bem convencido que a canalha ai é sempre a mesma. Que **não receberão nada por esse acréscimo de trabalho** estamos convencidos. (grifos nossos) (O PROTESTO, 24 de dezembro de 1899, p. 4)

Os dois fragmentos dos jornais do Rio de Janeiro mostram a dura realidade dos operários apontada por Segatto e Carone. No primeiro fragmento, apresenta-se a denúncia de maus-tratos vividos pelos trabalhadores, além de mostrar o trabalho da criança como algo natural e cotidiano. Já o segundo refere-se ironicamente ao operário, que vive no interior da fábrica, vida semelhante à do escravo. Fazendo alusão à escravidão, o autor do artigo do jornal *O Protesto* quer demonstrar o tipo de vida degradante a que o operário brasileiro estava sujeito, sem horário fixo ou pagamento de horas-extras. Acrescente-se ainda a essas denúncias, as multas pagas pelos trabalhadores em caso de erros durante o trabalho e os castigos corporais a que as crianças estavam sujeitas.

Em 1911, o periódico anarquista *A Guerra Social* denunciava: “[...] Quase não há diferença entre uma e outra fábrica. Desde o Jardim Botânico até Paracambi, e desde Bangu até Petrópolis, em toda parte sente-se a mesma escravidão, idênticos são os sofrimentos do trabalho rude e da vida miserável” (A GUERRA SOCIAL, 29 de junho de 1911b, p. 3). Para o autor do artigo, o desrespeito ao trabalhador era algo generalizado nas fábricas cariocas. Os contramestres, assim como os patrões, agiam com os trabalhadores de maneira semelhante aos feitores de escravos do período imperial. Essa denúncia é unânime nos jornais operários da época, inclusive em periódicos anarquistas. Esses jornais, ao mesmo tempo em que denunciavam a situação dos trabalhadores, convocavam-nos para a luta por seus direitos e por melhores condições de vida e de trabalho:

É um espetáculo deprimente o que se observa nos ergástulos dessa progressiva indústria. Enquanto os trabalhadores permanecem no mais criminoso indiferentismo, os burgueses não descansam um instante, sendo poucos todos os momentos para estudar novas bases e impor novos regulamentos, a fim de explorar e escravizar com melhores resultados. [...] Porém, não é de se estranhar que tudo isso suceda. Enquanto o operariado não se convença que a força reside em si próprios e que nada têm a esperar de ninguém senão da sua própria união em sindicato de classe, as coisas continuarão de mal a pior. **Que o trabalhador fique sabendo que é ele, com suas próprias forças, que terá que redimir-se.** Ele não deve esquecer que tudo o que digam em contrário é um ardil para iludi-lo. (grifos nossos) (A GUERRA SOCIAL, 29 de junho de 1911b, p. 3)

Em decorrência das condições precárias de trabalho e do modo degradante como os operários eram tratados, os trabalhadores das fábricas e oficinas começaram a se organizar e a lutar contra a situação em que se encontravam. Nesse contexto, a contribuição dos periódicos operários, independentemente da ideologia em que acreditavam, foi grande. No fragmento anteriormente citado, verificou-se o chamamento à classe operária, para que reivindicasse seus direitos. Mas antes, denunciou-se a inércia dos trabalhadores frente aos maus-tratos recebidos nas fábricas e, do mesmo modo, alertou-se sobre as “mentiras” que os impediam de lutar. O convite à luta tão comum nesses jornais contribuiu de modo significativo para a organização dos trabalhadores em sindicatos e na consciência de classe que constituiu o Movimento Operário Brasileiro, durante a Primeira República.

3.3 O Movimento Operário no Rio de Janeiro

A passagem do século XIX para o XX foi um momento de transição econômica no mundo Europeu porque ficou evidente a “superação da fase do seu capitalismo industrial pelo capitalismo financeiro” (CARONE, 1984, p. 2). O comércio e a indústria passam a ser dominados pelos cartéis financeiros que se estendem pelo mundo, restringindo o poder a pequenos grupos tornando-os mais influentes politicamente. O sistema capitalista que se estabeleceu a partir daí fortaleceu e expandiu os valores da burguesia, do mesmo modo que possibilitou o crescimento da classe operária, por meio da concentração da indústria e do comércio de produtos europeus vendidos em todo o mundo. O sistema capitalista, no entanto, não foi capaz de promover relações favoráveis entre o capital e o

trabalho, visto que os industriais não tiveram interesse em oferecer à classe operária crescente os seus direitos enquanto trabalhadores.

As relações pouco amistosas entre os capitalistas e o proletariado fizeram surgir os movimentos operários. Sabe-se, entretanto, que a luta operária tem início ainda nos primeiros tempos do século XIX, quando luddistas lutavam contra o desemprego dos trabalhadores em decorrência da utilização de máquinas na indústria, em substituição à força de trabalho humano, conforme já assinalado neste estudo. O termo “movimento operário” refere-se, portanto, à organização coletiva da classe operária em prol de seus direitos, ocorrendo sempre que os trabalhadores se reúnem para defender seus interesses enquanto classe. No Brasil, o movimento operário não foi diferente.

Sob a influência dos movimentos operários da Europa, o movimento operário brasileiro refletiu sua organização assim como as suas ideologias, em decorrência da influência dos imigrantes que aqui se instalaram nos últimos anos do Império, substituindo a massa escrava. Esses imigrantes, por volta de 1890, começaram a abandonar as plantações de café, em busca do trabalho nas fábricas, reunindo-se nas periferias urbanas das grandes cidades do país, principalmente após o advento da República (1889).

O imigrante europeu trouxe para o Brasil as suas ideologias e suas experiências de luta e de organização enquanto trabalhadores em seus países de origem, compondo no movimento operário brasileiro, como assinala Carone (1984), um conjunto de influências de qualidade e não de quantidade.

Falamos aqui em influência de qualidade, não de quantidade: da existência das várias ideologias e organizações sindicais e partidárias, não que o movimento operário brasileiro seja extenso e importante como o do velho continente. O fator qualidade deve-se prioritariamente à imigração, ao estrangeiro que vem trabalhar como assalariado rural e urbano – e que traz da Europa a sua experiência de luta e de organização, de pensamento e de reivindicação. (CARONE, 1984, p. 5)

Essa influência assinalada por Carone é compreensível visto que, à época, é grande o número de trabalhadores estrangeiros no Brasil, tanto urbanos quanto rurais, conforme já demonstrado neste estudo. Entretanto, ressalte-se, que entre os operários militantes de diferentes correntes ideológicas, os brasileiros nativos eram também numerosos.

No Brasil, tal como ocorria na Europa, as principais denúncias e reivindicações dos trabalhadores das fábricas giravam em torno de questões como:

diminuição da jornada de trabalho para 8 horas diárias; descanso semanal; regulamentação do trabalho do menor; e regulamentação do trabalho feminino. Somente a partir de 1919, as políticas de Estado passaram a ser mais efetivas em relação aos direitos trabalhistas, em decorrência das pressões exercidas pelos operários nas diversas greves entre 1917 e 1919.

Além disso, segundo Segatto, o Brasil foi signatário do Tratado de Versalhes¹⁴, “que exigia a adoção de medidas legislativas no que diz respeito às relações de trabalho”. Entre essas medidas, Segatto destacou a lei de amparo aos acidentados no trabalho, de 1919; e a lei que criou a caixa de aposentadoria e pensões para os ferroviários, estabelecendo um fundo com a contribuição dos próprios trabalhadores, em 1923. Nesse mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão de caráter consultivo para assuntos relacionados ao trabalho. Em 1926, os direitos dos ferroviários foram estendidos aos trabalhadores das empresas de navegação marítima e fluvial, bem como aos funcionários dos portos. Os operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários conquistaram o direito a 15 dias de férias anuais em 1925; por fim, foram consolidadas as “leis de assistência e proteção ao menor, estabelecendo a proibição do trabalho dos menores de 12 anos” (SEGATTO, 1987, p. 27-28).

À época, os jornais de grande circulação, assim como os jornais operários, teciam comentários sobre a situação do trabalhador e sobre as leis que marcaram o período.

O jornal *O Paíz*¹⁵ trouxe uma reportagem intitulada *O Problema dos Trabalhadores*, no qual anuncia o possível retorno dos estrangeiros para as suas terras natais, em consequência da necessidade de seus países em se recuperarem da destruição causada pela guerra. Além disso, a agricultura e a indústria precisariam de braços para se desenvolverem, de modo a garantir a produção e a subsistência dos povos que se envolveram na Primeira Guerra Mundial. Em uma

¹⁴ O Tratado de Versalhes, assinado em junho de 1919, durante a Conferência da Paz, após o fim da Primeira Guerra Mundial, criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT) por considerar que a justiça social e o respeito aos direitos humanos no mundo do trabalho são fatores que contribuem para a paz universal. Um de seus objetivos foi “promover a paz social e enunciar a melhoria das relações empregatícias por meio dos princípios que iriam reger a legislação internacional do trabalho” (ALVARENGA, 2007, p. 56).

¹⁵ *O Paíz* foi um jornal governista de grande circulação, que teve seu lançamento em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro pelo empresário João José dos Reis Júnior (conde de São Salvador de Matozinhos), sendo fechado pela Revolução de 1930 (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz>> Acesso em: 15. Dez. 2013.

parte do texto, o jornalista¹⁶ refere-se à necessidade de o Governo brasileiro tomar providências, de modo a impedir o êxodo dos trabalhadores, uma vez que isso seria desastroso à economia do país.

O Brasil está, portanto, colocado na posição melindrosa de se ver obrigado a tomar providências, que impeçam um êxodo de trabalhadores, cujo efeito sobre a nossa vida econômica seria ruinoso. Em qualquer época a falta de braços seria, para nós, uma grave calamidade, mas neste momento, quando se nos deparam excepcionais oportunidades de expansão econômica, a escassez de trabalhadores constituiria um golpe irreparável sobre a nossa futura prosperidade. E, infelizmente, o perigo de sermos arrastados a uma crise dessa natureza é tanto maior quanto, simultaneamente com a atração de operários para a Europa, haverá em outros países novos, como o nosso, uma forte preocupação de seduzir trabalhadores, a fim de aproveitar as vantagens, sem precedente, de situações idênticas aquela em que nos achamos. (O PAÍZ, 6 de janeiro de 1919, p. 3)

Anunciando que diante de tal possibilidade não se deveria perder tempo, o jornal apontava a necessidade de se encontrarem meios práticos e eficazes para manter esses trabalhadores no país, tendo em vista que os métodos antigos de aliciamento de imigrantes já não eram mais eficazes e que, certamente, os países mais desenvolvidos e em melhores condições estariam competindo com o Brasil a esse respeito, oferecendo aos operários as condições mais favoráveis para mantê-los. Além disso, *O Paíz* explicita:

Resta-nos, portanto, o único processo verdadeiramente eficaz de fixar no nosso país os trabalhadores aqui domiciliados e de atrair outros para o nosso território. Esse método consiste em tornar cada vez mais remunerador o trabalho, em multiplicar as garantias dadas ao operário e em equiparar, tanto quanto possível, a condição do nosso proletariado à situação legal, social e material, em que ele for colocado nos países mais adiantados do mundo. [...] o primeiro passo a dar nesse sentido será a elaboração de uma lei de trabalho liberal, equitativa e compatível com as condições especiais do meio brasileiro. **Seria negar a verdade evidente, pretender contestar que, entre nós, a situação do proletariado é razoavelmente satisfatória. Mas, esse bem estar relativo é devido apenas ao espírito justiceiro da maioria dos patrões, à bondade e à generosidade, que são tendência natural da nossa gente.** Não é possível deixar problemas econômico-sociais de tão grande relevância sujeitos aos caprichos da índole dos indivíduos. Cumpre ao Estado regularizar sistematicamente esses problemas e isso só poderá ser feito por meio de uma criteriosa legislação trabalhista. (grifos nossos) (O PAÍZ, 6 de janeiro de 1919, p. 3)

O jornalista sugere, ainda, que o Congresso Nacional faça leis trabalhistas para completar a obra legislativa então iniciada, de modo a desenvolver o projeto relativo ao “Código do Trabalho”. Observa-se que, para ele, as condições de

¹⁶ Ressalta-se que nos periódicos do final do século XIX e início do século XX eram comuns os jornalistas que não assinavam seus artigos ou que utilizavam pseudônimos.

trabalho dos operários eram “razoavelmente satisfatórias”, desconhecendo as reais condições de vida e de trabalho em que viviam os operários brasileiros no interior das fábricas e oficinas, principalmente das indústrias do Rio de Janeiro, tanto do interior quanto da Capital Federal.

Em fevereiro do mesmo ano, o *Correio da Manhã*¹⁷ trouxe em uma de suas colunas o seguinte comentário sobre a lei de amparo aos acidentados no trabalho:

O governo afirma que até 15 de fevereiro corrente baixará um decreto regulamentando a lei sobre os acidentes do trabalho. Agora que o problema trabalhista está sendo resolvido, em toda a sua extensão, no mundo inteiro, não **podemos continuar indiferentes à causa do proletariado**, É obra de previdência correr ao encontro das reivindicações legítimas da grande classe, cujos **direitos só em pequena parte e só o ano passado serviram de objeto a uma iniciativa do Congresso Nacional**, que votou aquela lei nos últimos dias de dezembro. Ninguém negará que a situação dos conglomerados repletos da Europa, onde o socialismo atingiu a fase aguda nas suas reclamações, seja diferente da nossa, com um imenso território cheio de possibilidades de vida. Mas, **enquanto os operários encontram ali o deferimento das suas aspirações mais radicais, salvo o caso da loucura maximalista¹⁸, no Brasil a incúria e a falta de patriotismo dos dirigentes já inutilizaram aquelas condições naturais tão favoráveis criando a crise do trabalho e da fome. De benefício à classe, nada se fez**, senão a lei que vai ser regulamentada. Queira Deus que haja começado, enfim, com o concerto daquelas providências de proteção aos trabalhadores no ofício, a ouvir as suas queixas. (grifos nossos) (CORREIO DA MANHÃ, 1º de fevereiro de 1919, p. 2)

O *Correio da Manhã* faz cobranças ao Governo, exigindo-lhe o cumprimento da promessa que anunciou sobre a regulamentação da Lei que garantiria os direitos dos operários em caso de acidentes durante o trabalho. Destaca, também, as condições inadequadas em que se encontravam os operários, denunciando a “crise do trabalho” e a “fome” em que se encontravam. Em uma edição anterior, o jornal publicou um artigo de Victor Margueritte no qual o autor sugere a necessidade de considerar o operário em sua dignidade, deixando de pensá-lo como uma máquina a serviço do capital. “Salários elevados e o respeito da sua dignidade poderão satisfazê-los, uma vez terminada a guerra. O capital terá

¹⁷ O *Correio da Manhã* entrou em circulação no dia 15 de junho de 1901 e seu fundador foi o jovem advogado Edmundo Bittencourt que atribuiu ao jornal um caráter oposicionista. Possuía um “caráter independente, liberal e doutrinário, dentro de uma linha editorial combativa”, mostrando-se contra as oligarquias, fazendo, também, oposição ao governo em favor do povo. Foi fechado definitivamente em 1974 por fazer oposição aos governos militares brasileiros. (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA) Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. Dez. 2013.

¹⁸ O termo “maximalista” refere-se a um grupo de dirigentes sindicais ligado aos trabalhadores de ideias anarquistas e que foram influenciados pela Revolução Russa (1917) que levou ao poder o Partido Bolchevique. Esses trabalhadores fundaram a Federação Maximalista Portuguesa (FMP) que defendia a necessidade de difundir plenamente o socialismo comunista, propagando seus princípios (ABRANTES, 2009).

de ir ao encontro do trabalho – é a missão sagrada que se impõe” (MARGUERITTE, 1919, p. 2).

Contrariando o que anunciou *O País*, o periódico *Spártacus*¹⁹, em 09 de agosto de 1919, por meio do artigo de Antonio Fernandes denunciava:

É possível que haja quem venha aos meios operários dizer que no Brasil não há necessidade de se fazer a revolução; que no Brasil as terras são ubérrimas e a fartura, a abundância, o bem estar são desfrutados também pelo operário; que no Brasil não há questão operária, e menos ainda questão social, porque as leis são liberalíssimas e iguais para todos... Enfim, o verdadeiro paraíso terrenal... Esta é a cantilena da imprensa burguesa e de certos elementos pelos burgueses subornados. Nós também reconhecemos e amamos a exuberância, a fertilidade do solo e as belezas naturais do Brasil; o que não podemos tolerar é a exploração que se faz com os produtos do solo nem o gozo das belezas seja privilégio de uma minoria. (FERNANDES, 1919, p. 2)

Fernandes adverte sobre os anunciadores da paz entre industriais e operários denunciando a ambição dos capitalistas estrangeiros atraídos pela facilidade de investimentos no Brasil. Aponta, inclusive, a opressão da classe operária e a exploração das riquezas nacionais. Em uma passagem anterior, o autor chama a classe trabalhadora para a luta, principalmente as associações operárias existentes no país, exigindo que elas deixem de lado seu caráter beneficente, para se engajarem na luta em favor dos direitos sociais e trabalhistas. “[...] Ninguém poderá contestar que o trabalhador necessita de auxílio, quando vítima de acidente do trabalho, doença ou impossibilidade de produzir, mas esse auxílio deve ser arrancado do patronato, e não das migalhas dos proletários [...]. Adverte que a fome já está presente entre os trabalhadores e já está fazendo sua “devastação”. Acrescentando, assinala que a burguesia e o Estado são os responsáveis pelo mal-estar do povo que “trabalha e produz”, assim como do “que vier a acontecer, como consequência da miséria que está passando” (FERNANDES, 1919, p. 2).

O autor, incluindo-se na categoria dos “militantes revolucionários”, anuncia que a eles compete “fazer das organizações fortalezas, dos nossos braços armas invencíveis e da nossa palavra fogo para destruir e queimar toda a podridão

¹⁹ O jornal *Spártacus*, semanário anarquista publicado pela primeira vez em 02 de agosto de 1919, no Rio de Janeiro, tinha como diretor o Professor José Rodrigues de Leite Oiticica (1882-1957). Oiticica fundou o *Spártacus* em parceria com Astrojildo Pereira, Santos Barbosa, U. d’Avila, Izauro Peixoto, Adolfo Busse, Salvador Alacid e Cruz Júnior. Sua última publicação datou de 10 de janeiro de 1920. (SPÁRTACUS, 02 de agosto de 1919) Disponível em: <<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/spartacus/>> Acesso em: 15 dez. 2013.

existente e implantar um novo regime de igualdade econômica social para todos”. Para Fernandes, o proletariado deveria associar-se para fortalecer-se na luta por melhores condições de trabalho, mas também de vida. As agremiações operárias deveriam buscar sua verdadeira finalidade, que é a socialização dos meios de produção, “criando, durante o período de luta contra o patronato, uma capacidade administrativa que permita tomar a direção da riqueza social”. Por fim, o autor ressalta a necessidade da produção para o consumo da sociedade, mas exige que o trabalhador esteja formado, de modo a se organizar como um indivíduo consciente e apto a decidir sobre a “grande obra de transformação social”, assegurando que a exploração do proletariado deixe de existir (FERNANDES, 1919, p. 2).

Considerando o que explicitam os fragmentos dos periódicos apresentados, é possível observar as ideias sobre a classe operária que circulam no Rio de Janeiro do início do século. Por um lado, havia jornais elitistas como *O Paíz*, favoráveis ao governo, que ignoravam a vida de privações dos operários brasileiros, principalmente do proletariado da Capital Federal, dando a “falsa” ideia de que tudo estava bem nas relações de trabalho entre os operários e os proprietários das indústrias. Por outro lado, o *Correio da Manhã*, também de grande circulação, que contava com a colaboração de personalidades da elite carioca e nacional como Rui Barbosa, Medeiros e Albuquerque e Leão Veloso Filho (que usava o pseudônimo de Gil Vidal), fazia oposição ao governo e, solidário, denunciava as privações da classe trabalhadora. No entanto, os jornais operários de diferentes concepções ideológicas, principalmente aqueles que como o *Spártacus*, possuíam inspiração anarquista, não apenas denunciavam a situação da classe operária, como também se preocupavam em formar a consciência de classe, tendo em vista a sua organização.

A atuação dos periódicos operários foi fator preponderante no Movimento Operário Brasileiro, porque contribuiu para a discussão das políticas nacionais e internacionais relativas às relações de trabalho e de produção, assim como favoreceu a organização dos trabalhadores em prol de uma causa.

3.3.1

A organização operária no Rio de Janeiro

Os trabalhadores brasileiros começaram a organizar-se desde a década de 1870 de diversas maneiras: ligas, centros, corporações, associações mutualistas ou de socorro mútuo, caixas beneficentes, bolsas de trabalho, sociedade de resistência, sindicatos e partidos. Esses modos de organização tinham a finalidade de reverter as condições precárias de vida e de trabalho a que estavam submetidos e se assemelhavam às associações já existentes na Europa desde os primeiros anos do século XIX.

Na primeira metade do século XIX, o Brasil já contava com as primeiras associações de trabalhadores, tais como: a Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha (1833); a Sociedade Mecânica Aperfeiçoadora das Artes e Beneficente (1836); e a Sociedade de Auxílio Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838). Após 1850 outras agremiações foram se estabelecendo no país na medida em que crescia o número de trabalhadores. São elas: Sociedade de Bem Estar dos Cocheiros (1856); Associação Protetora dos Caixeiros (1858); Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional (1873); e União Beneficente dos Operários da Construção Civil (1884) (SEGATTO, 1987, p. 35).

De acordo com Segatto, essas agremiações eram primitivas e serviam aos trabalhadores com fins assistencialistas e de ajuda mútua, contribuindo com o trabalhador em caso de doença, acidente, velhice ou outra necessidade. Algumas foram se tornando mais influentes junto aos trabalhadores, ultrapassando os fins assistencialistas, passando a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, como foi o caso da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, que em 1858 comandou a primeira greve de que se tem notícia no país, reivindicando melhores salários para os tipógrafos. Mais tarde, as antigas associações foram se transformando em uniões e ligas operárias cujo objetivo era a “resistência dos trabalhadores contra o patronato” (SEGATTO, 1987, p. 36).

As Ligas e Uniões operárias já são assinaladas a partir de 1870. Os proletários pensam cedo em formar organizações nacionais, superando distâncias e dificuldades de contato, sua própria fraqueza e divergências teóricas e táticas. As tentativas fracassam uma após a outra, até o aparecimento do Partido Comunista em 1922. (CARONE, 1976, p. 229)

As ligas operárias, que na maioria das vezes possuíam inspiração anarquista, foram as primeiras dessas organizações cujo caráter de resistência estava claro. Elas surgiram no Brasil a partir de 1870 e reuniam grande diversidade de operários de diferentes ofícios e indústrias. Algumas ainda carregavam a concepção de beneficência, embora seu caráter fosse precipuamente de resistência. Reivindicavam a melhoria de salários e a redução da jornada de trabalho. Entretanto, poucas foram as suas conquistas, pois não possuíam a força necessária para resistir ao patronato. Somente nos primeiros anos do século XX, segundo Carone, “um grande número delas se firmaram e vão representar núcleos de expansão e força do crescente movimento operário” (CARONE, 1976, p. 221).

As ligas operárias deram origem aos centros e uniões de ofício que se desenvolveram em todo o país, abrindo sucursais e filiais daquelas estabelecidas nos grandes centros urbanos. Nos primeiros anos do século XX, muitas dessas agremiações evoluíram, dando origem aos sindicatos, principalmente após a lei sindical de 1903, que “regulamentou a formação de sindicatos de profissionais da agricultura e de indústrias rurais”. Somente em 1907 os sindicatos urbanos foram reconhecidos e regulamentados, permitindo que trabalhadores de profissões “semelhantes ou conexas, inclusive as profissões liberais”, se organizassem entre si em sindicatos, “tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros” (SEGATTO, 1987, p. 37).

Em 1903, os trabalhadores fundaram a Federação Operária Regional Brasileira, no Rio de Janeiro. Essa Federação foi responsável pela organização do “I Congresso Operário Brasileiro”²⁰ concretizado em 1906 naquela cidade. Em outros estados, inspirados pela Revolução Russa de 1905, foram surgindo novas federações que pretendiam, como a do Rio de Janeiro, reunir os trabalhadores em prol da causa operária contra o capital. Entre essas federações destacam-se as de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Pernambuco e do Pará.

A necessidade de reunião de todas as federações e sindicatos regionais em um Congresso fazia-se sentir. As organizações locais multiplicavam-se e, mesmo não havendo condições para sua sobrevivência, significavam a necessidade de união de resistência ao capitalismo. (CARONE, 1976, p. 233)

²⁰ O I Congresso Operário Brasileiro foi o 3º do movimento operário. Antes, houve o 1º Congresso em 1892 e o 2º em 1902 (CARONE, 1976, p. 243)

O “I Congresso Operário Brasileiro” aconteceu em 1906 no Rio de Janeiro, contando com 31 entidades participantes, sendo vinte e uma do Distrito Federal, quatro de São Paulo, duas de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro, uma da Bahia, uma do Ceará e uma de Pernambuco. Reunirem-se no Rio e debaterem sobre política e economia era uma necessidade tática, tendo em vista que para levar adiante suas lutas e reivindicações comuns somente seria possível se os operários se unissem para combater a força do capital. Nesse congresso, tal como aconteceu na Conferência da AIT (1866) organizada pela Internacional (1864), duas tendências se fizeram presentes: a socialista e a anarquista. De acordo com Carone (1976), a primeira com a intenção de transformar o movimento em um partido político, enquanto a segunda, defendendo a não representação pelas vias eleitorais, além de apresentar reivindicações de caráter econômico. Vencem os anarquistas, que fazem do Congresso a “expressão de suas teses”.

A partir do “I Congresso Operário Brasileiro”, as lideranças ficaram mais fortalecidas e esforçaram-se por reorganizar as entidades operárias por todo o país, transformando-as em sindicatos de ofício ou sindicatos de indústria em nível local. Em nível regional, estadual e nacional, essas lideranças buscaram, respectivamente, constituir sindicatos, federações e confederações, o que contribuiu para oferecer as condições e as bases para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. Embora de vida curta, como ressalta Segatto, muitas dessas organizações desempenharam “papel importante na aglutinação e organização dos trabalhadores brasileiros nas primeiras décadas do século” (SEGATTO, 1987, p. 38).

Em 1912, por iniciativa do Governo, um 4º Congresso Operário Brasileiro foi organizado na tentativa de contrapor-se aos sindicatos de resistência, assim como de manter o movimento sindical sob controle. Nesse congresso, foi criada a Confederação Brasileira do Trabalho “cujo fim supremo é promover, por todos os meios eficazes, o melhoramento contínuo, intenso, rápido e indefinido das condições econômicas, sociais, intelectuais e morais do proletariado” (CARONE, 1976, p. 246). Estavam na pauta da nova Confederação todas as reivindicações dos operários, tais como a redução da jornada para 8 horas de trabalho, descanso semanal, indenização às vítimas de acidentes, regulamentação do trabalho nas fábricas, principalmente para as mulheres e menores de 14 anos e seguro obrigatório em caso de doença ou desocupação.

Cooptando lideranças sindicais de diversas localidades – cerca de 187 delegados de 70 entidades tiveram passagens pagas pelo governo –, o “Congresso Amarelo”, como ficou conhecido, aprovou, entre outras resoluções, a criação de um partido político operário. [...] A proposta de criação de um partido político com base nos sindicatos, aprovada neste congresso, levou à divisão e à instrumentalização de parte do movimento sindical. (SEGATTO, 1987, p. 39)

Em resposta ao “Congresso Amarelo” e ao Decreto nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907 (Lei Adolfo Gordo), que expulsava estrangeiros envolvidos em movimentos de greve, os trabalhadores reuniram-se novamente em 1913, realizando o “II Congresso Operário Brasileiro”, reafirmando as decisões do I Congresso (1906) e no intuito de reativar a Confederação Operária Brasileira. O mesmo aconteceu em 1920, na ocasião do III Congresso Operário Brasileiro, “reafirmando os temas e propostas, com poucas modificações, dos dois congressos anteriores” (SEGATTO, 1987, p. 39).

Instalam-se na ocasião, segundo Carone (1976), dois Partidos Comunistas: o primeiro – Partido Comunista do Brasil – de origem anarquista (1919), e o segundo baseado no modelo russo (1922). Em decorrência da criação desses partidos, o movimento sindical no interior do movimento operário muda de rumo. Segatto assinala que a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, serviu para reorientar o movimento sindical porque os comunistas “propuseram e encaminharam uma política de unidade sindical, tendo como centro um sindicalismo uno e classista” (SEGATTO, 1987, p. 39), tendo em vista que o movimento estava debilitado pela ofensiva de reação. Essa foi a diferença que demarcou as relações entre os dois partidos, uma vez que os anarquistas acreditavam no sindicalismo da resistência, doutrinário e pluralista.

A partir dessa ruptura, comunistas e anarquistas passam a lutar pela hegemonia no interior do movimento operário e sindical, acirrando as divergências em torno da unidade ou não dos trabalhadores. E à medida que a década de 1920 avançou, gradativamente, os anarquistas perderam terreno para os socialistas autoritários (comunistas), que se tornaram mais influentes no movimento operário.

4

As tendências socialistas e anarquistas no Movimento Operário

O Anarquismo, que dizem ser utopia, varre dos seus ensinamentos todas as utopias de que nos temos imbuído até hoje: os deuses, a moral eterna, o amor do próximo. É uma doutrina proclamadamente egoísta. Seu fundamento não é o amor, é a solidariedade. Não faço nada por amor ao próximo; faço porque o bem-estar alheio aumenta o meu bem-estar e o auxílio mútuo é o único meio de alcançar uma relativa felicidade individual.

José Oiticica

4.1

O socialismo: a origem e as suas principais tendências

O socialismo é uma corrente de pensamento político e social que se constitui em um sistema em que os meios de produção estão socializados segundo as necessidades e as realizações de cada indivíduo. Os meios de produção referem-se não somente às máquinas e à matéria-prima, mas também ao solo (terra), ao subsolo, às águas, aos móveis, aos utensílios de trabalho, às sementes, ao transporte etc.

Socialismo tem de ser igualdade social, amor livre, substituir o templo pela escola racional, o quartel e suas armas por casas sociais, os conventos por bibliotecas, centros de estudos sociais e pesquisas científicas, os cárceres por casas de saúde e recuperação, dando ao comerciante, ao magistrado, ao padre, ao advogado, ao policial, ao militar, ao político e ao burocrata uma profissão produtiva e útil à coletividade, para que cada homem com direitos se torne um produtor com deveres, substituindo as palavras “o meu”, “o teu”, por “o nosso”. Isto é socialismo! O resto é pura mistificação. (RODRIGUES, 2006, p. 21)

Sob essa ótica, Rodrigues compreende que o termo “socialismo” representa a universalização de todos os bens e de todos os processos de produção, representando o desapego de tudo o que representa a propriedade, ou seja, a riqueza existente e produzida se torna obra de todos e por isso seu destino é social, porque é também de todos e para todos. O saber, a cultura, a ciência, assim como os produtos do campo e da indústria, todos são resultado da produção e, portanto, devem ser considerados como o somatório dos esforços de diferentes gerações da humanidade ao longo de sua história.

Como concepção social e política, nos moldes filosóficos e doutrinários, o socialismo apareceu no século XVIII, durante a Revolução Francesa. No entanto, a prática socialista, segundo Rodrigues (2006), data ainda da era tribal, durante a pré-história.

Em seus estudos, esse autor traz diversos exemplos de práticas socialistas ao longo da história. Cita ideias pacifistas e progressistas do mundo, como por exemplo, as noções de “amor universal, as igualdades entre os homens, as consciências como motor de conduta, a devoção à terra como condição principal de prosperidade de uma nação, a renúncia à violência” comuns nas concepções propagadas pelo humanismo de Lao-Tsé, de Confúcio, de Mo Ti e de Chuang-Tsé. Tais ideias já eram difundidas há cerca de 500 anos antes do nascimento de Jesus de Nazaré, que pregava a solidariedade em todas as obras humanas (RODRIGUES, 2006, p. 23).

Platão anunciava a igualdade em 450 a.C.; o doutor Wichleff, em 1339, fundava uma comuna na Inglaterra, com fins comunitários e de igualdade social; em 1525, o luterano Thomas Müntzer, em um movimento revolucionário de camponeses, declarou o direito de escolher e demitir seu próprio pastor, assim como protestou contra a apropriação indevida dos prados e campos pertencentes à comunidade, por alguns homens; no ano de 1518, o chanceler inglês Thomas More, em seu livro *Utopia*, explicitou uma sociedade com fins igualitários; em 1626, o ex-frade dominicano Campanella divulgou suas ideias comunistas em *A Cidade do Sol* e colocou-as em prática em uma ilha (RODRIGUES, 2006, p. 23-27). Esses exemplos são apenas alguns daqueles que foram colocados por Rodrigues para demonstrar que o socialismo era propagado e experimentado sob diversas maneiras em diferentes épocas e por isso sua criação não pode ser atribuída a apenas um ou a outro filósofo. Entretanto, o próprio Rodrigues assinala Babeuf como o precursor do socialismo como concepção filosófica e política.

Muitos foram propagadores, desde Rousseau passando por Mably, Brissot, que depois viria a se contradizer durante a Revolução Francesa; até Simon-Henri Linguet, todos foram grandes demolidores das velhas estruturas sociais e propagandistas de um socialismo comunitário. Mas este último foi sem dúvida dos grandes, apesar de parecer esquecido. As suas obras *As Teorias das Leis Cíveis* e *Anais Cíveis, Políticos e Literários do Século XVIII*, atestam o grande pensador que foi Linguet. Todavia, é a Babeuf que podemos chamar o pai das ideias que muitos socialistas, inclusive Karl Marx, usaram como “suas”. (RODRIGUES, 2006, p. 29)

François Noël Babeuf (autodenominado de Gracchus Babeuf) nasceu em 1760 e foi executado em 1797, por sua liderança na “Conspiração dos Iguais” durante a Revolução Francesa. Suas ideias, organizadas no “Manifesto dos Iguais”, publicado em 1796, propagava a igualdade como a “primeira promessa da natureza, primeira necessidade do homem e elemento essencial de toda a legítima associação!”²¹. A partir de Babeuf, uma série de pensadores, filósofos, escritores, publicistas, jornalistas, poetas e padres intitularam-se como socialistas, elaborando ideias políticas e sociais que foram incorporadas pelo movimento operário na Europa e na América, inclusive no Brasil, durante os séculos XIX e XX.

Morelly foi o principal representante do socialismo racional e utópico do século XVIII. Publicou em 1755 *O Código da Natureza*, no qual divulgou um tipo de Estado cujo dever era sustentar a todos, e cada um deveria trabalhar para o Estado como funcionário público. Para Morelly, a sociedade ideal deveria suprimir a propriedade privada, e cada indivíduo deveria participar da coletividade de acordo com suas capacidades, de modo a garantir a prosperidade geral. Assim, o progresso social estaria baseado em uma natureza humana “constante” e “invariável”, tendo os indivíduos o direito de serem mantidos por essa coletividade. Suas ideias irão, posteriormente, influenciar Babeuf e outros socialistas do século XIX. Além de *O Código da Natureza*, Morelly deixou obras como *Os princípios da Educação* (1743) e *A Basilíada* (1753) (DUROZOI; ROUSSEL, 2005, p. 330).

Nos primeiros anos do século XIX, considerados como “socialistas utópicos”, Saint-Simon, Fourier e Owen acreditavam que a sociedade ideal deveria ser socialista sem, portanto, apresentar um caminho ou um método para a sua realização. Contrariamente, o “socialismo científico” de Marx e Engels previa “o advento inevitável da sociedade socialista com base nas próprias leis que determinam o desenvolvimento da sociedade capitalista” (ABBAGNANO, 2007, p. 912), tendo em vista a transformação do sistema capitalista em sistema comunista pela ação histórica do proletariado.

²¹ O Manifesto dos Iguais, elaborado por Babeuf em 1796, foi considerado como a primeira declaração política de caráter socialista. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>> Acesso em: 06 jan. 2013.

Saint-Simon (1760-1825) apresentava um pensamento econômico cujo princípio estava organizado em uma espécie de industrialismo isento de defeitos. A nova sociedade por ele idealizada não poderia estar organizada em classes, e todos os indivíduos seriam trabalhadores. Além disso, preconizava que as nações do mundo inteiro deveriam se reunir em uma única associação pacífica na qual a produção levaria à prosperidade.

Em sua concepção socialista, Saint-Simon aceitava a propriedade privada, mas criticava a organização da produção, que não levava em conta um sistema de governo econômico composto por câmaras de sábios, engenheiros, artistas e dirigentes da indústria, sendo essas câmaras as responsáveis pela coordenação, melhoria e garantia da produção.

Além disso, Saint-Simon compreendia que na relação entre os interesses coletivos e individuais estava a ideia de que “a sociedade é uma máquina, movida pelo concurso das capacidades e talentos, no interior da qual bem-estar, alegria e liberdade de cada um resultam de sua participação – diferente e combinada – na mesma obra”. As partes são plurais, mas funcionam com perfeição quando se integram, representando a essência da relação social. Cada membro está ligado ao todo e por isso depende dele para sobreviver. Entretanto, nesse entrelaçamento “livre e solidário de todos os componentes, não há lugar, na sociedade-organismo, para parasitas ou egoístas” (PIOZZI, 2006, p. 102).

Charles Fourier (1772-1837) nasceu em Besançon e era filho de um fabricante e comerciante de tecidos, que perdeu todos os seus bens na ocasião da Revolução Francesa. Suas principais publicações foram a *Teoria dos Quatro Movimentos* (1808), a *Associação Doméstica e Agrícola* (1822) e o *Novo Mundo Industrial* (1823). Em suas obras, Fourier assinala que a falta de organização do trabalho causa o desperdício das forças produtivas, e propõe sua organização em bases científicas. Do mesmo modo, denunciava o sistema capitalista por acreditar que o comércio era uma forma de extorsão na sociedade industrial nascente.

Na década de 1830, propôs a reestruturação da sociedade francesa em novas bases socialistas. Segundo Fourier, a verdadeira revolução se processaria em moldes humanistas por meio da implantação de comunidades preparadas para abrigar até dez mil pessoas organizadas conforme suas vocações de modo que ficassem em perfeita harmonia. Essas comunidades foram denominadas “falanstérios”. As propostas de Fourier renderam-lhe seguidores, como Victor

Considerant e Étienne Cabet. Considerant foi autor do *Manifesto Socialista*, publicado na França em 1843, que, segundo Rodrigues, foi a “**matriz** do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels” (grifo do autor). Assinala também que é Cabet o responsável por descrever em seu livro *Viagem a Icaria* uma sociedade igualitária “baseada no primeiro direito: o dever; primeiro dever: trabalhar!”. Propunha: “todos por um e um por todos” e “a cada um segundo as suas necessidades, e de cada um segundo as suas forças e capacidades” (RODRIGUES, 2006, p. 39).

Robert Owen (1771-1858) foi um industrial com inspirações filantrópicas, que vivia na Inglaterra. Seu socialismo mutualista baseava-se em um sistema cooperativo e em suas fábricas foram instaladas escolas para os filhos dos operários. Além disso, reduziu a jornada de trabalho e buscou organizar o trabalho das crianças. Em 1806 fundou as caixas de previdência social que visava prestar assistência médica à velhice do trabalhador. Seu desejo era abolir o lucro “não pela expropriação dos capitalistas, mas pela criação de capitais novos”, criando uma coletividade na qual os trabalhadores também fossem proprietários (SANTOS, 1965, p. 592). Realizou uma experiência prática do comunismo quando fundou, nos Estados Unidos, a comunidade de *New Harmony*, em que as terras, o trabalho e a produção eram distribuídos segundo os princípios comunistas. Por algum tempo essa comunidade deu certo, porém a experiência não alcançou o êxito esperado, decepcionando seu criador, que retornou à Inglaterra.

A herança socialista deixada por Saint-Simon, Fourier e Owen contribuiu para que novas doutrinas fossem constituídas e difundidas durante o século XIX, provocando mudanças no paradigma da época e influenciando os jovens filósofos franceses e estrangeiros. Esse socialismo encontrou terreno fértil para seu florescimento no movimento operário de diversos países da Europa e da América; mostra-se em diferentes correntes socialistas que giram ao redor dos sistemas econômicos e políticos, e traz em seu interior uma interpretação histórica da realidade.

Na França, Jules Guesdes (1845-1922), por exemplo, alegando ser o Estado sempre opressivo, apregoava uma sociedade sem Estado. Os anarquistas, por sua vez, consideravam o Estado como o responsável pelo caos social, tendo em vista que a ordem somente poderia ser estabelecida com a sua extinção. Louis Blanc

(1811-1882) anunciava ser a concorrência capitalista a grande responsável pela miséria dos trabalhadores, assim como das crises industriais, da criminalidade, da prostituição e da degradação moral entre os homens. E Proudhon (1809-1865), ao compreender as oposições profundas que ocorrem na natureza, criou a doutrina das antinomias, afastando todas as formas de individualismo atomista e do socialismo estatal. Suas ideias libertárias influenciaram os trabalhadores que fundaram e participaram da Internacional (AIT). Além disso, foi o primeiro a autointitular-se anarquista.

Na Alemanha, além de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), influenciados por Owen e Fourier, compunham o grupo de socialistas: Ludwig Gall (1791-1863) e Georges Buchmen (1813-1837). O primeiro defendia a criação das cooperativas de produção enquanto o segundo inclinou-se para uma espécie de socialismo revolucionário.

Em 1843, alguns socialistas reuniram-se em uma associação denominada “Liga dos Proscritos”, sob a direção de Jacob Venedey (1805-1871) e Theodore Schuster, ligados à Sociedade Francesa dos Direitos do Homem. A separação entre Venedey e Schuster deu origem à “Liga dos Justos”, chefiada por este último, e que em 1846, transformou-se em “Liga dos Comunistas”. Foram também conhecidos socialistas alemães: Joseph Moll (1813–1849), Wilhelm Weitling (1808-1871) e Moses Hess (1812-1875).

Ressalte-se que, de acordo com Rodrigues (2006), diversos socialistas se destacaram ao longo de todo o século XIX e foram responsáveis por propagar o ideal de emancipação social em diferentes escolas e doutrinas; destacam-se, entre eles, Karl Grün (amigo de Proudhon), Bernstein, Holson, August Becker, Sebastian Seiles, Johann Karl Rodbertus, Ferdinand Lassalle e tantos outros.

Na medida em que o socialismo foi se constituindo como concepção política, as divergências ideológicas foram se acentuando e colocando em lados opostos os socialistas de diferentes tendências. Alguns autores, como Henrique Batista, citado por Rodrigues (2006, p. 54), atribui a Bakunin a teoria do “anarquismo coletivista”. Outro tipo de coletivismo, atribuído aos seguidores de Karl Marx, é anunciado por alguns teóricos. Entretanto, o próprio Batista assinala que a separação entre eles é decorrente da Internacional, quando Marx e seus discípulos se lançaram na luta pelo poder político. Tal separação deu-se pelo fato

de que Bakunin, avesso à intervenção do Estado sobre a sociedade, desejava sua extinção, enquanto Marx almejava um Estado controlado pelo proletariado.

Além disso, atribui-se a Marx a utilização da expressão “socialismo utópico”, para indicar os socialistas franceses adeptos do “velho comunismo” utópico e sentimental para, desse modo, diferenciá-lo do “socialismo científico” preconizado por ele.

Igualmente, a palavra “comunismo” vem trazendo alguma confusão quanto ao seu uso, visto que os socialistas utópicos e os anarquistas utilizavam o termo para designar suas teorias e ideias. De acordo com Rodrigues, desde 1880 até próximos à Revolução Russa (1917), diversos libertários e anarquistas utilizavam a palavra “comunismo”; destacam-se, entre eles, Errico Malatesta, Carlo Cafiero, Andrea Costa, Piotr Kropotkin, Elisée Reclus, Pietro Gori, Louise Michel, Johann Most e Jean Grave. No Brasil, a expressão também era utilizada entre os anarquistas, como por exemplo, José Oiticica, Fábio Luz, Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, João P. Gutierrez e Florentino de Carvalho (RODRIGUES, 2006, p. 55). A utilização do termo “comunismo” entre os anarquistas brasileiros é um fato que se verifica, inclusive, pela criação do “Partido Comunista do Brasil”, fundado em 9 de março de 1919, de inspiração anarquista, como já assinalado neste estudo.

No contexto do Movimento Operário, seja no âmbito internacional, seja no nacional, outras expressões também são conhecidas, tais como: o “bolchevismo”, “comunismo autoritário”, “comunismo libertário”, “comunista-anarquista”, “socialismo católico”, “socialismo materialista”, “socialismo darwinista”, entre tantos outros. Também no interior do anarquismo, encontram-se “anarquista individualista”, “anarquista mutualista” e “anarquista coletivista”. Todavia, essas expressões são variantes do socialismo, que envolve o comunismo e o anarquismo, empregadas por intelectuais e teóricos para designar as suas ideias.

Ressalte-se que não se constitui foco deste trabalho a discussão em torno de todas essas expressões. Entretanto, a título de esclarecimento, o estudo fará algumas considerações a respeito dos termos “coletivismo”, “comunismo” e “anarquismo”, na tentativa de evitar, assim, confusões conceituais e cujo objetivo é contribuir para a compreensão do próprio trabalho. O anarquismo, entretanto, será retomado posteriormente com maior ênfase, dada a sua relevância para este estudo.

No comunismo, a sociedade é historicamente determinada pelas relações produtivas e, por esse motivo, tem suas bases em uma concepção econômica da História. A expressão mais conhecida do comunismo é a versão expressa na obra de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Acreditando que as relações de troca de produtos são a base da sociedade, o comunismo marxista parte do princípio de que os fatores econômicos permeiam essas relações e determinam todas as outras manifestações sociais, tais como a moralidade, a religião, a filosofia, assim como a organização política da sociedade. Desse modo, os meios de produção (tal como os bens produzidos) vão causando transformações na sociedade, além de provocar a divisão social em classes. E isso é o que vai determinando historicamente a estrutura dessa sociedade. Neste sentido, o materialismo entende que essa sociedade historicamente determinada, é responsável pela formação da personalidade individual de seus membros.

As novas forças produtivas transbordam já da forma burguesa em que são exploradas, e esse conflito entre as forças produtivas e o modo de produção não é precisamente nascido na cabeça do homem – algo assim como o conflito entre o pecado original do homem e a justiça divina – mas tem suas raízes nos fatos, na realidade objetiva, fora de nós, independentemente da vontade ou da atividade dos próprios homens que o provocaram. O socialismo moderno não é mais que o reflexo desse conflito material na consciência, sua projeção ideal nas cabeças, a começar pelas da classe que sofre diretamente suas consequências: a classe operária. (ENGELS, 2005, p. 70-71)

Para Marx e Engels, o comunismo nasce da realidade histórica, e não de um ideal humano subjetivo ou do conflito entre Deus e o homem gerado pelo pecado original. Trata-se de uma concepção nascida na consciência da classe operária, como reflexo da realidade e, como consequência, de seu sofrimento. Desse modo, por ser contrário ao sofrimento da classe operária, o comunismo, que tem por base as ideias de Marx e Engels, luta contra o lucro injusto e contra a exploração do proletariado. Ressalte-se que o ideário dessa doutrina tem como marco inicial o *Manifesto Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, por Marx e Engels, e posteriormente desenvolvido em suas obras.

A luta de classes é permanente e necessária quando a sociedade é capitalista, ou seja, quando os meios de produção são determinados pela propriedade privada. Desse modo, todas as privações por que passam os trabalhadores, principalmente os operários das grandes indústrias, levando-os ao empobrecimento, são

consequências da propriedade privada. O comunismo marxista, portanto, preconiza uma sociedade que exerce o controle direto sobre a produção. Nessa vertente do socialismo acredita-se que

[...] existe um período de transição entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista durante o qual o proletariado assumirá o poder e o exercerá, assim como os capitalistas fizeram, em seu próprio proveito. Esse será o período da **ditadura do proletariado**. (ABBAGNANO, 2007, p. 163)

A ditadura do proletariado concebe o poder político nas mãos dos operários organizados enquanto classe e em decorrência da revolução proletária. Seria como uma passagem entre o capitalismo e o marxismo, entendida como um processo evolutivo natural que termina na extinção do Estado burguês, como instituição política e econômica da sociedade capitalista. A revolução proletária idealizada por Marx e Engels concretizou-se na Revolução Russa de 1917, embora seus resultados não tenham sido aqueles preconizados por seus idealizadores, tendo em vista que originou a ditadura do Partido Comunista, apoiada pelos mecanismos coercitivos do Estado, tais como a polícia e o exército.

Marx e Engels pretenderam demonstrar que a sociedade socialista originada pela ditadura do proletariado seria possível e inevitável, e não apenas desejável. A ditadura do proletariado (como um período de transição) traria inevitavelmente a sociedade na qual reinaria a igualdade, isto é, uma sociedade sem classes sociais na qual não existiria a propriedade privada, pois tudo pertenceria a todos.

O coletivismo, também conhecido como socialismo nacional e democracia social é um sistema de organização social no qual os meios de produção são adquiridos coletivamente, e a produção é distribuída proporcionalmente ao esforço de cada componente da comunidade. No coletivismo, somente se admite a propriedade do Estado, e não das comunas ou dos indivíduos. O Estado é responsável por organizar a produção e regular o consumo, de modo que todos possam receber a sua parte. Santos assinala que o comunismo bolchevista predominante na Rússia foi um tipo desse coletivismo e se tratou de uma doutrina que criticou a sociedade capitalista, reafirmando que, “de sua corrupção, deve sobrevir, inevitavelmente, o regime comunista” (SANTOS, 1964, p. 75).

No coletivismo, o Estado atua legislando sobre o trabalho, determinando direitos e deveres dos trabalhadores, tais como os salários e as jornadas de trabalho. Do mesmo modo, nacionaliza bancos, indústrias, empresas, vias e meios

de transporte. Neste tipo de socialismo, o Estado é interventor de toda a vida econômica e civil. É também conhecido como socialismo reformista e foi defendido pelos marxistas reformistas. Em sua versão bolchevique tornou-se uma doutrina política na qual os socialistas russos desejavam a “ampliação integral do programa máximo de Lenin” (RODRIGUES, 2006, p. 21).

O bolchevismo é empregado por alguns teóricos como sinônimo de comunismo e de marxismo. Entretanto a expressão passou a ser utilizada pelos marxistas radicais (conhecidos como bolcheviques) somente a partir de 1903, por ocasião dos congressos do partido social-democrata realizados em Bruxelas e em Londres. Os bolcheviques criaram um partido que pretendia realizar a nova sociedade comandada e dirigida pelos trabalhadores urbanos e rurais. Nessa sociedade, pretendia-se garantir a supressão da exploração do homem pelo homem, triunfando, definitivamente, sobre os burgueses. Seria a tomada do poder pela classe trabalhadora (ditadura do proletariado) e a extinção do Estado burguês, como idealizaram os socialistas Marx e Engels. Entretanto, essa sociedade, em parte, implantada por Lenin (1870-1924) na ocasião da Revolução Russa (1917) foi, posteriormente, levada ao radicalismo extremo por Stalin (1879-1953).

O anarquismo é também considerado uma corrente no interior do socialismo, mas que pretende uma sociedade sem Estado, na qual os homens e mulheres gozam de plena liberdade e igualdade, inclusive no que diz respeito ao direito à educação e à instrução. Sobre a relação entre socialismo e comunismo, Chomsky assinala que o anarquista coerente “deve ser um socialista, mas um socialista de um tipo particular”, tendo em vista que

[...] ele não se oporá somente ao trabalho alienado e especializado e buscará a apropriação do capital por todo o corpo de trabalhadores, mas irá também insistir para que essa apropriação seja direta, não exercida por alguma força de elite agindo em nome do proletariado. (CHOMSKY, 2011, p. 28)

Isso significa que o anarquista é contrário a qualquer tipo de organização que tenha o Estado ou o governo à frente de seus interesses. O anarquista não admite quaisquer intervenções em seu nome, preferindo a organização de classe em que todos são ativos e agem diretamente sobre os problemas e as necessidades da classe trabalhadora.

A liberdade é a essência do anarquismo e por isso se trata de uma concepção ideológica que respeita o pensamento de cada um, não impondo dogmas de

nenhuma espécie – todos são livres para aceitar, rejeitar ou posicionar-se a respeito das ideias.

Outro ponto central no ideal anarquista é a questão da propriedade individual, entendida como um privilégio de poucos. É considerada como a principal causa das misérias morais e materiais da sociedade, e somente quando for abolida ou quando se tornar comum a todos, a base econômica da sociedade será solidariamente universal. Essa solidariedade universal será possível quando a Revolução Social estiver consolidada.

4.2

A inserção do socialismo e do anarquismo no Movimento Operário

As concepções socialistas estavam presentes no Brasil desde os tempos do Império, antes mesmo das primeiras incursões do Movimento Operário e da formação das classes trabalhadoras livres, rurais e urbanas. Algumas vezes essas ideias apareciam de maneira insipiente e ainda rudimentar, mas já causavam preocupação aos conservadores e liberais que compunham a política nacional. Outras vezes, como no caso da Revolução Praieira (1848-1850), em Pernambuco, as ideias socialistas mostravam-se de maneira explícita e fundamentada, tendo em vista que os revoltosos ensejavam modificar o cenário político e social brasileiro, sobretudo em decorrência da insatisfação econômica.

O historiador pernambucano Amaro Quincas, assinalou em seu livro *O Sentido Social da Revolução Praieira*, tomando por base o depoimento de viajantes²² que passaram pelo Brasil em meados do século XIX, que a vida social brasileira estava ainda sob um sistema patriarcal baseado na terra e nos engenhos e que mesmo a maior parte da população estava concentrada no litoral (3/4) e uma minoria a algumas léguas no interior (10 a 15 léguas), “quase com poucas exceções todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto”. No interior, os trabalhadores são mantidos na opressão como “humildes vassalos dos proprietários”, enquanto que o litoral mantinha uma população improdutiva e sem

²² Os viajantes são os seguintes: Gardner (Viagens no Brasil), Kidder (Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil – Província do Norte), Hadfield (*El Brasil, el Rio de la Plata y el Paraguay*), Mansfield (Impressões de Pernambuco –do livro *Paraguay, Brazil and the Plate*).

emprego que fez aumentar “os crimes contra a propriedade” (QUINCAS, 1967, p. 5).

Citando Nabuco de Araújo, Quincas assevera: “Não se trata ali somente de questões políticas; a estas questões políticas estão associadas questões sociais, e as questões sociais são de grande alcance, são de grande perigo” (QUINCAS, 1967, p. 8). O estado de desequilíbrio econômico e social da situação que se instalou causou insatisfação geral nas massas populares e desencadeou um movimento revolucionário de causas mais sociais do que meramente políticas. Entretanto destaca que os intelectuais também participavam do movimento.

Havia no ambiente intelectual da província um clima favorabilíssimo à expansão de ideias de reforma social. À agitação popular, correspondia a existência de uma elite intelectual propensa à compreensão de princípios socialistas. A figura de Vauthier, o engenheiro socialista contratado pelo governo provincial, merece realce particular pelo muito que influiu para o conhecimento das novas tendências do socialismo militante na Europa. No seu *Diário Intimo* (prefaciado e anotado pelo Prof. Gilberto Freyre) vê-se pela relação dos livros adquiridos e pelas revistas assinadas e propagadas entre nós, como o técnico francês foi um elemento de difusão das preocupações reformadoras dos idealistas da primeira metade do século XIX. (QUINCAS, 1967, p. 8).

Complementando sua assertiva, Quincas traz uma lista de intelectuais pernambucanos que assinavam os periódicos *Democratie*, *Phalange* e *Socialiste*, entre eles Soares de Azevedo, Antonio Pedro de Figueiredo, Paula Batista e Antonio Borges da Fonseca, nomes de vulto e projeção cultural. Traz também uma lista de livros à venda na casa de Manuel Figueiroa de Farias, na de Coutinho e na loja de livros do “Pateo do Collégio nº 2”, todas naquela província.

Vê-se por aí, como as preocupações dominantes no tempo se voltavam para os estudos econômicos e para as ideias de reforma social. Fourier, Proudhon, Owen, Saint-Simon e Louis Blanc, isto é, todo o chamado socialismo utópico, vicejante na Europa de 48, o socialismo utópico que fez a revolução de fevereiro, na França, eram familiares aos nossos intelectuais, especialmente depois da chegada de Vauthier que, além de técnico hábil, interessado na solução de problemas importantes de engenharia, necessários ao progresso da província, foi, sobretudo, um preocupado com as grandes questões de sentido social que nos assediavam. (QUINCAS, 1967, p. 8).

De acordo com Quincas, os pernambucanos insurgentes demonstravam que, para eles, o grande mal da Província de Pernambuco estava na divisão da terra em grandes propriedades e na opressão dos proprietários que provocavam o êxodo da população do interior para o litoral. No entanto, por trás das massas populares havia também um movimento intelectual de cunho socialista, frequentemente

explicitado nos periódicos de Pernambuco. Entre os periódicos destacados pelo autor encontram-se: *O Progresso*, revista mensal publicada regularmente entre julho de 1846 e setembro de 1848 (vésperas da Revolução Praieira); e *A Carteira*, encarte publicado no *Diário de Pernambuco* de 1848 a 1858. Assim, é possível inferir que a presença socialista na Província de Pernambuco foi uma das principais causas da Revolução Praieira, uma espécie de “Primavera dos Povos” (1848), cuja reação contra a tirania dos grandes proprietários refletia o mesmo desejo de luta contra a tirania dos reis, imperadores e burgueses, travadas pelos trabalhadores e população, em geral nos países europeus.

Ressalte-se, que nas leituras realizadas em periódicos cariocas de grande circulação observou-se por diversas vezes a publicação de notícias e reportagens transcritas dos referidos periódicos pernambucanos.

Outros indicativos comprovam a presença das ideias socialistas no Brasil, em meados do século XIX, como é o caso dos periódicos que circulavam nas capitais brasileiras, e que traziam reportagens nas quais citavam frases de autores dessa corrente de pensamento em seus textos, ora a favor, ora contra, ora narrando fatos ocorridos no estrangeiro, ora explicitando opiniões de leitores. A título de exemplo, serão mostradas duas ocorrências de um jornal maranhense e outra de um periódico carioca.

O periódico maranhense *A Revista – folha política e literária* traz dois fatos nos quais os termos “socialismo” e “socialista” aparecem. A primeira notícia, assinalada na coluna “Exterior”, escrita pelo correspondente do periódico *Folha do Commercio*, em Paris, no dia 9 de maio de 1849, traz uma nota sobre a guerra civil na Hungria e a intervenção da Rússia:

A intervenção da Rússia que deve mudar inteiramente a sorte da guerra é ainda extremamente recente para poder produzir resultado. A força que o autocrata pôs a disposição da Áustria é de 150 mil homens, e, ao que parece, condições ou compensação de qualidade alguma. No manifesto que procedeu a intervenção diz o imperador que a insurreição da Hungria não é um fato unicamente austríaco, mas europeu, e que é por esse motivo que intervém. Efetivamente, se a insurreição houvesse de triunfar em Hungria, podia contar-se com o estabelecimento da república em toda a Alemanha e **a república em Alemanha é o socialismo nu e cru** (grifos nossos). (*A REVISTA*, 7 de agosto de 1849, p. 1).

Na segunda notícia, na reportagem intitulada “Maranhão”, o redator apresenta uma nota sobre a manifestação de “socialistas”, operários e estudantes na cidade de Lyon, na França:

Houve uma insurreição em Lyon, mas a autoridade conseguira derrotá-la, e pelas últimas notícias aquela cidade ficara tranquila. Em Paris também reinou grande agitação, por se haver dirigido à assembleia **uma coluna de 15 a 20 mil socialistas**, operários, e estudantes, a fim de apresentarem uma representação contra a guerra romana; mas as providências das autoridades preveniram quaisquer desordens (grifos nossos). (A REVISTA, 7 de agosto de 1849, p. 3)

No ano anterior, o periódico do Rio de Janeiro *Correio Mercantil*, mostrou uma matéria em que anunciava a ocupação de Paris nos dias 23, 24 e 25 de junho, acontecimento da Revolução Francesa de 1848, na qual Proudhon participou, conforme assinalado anteriormente, no esboço biográfico do autor. A notícia explicitava a presença e a atuação de anarquistas no movimento revolucionário

[...] Os insurgentes eram comandados por **chefes do partido anarquista, e resistiram** corajosamente, porém tiveram finalmente de ceder. Morreram nesta ocasião 20 ou 30 indivíduos de cada lado, tendo sido ferido um tenente-coronel. A tropa de linha portou-se com bravura. Neste momento, porém, achavam-se muito reforçados os insurgentes, e em um estado excessivo de exaltação nos bairros de S. Martin e S. Marceau, onde existiam barricadas, e continuavam a bater-se. No *Hotel de Ville* e na Assembleia Nacional havia grande força da tropa Nacional, mas não havia barricadas, e para prevenir que estas não fossem levantadas em outras ruas, foram postados destacamento da Guarda Nacional em todas as esquinas. Apesar disto, a Guarda Nacional não era toda da mesma opinião, todos queriam a ordem, mas não havia confiança no governo. [...] (grifos nossos) (CORREIO MERCANTIL, 19 de agosto de 1848, p. 1)

Ao longo da segunda metade do século XIX, por diversas vezes as ideias socialistas e anarquistas estiveram presentes na imprensa brasileira, que mantinha, inclusive, periódicos que faziam oposição ao Governo Imperial. Entretanto, a maioria dessa imprensa estava dominada pela elite intelectual, que muitas vezes se colocava a favor da situação dominante, sem se preocupar com a causa popular e trabalhadora. É provável que por essa razão, e na medida em que a classe trabalhadora foi se constituindo, houve a necessidade de uma “imprensa operária” que desse conta de denunciar a situação existente e reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

O primeiro periódico operário de que se tem notícia no Rio de Janeiro foi o *Voz do Povo*, publicado pela primeira vez em 6 de janeiro de 1890, que já demonstrava sua inspiração socialista. O jornal era dirigido por José Veiga, Maurício José Velloso e Gustavo de Lacerda. Em seu primeiro editorial explicitou os objetivos do periódico:

Cuidar constantemente de difundir conhecimentos de instrução artística, moral e intelectual pelas massas laboriosas; discutir os meios mais adequados e

consentâneos com o direito, a razão e a justiça em prol da organização do trabalho. São deveres que tem a mais viva e íntima relação não só com o poder, a grandeza e prosperidade dos povos em geral; mas também e mui particularmente com o progresso do espírito, com o melhoramento moral e material das classes que tão ingrata e rudemente são tratadas pelos ricos e pelos governos, esquecidos ambos de que formam eles a pedra angular do edifício social, representado em imensa maioria pelo operário, pelo homem do trabalho. (VOZ DO POVO, 6 de janeiro de 1890, p. 1)

Gomes assinala que a vida do periódico foi efêmera, pois durou um pouco mais de um mês. No entanto, a discussão que deixou e a proposta socialista que daí surgiu serviram para consolidar a corrente política no contexto da nova República que se iniciava. Além disso, Deixou registros e experiências relevantes porque “[...] sua fundação esclarecia em torno de que pontos fundamentais se estruturava a ideia de organização de um partido operário no Brasil”. No primeiro ponto, o jornal esclarecia as bases republicanas brasileiras; no segundo, “ponto central na construção do discurso do jornal”, estava a ideia de que a República iria abrir as portas da existência da classe trabalhadora. Por fim, o terceiro ponto anunciava no discurso de sua proposta política: “ser a voz dessa parcela do povo, até então simplesmente ignorada pela sociedade ou vista como um somatório de valores negativos” (GOMES, 2005, p. 39).

Mas a principal contribuição do periódico *Voz do Povo*, como um jornal elaborado para a classe trabalhadora, foi ter favorecido a divulgação do socialismo como uma das doutrinas na organização da classe trabalhadora no contexto da nova República nascente.

[...] A igualdade, como corolário dessa revolução sublime, abatendo os privilégios, excluindo os preconceitos, nivelando as condições, veio derramar por todas as classes o supremo conforto das aspirações populares hauridas na compreensão dos direitos de cada indivíduo. Ao operário, pois chegou a vez de fazer preponderar a sua supremacia nos conflitos da vida social, nessa tremenda cruzada incruenta através do humano destino no seio de um povo moderno, igualitário, livre, americano. (VOZ DO POVO, 7 de janeiro de 1890, p. 1)

O jornal *Voz do Povo* contribuiu também para enaltecer a classe trabalhadora, na medida em que, ao se sentir valorizada, percebia-se em sua dignidade e importância. O trabalho, como assinalou Gomes, não poderia mais “ostentar o sinal da desgraça e do atraso, como acontecia na escravidão”. Ao contrário, o trabalho, assim como o trabalhador retratavam as forças produtivas da sociedade “seus elementos de prosperidade, de riqueza e de progresso” (GOMES, 2005, p. 40).

Entre os periódicos operários explicitamente anarquistas localizados por esta pesquisa, o mais antigo foi o jornal *O Despertar*, datado de 1898, dirigido por J. Sarmiento. O periódico, autointitulando-se como “periodico comunista-livre” (escrita da época), declarou em seu primeiro número que a anarquia era a sua doutrina e a sua concepção de vida proclamando, no estilo de Proudhon:

[...] Praticamente conhecemos todas as formas de governos; temos países governados Autocrática, Monárquica e Republicanamente; mais ou menos democráticos, em todos eles existem as riquezas amontoadas de um lado, e a miséria do outro; uma classe que sem nada produzir dispõem de tudo até da vida dos cidadãos, e outra que carece de tudo sendo ela a produtora. Em todos os povos existem as mesmas lutas e tirania; isto nos demonstra que não existe nenhum governo que seja bom. A lógica nos ensina ir do conhecido ao desconhecido. Sendo mau todo o regime de governo, queremos o não governo; isto é, a “Anarquia”. (O DESPERTAR, 2 de novembro de 1898, p. 1)

O Despertar assinala que a anarquia é uma filosofia moderna, um ideal baseado na solidariedade, na liberdade, no amor e no carinho por todos os seres humanos. Por isso, não pode estar associada à bomba e ao punhal. Também não é desordem e está longe da tirania e da corrupção da burguesia. Percebe-se que a publicação nº 1 foi dedicada ao programa anarquista e à divulgação de sua doutrina, além de fazer críticas ao Estado e às leis. Como era comum, à época, *O Despertar* trouxe também um folhetim, assinado por Gilimon, no qual promoveu uma discussão entre trabalhadores sobre as eleições e as lutas operárias envolvendo a jornada de trabalho de 8 horas, os baixos salários e a propriedade privada como a causa de todos os males da classe trabalhadora. Esse recurso era comum nos periódicos operários, muitas vezes utilizado para o lazer, mas também servia ao objetivo de instruir o trabalhador sobre as lutas travadas pelo movimento.

Igualmente, em 1899, o jornal *O Protesto*, dirigido por J. M. Assumpção, trazia a ideia anarquista. Em seu exemplar de n. 5, exibiu no lado esquerdo do cabeçalho a célebre frase de Proudhon, “A propriedade é um roubo”, e no lado direito a de Kropotkin, “A expropriação é uma necessidade”. Apresentou reportagens narrando situações ocorridas com trabalhadores, inclusive perseguições, prisões ilegais e processos criminais envolvendo operários. No exemplar analisado verificou-se que o jornal relembrou a tragédia de 1º de maio de 1887, que envolveu os trabalhadores mortos em Chicago, nos Estados Unidos da América, e descreveu os acontecimentos do dia 11 de novembro de 1899,

quando São Paulo resolveu realizar uma manifestação em homenagem aos Mártires de Chicago.

A necessidade de reunirem-se as agremiações, as ligas, as associações e os sindicatos em uma federação levou os trabalhadores a organizarem congressos operários para discutirem as ideias do movimento, assim como as bandeiras de luta da classe operária. Na ocasião do Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906), os trabalhadores fundaram, no Rio de Janeiro, a Confederação Operária Brasileira (COB), nos moldes da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, para reunir o proletariado brasileiro. Diversas associações, centros de operários, ligas e sindicatos da Capital Federal, assim como de outros estados brasileiros, filiaram-se à COB, e dois anos depois, o periódico *A Voz do Trabalhador* estava sendo criado.

Esse jornal, de inspiração sindicalista revolucionário, contribuiu para a divulgação do ideário anarquista na medida em que exibia reportagens e artigos de Neno Vasco, Manuel Moscoso, Ulisses Martins, Carlos Dias e tantos outros anarquistas já bem conhecidos dos trabalhadores. Também era comum encontrar no periódico textos dos clássicos representantes do anarquismo, como Tolstoi, Bakunin, Kropotkin, Malatesta e Élisée Reclus, além de citações e alusões a Proudhon, em artigos de outros autores.

O jornal trazia também diversos assuntos relacionados à vida do operário, entre os quais se destacavam as questões ligadas aos abusos do patrão, as condições de trabalho nas fábricas, abusos da polícia contra jornalistas e operários, assim como se ocupava de notícias das associações de diferentes localidades e da solidariedade entre trabalhadores. A educação do trabalhador foi tema presente na maioria das publicações, inclusive com anúncios de escolas e espaços de instrução para trabalhadores e para seus filhos, tendo em vista que acreditavam na Revolução Social, que deveria ser feita tanto pela educação quanto pela organização da classe operária, por meio das ligas de ofício, associações operárias, sindicatos e federações.

O primeiro número do jornal *A Voz do Trabalhador* foi publicado em 1º de julho de 1908. Em seu discurso inicial, anunciava ser um “órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário”.

De há muito fazia-se sentir de forma evidente, a falta de um órgão da classe oprimida que fosse o porta-voz das suas reivindicações, órgão combatente, donde se agitassem questões de suma importância para nós, donde se fizesse, enfim, contínua propaganda dos métodos de luta revolucionários. A obra que um jornal nestas condições realizaria, seria de grandes benefícios para o movimento operário. Retiraria da indiferença alguns camaradas, fortaleceria convicções, interessaria os tímidos e simpatizantes assim como daria impulso ao movimento associativo. [...] Da nossa parte não mediremos esforços, nem pouparemos sacrifícios para manter este jornal. É demasiado intensa a fé na justiça da nossa causa para que nos arredemos, quaisquer que sejam os obstáculos que se nos anteponham. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de junho de 1908, p. 1)

Ao publicar o periódico, a COB tinha a intenção de manter-se informada e ao mesmo tempo informar seus associados sobre as notícias do Movimento Operário em todo o país, mas também pretendia instruir politicamente os trabalhadores, de modo que eles pudessem estar engajados nas lutas sociais e trabalhistas, visando à Revolução Social almejada pela classe operária. Nesse fragmento do editorial de abertura, *A Voz do Trabalhador* deixa clara a sua afinidade com o sindicalismo revolucionário, anunciando-o como seu método de luta para “a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista”.

Esses exemplos mostram que, no final do século, socialismo e anarquismo, ambos em diversas tendências, já faziam parte do cotidiano do trabalhador carioca. Além disso, esses periódicos nasciam com a intenção de instruir e preparar o trabalhador para as lutas que deveriam ser travadas contra o patronato e contra o Estado. Sabe-se, no entanto, que no final do século XIX, esses periódicos ainda eram raros e de vida efêmera, pois economicamente não conseguiam manter a regularidade de suas publicações. Por esse motivo, os periódicos precisavam das subscrições e, em muitos casos, contavam com doações de amigos e trabalhadores simpáticos à causa proletária. Ressalte-se que, apesar das dificuldades, esses periódicos contribuíram para que o socialismo e o anarquismo conseguissem avançar e se desenvolver, atingindo a classe trabalhadora brasileira, especialmente a do Rio de Janeiro.

Assim, no despertar do século XX, o movimento socialista que se desenvolvia foi, aos poucos, estimulando a luta do trabalhador por meio de campanhas e propagandas das diferentes escolas que o constituía. Todas elas alcançaram a classe trabalhadora (umas mais que outras) e agitaram o movimento operário nos países estrangeiros, especialmente na França, na Inglaterra, na Itália, na Espanha e nos Estados Unidos da América. Do mesmo modo, essa agitação

aconteciam em outros países da América Latina e no Brasil, e cada vez mais os trabalhadores se reuniam em ligas, sindicatos e associações, que em sua maioria, estavam relacionados a uma das vertentes do socialismo.

No Almanaque Brasileiro Garnier, sob a direção de B. F. Ramiz Galvão, e publicado no Rio de Janeiro em 1905, um texto de M. Curvêllo descreveu a trajetória do socialismo no Brasil e sua relação com o movimento operário.

Naquele ano, já faziam parte da vida dos trabalhadores as associações, clubes e ligas, inclusive sindicatos, que reuniam frequentemente os seus associados para discutirem ideias e definirem as bandeiras de luta das agremiações. Essas reuniões eram “movidas pelo sentimento novo e forte, que desperta pouco a pouco a massa proletária das oficinas e fábricas, onde até pouco tempo mourejava roendo o duro pão amargo do salário miserável e doloroso” (CURVÊLLO, 1905, p. 272).

No texto, o autor descreve as greves ocorridas no Rio de Janeiro no ano de 1903 assinalando que foi uma conquista dos trabalhadores que perceberam a força que possuem quando estão reunidos e coligados em suas classes. A reunião dos trabalhadores dá a eles a força necessária para enfrentarem, privilegiadamente, o patronato e as forças capitalistas e burguesas. Essa união dos trabalhadores é decorrente dos movimentos socialistas e anarquistas no interior dessas agremiações de operários.

A imprensa associada à burguesia difundiu a ideia de que no Brasil não havia problemas com a classe trabalhadora nem motivos para manifestações e greves entre o proletariado. Entretanto, as constantes denúncias dos jornais operários mostravam justamente o oposto, visto que, na maioria das fábricas, as condições de trabalho eram precárias, chegando a serem comparadas às senzalas dos tempos da escravidão. Igualmente, nos diversos periódicos analisados, verificou-se que trabalhadores eram maltratados, faziam jornada de até 16 horas, inclusive as crianças e os adolescentes, conforme já demonstrado neste estudo.

A imprensa operária mostrou aos trabalhadores que a “questão operária” vai além desses problemas. Fez com que o proletariado percebesse que um grande número da população formada por homens, mulheres e crianças vendia seu trabalho por um salário ínfimo, muitas vezes reduzido ainda mais pela exploração dos patrões que cobravam multas inventadas pela sua “esperteza gananciosa”.

Conquanto humildes e iletrados na sua quase totalidade, eles começaram a ouvir os ecos das palavras de reivindicação e justiça, que em seu favor agitam o mundo. Em seu seio, onde abundam europeus expatriados, aparecem alguns que ouviram o sinal da trombeta revolucionária contra o capitalismo. Assim, para entrar em ação, os nossos operários não precisavam mais do que fazer uma coisa, que lhe tem sido repetida muitas vezes: contarem-se. Contarem-se, não um por um, mas por centenas, por milhares que muitas vezes são numa só fábrica, para verem a imensa força de que dispõem na sociedade, cuja maior parte representam. (CURVÊLLO, 1905, p. 274).

Eis nessas palavras de Curvêllo a contribuição dos socialistas, e principalmente dos anarquistas no movimento operário no Rio de Janeiro: a classe operária começava a experimentar a união dos trabalhadores propagada pelos socialistas, que inclui Babeuf, Cabet, Fourier, Proudhon e tantos outros que se solidarizaram com a causa operária. O autor assinala que “apóstolos novos e valorosos retomaram o fio das grandes doutrinas humanitárias, que procuraram dignificar o trabalho e emancipar o trabalhador”. Destacou entre eles, os “místicos e pacíficos como Ruskin e Tolstoi, revolucionários como Karl Marx, Kropotkin, e tantos outros, espíritos vindos de toda parte e de todos os credos filosóficos”. Ressalta ainda que esses “espíritos” enriqueceram a literatura e as ciências sociais com suas ideias igualitárias, “pregando a solidariedade entre os homens, clamando por mais justiça na distribuição dos bens da terra, mais verdade e luz nas consciências adormecidas pelos erros do passado” (CURVÊLLO, 1905, p. 275).

Entre os brasileiros que contribuíram para a divulgação do socialismo e do anarquismo por meio da imprensa, Curvêllo assinala o professor Vicente de Sousa, em órgão reivindicatório dos operários no Rio de Janeiro; Elysio de Carvalho, Motta Assunção, Joel Oliveira e outros, em pequenos periódicos cariocas; Benjamin Motta e Neno Vasco em São Paulo, “seguindo os passos dos radicais franceses” por meio da imprensa libertária; Guedes Coutinho, J. Mas y Pi, no Rio Grande do Sul, escrevem “com a mesma orientação” dos paulistas. Destaca também: Viveiro de Castro e Evaristo de Moraes em trabalhos relacionados ao Direito; José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Fábio Luz, Olavo Bilac, Frota Pessoa, M. Bonfim e “muitos outros ainda, na imprensa e na literatura, ousam de quando em quando repetir o eco das doutrinas socialistas” (CURVÊLLO, 1905, p. 275). Sabiamente, o autor utiliza a expressão “doutrinas socialistas”, no plural, tendo em vista que no rol de personalidades por ele citado encontram-se socialistas de todas as vertentes, inclusive anarquistas.

Curvêllo destaca, igualmente, as ideias socialistas presentes na literatura, assim como a preocupação com o social no romance *Canaã* escrito por Graça Aranha e no livro *Ideólogo* de Fábio Luz. Enfatiza também os trabalhos literários de Pereira da Silva, Marcello Gama e Domingos Ribeiro Filho.

E, fenômeno digno de aplauso e simpatia, nota-se na larga orientação social de todos, a independência no modo de encarar os processos de solução da crise moral e econômica, que a humanidade vai atravessando na hora presente. Nessas mesmas poucas manifestações a que assistimos, vemos de um lado os discípulos de Tolstoi, restauradores do Evangelho puro de Jesus, com o seu formoso e primitivo comunismo; de outro lado, seguidores de Kropotkin, mais ou menos revolucionários filiados à seita anarquista propriamente dita. Os primeiros calmos e evolucionistas, mais ou menos místicos atrás de seu Deus ideal de Justiça e Verdade; os segundos, entendendo que é necessário resistir ao mal violentamente para destruir as iniquidades da sociedade presente. Todos, porém, aqui como alhures, acordes, em que havemos mister de uma nova ordem de coisas para satisfazer a ansiedade dolorosa, em que se debate a humanidade. (CURVÊLLO, 1905, p. 276-277).

Assim, socialismo e anarquismo, de todas as tendências e escolas, foram conquistando espaço no Movimento Operário. Nos periódicos estudados essas concepções apareceram em reportagens, artigos, citações de frases, citações em textos de autores internacionais e nacionais, inclusive em anúncios de venda de livros e panfletos. Observa-se, no entanto, que apesar de suas diferenças, essas ideias tinham um ponto comum: todas estavam presentes no movimento operário para reivindicar direitos trabalhistas e lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

4.3

O anarquismo: doutrinas e práticas no Movimento Operário do Rio de Janeiro

Como anteriormente assinalado, as raízes filosóficas do anarquismo estão no socialismo, pois se trata de uma “concepção intelectual definida de pensamento social”, e seus partidários “advogam a abolição na sociedade, dos monopólios econômicos e de todas as instituições políticas e sociais coercitivas” (ROCKER, 2005, p. 7). Entretanto, à medida que se foi constituindo, o anarquismo ganhou vida própria, conquistando seu espaço no movimento revolucionário de modo geral e em especial, no movimento operário.

A organização social para o anarquismo estaria fundamentada em um sistema no qual a “livre associação de todas as forças produtivas baseadas no trabalho cooperativo”, teria como principal objetivo “a satisfação das exigências necessárias de cada membro da sociedade”. Desejavam também substituir as instituições políticas e burocráticas, por uma “federação de comunidades livres que devem estar vinculadas por seus interesses econômicos e sociais comuns e que devem resolver suas questões por meio do acordo mútuo e do livre contrato” (ROCKER, 2005, p. 7).

Os anarquistas, de modo geral, não previam a organização de planos e programas de governo a serem aplicados no caso de êxito da Revolução Social, tendo em vista que defendiam a liberdade e acreditavam que a ordem social seria conquistada somente pela plena liberdade individual, e não pela coerção do Estado (ou de um governo) sobre as individualidades e ou sobre a coletividade.

Tomando por base a concepção mutualista e federalista de Proudhon, posteriormente aprimorada e amplamente difundida por Bakunin, os anarquistas pretendiam organizar-se em pequenas áreas agrícolas ou industriais, agrupando os trabalhadores de acordo com seus ofícios ou profissões em agremiações (ou sindicatos). Esses grupos constituídos estariam interligados formando uma rede federada de produtores e trabalhadores livres.

Essas ligações são mantidas por delegados dos sindicatos em assembleias frequentes, sendo as decisões dessas assembleias sancionadas ou não pelos sindicatos. Por sua vez, as federações dos diversos países ou das diferentes zonas formam entre si uma **confederação** sob os mesmos princípios, com seus **congressos** anuais. [...] A organização anárquica, não assentando em nenhum **poder**, mas no **acordo mútuo**, é diametralmente o oposto à centralização; parte da comuna independente para o município, aliança de comunas; para a federação, aliança de municípios, até a confederação, aliança das federações. Veremos que, enquanto o Estado dá **ordens** a todos, os centros municipais, federais, confederais, apenas recebem ofertas ou pedidos das comunas e regulariza o auxílio mútuo entre elas (grifos do autor). (OITICICA, [19__?], p. 77,80)

O sistema associativo, no entanto, não é um sistema hierárquico no qual há uma autoridade que dirige e toma as decisões pelo grupo. Ao contrário, como assinala Proudhon, a “Associação não é absolutamente um princípio diretor, como também não é uma força industrial”, visto que ela sozinha não é uma força, pois “em si mesma, não tem qualquer virtude orgânica ou produtora”, ou seja, as associações são formadas pela liberdade e pela igualdade identificando seus membros a partir dos interesses de cada indivíduo (PROUDHON, 2012, p. 34).

No mutualismo de Proudhon não há lugar para a autoridade porque ela não se sustenta e não pactua sem utilizar a violência, e não se pode admitir a violência porque ela é a negação da liberdade.

É a liberdade a condição maior do progresso da vida e da saúde, porque a liberdade consiste em que a natureza obre por si só, e a natureza trabalha na felicidade de cada indivíduo, tanto que as leis governamentais se propõem ao bem estar de uma classe privilegiada. A natureza diversifica ao infinito nossas inclinações, embora que o efeito das leis é propender a formação de um mesmo tipo de homem em todos os membros da nação. Uniformidade de caracteres, de ideias, etc., quer dizer estagnação. Variedade quer dizer progresso, e porque amamos o progresso somos anarquistas. (O DESPERTAR, 2 de novembro de 1898, p. 1)

Além disso, para os anarquistas, só é possível conceber a liberdade porque o homem é racional e porque possui um grau de intelectualidade que o faz capaz de perceber-se livre. Por um lado, a liberdade não é natural ou resultado de obra divina; trata-se, portanto, da autonomia advinda de sua intelectualidade e de sua racionalidade superior. Por outro lado, os anarquistas entendem que o alcance da plena liberdade é uma utopia, tendo em vista que, para alcançá-la, encontram-se obstáculos intransponíveis em uma sociedade capitalista. E é por esse motivo que idealizam outra forma de organização social e política, na qual cada um e todos são responsáveis pela sociedade. É na responsabilidade de todos em relação ao bem social que se encontra a máxima anarquista, a sua ética. Em uma sociedade anarquista não cabe a propriedade privada (ao modo capitalista), e por isso defende a sua completa eliminação. Os produtores podem ser livres e independentes entre si, mas precisam estar reunidos em associações também livres.

As associações organizam-se livremente em sistemas federalistas e mutualistas, conforme explicitou Proudhon, compondo-se em organismos que produzirão e possuirão bens em comum, distribuídos de modo equitativo. Por essa razão, os anarquistas defendem que os bens pertencem à coletividade, sendo a produção fruto da ação e da capacidade de todos. A distribuição do que é produzido se faz conforme as necessidades individuais.

A edificação da sociedade ácrata, desde as suas características gerais até os detalhes de sua organização e os pormenores do seu funcionamento era considerada tarefa eminentemente social; portanto, deveria ser definida com o assentimento de todos, de modo livre, por homens livres. (LUIZZETTO, 1987, p. 9)

Para a maioria dos anarquistas, esse é o pensamento predominante, embora a incerteza e a improvisação fossem motivos de preocupação nas reuniões em que discutiam os rumos de suas ações. Entretanto, havia um ideário que se constituía como base da sociedade concebida por eles, sendo condenada apenas a pormenorização de planos e programas. De modo geral, os anarquistas estiveram de acordo em relação aos fins últimos de seus objetivos e propósitos, mas divergiam quanto às estratégias de ação e aos meios para realizá-los. Além disso, os anarquistas não admitiam a “ditadura do proletariado”, tendo em vista que entendiam a sociedade como autorregulada pelas individualidades, e é por esse motivo que também não aceitavam que o Estado estivesse à frente da sociedade, mesmo quando constituído por um partido ou grupo de operários.

No interior do anarquismo, tal como aconteceu com o socialismo, ideias foram se constituindo e se organizando em diferentes vertentes, apesar de todas elas terem como ponto comum a ideia de que o indivíduo (e sua plena liberdade) é a base de toda a realidade. Além disso, qualquer imposição contrária à plena liberdade é ilegítima, e daí provém a ilegitimidade do Estado, que deseja controlar as individualidades por meios coercitivos.

A intensidade com que as individualidades são compreendidas marca as diferenças entre as várias vertentes anarquistas, que se formaram a partir da instituição do termo como uma concepção política. As tendências mais marcantes do anarquismo são aquelas inspiradas em Proudhon (1809-1865), em Mikhail Bakunin (1814-1876), em Liev Tolstói (1828-1910) e em Piotr Kropotkin (1842-1921). Todos unânimes em preconizar uma nova sociedade que tem a liberdade como base e a revolução²³ como meio para conquistá-la. As ideias de Tolstói ficaram conhecidas como anarquismo cristão e eram completamente avessas à violência; Kropotkin aceitava a violência, porque acreditava que na revolução ela era inevitável, suas concepções reuniam-se no comunismo-anárquico; Bakunin

²³ Caio Brado Júnior explica que a palavra “revolução” traz em si diversos significados e “que tem dado margem para frequentes confusões”. É comum o termo ser empregado como uso da “força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição” e que neste sentido, refere-se mais à “insurreição”. Neste trabalho, revolução tem o significado de “transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições, mas que necessariamente não o é” (PRADO JUNIOR, 1968, p. 1). O significado de revolução aqui empregado diz respeito à “transformação”, tendo em vista que para os anarquistas “revolução social” significa a transformação de uma sociedade governada por um Estado burguês coercitivo e capitalista para uma sociedade autorregulada por homens livres e capazes de se autogovernarem.

propagou o coletivismo e por diversas vezes “combateu em barricadas e exaltou o caráter sanguinário da insurreição camponesa” (COSTA, 1980, p. 141); e Max Stirner (1806-1856) concebia o homem como plenamente livre e acima de todas as coisas.

4.3.1

O anarquismo individualista e o anarquismo cristão

O anarquismo individualista, que tem em Max Stirner (1806-1856) seu principal expoente, entende o homem como um “eu individual”, em carne e osso, e não um ser absoluto de supremo valor (criatura divina). Escreveu em seu livro *O Único e sua Propriedade* que:

O divino é a causa de Deus, o humano a causa “do homem”. A minha causa não é nem o divino nem o humano, não é o verdadeiro, o bom, o justo, o livre, etc., mas exclusivamente o que é meu. E esta não é uma causa universal, mas sim... *única*, tal como eu. Para mim, nada está acima de mim! (grifos do autor) (STIRNER, 2004, p. 11)

Este axioma “egoísta” expressa o princípio irrestrito da liberdade, causa primeira do anarquismo, assim como proclama a necessidade de livrar o homem de tudo o que lhe causa sofrimento, aprisionamento ou alienação, tais como: a Igreja, o Estado, as Leis, os burgueses, os proprietários. Os individualistas são contrários ao que fere a liberdade humana, por isso são radicalmente avessos ao modo como a ordem social está constituída, sobretudo em relação ao Estado.

Stirner não via solução para acabar com a dominação por meio das ideias e métodos socialistas, pois os interesses coletivos estariam sempre sobrepostos aos desejos e necessidades dos indivíduos, isto é, acima dos interesses pessoais. Desse modo, Stirner e seus seguidores viam que o movimento revolucionário somente seria possível se fosse proclamada a soberania individual.

A influência do individualismo anarquista foi pequena no interior da classe operária, sobretudo a brasileira.

O escritor russo Liev Tolstoi aproximou-se de uma posição pacifista e anarquista, tornando-se o precursor do “anarquismo cristão”. Afirmava que ao seguir as escrituras sagradas, um indivíduo não poderia servir nem à Igreja nem ao Estado, porque não poderia haver intermediários entre Deus e os homens. Além

disso, não havia qualquer tipo de patriotismo em suas ideias, tendo em vista que “o cristão não pode subordinar-se a outros homens, pois é seu dever resistir ao Estado” (RAMUS, 2008, p. 171). Em seu ideário, o defendia uma sociedade comunista e agrária baseada no cooperativismo e em um modo de vida simples, totalmente voltada para a natureza. Sua crença em Cristo não está baseada no seu estado divino, mas sim na sua condição de revolucionário e contestador; por esse motivo, o Cristianismo deve ser concebido racionalmente, extraíndo dele todas as formas divinas e os relatos milagrosos dos escritos bíblicos.

Somando-se à concepção do Cristianismo, Tolstoi assinala outras questões, entre elas a relação entre a violência e a liberdade. Para ele, o uso da violência é irracional, e utilizá-la é lutar com as mesmas armas com as quais luta o Estado. Do mesmo modo, não se pode conceber a liberdade do homem enquanto ele fizer uso de violência para conquistar os seus direitos.

Os homens podem ser verdadeiramente livres apenas quando todos igualmente estiverem convencidos da inutilidade, da ilegitimidade da violência, e obedeçam as regras estabelecidas, não por medo da violência ou da ameaça, e sim, pela convicção arraçada. (TOLSTOI, 2010, p. 5)

O anarquismo cristão propagado por Tolstoi defende a liberdade como o direito de fazer tudo o que não atinja a liberdade de outros indivíduos. A liberdade é a “ausência de travas”, por isso o homem é livre somente quando nada o ameaça, o aprisiona ou o impede de agir. Não há liberdade onde há violência ou leis. As leis são coercitivas porque proíbem a ação livre do homem no mundo.

De acordo com Ramus, o cristianismo primitivo e o anarquismo aproximam-se porque “a insubmissão ao Estado era um preceito nos primórdios do cristianismo” tanto quanto é para os anarquistas (RAMUS, 2008, p. 173). Ambos contestam o governo do homem sobre outro homem e rejeitam as leis do Estado, apesar de os cristãos estarem submetidos à ideia de um Deus transcendente e supremo.

No Brasil, diversos autores como Fábio Luz (1864-1938) e Manuel Curvelo de Mendonça (1870-1914) utilizavam algumas das ideias de Tolstoi em seus trabalhos.

4.3.2

Proudhon e a escola mutualista do anarquismo

Quando Proudhon declarou orgulhosamente “sou anarquista”, a palavra passou a designar uma concepção política de negação à autoridade do Estado:

Que forma de governo preferiremos? – Ora, responderá sem dúvida algum de meus leitores mais jovens, para que perguntá-lo? Sois republicano. – Republicano, sim; mas essa palavra não diz nada. *Res publica* é a coisa pública; quem quer que almeje a coisa pública, sob não importa que forma de governo, pode dizer-se republicano. Os reis também são republicanos. – Então sois democratas? – Não. – Como?! Sereis por acaso monarquista? – Não. – Constitucional? – Deus me livre! – Sois então aristocrata? – De forma alguma. Aspirais a um governo misto? – Menos ainda. – Que sois então? – Sou anarquista.
– Entendo: estais satirizando o governo. – De modo algum: acabais de ouvir minha profissão de fé, séria e maduramente refletida; embora muito amigo da ordem, sou, em toda força de expressão, anarquista. Ouvi-me. (PROUDHON, 1988, p. 233)

Suas ideias mutualistas, em contraposição à concepção individualista, admitem o princípio da associação entre os homens, acreditando que essa associação é necessária para garantir a liberdade e a singularidade individuais. Embora amante e defensor da liberdade dos indivíduos, Proudhon reconhece que as relações sociais são travadas pelas consciências individuais, e é esse entendimento que faz com que ele compreenda a necessidade de se encontrar o equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade, ideia ausente no anarquismo individualista.

Avesso a qualquer forma de autoridade, Proudhon denunciou o Estado opressor e o viu como inimigo hostil. Entendeu a anarquia como uma forma de autogoverno, isto é, um governo do próprio homem, livre de amo ou de soberano, como resultado da evolução da humanidade. Para ele, a anarquia está baseada no princípio de que a autoridade do soberano é nociva e desnecessária, e a “autoridade do homem sobre o homem está na razão inversa do desenvolvimento intelectual”. A ordem vem com a justiça na igualdade, e não na autoridade imposta por um soberano. Por isso a sociedade busca a ordem na anarquia.

Do mesmo modo, o povo é soberano de si mesmo. “Todos são reis; mas então direi eu: ninguém é rei; de bom ou de mau grado, somos todos associados”. O povo é ao mesmo tempo o guardião da lei e poder executivo, pois somente ele pode dizer se algo é justo ou verdadeiro. Somente o povo tem o direito de dizer “mandamos e desmandamos” (PROUDHON, 1988, p. 237). Assim, concebe o

princípio da associação com uma tendência federalista, que ao mesmo tempo valoriza os indivíduos, tendo em vista que ambos – federação e indivíduo – compõem o tecido social.

Luizzetto assinala que para Proudhon o Estado seria sempre antifederalista e anti-individualista, sendo mesmo a sua negação, tendo em vista que:

[...] é da essência do poder estatal ignorar o desenvolvimento das potências individuais e inibir a concretização das associações de base federativa. O Estado não pode admitir a existência de potências autônomas que possam representar uma limitação ao seu próprio poder. (LUIZZETTO, 1987, p. 24)

Para Proudhon, o Estado, por meio de seus representantes, impõe sua autoridade e sua vontade pela lei. No entanto, sua autoridade é resultante da propriedade e é ela que produz o despotismo e o reino arbitrário, tendo em vista que é o proprietário quem participa do Estado, na condição de pertencente à burguesia. “A propriedade é o direito de usar e abusar”, por isso todo proprietário é um rei. Um rei na proporção de “suas faculdades de posse”. Assim, uma sociedade formada por um governo de proprietários, esta sim, é o caos, é a desordem (PROUDHON, 1988, p. 239). É nesse sentido que Proudhon coaduna-se com outros socialistas e anarquistas que defendem a supressão do Estado centralizador, Estado que é contrário ao princípio da associação, ao mesmo tempo em que nega a singularidade e a individualidade humanas.

Ao defender o princípio federativo, Proudhon acredita ser possível combater e evitar as forças centralizadoras e, do mesmo modo, frear os impulsos individualistas excessivos e extremados. Somente assim poderiam ser formadas associações mutualistas nas quais os produtores – livres e independentes – pudessem criar alianças sólidas capazes de fazer avançar as sociedades. O mutualismo, portanto, é a maneira pela qual a sociedade é organizada pelos próprios indivíduos, na qual o Estado é suprimido e o governo deixa de ser soberano. Trata-se da associação entre os homens, da organização em que a harmonia social se faz voluntariamente, sem qualquer regulamentação ou interferência do Estado/governo, visto que os homens (livres e iguais) organizam-se em grupos cooperativos, realizando trocas do que produzem, sem que haja lucro ou que algum homem leve vantagem sobre o outro homem.

Daí vem todas as instituições do mutualismo: seguros mútuos, crédito mútuo, socorros mútuos, ensino mútuo, garantias recíprocas de escoamento, troca,

trabalho, boa qualidade, e de justo preço das mercadorias etc. Eis o que o mutualismo pretende fazer, com a ajuda de certas instituições: um princípio de Estado, uma lei de Estado, eu até diria uma espécie de religião de Estado, através de uma prática tão fácil como vantajosa aos cidadãos; que não exige nem polícia, nem repressão, nem coação e não pode, em nenhum caso, para ninguém, tornar-se uma causa de decepção e de ruína. (PROUDHON, 1986a, p. 122)

No mutualismo, Proudhon defende o trabalho dos pequenos proprietários e produtores, assim como dos pequenos comerciantes, que sobrevivem da troca de seus produtos e serviços, sem modificarem a vida simples da comunidade. É a liberdade do trabalho baseada na solidariedade e na responsabilidade. O caráter voluntarista de Proudhon faz com que ele entenda que no mutualismo as vontades humanas devem ser respeitadas, e é isso que traz a igualdade e a dignidade. Trata-se, portanto, da livre fraternidade, na qual todos se beneficiam. O trabalhador, deixando de ser um servo do Estado “tragado no oceano comunitário”, é antes um homem livre. Suas ações decorrem de suas próprias iniciativas e de suas responsabilidades pessoais. Obtém o preço justo sobre seus produtos e serviços e faz o mesmo aos seus concidadãos. Por isso mesmo é que é soberano e livre, é suficientemente remunerado e justamente remunerador.

A mutualidade é agente de nivelamento econômico e social, pois possibilita que todos possam usufruir dos bens sociais por meio da troca. Trocar “serviço por serviço, produto por produto, empréstimo por empréstimo, seguro por seguro, crédito por crédito, penhor por penhor, garantia por garantia etc.; tal é a lei” (PROUDHON, 1986a, p. 121). Uma sociedade concebida no mutualismo está organizada de modo cooperativo: sem polícia, sem governo, sem burocracia e sem lucro. Está calcada no trabalho livre e na livre fraternidade. Ressalte-se que foi com essa concepção mutualista que Proudhon concebeu o Banco do Povo.

Para Proudhon, a mutualidade é um direito econômico, que supõe a solidariedade, a liberdade e a igualdade como princípios da justiça.

Dado o direito econômico, dele se deduz imediatamente o direito público. Um governo é um sistema de garantias; o mesmo princípio de garantia mútua que deve assegurar a cada um a instrução, o trabalho, a livre disposição de suas faculdades, o exercício de sua aptidão, o gozo de sua propriedade, a troca de seus produtos e serviços, assegurará igualmente a todos a ordem, a justiça, a paz, a igualdade, a moderação do poder, a fidelidade dos funcionários, a dedicação de todos. (PROUDHON, 1986b, p. 123)

Assim, o que se constitui como um direito econômico, passa à aplicação da justiça e se transforma em economia política. O “direito econômico” é a

“aplicação da justiça à economia política”, e Proudhon concebe esse direito econômico como mutualidade. Entende que o governo é simplesmente uma forma de organização das comunidades mutualistas distribuídas em território, regiões, distritos, comunas e repartidas entre as famílias por um acordo mútuo. A divisão orgânica do território forma grupos e corporações livremente consentidas e organizadas de modo semelhante, seguindo um novo pacto. Esse novo pacto traz soberania política, autoridade civil e influência cooperativa, coordenadas entre as regiões, distritos e localidades, identificando-se umas com as outras pela liberdade. É nesse sentido que a propriedade deixa de ser privada.

Assim, Proudhon concebe uma sociedade sem Estado, em que o pacto de união está centrado no consentimento livre. Cada grupo é um centro político, sendo soberano em seu território. É desse modo que a organização mutualista (que é econômica) é transportada para a esfera política: “o que nós chamamos até o presente ‘mutualismo’ ou ‘garantismo’ toma o nome de “federalismo”. Com um simples sinônimo nos é dada a resolução por completo, política e econômica”. Trata-se da “Democracia Operária”, ou seja, a “política é o corolário da economia”. Ambas recebem o mesmo tratamento metodológico e são regidas pelos mesmos princípios (PROUDHON, 1986b, p. 124).

É na Democracia Operária de Proudhon, em sua “utopia”, que está a soberania do povo, e por sua vez a liberdade do indivíduo. Cada membro da comunidade sustenta a sua autonomia para agir de modo soberano, governando a si próprio enquanto há uma “autoridade” superior que se ocupa unicamente dos negócios do grupo, e não com as funções de um Estado autoritário e centralizador. Ou seja, é uma espécie de “governo” não autoritário, mas que age como um coordenador da associação. Essa associação está submetida à responsabilidade e ao compromisso de cada membro que compõem a “federação”, regulada pela liberdade e pelo interesse à segurança e à prosperidade de todos. Para Proudhon, portanto, federação, que vem “do latim *foedus*, genitivo *foederis*”, significa:

[...] pacto, contrato, tratado, convenção, aliança etc., é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou Estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação. [...] O que faz a essência do contrato federativo, [...] é que neste sistema os contratantes, chefes de família, comunas, cantões, províncias ou Estados, não somente se obrigam sinalagmática e comutativamente uns em relação aos outros, como se reservam individualmente,

formando o pacto, mais direitos, liberdade, autoridade, propriedade, do que o que abandonam. (PROUDHON, 2001, p. 90)

Mais que um contrato social, conforme preconizou Jean-Jacques Rousseau, a federação em Proudhon é um pacto positivo pensado coletivamente, proposto, discutido e colocado em prática a partir da associação entre os homens, sem o qual um contratante lucre ou leve vantagem sobre o outro. No pacto federativo, os Estados confederados estão garantidos tanto em sua soberania territorial e política quanto na liberdade dos seus cidadãos.

A federação estará organizada apenas para empregar medidas gerais e garantir os interesses comuns quanto à segurança e à prosperidade. Nela a autoridade é prevista, mas está em seus constituintes (ou associados), e não no Estado. Isso significa que as atribuições federais são limitadas porque não podem exceder os direitos e prerrogativas do homem e do cidadão. Caso fosse diferente, ou seja, caso o Estado tivesse “autoridade”, não haveria pacto e “[...] a federação tornar-se-ia uma centralização monárquica; a autoridade federal de simples mandatária e função subordinada que deve ser, seria olhada como preponderante”. Deixaria de se limitar a um serviço especial e passaria a compor novamente toda a iniciativa e toda a atividade. “Os Estados confederados seriam convertidos em prefeituras, intendências, sucursais ou diretorias”; não seriam mais uma confederação; retornaria, portanto, à condição de Estados burgueses e capitalistas. (PROUDHON, 2001, p. 91).

Nos governos centralizados, os atributos do poder supremo só aumentam, sobrecarregando a competência do governante, sob a qual as liberdades – individual e coletiva – desaparecem totalmente. Contrariamente, no sistema federativo de Proudhon, e em sua natureza mutualista, não há monopólio, condição que favorece a Democracia Operária.

Desse modo, é possível inferir que, para Proudhon, em uma comunidade organizada a partir de princípios mutualistas e federativos, não pode haver um poder dominador ou um soberano, que visa promover a uniformização do coletivo, pois se assim for, a comunidade se tornará desigual, porque será opressiva e violará a liberdade individual e a autonomia da consciência.

Ao violar a autonomia da consciência e da igualdade, a comunidade acaba por oprimir o livre arbítrio no pensamento e na ação, cerceando a espontaneidade e o espírito. Ao mesmo tempo, recompensa igualmente o trabalho e a preguiça, o

talento e a estupidez, o vício e a virtude, porque tudo deseja homogeneizar na sua vontade de uniformizar a comunidade. Para ele, uma organização comunitária gerida democraticamente deve ser pluralista e respeitar as liberdades individuais, pois é a liberdade que garante a ordem social. Ressalte-se, no entanto, que, ao referir-se às liberdades individuais, Proudhon não se aproxima da concepção radical de Stirner, tampouco defende a propriedade privada, tendo em vista que a propriedade, por sua vez, “viola a igualdade pelo direito de exclusão e ganho, e o livre arbítrio pelo despotismo”. É por isso que a propriedade encontra sua “perfeita identidade com o roubo” (PROUDHON, 1988, p. 225).

O problema da propriedade privada ocupou lugar de destaque no ideário mutualista proudhoniano, desde a elaboração de sua proposição “A propriedade é o roubo.”, argumentada em sua obra mais conhecida *O que é a Propriedade?*. Proudhon distinguia dois tipos de propriedade: a propriedade “domínio” e a propriedade “posse”. A propriedade “domínio” está relacionada ao “direito senhorial sobre a coisa”; a propriedade “posse” representa “uma coisa de fato, e não de direito” (PROUDHON, 1988, p. 42). Na primeira, predomina a exploração; na segunda, há apenas usufruto. Ao demonstrar a diferença entre essas modalidades de propriedade, Proudhon posiciona-se contra a primeira:

[...] intento contra a sociedade inteira uma ação petítória; provo que todos que não possuem hoje são proprietários da mesma forma que os que possuem; mas, em lugar de concluir que a propriedade deve ser compartilhada entre todos, peço que, como medida de segurança geral, seja abolida para todos. [...] (PROUDHON, 1988, p. 42).

Embora acreditasse na possibilidade de a propriedade ser usufruída por todos, por meio de uma divisão possessória, Proudhon defendia a extinção da propriedade. E quando propôs a supressão da propriedade “domínio” e a generalização da propriedade “posse”, colocou a segunda como a base e a mola-mestra do sistema social, eliminando “o mal de toda a terra”.

Luizzetto assinala que para Proudhon “a propriedade – enquanto posse – era a base da liberdade pessoal; era uma espécie de garantia, de contrapeso à força representada pela coletividade, ou, nas suas palavras, pela força pública”. Entretanto, ressalta que, longe de querer premiar a propriedade, ele estava preocupado com o produtor. Daí decorre sua concepção do anarquismo mutualista: “criar uma sociedade formada por produtores independentes, que

poderiam constituir e administrar associações voluntárias, isto é, federações autogeridas de produtores autônomos” (LUIZZETTO, 1987, p. 26).

Assim, para Proudhon, as sociedades poderiam organizar-se em federações livres, com produtores independentes, formando uma espécie de rede federativa composta por indústrias, manufaturas, oficinas e até mesmo centros agrícolas que promoveriam trocas diretas de produtos e serviços. Essas federações poderiam reunir-se, mesmo que distantes umas das outras, pois não precisariam estar justapostas para terem interesses comuns, bastando apenas que se declarassem unidas por seus interesses e garantias recíprocas, segundo o Direito econômico e os princípios da mutualidade.

Outra questão defendida por Proudhon, e que também é pertinente à organização mutualista, diz respeito à relação entre a comunidade e a individualidade na organização da sociedade. Para ele, há três tipos de organização social: a primeira refere-se à comunidade (comunismo); a segunda está baseada na propriedade (capitalismo), e a terceira tem seu alicerce na liberdade (anarquismo). Destaca ser um erro acreditar que não é possível uma sociedade fora da propriedade ou da comunidade.

Na comunidade, há uma uniformidade “beata e estúpida”, que aprisiona “a personalidade livre, ativa, contestadora, insubmissa do homem”. De acordo com Proudhon, há uma confusão entre comunidade e igualdade, assinalando que a comunidade está em busca da igualdade, porque vê a propriedade como fruto da autonomia da razão e do mérito pessoal, desejando, sobre todas as coisas, a independência e a proporcionalidade. Ou seja, ao tomar a uniformidade por lei e o nivelamento por igualdade, aos poucos a propriedade vai ganhando forma em seu despotismo e em suas invasões, acabando por tornar-se opressiva e insociável, o que a faz tirânica e, por consequência, injusta.

A comunidade sistemática, negação ponderada da propriedade, é concebida sob a influência direta do preconceito de propriedade; e é a propriedade que se encontra no fundo de todas as teorias dos comunistas. Os membros de uma comunidade, é verdade, nada têm de próprio; mas a comunidade é proprietária, e proprietária não apenas dos bens, mas ainda das pessoas e das vontades. É a partir desse princípio de propriedade soberana que em toda comunidade o trabalho, o qual não deve ser para o homem senão uma condição imposta pela natureza, transforma-se em mandamento humano, por isso mesmo odioso; que a obediência passiva, inconciliável com uma vontade reflexiva, é rigorosamente prescrita; que a fidelidade a regulamentos sempre imperfeitos, por mais sábios que os considerem, nunca é posta em questão; que a vida, o talento, todas as faculdades do homem são

propriedades do Estado, que pelo interesse geral pode utilizá-los como queira; que as sociedades particulares devem ser severamente proibidas, malgrado todas as simpatias e antipatias de talentos e caracteres, pois tolerá-las seria introduzir pequenas comunidades na grande, e, conseqüentemente, propriedades; que o forte deve fazer a tarefa do fraco, embora esse dever seja beneficente, não obrigatório, de conselho, não de preceito; o diligente, a tarefa do preguiçoso, embora isso seja injusto; o hábil, a tarefa do idiota, embora isso seja absurdo: enfim, que o homem, despojando seu *eu*, sua espontaneidade, seu gênio, suas afeições, deve anular-se humildemente perante a majestade e a inflexibilidade da comuna. (PROUDHON, 1988, p. 223-224)

A partir dessa relação entre a comunidade e a igualdade, Proudhon entende que, ao buscar a igualdade, a comunidade torna-se desigual “no sentido inverso da propriedade”, na medida em que utiliza a opressão e a servidão como meio de exploração do mais forte sobre o mais fraco. O homem aceita submeter-se às leis da comunidade, e esta acaba por violar a autonomia da consciência e da igualdade. Por um lado, “na propriedade, a desigualdade das condições resulta da força, não importando qual seja seu disfarce: força física e intelectual; força dos acontecimentos, acaso, *fortuna*; força de propriedade adquirida, etc.” (PROUDHON, 1988, p. 224). Por outro lado, reunir as inclinações da comunidade e as exigências da propriedade, ao contrário de promoverem a igualdade, traz também a desigualdade porque, de acordo com Piozzi, geram formas associativas desequilibradas, tendo em vista que “um dos termos da polaridade tende a aniquilar o outro” tal como ocorre entre o comunismo e o capitalismo (PIOZZI, 2006, p. 109).

Em outras palavras: no comunismo, a renda e os bens são distribuídos na comunidade na qual a competição não é estimulada, o que inibe as potencialidades individuais anulando as diferenças; enquanto no capitalismo, há uma concorrência sem regras que gera a superioridade entre os indivíduos exterminando a solidariedade e afastando os vínculos que unem o indivíduo à vida, aos interesses do grupo social e da própria comunidade.

Contrário às duas maneiras de conceber a sociedade, Proudhon propõe uma nova constituição social quando anuncia a possibilidade de a sociedade organizar-se tendo a liberdade como base e seus quatro princípios fundamentais:

- 1º - Que a igualdade, consistindo apenas na igualdade das condições, isto é, dos meios, e não na igualdade de bem-estar, a qual, com meios iguais, deve ser obra do trabalhador, não viola de nenhuma maneira a justiça e a equidade;
- 2º - Que a lei, resultando da ciência dos fatos, conseqüentemente apoiando-se na própria necessidade, não fere jamais a independência;

3º - Que a independência respectiva dos indivíduos, ou autonomia da razão privada, derivando da diferença dos talentos e capacidades, pode existir sem perigo nos limites da lei;

4º - Que a proporcionalidade, só admissível na esfera da inteligência e do sentimento, não na das coisas físicas, pode ser observada sem violar a justiça ou a igualdade social. (grifos do autor) (PROUDHON, 1988, p. 240)

Esses princípios estão subordinados à liberdade porque é ela que equilibra a balança dos direitos e deveres. “[...] tornar um homem livre é pesá-lo com os outros, ou seja, nivelá-lo com eles”. Não se trata, todavia, de combinar comunidade com propriedade, sem discernimento, tendo em vista que se faz necessário que se busque encontrar, por meio de um método analítico, o que cada uma possui de verdadeiro “em conformidade com o anseio da natureza e as leis da sociabilidade²⁴”. Além disso, é precípua que se eliminem “todos os seus elementos estranhos” para que o resultado venha a fornecer uma “expressão adequada à forma natural da sociedade humana, numa palavra, a liberdade” (PROUDHON, 1988, p. 241).

Desse modo, deduz-se que o anarquismo de Proudhon constitui-se em uma espécie de síntese entre a comunidade e a propriedade, que se faz na liberdade, considerando os quatro princípios anteriormente apresentados. Uma liberdade fundada no direito ao livre arbítrio (que é individual) e no respeito ao livre arbítrio dos outros (que é comunitário). Daí decorre o que Proudhon define como liberdade:

A liberdade **é igualdade**, pois liberdade só existe no estado social e fora da igualdade não existe sociedade. A liberdade **é anarquia**, pois não admite o governo da vontade, apenas a autoridade da lei, isto é, da necessidade. A liberdade **é variedade infinita**, pois respeita todas as vontades nos limites da lei. A liberdade **é proporcionalidade**, pois deixa um caminho aberto à ambição do mérito e à emulação da glória. Agora podemos dizer como Cousin: “Nosso princípio é verdadeiro; é bom, é social; não tenhamos receio de extrair-lhe todas as consequências”. (PROUDHON, 1988, p. 241).

²⁴ As leis de sociabilidade estão relacionadas ao conceito de justiça que Proudhon estabelece ao determinar o princípio do governo e do direito. Em sua teoria assinala o instinto social do homem, semelhante ao dos animais (ambos possuem a mesma natureza), mas que em um esse instinto é maior do que no outro, uma vez que há graus de sociabilidade. O 1º grau de sociabilidade é o impulso associativo, ou seja, uma atração instintiva reúne os homens em sociedade. “A sociabilidade neste grau, é uma espécie de magnetismo despertado pela contemplação de seres semelhantes a nós”; o 2º grau de sociabilidade é a justiça entendida por Proudhon como “o reconhecimento no outro de uma personalidade igual a nossa”; o 3º grau de sociabilidade é a equidade. “A equidade é a sociabilidade elevada até o ideal pela razão e pela justiça; seu caráter mais comum é a urbanidade e a polidez, que, em alguns povos, resume por si só quase todos os deveres de sociedade”. (PROUDHON, 1988, p. 198-208)

Acreditando que a liberdade só existe no estado social, Proudhon crê que os homens são associados. Essa sociabilidade no homem transforma-se em justiça pela reflexão, e em equidade pela articulação das capacidades. Assim, a liberdade se faz alicerce da sociedade porque se constitui em “fundamento da moral, o princípio e a norma de todas as nossas ações”. Para ele, a liberdade é essencialmente organizadora, pois assegura a igualdade entre os homens e o equilíbrio entre as nações. Resta apenas observar que a lei para Proudhon é a necessidade de cada indivíduo, no contexto da coletividade.

4.3.3

O anarquismo socialista

A escola socialista do anarquismo, em aparente contradição sobre o que assinalam o individualismo e o mutualismo, principalmente quanto ao princípio da liberdade individual, discute as relações dos indivíduos entre si e as relações do indivíduo com a sociedade. Dividida entre duas escolas – a coletivista e a comunista – contribuiu para que no interior do anarquismo se constituísse um plano de organização social mais coerente. Luizzetto menciona que, de acordo com a escola socialista do anarquismo,

[...] a vida societária não estava condenada a se desenvolver, conforme pensavam os anarquistas individualistas, numa permanente luta entre os indivíduos, cada qual procurando defender a sua individualidade contra a do próximo. Pensar assim era um equívoco, e para desfazer o erro seria suficiente que se distinguíssem dois fenômenos indevidamente vinculados: a singularidade do indivíduo e os conflitos individuais. (LUIZZETTO, 1987, p. 28)

O autor destaca que entre a singularidade do indivíduo e os conflitos individuais não há relação de causa e efeito. Os conflitos individuais existem na sociedade sem, portanto, serem decorrentes da necessidade de defesa da singularidade pessoal. Além disso, eles são resultado de um processo histórico secular, que vêm difundindo entre os homens os princípios antissociais, principalmente os da competição, que são estimulados e protegidos pelas diferentes instituições da sociedade, especialmente pelo Estado. Luizzetto ressalta que a tendência ao egoísmo explicitada pelos individualistas do anarquismo em nada é natural, uma vez que é um comportamento adquirido.

Entre os anarquistas da escola socialista, não se admite a ideia de que a sociedade é inimiga do indivíduo; ao contrário, é nela que os indivíduos desenvolvem suas personalidades e encontram uma inclinação para a prática de sentimentos sociais que incluem a solidariedade, a cooperação e a reciprocidade (sentimentos também presentes na escola mutualista). Luizzetto destaca que “[...] o mesmo processo histórico e social que gerou e que mantém viva a competição individual e outras práticas antissociais, é responsável pelo afrouxamento dessas características próprias da condição humana. Cabe à revolução social, naturalmente, reverter a situação” (LUIZZETTO, 1987, p. 29).

Os anarquistas dessa escola defendem que é necessário e possível buscar a conciliação entre a liberdade individual e as necessidades e interesses coletivos, como prevê Proudhon. Entretanto, o que difere essa vertente socialista-anarquista da síntese entre a comunidade e a individualidade proposta por ele, assim como o que a separa em duas correntes – coletivista e comunista – são os métodos utilizados por cada uma dessas vertentes quando buscam concretizar os seus propósitos.

4.3.3.1

A corrente anarquista coletivista

O principal expoente da corrente anarquista coletivista foi Mikhail Bakunin²⁵. Seu anarquismo coletivista reivindicava a transformação revolucionária da sociedade totalmente livre da opressão do Estado sem, contudo, perder de vista que o coletivo é condição primeira do indivíduo, isto é, o caráter único de cada personalidade individual surge da coletividade considerada como um todo social organizado e mediado pelas relações de trabalho e de produção.

Próximo a Proudhon, Bakunin assimilou muito de suas ideias, entre elas a concepção de federalismo e mutualismo defendida por ele no interior da AIT. De Proudhon também assimilou a concepção de que toda a produção deve ser distribuída proporcionalmente a cada membro da sociedade, conforme o trabalho

²⁵ Bakunin nasceu na província do Tver (Russia) em 1814 e pertencia a uma família de proprietários de terras. Participou da Revolução de 1848 na França. Fundou a Aliança da Democracia Socialista (1860) e ingressou na AIT, em 1870, como líder dos proudhonistas, sendo dela expulso em 1872, como resultado do confronto com Marx. No mesmo ano fundou a Federação do Jura. Morreu em Berna, na Suíça, em 1876, aos 62 anos de idade.

exercido, além de mostrar-se interessado nos princípios autogestionários de suas ideias.

Proudhon, [...] influenciou determinantemente Bakunin com seu socialismo que previa um federalismo autogestionário que, aplicado na economia e na política, colocaria os trabalhadores à frente da gestão de seus próprios assuntos, conciliando a liberdade individual e coletiva, e prevendo uma coexistência da propriedade coletiva com a propriedade individual dos camponeses que, sob a noção de posse, garantiria o fim da exploração do trabalho na cidade e no campo. (CORRÊA, 2010, p. 15)

A influência das ideias socialistas e anarquistas de Proudhon associadas às suas próprias concepções e teorias levou Bakunin a elaborar um novo anarquismo, tecido e fundamentado na comunidade de “livres e iguais”, autogestionários, porém interdependentes, guiados pela natureza. Contrário ao individualismo radical e à propriedade privada (mesmo que no sentido proudhoniano de “posse”) criou um modelo de sociedade baseada no coletivismo sem qualquer intervenção ou existência de um Estado autoritário. De acordo com Luizzetto:

A contribuição mais significativa de Bakunin na discussão do projeto socioeconômico da futura sociedade ácrata foi ter colocado em outros termos o problema da propriedade privada, proclamando a necessidade da sua abolição. E mesmo não aceitando o projeto de uma sociedade *comunista*, foi um dos que, nos meios libertários, mais insistiu na tese de que o maior inimigo dos indivíduos não é a sociedade, mas o Estado. (grifo do autor) (LUIZZETTO, 1987, p. 31)

Em sua concepção política, Bakunin rejeitou todas as formas de governo (seja de Deus ou do Estado), tendo em vista que em qualquer concepção de governo, o que prevalece sempre é a vontade do soberano. Além disso, defendeu que o homem deveria obedecer apenas às leis da natureza, porque estas eram as manifestações da vida orgânica e as reações relacionadas às propriedades da química e da física. Partindo dessas ideias, Bakunin idealizou um modelo social cooperativo e igualitário organizado independentemente de qualquer coerção legal advinda do Estado ou de Deus. O único estatuto moral²⁶ aceito por Bakunin era aquele estabelecido pelas consciências que viviam organizadas no contexto da coletividade.

²⁶ Bakunin entendia que a moral individual e coletiva deveria estar baseada no respeito humano cujo significado está relacionado ao “reconhecimento da humanidade, do direito humano e da dignidade humana em qualquer homem, qualquer que seja sua raça, sua cor, o grau de desenvolvimento de sua inteligência e de sua própria moralidade” (BAKUNIN, 2012, p. 78)

Luizzetto assinala que o coletivismo de Bakunin defende a vida associativa fundada na propriedade coletiva, mas não como compreendiam os anarquistas comunistas. Seu coletivismo se constituía na fusão entre o federalismo de Proudhon, baseado na organização livre de produtores independentes e na teoria socialista – fundamentada na propriedade coletiva dos meios de produção. “Federalismo e coletivismo: eis os dois pilares sobre os quais se assentaria a sociedade libertária futura” (LUIZZETTO, 1987, p. 31).

A diferença entre as ideias de Proudhon e Bakunin passam pelo ponto de vista de cada um sobre a base econômica do futuro: enquanto Proudhon defendia uma produção artesanal nas pequenas comunidades produtivas que se desenvolveriam sob o sistema mutualista, Bakunin acreditava na produção fabril das grandes indústrias, tendo em vista que, para ele, a produção artesanal já estava ultrapassada. Ressalte-se que as divergências entre as ideias de Proudhon e as de Bakunin não impediram que o segundo idealizasse seu modo de organização social e econômica no federalismo mutualista do primeiro, conforme anunciado por Luizzetto.

O funcionamento do sistema econômico a partir da coletivização da propriedade privada dos meios de produção seguiria, em linhas gerais, o modelo federalista proudhoniano: na base, existiriam as uniões locais de trabalhadores livremente formadas, que poderiam propor associações mais amplas, de acordo com seus interesses e necessidades, criando-se uma organização de produtores-consumidores encarregados de administrar a economia, desde a produção até a distribuição. Bakunin imaginava que se estruturaria, com isso, a união mundial de associações livres, de natureza industrial e agrícola. (LUIZZETTO, 1987, p. 32)

Para Bakunin, o federalismo traria a organização dos trabalhadores em uma confederação internacional alicerçada nos princípios da justiça²⁷, por meio de uma ação solidária, calcada na liberdade e no bem-estar de cada um e de toda a humanidade. Além disso, a concepção de Bakunin sobre o problema da apropriação individual da riqueza socialmente produzida está presente, também, no mutualismo proudhoniano, que defendia, conforme assinalado anteriormente, a distribuição da produção coletiva proporcionalmente conforme o trabalho realizado individualmente.

²⁷ Bakunin compreendia a justiça fundamentada na consciência humana traduzida em equidade e que sem ela “não há liberdade, república, prosperidade, paz”. Trata-se, pois, da justiça que toma nas mãos a causa do povo para reivindicar para ele, “com a liberdade política, a emancipação econômica e social” (BAKUNIN, 2012, p. 28).

Por fim, Bakunin entendia ser necessário que a sociedade garantisse igualdade de condições iniciais para que o indivíduo pudesse assegurar sua subsistência, considerando a abolição total da propriedade privada.

4.3.3.2

A corrente anarquista comunista

Também conhecido como comunismo libertário e anarcocomunismo, a corrente anarquista comunista emerge no final do século XIX, como um desdobramento das ideias anarquistas coletivistas de Bakunin. Seu principal expoente foi Piotr Kropotkin (1842-1921), um russo revolucionário e cientista, filho do príncipe Aleksei Petrovitch, mas que abriu mão de sua herança para dedicar-se às questões políticas e sociais que o levaram ao anarquismo e à vida revolucionária. Kropotkin contava com a colaboração de Errico Malatesta (1853-1932) que acreditava ser possível a máxima liberdade individual quando a sociedade conquistasse a máxima solidariedade na coletividade.

De acordo com Luizetto, Kropotkin reconhecia a presença de Bakunin em suas ideias sobre a organização da sociedade. Mas ao contrário dele, acreditava ser possível reunir as ideias anarquistas às concepções comunistas, mesmo que este último fosse considerado um modelo social de negação da liberdade individual.

Para o círculo de militantes formado em torno da figura de Kropotkin, não havia, porém, nenhuma incompatibilidade na proposta de combinar a anarquia com o comunismo; isso não representava, absolutamente, qualquer ameaça à liberdade individual, conforme temiam os bakuninistas. Ao invés disso, comunismo e anarquia eram considerados fenômenos sociais que se completavam mutuamente e que se faziam mutuamente possíveis e aceitáveis. (LUIZZETTO, 1987, p. 34)

Ao serem considerados como compatíveis, o comunismo e o anarquismo fundiram-se na proposta anarcocomunista idealizada por Kropotkin, que via na organização social a possibilidade de a produção ser compartilhada por todos. Desse modo, independentemente do esforço e da ação empreendida, o anarcocomunismo entendia que “de cada um segundo as suas possibilidades; a cada um segundo as suas necessidades” (SAMIS, 2010, p. 30). Em outras palavras, no anarcocomunismo cada indivíduo deveria contribuir com a coletividade, produzindo conforme suas capacidades e habilidades traduzidas em

possibilidades. Entretanto, cada um receberia a sua parte conforme as suas necessidades, independentemente da contribuição dada à coletividade. No coletivismo, ao contrário, a distribuição individual da produção, deveria ocorrer conforme o trabalho exercido. Ressalte-se, porém, que, apesar dessa diferença de concepção a respeito da distribuição da produção, o anarcocomunismo incorporou os princípios federativos em conformidade com os coletivistas.

Outro ponto a considerar no anarcocomunismo é a defesa da ideia de se planejar a sociedade de modo a garantir a prática da solidariedade, da cooperação e da reciprocidade, uma vez que, para Kropotkin, essa prática são princípios da condição humana.

A anarquia é a organização da solidariedade, assim como o Estado atual é o reinado do egoísmo. O egoísmo e a solidariedade são, o que quer que se diga, dois princípios contrários, antagonistas, sobretudo na sociedade atual. Não se pode ser egoísta sem fazer mal a alguém ou a todos. A razão disso é que o homem é um ser essencialmente sociável; que sua vida se compõe de fios inumeráveis que se continuam visível e invisivelmente na vida dos outros; que, enfim, ele não é um ser inteiro, mas uma parte integrante da humanidade. Não há linha de demarcação entre um homem e outro, nem entre o indivíduo e a sociedade: não há meu e teu moral, assim como não há teu e meu econômico. (KROPOTKIN, 2010, p. 52)

O egoísmo assinalado por Kropotkin diz respeito à existência da propriedade privada de qualquer que seja o bem: a terra, a fábrica, os meios de produção, o transporte e os instrumentos do trabalho. E sendo esse egoísmo proprietário o principal impedimento para a construção de uma nova sociedade na qual a liberdade é a base de tudo, faz-se necessário que ela seja eliminada. Portanto, para Kropotkin

[...] o homem leva e levará em consideração os interesses dos outros homens, cada vez mais à medida que se estabelecerá entre eles relações de interesse mútuo mais estreitos, e que esses outros afirmarão mais claramente seus sentimentos e seus desejos. (KROPOTKIN, 2010, p. 139)

A sociedade anarcocomunista somente será possível quando a humanidade perceber-se como solidária, ou seja, quando compreender que a ajuda mútua é condição para a sociabilidade. Quando os indivíduos se reúnem em comunidade, pela associação, em que o trabalho e a produção são compartilhados em um contexto comunista, a liberdade pode ser aumentada, chegando aos seus limites máximos, dependendo do modo como ocorre a associação entre eles. A associação para os anarquistas comunistas traz em si mesma as ideias de liberdade

individual, que vão determinar o seu caráter mais ou menos libertário. Essa liberdade envolve a possibilidade de ação do indivíduo sem que ele seja influenciado pelo medo de punição por parte da sociedade. Em seu anarquismo comunista, Kropotkin defende que o comunismo garante mais liberdade para os indivíduos desde que “a ideia-mãe da comuna seja a liberdade, a anarquia”.

O comunismo é capaz de cobrir todas as formas de liberdade ou de opressão – o que outras instituições não podem. Pode produzir um convento, no qual todos obedecerão implicitamente ao seu superior; pode ser uma associação absolutamente livre, deixando ao indivíduo toda a sua liberdade – uma associação que só dura enquanto os associados quiserem permanecer juntos, não impondo nada a ninguém, orgulhosa, ao contrário, de intervir para defender a liberdade do indivíduo, aumentá-la, ampliá-la em todas as direções. Pode ser autoritário (neste caso a comuna logo perece) e pode ser anarquista. O Estado, ao contrário, não pode sê-lo. É autoritário ou então cessa de ser Estado. (KROPOTKIN, 2010, p. 141)

É neste sentido libertário que Kropotkin defende a ideia do anarquismo comunista. Em sua concepção, é o comunismo que poderá garantir à associação a liberdade econômica para prover o bem-estar de todos os associados. O reconhecimento de que todos são iguais, e por isso todos devem trabalhar segundo suas possibilidades e receber os resultados do trabalho segundo suas necessidades, torna-se possível renunciar ao governo do homem pelo homem e isso faz com que a liberdade seja ampliada ainda mais. A ampliação da liberdade ocorre “quando o homem tem sua existência garantida e não é forçado a vender sua força e sua inteligência àquele que quer fazer-lhe a caridade de explorá-lo” (KROPOTKIN, 2010, p. 142).

É o comunismo, segundo Kropotkin, a única forma de se conquistar a liberdade, tendo em vista que a associação possibilita o contato direto entre as pessoas, e tudo seria feito para estender a liberdade do indivíduo em todas as direções, acreditando que “[...] com a anarquia como objetivo e como meio, o comunismo torna-se possível. Sem isso, ele seria forçosamente a servidão, e, como tal, não poderia existir (KROPOTKIN, 2010, p. 144). Em síntese, planejar a sociedade em princípios federalistas seria organizá-la coerentemente com o anarquismo comunista, no qual as individualidades teriam a garantia de sua liberdade porque estariam sob a proteção da comunidade.

Diante do exposto, é possível inferir que existem muitas semelhanças entre o mutualismo de Proudhon, o coletivismo de Bakunin e o anarcocomunismo de Kropotkin e Malatesta. Segundo Samis, entre eles há em comum “o federalismo,

a gestão operária, a autonomia, o classismo, a liberdade, a igualdade econômica, elementos constitutivos básicos, que dão fisionomia à ideologia” (SAMIS, 2012, p. 13). O anarquismo, portanto, embora em suas diferentes vertentes, tem em si um ideário comum, que o faz uma ideologia de forte presença no Movimento Operário no Rio de Janeiro a partir do Advento da República e nas primeiras décadas do século XX.

4.3.4

O Sindicalismo Revolucionário e o Anarcossindicalismo

O sindicalismo tem sua origem na França, após a criação dos *syndicats*, propagou-se pela Europa e pelas Américas e, ao ser difundido por todo o mundo, tornou-se a maior organização de trabalhadores no início do século XX. Foi responsável por mobilizar os operários e colocar o anarquismo no rol das doutrinas socialistas de peso no movimento operário em nível mundial e, conforme assinala Rodrigues (2006), predominou no Brasil de 1900 até 1930.

Rodrigues conceitua sindicalismo como uma doutrina, mas também como um método de luta:

[...] É um movimento que agrupa, por meio de associações (locais, industriais, regionais, federais, nacionais e internacionais) os trabalhadores, visando a defesa comum dos seus interesses imediatos e futuros, materiais e morais, profissionais, intelectuais e sociais. Dentro do sistema que preconiza, figuram em primeiro lugar a transformação da sociedade e a abolição das classes. (RODRIGUES, 2006, p. 75)

Para ele, o sindicalismo, de modo geral, tem por base o auxílio mútuo e a solidariedade entre os trabalhadores. Suas principais reivindicações são a melhoria das condições de vida e de trabalho para os trabalhadores, mas também combatem o salariato, o patronato, a propriedade privada e o Estado.

Neno Vasco define o termo “sindicato” como uma “sociedade de resistência”, tendo em vista que se trata de uma associação operária destinada a defender os interesses dos trabalhadores “contra a exploração dos capitalistas”. Acrescenta que em cada país os sindicatos recebem nomes diferenciados: ligas de resistência, uniões de ofício, associações de classe, *trade-unions* etc. Entretanto, o “Corporativismo (unionismo ou sindicalismo)”, decorrente da união dessas

associações, são definidos por ele como “o conjunto de ideias e de sistemas sobre a organização operária, a sua ação e os seus métodos” (VASCO, 1913, p. 2).

Rodrigues define “sindicalismo revolucionário” e “anarcossindicalismo” como sendo dois termos sinônimos. Para ele, o sindicalismo revolucionário constitui-se como um sistema associativo direcionado para a emancipação dos trabalhadores, “suprimindo o patronato pela ação direta expropriadora e o advento de sociedade futura, sem chefes ou subordinados” (RODRIGUES, 2006, p. 76). Trata-se de “uma realização prática e experimental das leis científicas da sociologia”, porque “cria nos indivíduos uma ideologia libertária e de solidariedade humanista, universal. É a escola experimental da ideologia” (RODRIGUES, 2006, p. 77).

Corrêa esclarece que as semelhanças entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário provocam algumas confusões em relação à utilização desses dois termos, decorrentes das abordagens que se referem aos anarquistas defensores do sindicalismo. Entretanto assegura que as diferenças entre eles são significativas, mas não representam incompatibilidade. No interior do movimento anarquista havia uma maioria que defendia a ação nos sindicatos e uma minoria que era contra eles (CORRÊA, 2010, p. 32).

Michael Schmidt e Lucien van der Walt em seu livro *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*, publicado em 2009 assinalam as principais diferenças entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário:

Anarcossindicalismo é um termo mais reservado ao tipo revolucionário de sindicalismo que é aberta e conscientemente anarquista em suas origens, orientações e objetivos. O exemplo clássico seria a CNT espanhola, que possui suas raízes na seção espanhola anarquista da Primeira Internacional [a FRE] e nas ideias de Bakunin. [...] Sindicalismo revolucionário, por outro lado, é um termo mais reservado para a variante sindicalista que, por diversas razões, não se vincula explicitamente à tradição anarquista, e não percebia, ignorava, minimizava sua descendência anarquista. É típico das correntes sindicalistas revolucionárias negarem seu alinhamento a quaisquer filosofias ou agrupamentos políticos específicos – reivindicarem-se ‘apolíticas’, apesar da política radical que reúnem. A CGT francesa depois de 1895 é um clássico exemplo de um sindicato revolucionário que minimizou suas ligações com o anarquismo. (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 142 apud CORRÊA, 2010, p. 33)

Considerando as afirmações de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, é possível inferir que o sindicalismo revolucionário não admite estar vinculado a

uma concepção ideológica, sustentando sua neutralidade e autonomia em relação ao anarquismo, o que é confirmado por Corrêa. Este autor assinala que o “sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita ou conscientemente, em vínculo com o anarquismo”, mas é uma estratégia utilizada pelos anarquistas.

É uma estratégia do anarquismo – um vetor social –, que foi impulsionada determinantemente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constituiu sua verdadeira base, e faz com que não seja possível atribuir completamente o fenômeno do sindicalismo revolucionário aos anarquistas. (CORRÊA, 2010, p. 33)

A diferença entre o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo está, portanto, na vinculação de um e de outro com o anarquismo. É certo, porém, que o sindicalismo revolucionário é uma estratégia dos anarquistas, sendo um meio e não um fim, tendo em vista que o sindicalismo revolucionário ergueu-se a partir das práticas anarquistas no interior das lutas operárias, conforme adverte Samis: “[...] foi mesmo a afluência anarquista que, nos campos teórico e prático, mais claramente colaborou para que o sindicalismo revolucionário merecesse dos trabalhadores enorme atenção” (SAMIS, 2007, p. 15).

Defende-se neste estudo que o sindicalismo revolucionário, mais que uma doutrina ou um conjunto de ideias, é a realização prática de diferentes concepções socialistas, mas também e, principalmente, anarquistas, porque reúne em seu movimento revolucionário as ideias mutualistas, coletivistas e comunistas na ação operária e na realidade da classe trabalhadora.

O anarquista russo Warlaam Tcherkesoff (1846-1925) publicou no periódico londrino *Freedom* um artigo intitulado “Sindicalismo – concepção operária do socialismo”. No Brasil, o artigo foi publicado no periódico *A Voz do Trabalhador* em duas partes, nas edições de 1º e 15 de julho de 1913.

No texto, Tcherkesoff assinala que, por volta da década 60 do século XIX, o socialismo foi responsável por retirar as classes trabalhadoras francesas e inglesas do “marasmo” em que se encontravam, levando-as à intensa atividade. Mas a guerra franco-alemã iniciada em 1870, seguida pela “terrível repressão” da Comuna de Paris (1871), massacrou os melhores representantes do socialismo operário francês e deixou a França humilhada durante aproximadamente dez anos, oprimida por uma reação clerical e militar. A situação que se colocou, à época,

levou alguns socialistas sobreviventes a adotarem a tática “legalitária e parlamentarista” em lugar da luta econômica direta.

O chamado “partido socialista” com seu programa principiou a desenvolver-se e a pretender o monopólio do socialismo, opondo-se sistematicamente a qualquer organização independente da classe operária que adotasse ação econômica e direta. No princípio, o movimento sindicalista encontrou seus maiores inimigos, não tanto entre os patrões e a autoridade como entre os chamados socialistas parlamentares, com a fórmula: “pela ação política parlamentar e legalitária chegar a uma transformação social”. Os chefes socialistas franceses mais conhecidos, como Guesde, Vaillant, Jaurés e até o revolucionário Herve costumam afirmar que a parte socialista do programa sindicalista lhes foi tomada. (TCHERKESOFF, 1913a, p. 1)

Tcherkesoff referia-se à cisão do socialismo francês decorrente dos conflitos entre os sindicatos ligados às diversas correntes partidárias e ideológicas. Entre os principais encontram-se: a Confederação Geral do Trabalho (CGT); a Força Operária (FO); a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT); a Confederação Francesa de Trabalhadores Cristãos (CFTC); e a Confederação Geral de Quadros (CGC). Entretanto, o autor sugere que a origem do sindicalismo na França não poderia estar nessas associações, lembrando que a sua procedência estaria nas ideias de Pierre-Joseph Proudhon e Ledru-Rollin, propagadas antes mesmo da Revolução de 1848. Sua afirmação tem por base os seguintes argumentos:

Se compararmos, porém, as fórmulas sindicalistas com qualquer escola socialista ou radical, veremos que, a atribuí-las a alguém, deve ser ao grande campeão socialista francês P-J Proudhon, que na sua obra *L’Idée Générale de La Révolution*, diz: “fundir, submergir, dissolver o sistema político e governamental em um sistema econômico, reduzindo, simplificando e abolindo, uma após outra, todas as partes componentes da enorme máquina chamada governo ou Estado”. Por outro lado, a divisa dos socialistas parlamentares: “pela ação política chegar a uma transformação social”, é quase a repetição, palavra por palavra, do credo radical anterior à revolução de 1848, tal como foi formulado pelo grande chefe radical Ledru-Rollin, o ardente advogado do sufrágio universal, introduzido por ele durante a revolução de 1848: “A tendência que distingue os partidos democráticos dos outros está em que aqueles lutam, por meio da política, para chegar a uma transformação social”. (TCHERKESOFF, 1913a, p. 1)

Para Proudhon, a melhor maneira de “dissolver o sistema político e governamental em um sistema econômico” seria a supressão total do Estado em prol de uma organização por meio do “contrato” firmado entre os sujeitos de vontade própria, autorregulados pelas obrigações que estabeleceram para eles próprios, sem intervenção de partido ou de autoridade do Estado. Esse contrato

seria o elemento de acordo entre os cidadãos, que reuniria os produtores, concentrando suas forças e assegurando a unidade e a solidariedade dos interesses de cada um. Do mesmo modo, Ledru-Rollin apontava para a reunião dos trabalhadores em organizações fraternas, que servissem para elevar o trabalhador ao nível de proprietário e de cidadão.

Na Inglaterra, Tcherkesoff atribui a origem do sindicalismo a Robert Owen e ao movimento owenista (1825-1840).

Os owenistas compreendiam perfeitamente que a chamada legislação operária e as reformas políticas, como os seguros contra os acidentes, participação nos lucros, etc., eram paliativos como diz Thompson no seu “Labour Rewarded” (1827). (TCHERKESOFF, 1913a, p. 1)

O autor justifica-se, citando as palavras do próprio Owen, proferidas em uma reunião no ano de 1833: “A fonte de riqueza é o trabalho. A riqueza ficará em mãos dos trabalhadores quando estes se decidirem para tal fim”. Segundo Tcherkesoff, Owen esperava que a solução do problema social estivesse nas mãos dos próprios trabalhadores que, reunidos, aprenderiam a lutar por seus interesses.

Na visão de Tcherkesoff, por um lado, o sindicalismo que se estabeleceu posteriormente na Inglaterra alcançou o êxito esperado por Owen e seus seguidores, tendo em vista que a União Geral da Classe Trabalhadora chegou a ultrapassar o número de quinhentos associados, “contando muitas organizações de trabalhadores agrícolas e industriais”. Por outro lado, o mutualismo proudhoniano e o movimento owenista “foram desviados da ação econômica pelas tendências políticas, como, por exemplo, o cartismo”. Mesmo assim, não deixaram de influenciar os sindicatos tendo em vista que eles criaram um “método de ação direta contra o capitalismo e o Estado”. O sindicalismo, ao voltar-se contra o Estado por meio da “ação direta”, ataca e destrói as suas instituições políticas, substituindo a “organização estatística pelas organizações industriais da classe produtora” (TCHERKESOFF, 1913a, p. 1). É neste sentido que o sindicalismo revolucionário passou a compreender o movimento dos trabalhadores: somente a ação direta é capaz de fazer a revolução para que haja a transformação social.

Outra questão levantada por Tcherkesoff em relação ao sindicalismo revolucionário francês, diz respeito aos estatutos da Confederação Geral do Trabalho (CGT) que, ao formulá-los, deixou explícito a não adesão a qualquer tipo de doutrina ou partido por parte da Instituição. Mas tal medida não significou

neutralidade, e sim, a possibilidade de o trabalhador sindicalizado escolher, autonomamente, qual concepção política seguir ou em qual partido filiar-se. Essa medida pretendeu “organizar, fora de todo o partido político, todos os trabalhadores conscientes da luta a empenhar para a supressão do salariedade e do patronato” (TCHERKESOFF, 1913b, p. 1) e assim, estrategicamente, reunir o maior número possível de trabalhadores que, juntos, alcançassem melhores resultados na luta contra o capitalismo e contra o Estado.

Em menos de quinze anos de existência, o sindicalismo francês conseguiu reunir mais de seiscentos mil associados, entre os quais quatrocentos estavam filiados à CGT. Para a CGT, fora do sindicato o trabalhador teria “completa liberdade de concepção política, podendo pertencer a qualquer partido para as eleições parlamentares ou municipais”. Advertia, porém, que não teria o direito de participar, “na qualidade de sindicato ou de membro duma administração sindical”, de qualquer partido político. (TCHERKESOFF, 1913b, p. 1)

Estando fora da ação partidária, os sindicatos franceses poderiam ocupar seus lugares entre os dois partidos socialistas: o democrático e o anarquista. Tcherkesoff adverte que o sindicalismo não poderia estar atrelado à democracia social ou a qualquer outro partido no parlamento, porém não pode afirmar que a fórmula partidária fosse anarquista. Tal assertiva diz respeito ao que foi explicitado sobre a autonomia de escolha individual por um ou outro partido.

O autor aponta ainda que em relação aos fins e às táticas, “o sindicalismo encerra uma verdadeira concepção operária de uma sociedade futura em que a produção será organizada e dirigida pelas federações autônomas de sindicatos de produtores”. Para ele, os membros de um partido, quando socialistas – revolucionários sinceros ou trabalhadores organizados de boa fé – podem combater juntos em um sindicato pela sua emancipação social e econômica, tendo em vista que o sindicalismo se reúne para combater tanto o “capitalista individual quanto as companhias”, mas também as “municipalidades e o Estado” quando estes são os patrões (TCHERKESOFF, 1913b, p. 1).

No caso do Brasil, o sindicalismo revolucionário está atrelado principalmente à ideologia anarquista (daí ser confundido com anarcossindicalismo) com seu método contra a opressão dos trabalhadores: a ação direta.

Emprega-se hoje geralmente esta expressão para designar, em sentido restrito a ação da classe operária, sem interpostas pessoas, com os meios que lhes são próprios (greve, boicotagem, sabotagem, etc.). Mas analisando a ideia, vê-se facilmente que a ação sem interpostas pessoas, isto é, sem *delegação de poder*, tem aplicação em todos os campos, no econômico e no político, tanto contra os patrões como contra as autoridades, abrange várias formas de atividade e resistência, e não é senão o anarquismo considerado como método. E o método é o mais importante para um partido ou movimento, o que, sobretudo, o distingue, pois não basta ter boas intenções: é preciso saber o meio de as pôr em prática, de lhes dar realidade. A máxima: Todos os caminhos vão dar à Roma – não tem senso comum. Há os que vão dar um abismo. (VASCO, 1911, p. 2).

Por ação direta entende-se a prática política e reivindicatória que os trabalhadores utilizavam para exigirem seus direitos, tais como as greves, os boicotes e até mesmo as sabotagens (comuns no luddismo inglês). Entretanto, o sindicalismo revolucionário que aqui se estabeleceu, indo além desses atos utilizou também outro elemento de mobilização no interior do movimento operário. Esse elemento foi a imprensa, que contribuiu para a emancipação do trabalhador assim como favoreceu a associação e divulgação do ideal anarquista. A ação direta pode ser “pacífica ou violenta” e ser uma ação do indivíduo ou uma ação coletiva. Porém, precisa ser uma ação ininterrupta, “em qualquer de suas formas, e em todas as suas fases, propaganda, organização, realização” (VASCO, 1911, p. 2). E foi por acreditar nos resultados da ação direta que os anarquistas passaram a utilizar a imprensa como meio para a divulgação de seu ideal.

Assim, mediante o exposto, conclui-se que o sindicalismo revolucionário contribuiu para a emancipação econômica e social, assim como cooperou para a organização da classe trabalhadora brasileira, em decorrência de seus fins anarquistas e de sua concentração na luta econômica. Do mesmo modo, este estudo compreende que o sindicalismo revolucionário foi a doutrina e a prática da classe operária que se instituiu no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Decerto, foi o modo como os trabalhadores estabeleceram o seu socialismo, um socialismo anárquico e revolucionário.

Nesse sentido, acredita-se, tal como afirmou Corrêa (2010), que no Brasil o que houve não foi anarcossindicalismo ou ainda, que todos os anarquistas que atuavam nos sindicatos eram anarcossindicalistas. Também não é correto afastar o sindicalismo revolucionário do anarquismo ou ainda ignorar a presença do anarcossindicalismo, tendo em vista que este último é um termo empregado para designar um tipo de sindicalismo anarquista e também revolucionário. Suas

diferenças estão mais ligadas às suas origens históricas do que propriamente em suas estruturas, métodos e ideologias. São, portanto, pontos de vista e de ação que precisam ser estudados com mais profundidade para que ambos possam ser mais bem compreendidos.

5

A educação na concepção dos anarquistas

Para que a instrução seja útil, para que até mesmo ela possa ser recebida, é preciso, antes de mais nada que o aluno seja livre, assim como antes de se semear a terra, é preciso que a tornemos móvel pelo arado e que a desembaracemos de espinhos e de ervas daninhas. [...] O trabalho é a educação de nossa liberdade.

Pierre-Joseph Proudhon

5.1

A educação como ação direta

A educação é uma prática humana que vem sendo estudada pelos autores clássicos de todas as vertentes políticas e sociais, inclusive pelos anarquistas, e entendida de diferentes modos e significados, conforme os objetivos e funções que a sociedade lhe atribui ao longo do tempo. Os intelectuais do anarquismo compreendem que a educação não é o único instrumento de emancipação do operário, mas pode contribuir para que a classe trabalhadora perceba os meios de dominação utilizados pela burguesia e, então, lutar contra esses meios.

No movimento ácrata, podem ser percebidas duas fases distintas no tocante à História da Educação: a primeira fase, que tem início em Proudhon, por volta dos anos de 1840; e a segunda, que começa com uma iniciativa de âmbito internacional, em 1882, com o “Programa Educacional” elaborado por “um grupo de militantes reunidos no “Comitê para o ensino anarquista”, ligado à Internacional.

Na primeira fase, o que predominou em termos educacionais foi o pensamento de Proudhon e de Bakunin sobre a educação integral, e a união entre a educação, a emancipação social e o trabalho, baseada no princípio autogestionário.

Na segunda, por um lado, viu-se a prevalência da concepção de educação integral e racionalista de Paul Robin, de Sébastien Faure e de Francisco Ferrer y Guardia, materializadas, respectivamente, no “Orfanato de Prévost”, em “La Ruche” e na “Escuela Moderna”; por outro lado, a concretização das ideias de

Proudhon e Bakunin na atividade desenvolvida pelas Bolsas de Trabalho francesas, que funcionaram como centros “vivos e fecundos” do sindicalismo revolucionário, colocados em prática a partir da última década do século XIX, por meio da “escola do sindicato” de Fernand Pelloutier, mas que se estenderam pelas primeiras décadas do século XX no restante do mundo europeu e americano.

5.1.1

Primeira Fase: o pensamento educacional de Proudhon e Bakunin

5.1.1.1

O ideário de Proudhon: uma educação autogestionária e integral

A primeira fase ficou marcada, inicialmente, pela condenação do sistema educacional vigente e pelas denúncias de Proudhon sobre o ensino gratuito, considerado por ele como “caridade”; e sobre a obrigatoriedade que, a seu ver, era uma criação dos liberais e da manifestação de seu “humor despótico”. Proudhon discute o significado do termo “gratuidade” partindo do princípio de que não existe nada que não seja pago por alguém.

[...] Que a instrução, assim como a alimentação, o vestuário e a habitação devem ser pagos; que se aquele que os pede e a quem se os dá não paga, um ou outro deverá pagar por ele, o que equivale a dizer que o “Ensino gratuito e obrigatório” entra na categoria das instituições de “Caridade” [...]. De onde se segue que o Governo que dá gratuitamente, como M. Jules Simon o reclama, a instrução primária, a tantos milhares de crianças pobres, não é senão um distribuidor de esmolas; que se trata somente de ensinar, por bem ou por mal, melhor que mal, a ler, escrever, contar, recitar o Pai Nosso, a alguns milhões de pobres crianças. (PROUDHON, 1986c. p. 187).

Para Proudhon, o ensino não é de fato gratuito, visto que há gastos feitos pelo Governo e, naturalmente, esses gastos são pagos por alguém. Para ser gratuito, o ensino teria que ser caridade, e, como tal, não poderia estar nas mãos do Estado; se assim fosse, o Governo deveria deixar a educação sob a responsabilidade de instituições prestadoras de assistência aos pobres, mas não seria o caso, pois a centralidade do poder do Estado não permitiria que algo estivesse fora do seu domínio. Além disso, Proudhon critica a dicotomia do ensino, denunciando a existência de escolas para ricos e escolas para pobres.

Nossas escolas, quando elas não são estabelecimentos de luxo ou de pretextos a sinecuras, são os seminários da aristocracia. As escolas Politécnica, Normal, de Saint-Cyr, de Direito etc. não foram fundadas para o povo; foi para manter, fortalecer, aumentar a distinção das classes, para consumir e tornar irrevogável a cisão entre a burguesia e o proletariado. (PROUDHON, 2012, p. 69)

Essa acusação deve-se ao fato de que, para Proudhon, não deveria existir uma hierarquia escolar, com ensino humanístico e científico até o mais alto grau para a burguesia, enquanto que, para os pobres, o ensino estaria restrito ao ler, escrever e contar. Outra questão colocada por Proudhon diz respeito à relação entre a “instrução” e a “aprendizagem”, entre a educação científica e a educação profissional. O autor discute que, ao separar “o ensino da aprendizagem” e “distinguir a educação profissional do exercício real, útil, sério, cotidiano, da profissão”, é outra maneira de reproduzir “a separação dos poderes e a distinção das classes, os dois instrumentos mais enérgicos da tirania governamental e da subalternização dos trabalhadores”. Para ele, em uma “democracia real”, sem hierarquias escolares, todos devem ter educação do nível mais elementar até o mais elevado.

É uma contradição ao princípio da sociedade. Tão logo a educação confunde-se com a aprendizagem, tão logo ela consiste, no que concerne à teoria, na classificação das idéias, bem como, em relação à prática, na separação dos trabalhos; assim que se tornou simultaneamente coisa de especulação, trabalho e administração, ela não pode mais depender do Estado, é incompatível com o Governo. (PROUDHON, 2012, p. 69)

Proudhon defende uma educação que congregue a formação intelectual e a formação profissional, pois os trabalhadores precisam de ambas, tendo em vista que a integralidade dessas duas modalidades de ensino promove a emancipação social do indivíduo e garante sua realização pessoal. Por consequência, a instrução oferecida ao operário, e sob sua própria responsabilidade, precisa envolver aprendizagem literária, científica e industrial (manual), por meio de um ensino que vai tirá-lo da condição servil que faz dele um escravo. “[...] O progresso na instrução, como o progresso na virtude, é de todas as condições e de todas as idades: é a primeira garantia de nossa dignidade e de nossa felicidade”.

Em outras palavras, a aquisição ampla do conhecimento pela classe trabalhadora é, para Proudhon, uma questão imprescindível, uma vez que, segundo ele, o progresso da instrução é condição, mas também, primeira garantia de dignidade e de felicidade. Conceber uma educação que prepare a criança e o

jovem por meio de um ensino que reúne o saber literário, o saber científico e a aprendizagem industrial, é assegurar a qualidade do conhecimento a ser aprendido, assim como é garantia de igualdade e de progresso.

É nesse sentido que Proudhon despreza a educação oferecida pelo Estado e defende uma educação elaborada e mantida pelo próprio povo, no contexto de seu sistema mutualista. Para ele, o Estado jamais poderá oferecer uma instrução que envolva o conhecimento necessário à prática profissional, à convivência e à realização pessoal e social, ou seja, a educação integral. Do mesmo modo, é impossível para o Estado proporcionar ao trabalhador uma educação apropriada à formação do homem livre, do indivíduo que precisa aprender a produzir-se como sujeito autônomo, tomando por base que o desenvolvimento do conhecimento traz, igualmente, o conhecimento de si, de sua liberdade e da liberdade dos outros. Tal tarefa é impossível ao Estado, segundo Proudhon, porque não é de seu interesse garantir o progresso do trabalhador, uma vez que, aliado à burguesia, visa à exploração do operário; contribui com a exploração capitalista; e protege o proprietário. E sobre as escolas mantidas pelo Estado burguês Proudhon assinala que “[...] a criança enviada às escolas será sempre um jovem servo endereçado à servidão, ao melhor dos interesses e da segurança das classes superiores: ora, queremos trabalhadores civilizados e livres” (PROUDHON, 1986c, p. 189).

Por outro lado, se a sociedade fosse, de fato, uma sociedade justa, mutualista e livre, na qual os indivíduos e as comunidades se organizassem livremente pelo princípio do federalismo mutualista, sua tendência seria fazer de cada estudante, um operário completo.

[...] é uma educação seriamente liberal²⁸, à altura do sufrágio universal, e que concorre, juntamente com as instituições de mutualidade e de garantias, com a associação operária e a federação das comunas e províncias, para manter um certo nível entre as corporações, as condições e as riquezas. [...] se trata de fazer indivíduos inteligentes, instruídos, laboriosos, honestos, capazes de se tornarem, por sua vez, dignos fundadores de família, hábeis operários e contramestres, cidadãos devotados etc. (PROUDHON, 1986c, p. 188-189).

Em sua concepção de sociedade federalista, Proudhon defende a descentralização do poder, a fim de que localidade (comuna) possa encontrar livremente os melhores meios para sua subsistência e organização social, tendo no

²⁸ Liberal nesta citação refere-se à liberdade, livre arbítrio. Não se referindo, portanto, ao sistema político do Liberalismo.

mutualismo uma maneira de garantir a igualdade e a justiça. Na educação, não poderia ser diferente. Proudhon entende que o sistema educacional deve ser descentralizado, sendo gerenciado diretamente pela própria comunidade, sem a necessidade de intervenção do Estado, conforme assinalado anteriormente.

Claro, não acredito na possibilidade de organizar a instrução do povo sem um grande esforço da autoridade central, mas não deixo de ser menos adepto da liberdade de ensino, como de todas as liberdades. Eu quero que a escola seja tão radicalmente separada do Estado como a própria Igreja. (PROUDHON, 2001, p. 100)

A comunidade tem a tarefa de educar e, para isso, não necessita do Estado. A função da comunidade é definir o tipo de educação e os fins que essa educação deve alcançar. Além dessa visão de organização comunitária, Proudhon também espera que a família mantenha os filhos na escola, para que o estudante possa aprender uma atividade profissional enquanto se desenvolve intelectualmente. Entretanto, denuncia que, na maioria das vezes, as famílias menos favorecidas não possuem condições de oferecer alimentação, vestimenta e outros acessórios indispensáveis às crianças, com o objetivo de que elas possam frequentar a escola e a oficina, impedindo, assim, que possam instruir-se tanto no que se refere aos conhecimentos literários e científicos, quanto aos conhecimentos profissionais.

Mas a situação social e econômica faz com que a própria família seja a “primeira que sobre ela exerce esse sistema de exploração que outros continuarão em seguida, e que só terminará junto com a vida do indivíduo”. Em consequência, a miséria da família traz o abandono da escola pela criança, ainda muito cedo, impedindo-a de adquirir os conhecimentos e o desenvolvimento intelectual necessário para a vida. Por esse motivo, não lhe resta outra forma senão a escolha por “ofícios” mais elementares, que exigem pouca aprendizagem, ou que não necessitem da aprendizagem oferecida na escola. O resultado é a privação do jovem em relação à aquisição de uma profissão que lhe dê melhores condições de trabalho e de vida. “Não mais indústria que literatura, miséria sobre miséria” (PROUDHON, 1986c, p. 189).

Semelhante ao que dispõe sobre as responsabilidades da comunidade e da família, Proudhon também faz proposições em relação à escola. Para ele, a escola necessita adquirir uma visão de pluralidade, com professores “primários” e “secundários” formados nessa concepção. Por esse motivo, defende uma educação

que forme os jovens de modo integral e completo, dado que o futuro da sociedade depende da educação de seu povo. Segundo Codello, em Proudhon o aprendizado precisa ser polivalente, por isso, politécnico, mas em crescente graduação das dificuldades de atribuições.

O projeto de instrução, aplicado sob o controle direto dos próprios trabalhadores, consistirá em fazer o aluno percorrer a série inteira de exercícios profissionais, dos mais simples aos mais complicados, fazendo de modo com que seja possível extrair de tudo isso o significado racional e social que está implícito. Desse modo, pode-se chegar a uma formação completa, teórica e prática. Naturalmente, essa organização implica uma formação contínua e permanente que dura toda a vida e se renova continuamente. Esse sistema é, entretanto, incompatível com o Estado. (CODELLO, 2007, p. 101)

Proudhon entende que a educação precisa ser politécnica, oferecendo aos jovens os instrumentos intelectuais e concretos, que façam deles sujeitos capazes de dominar as diferentes técnicas utilizadas na multiplicidade de processos existentes na produção, mas também os façam sujeitos de conhecimentos amplos e variados no campo das ciências, das artes, das literaturas de modo que possam participar da vida social e política de sua comunidade.

O direito do estudante é de conhecer tudo, de ver tudo, de provar cada coisa; o seu dever é aquele de realizar, com alegria e com audácia, todas as tarefas que as necessidades da sociedade e o serviço interno em uma grande oficina exijam: tal é o compromisso do aprendizado e da lei da igualdade. (PROUDHON, 1873 apud CODELLO, 2007, p. 96)

A concepção de educação politécnica de Proudhon diz que o estudante deve experimentar todas as atividades industriais, porém sem especializar-se em nenhuma delas. Sua concepção, de fato, aproxima o trabalho manual do trabalho intelectual, estabelecendo a integração entre teoria e prática, sem que uma seja melhor ou se sobreponha a outra. A formação profissional que aprisiona o indivíduo em uma ilha de especialização condena-o a apenas uma atividade, limitando-o a uma única visão sobre os fatos e sobre as coisas, restringindo também a sua mentalidade e suas capacidades. Como resultado,

[...] oficina e escola formam um conjunto inseparável, completam-se mutuamente, o seu objetivo é um ensino que forme o homem completo, o trabalhador crítico e consciente. É exatamente sobre a união dessas duas situações que Proudhon considera transformar o trabalho e restituir-lhe o seu significado mais humano, a sua alegria, sua criatividade. Não deve existir, portanto, nenhuma contraposição entre a mente e a mão, entre o trabalho intelectual e manual, uma vez que ambas as

culturas e as duas formações penetram-se e completam-se mutuamente. (CODELLO, 2007, p. 102)

Em síntese, Proudhon compreende a educação como um processo amplo, que reúne liberdade, autonomia, aprendizagem intelectual, moral e prática. Para ele, o “homem é uma força dominada pela inteligência”, mas que precisa realizar a “sua felicidade exercendo-a entre os seus semelhantes” (CODELLO, 2007, p. 103). Sua inteligência é capaz de produzir conhecimentos, mas sua natureza exige uma experiência que somente a prática real é capaz de oferecer. Daí decorre a necessidade de integração entre a teoria e a prática, entre a aprendizagem intelectual e a aprendizagem profissional, entre a oficina e a escola.

A preocupação constante de Proudhon, no que se refere à educação, diz respeito à integração do trabalho à aquisição de conhecimentos científicos artísticos e literários, permitindo, por conseguinte, o desenvolvimento integral (completo e harmônico) do ser humano, como indivíduo, e de toda a sociedade. Com isso, Proudhon atribui à educação (assim como à instrução e ao ensino) um caráter revolucionário, porque ela tem como principal função oferecer à classe operária os meios necessários à sua emancipação.

De acordo com Proudhon, o trabalho é o próprio processo educativo, que trará ao homem o equilíbrio necessário à prática social. Os conhecimentos adquiridos por meio de uma concepção politécnica de educação permitem que o jovem formule saberes para utilizá-los no trabalho e na vida adulta. Nesse sentido, a instrução profissional contribuirá para a promoção de “uma sadia economia política, a dignidade da Democracia e a segurança dos indivíduos”. E isso requer que também haja “pluralidade de indústrias”, fazendo com que sejam necessárias, do mesmo modo, uma “pluralidade de mestres e de contramestres, de escolas e de escolares” (PROUDHON, 1986c, p. 189).

Para ele, essas afirmações têm como consequência a ideia de que a educação do povo não pode ser uma instrução na qual o ensino seja apenas uma “iniciação aos fundamentos dos conhecimentos humanos, a inteligência dos signos, uma espécie de sacramento de batismo intelectual que consiste na comunicação da palavra, da escrita, dos números, dos símbolos, mais algumas formas de religião e de moral”, pois isso não é instrução. Esse tipo de ensino impede que o trabalhador perceba os baixos salários, que o mantêm na miséria, “desfigurados pelo cansaço cotidiano, curvados” (PROUDHON, 1986c, p. 190). Esse tipo de instrução

impede que o trabalhador perceba a sua importância para a humanidade e a sua própria dignidade.

Assim, acreditando que a educação e a instrução sejam um direito das massas, Proudhon propõe, então, uma educação calcada em seu sistema mutualista. Não pretende menosprezar o que foi ensinado ou propor novos conhecimentos, no entanto, sugere que à educação e à instrução sejam acrescentadas mais união e mais inteligência. É desse modo que Proudhon concebe seu sistema educativo, a partir de três proposições:

1. Em princípio, todo chefe de família deve estar em situação de poder arcar, pela troca de seus serviços e produtos, com as primeiras despesas de educação de seus filhos, desde o dia de seu nascimento até a idade de sete a oito anos. Essa faculdade do chefe de família é garantida pela reforma econômica.
2. A partir da idade de sete anos até dezoito anos, a educação e a instrução da juventude serão continuadas seja pelos próprios pais, a domicílio, se tal é seu desejo, seja em escolas particulares, instituídas e dirigidas por eles e às suas custas, se eles não quiserem confiar seus filhos às escolas públicas. A maior liberdade é dada aos pais e às comunas. O Estado intervém somente a título de complementação, nos casos em que a família e comuna se mostrem incapazes.
3. Nas escolas do Estado, reina o princípio de que a instrução profissional deve articular-se com a instrução científica e literária; em consequência, a partir do nono ano e até mais cedo, os jovens estão sujeitos a um trabalho manual, útil e produtivo, devendo as despesas de educação serem cobertas e até ultrapassadas pelo valor do que eles produzem. (PROUDHON, 1986c, p. 191)

Proudhon observa que os filhos da classe trabalhadora do campo ou da cidade, trabalhando em fazendas, manufaturas, oficinas ou fábricas, a partir de certa idade ou ano de escolaridade, poderiam trabalhar como aprendizes sem ou mediante salários. O sistema que propõe, todavia, seria uma forma de garantir a continuidade dos estudos envolvendo não apenas o ofício, mas também o conhecimento da matemática, do desenho, da literatura, das letras etc., por meio de seu próprio trabalho.

A família continuaria encarregada de oferecer às crianças e aos jovens as condições de subsistência (alimentação, vestimenta, calçados etc.), o que reduziria o trabalho exigido às crianças. Ao Governo caberia arranjar e organizar as instituições para que pudessem oferecer a instrução profissional adequada. Além disso, seria responsável por receber o preço dos trabalhos executados, e após pagar as despesas, “distribuir o excesso aos alunos, a título de salário, proporcionalmente à capacidade e aos serviços de cada um” (PROUDHON, 1986c, p. 192). Ressalte-se que o termo “governo”, nesse contexto apresentado

por Proudhon, não se refere ao governo de um Estado burguês, mas sim ao governo das comunas e do sistema federativo que ele defende.

O sistema educacional assim organizado, segundo a concepção de Proudhon, vincula o mundo do trabalho ao mundo da escola, isto é, reúne a formação profissional e a formação intelectual em uma única via. Em sua ótica, o trabalho é o centro de toda a vida e motivo de orgulho para os indivíduos; é por isso que não pode estar separado ou desassociado da formação integral do jovem. Do mesmo modo, desvincular a formação intelectual dos processos de aprendizagem industrial é apenas formar mão de obra para as fábricas, trazendo vergonha e indignidade ao homem, através de um trabalho que não lhe dará orgulho e não lhe agregará qualquer valor.

Dessa forma, é possível concluir que a intenção de Proudhon, ao explicitar esse sistema, não é aniquilar o sistema público gratuito e obrigatório, mas substituí-lo por um sistema educacional no qual a liberdade de ensino é o princípio fundamental. Seria público, porque estaria a serviço de todos, em condições de igualdade; mas não gratuito, porque seria custeado pelas próprias famílias nos primeiros anos de escolarização e, posteriormente, pelos próprios aprendizes, à medida que esses estudantes fossem desenvolvendo as aprendizagens profissionais. Ressalte-se que o sistema educativo elaborado por Proudhon independe de sua aspiração em construir uma sociedade mutualista organizada em princípios federativos, pois poderia existir em um contexto no qual prevalecesse a justiça social²⁹. Adverte, no entanto, que jamais poderia existir em um contexto capitalista:

Acrescento agora que, sob o regime de autoridade política, de feudalidade industrial e financeira, de boêmia artística e literária, de anarquia mercantil e de exploração recíproca que prevalece em toda parte, nada ou quase nada de tudo isso que eu acabo de dizer é praticável. Nem o trabalho e a subsistência das famílias, primeiras educadoras, são garantidos, nem a instrução literária e científica, salvo casos raros, pode ser combinada com a instrução industrial; nem a grande indústria e os trabalhos do Estado são organizados tendo em vista esses milhões de jovens trabalhadores, cuja força desperdiçada é enorme e que desempenhariam seu trabalho tão alegremente e a tão baixo preço. (PROUDHON, 1986c, p. 192)

²⁹ O termo “justiça social” é entendido nesse estudo como a superação da exploração da classe menos favorecida. É a superação da exploração do homem pelo próprio homem, configurando-se em um contexto em que a liberdade e a igualdade no plano político são uma realidade e fundamento da emancipação humana. Trata-se, portanto, de uma sociedade embasada nos princípios de uma concepção socialista.

Por fim, é precípua destacar que, para Proudhon, o capitalismo é fruto da propriedade privada dos meios de produção; é decorrente da formação do sistema mercantil, e sua ativação resultou na criação e na existência do trabalho assalariado no seio das sociedades industriais. Consiste na valorização exacerbada do capital, com o propósito de obter lucro, que traz como consequência a exploração do homem pelo homem, retirando dos operários as oportunidades que são deles por direito. Em uma sociedade capitalista, o sistema educacional de Proudhon não seria possível tendo em vista que capitalismo e justiça social não poderiam existir em uma mesma sociedade. Eis, então, a sua denúncia.

5.1.1.1.1

Posicionamentos de Proudhon sobre o Trabalho

O termo “trabalho” é definido comumente nos dicionários como uma atividade humana que implica a utilização das coisas naturais ou na modificação do ambiente, tendo em vista a satisfação das necessidades do próprio homem e da sociedade. Trata-se da aplicação da força física e intelectual humanas na realização de uma tarefa para alcançar um determinado fim e/ou produzir algo. Essa definição, no entanto, não consegue retratar toda a complexidade existente no significado do termo, tendo dado que o “trabalho” tornou-se objeto de estudo de diferentes campos do conhecimento, principalmente das teorias sociais e econômicas.

Para Proudhon, o “trabalho” é uma “ação inteligente do homem na sociedade sobre a matéria”; e esta ação torna-se força plástica da sociedade, pois vai determinar o seu crescimento enquanto indivíduo e enquanto membro de uma comunidade. Essa relação entre o trabalho, visto como uma ação humana vai determinar a historicidade dos sujeitos em sociedade. “O trabalho, gerador da economia, gerador da sociedade, alavanca da política, fonte da economia, modo de ensinamento, é o motor da história, promotor da justiça, realizador da liberdade, e autor da sua própria libertação” (TRINDADE, 2001, p. 22).

Proudhon compreende o sentido ontológico do trabalho, mas admite, sem negá-lo, que haja nele outro sentido, o sentido sociológico.

O trabalho é a base do que há de humano na sociedade e no homem. Através do trabalho o homem manifesta o seu “valor” e “a fatalidade da natureza é vencida pela liberdade do homem” (*De la justice*, vol. III, p. 17). É pelo trabalho que o homem pode tornar-se o senhor da criação. Ora, o trabalho que é sempre simultâneo coletivo e individual, é muito mais que a força coletiva. É esforço e ação; é o produtor total, tanto das forças coletivas como da mentalidade, das ideias e dos valores. Numa palavra, encarna a fusão de todos esses elementos. (GURVITCH, [19__?], p. 19).

O trabalho é simultaneamente individual e coletivo, exigindo esforço e ação do homem, seja sozinho, seja em grupo; por esse motivo, o trabalho é entendido como um produtor total “tanto das forças coletivas como da mentalidade, das ideias e dos valores”. Assim, segundo Trindade e Gurvitch, o trabalho, para Proudhon, produz tanto as forças e os valores econômicos, quanto o homem, os grupos, as sociedades, as ideias e até mesmo a justiça. “Concluindo, é a ‘sociedade em ato’ na sua totalidade, que se produz a si própria pelo trabalho” (GURVITCH, [19__?], p. 19).

Proudhon considera que o trabalho é fonte de valor e, sem ele, nem a terra, nem o capital são produtivos, porque o trabalho é “a base do que há de humano na sociedade e no homem”. O trabalho é o modo pelo qual “o homem manifesta seu valor e a fatalidade da natureza é vencida pela liberdade do homem”. Em outras palavras, Proudhon entende que há um sentido ontológico atribuído ao trabalho humano, mas este sentido ontológico é sobrepujado, visto que o homem age por sua vontade e é pelo trabalho que ele pode “tornar-se o senhor da criação”. Trindade acrescenta que:

O trabalho, “considerado objetivamente no produto”, faz da economia uma ciência da produção e uma compatibilidade econômica fundada sobre o valor trabalho (teoria do valor constituído); “considerado subjetivamente no trabalhador”, cria a ciência da organização e sociologia econômica (teoria da força coletiva): engloba “sinteticamente os benefícios produto-trabalhador”, devolve-a à ciência da repartição e do direito econômico (teoria mutualista e federativa da propriedade). (TRINDADE, 2001, p. 22)

O valor constituído é a síntese entre o valor de uso e o valor de troca, ou seja, o valor concebido pela proporcionalidade dos produtos. Supõe-se que entre o valor de uso e o valor de troca haja um grau de igualdade que é indivisível e sem a qual a troca se torna invisível. Para Proudhon, essa proporcionalidade tem uma força que se chama “Trabalho”. O Trabalho difere quem produz qualitativa e quantitativamente, por isso é ele que produz a riqueza. É o trabalho que combina a

mercadoria segundo uma “lei de proporcionalidade variável, mas certa” (PROUDHON, 2003, p. 146).

O valor de uso é o valor em si, é o valor útil, ou seja, o valor determinado pelas qualidades do produto. O valor de troca é o valor de opinião e possui um caráter quantitativo. Diz respeito, por exemplo, ao tempo de trabalho gasto pela produção. Para Proudhon, esses dois tipos de valores são inseparáveis, visto que o segundo é reflexo do primeiro. Mas, embora eles sejam inseparáveis, são também opostos, antinômicos, e estão sempre em conflito, pois dependem da oferta e da procura. E é nesse sentido que, para Proudhon, somente o trabalho pode fixar o preço da mercadoria, pois é a variação do trabalho que fará variar o valor relativo ou valor constituído. Nesse sentido, o valor constituído é o valor concebido como proporcionalidade:

O valor considerado na sociedade que formam entre si pela divisão do trabalho e pela troca os produtores, é a *razão de proporcionalidade dos produtos que compõem a riqueza*; e o que se denomina especialmente valor de um produto é uma fórmula que indica, em caracteres monetários, a proporção deste produto na riqueza geral. A utilidade funda o valor; o trabalho fixa a sua proporção; o preço é a expressão que [...] traduz esta relação. (PROUDHON, 2003, p. 153)

O trabalho é o elemento que determina a proporcionalidade; é o trabalho, portanto, que atribui preço à mercadoria. Por meio do trabalho eliminam-se a escassez e a opinião como elementos constitutivos do valor, e como consequência, ele transforma as “utilidades naturais ou vagas (apropriadas ou não) em utilidades mensuráveis ou sociais” (PROUDHON, 2003, p. 152).

O problema, para Proudhon, não está no significado do trabalho como uma fonte de valor, mas sim quando o homem se apropria dos meios do trabalho, isto é, dos meios de produção e passam a explorar o trabalho de outros homens. Ao apropriarem-se dos meios de produção, esses homens, a quem Proudhon chama de “proprietários”, passam a explorar o trabalho de outros homens, apropriando-se também de parte do trabalho deles, porque não lhes pagam de acordo com o valor proporcional ao que produziram; ao contrário, pagam-lhes o valor mínimo. Desse modo, há um valor excedente nesse trabalho, que é apoderado pelo proprietário. Esse valor é conhecido como mais-valia, que também está presente nas teorias marxistas sobre o trabalho. É nesse sentido que o proprietário aparece para Proudhon como um “usurpador”, um “ladrão”.

Em relação à teoria da “Força Coletiva”, Proudhon assinala que a sociedade não é apenas um agregado de indivíduos isolados, visto que a atividade produtiva é um ato coletivo, no qual os trabalhadores são os agentes. Na força coletiva, a “união organizada e coerente dos esforços individuais” gera uma produção excedente “engendrada pela convergência dos trabalhadores”. Esse excedente não é retribuído pelo proprietário ao trabalhador, isto é, o proprietário apropria-se desse excedente, gerando um valor “excedentário”. Nesse sentido, “a produção, saída do esforço coletivo, é, necessariamente, coletiva; o capital acumulado é propriedade social”, e não pode ser apropriado pelo proprietário como se fosse uma tarefa individual. Em síntese, o trabalho de cada indivíduo transforma-se em trabalho social, o que dá um direito de participação e de gestão ao sujeito, assim como um direito social que é coletivo e pertence ao grupo de trabalhadores, um direito da classe, aos “frutos comuns do seu trabalho”, isto é, ao excedente produtivo (ROCHA, 2009, p. 16).

Da concepção de “trabalho” e de “força coletiva”, Proudhon vai estabelecer o seu conceito de justiça. Para ele, a justiça é essencialmente social. “A justiça reside na humanidade, é progressiva e indecifrável na humanidade porque é da humanidade. [...] É o produto do movimento da realidade social que é um esforço real” (PROUDHON apud GURVITCH, [19__?], p. 17).

A justiça busca conciliar o indivíduo e o todo social, ambos igualmente reais, procurando equilibrar os valores coletivos com os valores individuais. A justiça é a superação entre o “subjetivo e o objetivo, entre o fato e a razão, integrando-os em conjuntos transpessoais imanentes reais, totalidades sociais que estão em movimento de totalização”. A razão dá ao homem a possibilidade de observar e sentir a dignidade do outro, do mesmo modo que percebe a sua própria dignidade, e é isso que faz com que ele se perceba como um indivíduo e, ao mesmo tempo, como pertencente ao coletivo. A justiça é, portanto, o produto dessa faculdade humana, porque “o produto dessa faculdade: é o respeito, espontaneamente experienciado e reciprocamente garantido da dignidade humana, em qualquer pessoa e em qualquer circunstância em que ela se encontre comprometida, e qualquer que seja o risco a que nos exponha a sua defesa”. Ela é “espontaneamente experienciada”, jamais imposta, mas é também caracterizada pela “imanência reciprocamente garantida” (PROUDHON apud ROCHA, 2009,

p. 12), o que para Rocha, faz com que a justiça se manifeste pela universalidade; e, “com quaisquer riscos que haja, é a vocação de toda uma vida”.

Gurvitch assinala que o elemento subjetivo da justiça é o respeito pela dignidade da pessoa de si e do outro, na coletividade. Em outras palavras, o indivíduo apoia-se na realidade do conjunto e em seguida na dos outros “Eu”. “A justiça dá a primazia à consciência coletiva, superando o “Eu”. Isso significa que essa justiça não está no isolamento, pois ultrapassa os limites do indivíduo. A justiça é consequência da consciência individual, mas está na consciência coletiva. “Pela justiça, cada um de nós se sente simultaneamente pessoa e coletividade” (PROUDHON apud GURVITCH, [19__?], p. 18).

Desse modo, é possível inferir que, para Proudhon, a justiça é uma faculdade da consciência humana, mas também se faz na experimentação cotidiana, porquanto que atua no coletivo. Ela ultrapassa o subjetivo e alcança a objetividade no coletivo. Daí decorre a concepção de Proudhon de que a justiça se faz na sociedade, pois fora dela não pode sobreviver. É uma prática social e reside na relação de igualdade e de reciprocidade. Justiça é, para ele, igualdade.

5.1.1.1.2

A relação entre trabalho e educação em Proudhon

Proudhon vê no trabalho um modo universal de ensino, visto que é no trabalho que se reúnem a “análise e a síntese, a teoria e a experiência, em uma ação contínua”. O trabalho é a forma exterior da lógica, porque resume a realidade e a ideia. Ele infere que o mais absurdo dos sistemas educacionais é aquele que “separa a inteligência da atividade e cinde o homem em duas entidades impossíveis, um abstrato e um autômato” (PROUDHON, 2003, p. 220).

Dedicar-se à educação do trabalhador é organizar sua ocupação; portanto, trabalhando e produzindo ao mesmo tempo, o homem adquire experiência, e essa mesma experiência pode levar o homem a instruir-se em suas tarefas. Assim acreditando, Proudhon estabelece a síntese entre o espírito (ideia) e a matéria (corpo), reabilitando o trabalho manual, antes colocado como uma ação servil, impróprio ao homem livre.

Se a educação fosse antes de mais nada experimental e prática, reservando os discursos apenas para explicar, resumir e coordenar o trabalho, se fosse permitido

aprender pelos olhos e pelas mãos aquilo que não pode aprender pela imaginação e pela memória, logo veríamos com as formas do trabalho, multiplicarem-se as capacidades; todos, conhecendo a teoria de alguma coisa, saberiam por isso mesmo a língua filosófica e poderia acontecer, ao menos uma vez na vida, que alguém pudesse criar, modificar, aperfeiçoar, dar provas de inteligência e de compreensão, produzir sua obra-prima, ou seja em uma palavra, mostrar-se homem. A desigualdade das aquisições de memória em nada modificariam a equivalência das faculdades e o gênio não nos pareceria mais do que é com efeito: a saúde do espírito. (PROUDHON, 2003, p. 221)

Proudhon entende que a experiência, ou seja, a prática, é o ponto de partida para o desenvolvimento de capacidades, e é por ela que o homem se torna capaz de elaborar ideias e construir teorias. Ele explica que análise e síntese são operações mentais inseparáveis, embora distintas e que a inteligência é o resultado do trabalho, da meditação, da análise, do resumo, da conclusão, e não pode ser apenas de generalidade, isto é, “a inteligência é muito mais uma faculdade que vem, que se forma, que se desenvolve, *quae fit*, que uma entidade ou entelúquia que exista completamente formada, anterior ao aprendizado”. Proudhon acredita, pois, que a razão (gênio, talento, indústria) é apenas um ponto de partida que “pouco a pouco cresce, fortifica-se, colore-se, determina-se e nuancia-se ao infinito” (PROUDHON, 2003, p. 222).

Assim, Proudhon assevera que a inteligência em si é e sempre será diferente em cada indivíduo. Apesar disso, em potencialidade, na origem, todos são iguais, por isso “o progresso social deve, aperfeiçoando incessantemente os seus meios, torná-la, no final, igual a todos. Sem isso, o trabalho continuará sendo para uns um privilégio e para outros, um castigo”. Com o advento da indústria e a introdução das máquinas no interior dos processos produtivos e da economia, fez-se necessário promover o desenvolvimento da liberdade do homem, porque a máquina tornou-se símbolo dessa liberdade. A máquina é símbolo também da dominação do homem sobre a natureza, “atributo de nosso poder, a expressão de nosso direito, o emblema de nossa personalidade” (PROUDHON, 2003, p. 223).

Para Proudhon, a inteligência reúne fenômenos que possibilitam ao homem classificar e atribuir valor às coisas. Entre eles, destacam-se, a atenção, a percepção, a memória, a imaginação e a capacidade de comparação. Esses fenômenos são responsáveis pela racionalidade do homem porque são eles que possibilitam que o homem estabeleça relações lógicas para emitir julgamentos. Nesse sentido, a educação é elemento fundamental, pois ela contribui para o desenvolvimento da inteligência que, por sua vez, permite ao homem utilizar a

máquina não como um instrumento de dominação, mas como instrumento de emancipação.

A liberdade, para Proudhon, não diz respeito à independência absoluta ou um estado de total ousadia ou intrepidez; liberdade, segundo ele, é solidariedade, porque o homem é livre quando se relaciona melhor com seu semelhante. “A liberdade é a faculdade de agir e não agir, que, por uma escolha ou determinação qualquer (e eu aqui emprego a palavra determinação no ativo e no passivo simultaneamente) sai de sua indiferença e torna-se *vontade*”. E acrescenta:

A liberdade, da mesma forma que a inteligência, é por sua natureza uma faculdade indeterminada e informe que espera o seu valor e o seu caráter das impressões do exterior; faculdade consequentemente negativa de início, mas que pouco a pouco determina-se e desenha-se pelo exercício, quer dizer, pela educação. (PROUDHON, 2003, p. 224).

Proudhon assinala que o progresso trouxe as máquinas e a divisão do trabalho, sem considerar a igualdade social como modo de organização da sociedade. Esse é o motivo pelo qual sustenta que é o progresso o responsável pelo embrutecimento do homem e seu afastamento da liberdade e da solidariedade. É necessário, então, que se impeça o embrutecimento da inteligência, e, ao mesmo tempo, que se consiga romper com o embrutecimento já constituído, fazendo com que o homem retome o caminho da vida intelectual. Para tanto, é necessário fazer nascer entre os trabalhadores a solidariedade de interesses e “fazê-los conciliar o que o progresso tornou inconciliável”. Desse modo, Proudhon sugere: “como o mal reside mais nas inteligências que no sistema, voltemos ao ensino, trabalhemos pela educação do povo” (PROUDHON, 2003, p. 253). Tal assertiva deve-se ao fato de que o “sistema” é produzido pela inteligência do homem, logo o “mal” não está somente nele, mas também na inteligência. Ao educar o homem dentro dos princípios anarquistas, ou seja, nos princípios da educação integral que ele defende, é possibilitar que este mal seja rompido, afastado.

O trabalho é o progresso criador da sociedade e por sua vez o eixo que integra a economia social. Assim acreditando, Proudhon estabelece a sua concepção de educação preconizando que a instrução será útil no momento em que, ao recebê-la, o aluno seja livre. Esclarece que o melhor sistema educacional é

aquele que, mesmo no que diz respeito à filosofia e à moral, se preocupa com a educação profissional.

O trabalho que tornou o homem escravo pela intervenção do proprietário pode tornar-se um exercício de felicidade, provedor de inteligência, de liberdade e de vida. É um processo integrador que quando utilizado no contexto educacional favorece a prática social e contribui com a Revolução Social. Assim, para Proudhon, o trabalho aparece como modo universal de ensino e fonte de todo o conhecimento.

5.1.1.2

A continuidade do pensamento de Proudhon nos trabalhos de Bakunin

Coube a Bakunin dar continuidade às discussões iniciadas antes da morte de Proudhon, no tocante às questões envolvendo a classe operária e o movimento anarquista, inclusive sobre as demandas de educação.

Ao adotar a ideia de instrução integral de Proudhon, Bakunin converte-a em um acontecimento da vida social que implica na leitura e reflexão crítica da realidade, representando o total abandono da educação abstrata e sistemática baseada na educação religiosa e Estatal de sua época. Além disso, entende a educação integral como meio de libertação do homem, porque a liberdade é o motor da vida humana.

Na Internacional a temática relativa à educação integral inspirada em Proudhon aparece como “questão central e recorrente” e, de acordo com Lenoir, o segundo congresso ocorrido no ano de 1867, em Lausanne (Suíça), emitirá uma resolução “em favor da organização da escola-oficina, e de um ensino científico, profissional e produtivo” (DOLLÉANS, 1957, p. 248 apud LENOIR, 2007, p. 22).

Com efeito, aos olhos dos internacionalistas, em particular parisienses, “a instrução e a educação são [...] uma das condições de sua emancipação” e como o afirma um deles, Heligon, “a ausência de instrução põe o trabalhador sob a dependência daqueles que a possuem”. (DOLLÉANS, 1957, p. 307 apud LENOIR, 2007, p. 23).

Em 1868, Bakunin integra-se à Internacional e, junto com outros anarquistas, novamente colocam os problemas educacionais em discussão. Lenoir, citando James Guillaume, assinala que o congresso incentiva os representantes

dos diferentes sindicatos a investirem no ensino integral, estabelecendo “cursos públicos, segundo um programa de ensino científico, profissional e produtivo” que fosse capaz de minimizar os efeitos da “insuficiência da instrução que os operários” recebiam à época (LENOIR, 2007, p. 23). O mesmo se repetiu no ano seguinte, no congresso de Basileia, quando se realizou uma moção para discutir a educação integral, abordando assuntos ligados às ciências, às artes, aos ofícios. Além disso, Lenoir ressalta:

Os debates tensos entre os partidários do socialismo libertário, reunidos em torno de Mikhail Bakunin, e aqueles do socialismo autoritário, reunidos em torno de Karl Marx, farão passar ao segundo plano, depois ocultarão as discussões relativas à educação, sem, contudo, fazer com que desapareçam totalmente. Mas o sinal é dado, e o sindicalismo e as Bolsas do Trabalho apoderar-se-ão da questão da formação e dela farão uma de suas missões e prioridades. (LENOIR, 2007, p. 24)

O congresso de Basileia marcou definitivamente a cisão entre os socialistas libertários (Bakuninistas) e os socialistas autoritários (Marxistas). No entanto, o chamado aos trabalhadores para que se dedicassem ativamente de modo a criarem uma sociedade de resistência e de ação sindical, foi precípuo para o estabelecimento de projetos educacionais anarquistas distintos, que mais tarde foram colocados em prática por Pelloutier e Paul Robin.

No ano de 1869, Bakunin publica diversos artigos no jornal *L'Égalité*, entre os quais se destacou a série denominada de “A Instrução Integral”, publicada em quatro partes nas edições de 31 de julho (n. 28), 7 de agosto (n. 29), 14 de agosto (n. 30) e 21 de agosto (n. 31). Esses artigos reunidos em livro foram publicados no Brasil, no ano de 1979 sob o título de *O Socialismo Libertário*. Na série, Bakunin faz questionamentos sobre a dualidade do sistema educacional e denuncia a supremacia daqueles que sabem mais sobre os que sabem pouco.

Poderá a emancipação das massas operárias ser completa, enquanto a instrução que as massa recebem for inferior aquela que é dada aos burgueses, ou enquanto houver uma classe qualquer em geral, numerosa ou não, mas que, pelo seu nascimento, seja chamada aos privilégios de uma educação superior e de uma instrução mais completa? [...] Não será evidente que entre dois homens, dotados de uma inteligência natural aproximadamente igual, aquele que souber mais, cujo espírito estiver aberto para a ciência, e que, tendo compreendido melhor o encadeamento dos fatos naturais e sociais, ou aquilo a que se chama leis da natureza e da sociedade e, se aperceberá mais fácil e globalmente do caráter do meio em que vive, - que este se sentirá, digamos, mais livre, que será praticamente mais hábil e mais poderoso do que o outro? (BAKUNIN, 1979, p. 32)

A esses questionamentos, Bakunin responde que naturalmente aquele que sabe mais reinará sobre o outro que sabe menos e é isso que separa as duas classes.

Aquele que sabe mais dominará naturalmente aquele que sabe menos; e se existir entre duas classes apenas esta diferença de educação e de instrução, esta diferença produzirá em pouco tempo todas as outras, o mundo humano voltará ao seu estado atual, isto é, será dividido de novo em uma massa de escravos e em um pequeno número de dominadores, os primeiros trabalhando, como hoje, para os segundo. (BAKUNIN, 1979, p. 32)

Para Bakunin, a falta de educação e de instrução é o que separa a minoria burguesa e maioria trabalhadora, por isso passa a reivindicar uma educação que favoreça não apenas o burguês, mas que traga a possibilidade de a classe trabalhadora adquirir o conhecimento científico, pois os trabalhadores não podem mais continuar a receber um conhecimento mínimo, que em nada melhora sua condição de vida política e social. E proclama: “Membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, nós queremos a Igualdade, e, porque a queremos, devemos querer também a instrução integral, igual para toda a gente”. Bakunin declara, também, que todos devem trabalhar e receber a instrução, independente da função que irá exercer na sociedade.

Estamos convencidos de que o homem vivo e completo, cada uma destas duas atividades, muscular e nervosa, deve ser igualmente desenvolvida e que, longe de se anularem mutuamente, cada uma delas deve apoiar, alargar e reforçar a outra; a ciência do sábio se tronará mais fecunda, mais útil e mais vasta quando o sábio deixar de ignorar o trabalho manual, e o trabalho do operário instruído será mais inteligente e por conseguinte mais produtivo do que o do operário ignorante. Donde se conclui que, no próprio interesse tanto o trabalho como a ciência, é necessário que não haja mais operários nem sábios, mas apenas homens. (BAKUNIN, 1979, p. 38)

Assim, Bakunin, a exemplo de Proudhon, e inspirado nele, preconiza a educação integral. Essa educação integral, que em todos os níveis (ou graus) deve ser igual para todos os homens e mulheres e oferecida desde a infância, para que não haja mais distinção, nem espiritual, nem sexual, nem pelo trabalho, nem pela ciência, “a fim de que todos possam se tornar pessoas completas” (BAKUNIN, 1979, p. 43). Uma educação que ofereça um ensino científico ou teórico, mas também um ensino industrial ou prático, para, desse modo, fazer dos homens trabalhadores completos, que compreendem; que sabem; e que são livres. Esse era o desejo de Proudhon e de Bakunin.

5.1.2

Segunda fase: As experiências de educação integral no movimento sindical e libertário

A segunda fase foi consequência da primeira. Não há contraste entre elas, pois, a segunda se tratou da concretização do pensamento de Proudhon e Bakunin, sob a ótica da nova geração de anarquistas nascidos no interior da Internacional. A diferença decorre, portanto, do fato de que a nova geração não se limitou apenas a questionar a educação oferecida pelo Estado e pelas instituições de caráter religioso, mas também buscou materializar as ideias educacionais decorrentes do pensamento libertário desses anarquistas clássicos.

Proudhon e Bakunin, dois teóricos igualmente revolucionários (cada um a seu modo) lutavam pelos mesmos ideais libertários, mas não possuíam os meios necessários à concretização de suas ideias educacionais. Entretanto, tiveram sucesso ao estabelecer as bases da “nova” ideologia nascente³⁰.

Diversas iniciativas de concretização do anarquismo no seio da educação foram observadas na pesquisa realizada para a elaboração desse trabalho. No entanto, serão enfatizadas aquelas que, no Brasil, marcaram presença de modo mais significativo: as experiências de Paul Robin, de Francisco Ferrer y Guardia e de Fernand Pelloutier.

5.1.2.1

A influência de Paul Robin e Francisco Ferrer y Guardia na educação libertária

Robin e Ferrer formularam sistematicamente os pressupostos da educação libertária, estabelecendo propostas educacionais inspiradas no “Programa Educacional do Comitê para o ensino anarquista”, de 1882. De acordo com Luizzetto, os anarquistas dessa fase desafiaram os métodos da educação oficial e dogmática quando criaram os Centros de Estudos, as Escolas Livres, as Escolas Modernas ou Escolas Racionalistas e as Universidades Populares ou Livres. O autor assinala que personagens como Kropotkin, Elisée Reclus, Louise Michel,

³⁰ É necessário observar que o anarquismo, como assinalado anteriormente neste estudo, já se fazia presente de diversas formas. Entretanto, sua sistematização começa a ser estabelecida por Proudhon, considerado por diversos autores da atualidade, como o “pai do anarquismo moderno”.

Jean Grave e Carlo Malato eram integrantes do Comitê quando se reuniram para “definir as normas básicas que deveriam orientar as atividades do movimento no campo do ensino”. Destaca que o educador Paul Robin, “nessa época, já inteiramente identificado com o anarquismo, certamente participou da elaboração do documento” (LUIZZETTO, 1987, p. 52).

Brunet assevera que James Guillaume e Paul Robin foram dois anarquistas que tiveram importante papel na AIT e estavam muito próximos a Bakunin. No entanto, ambos deixaram a organização e foram chamados por Buisson para trabalharem juntos em Paris: o primeiro na elaboração de um Dicionário de Pedagogia, em 1878; o segundo, para atuar como Inspetor Primário em Blois, no ano de 1879. Em 1880, Buisson levou Robin para dirigir o orfanato de Cempuis, também na França (BRUNET, 2003, p. 12).

Tomando por base as ideias de Bakunin, Robin detalhou uma concepção pedagógica sistematizada de educação anarquista, baseada nos fundamentos da instrução integral. Buscou reunir as ideias libertárias aos princípios evolucionistas de Herbert Spencer, “que, em 1816, desenvolveu a ideia de aproximação científica do saber nas crianças”, assim como buscou apoio na formação científica do positivismo de Auguste Conte.

Dar à criança uma educação racionalista, para que só possa crer naquilo que puder demonstrar, a fim de se libertar de todas as tendências supersticiosas e irracionais. Seu desejo é de poder inculcar na criança o método experimental, de lhe dar confiança e de vê-la como autora de sua própria aprendizagem. Paul Robin é um dos pioneiros dos métodos pedagógicos ativos, preconiza, principalmente, a co-educação dos sexos e a educação à liberdade pela liberdade. (BRUNET, 2003, p. 12)

Para Robin, a instrução integral deve estar organizada com o objetivo de oferecer um ensino que envolva o físico, o intelectual e o moral, tendo em vista que pretende uma educação universal e racionalista, mas também manual. Durante quatorze anos Robin dirigiu o Orfanato de Prévost, em Cempuis (1880-1894), e foi nesse período que colocou em prática as suas ideias sobre educação integral.

Segundo Floresta, como pedagogo, Robin destacou-se em decorrência de seus métodos e procedimentos de ensino e por defender a coeducação sexual. Além disso, procurava promover a convivência harmoniosa entre os participantes de seu grupo de trabalho, assim como valorizava o respeito à individualidade e ao desenvolvimento infantil. Para ele, a curiosidade era o elemento fundamental para

que os estudantes buscassem o conhecimento, por isso “dedicou-se a inventar e aperfeiçoar materiais pedagógicos com claro objetivo de despertar a curiosidade das crianças, levando-as a buscar o conhecimento por si mesmas” (FLORESTA, 2007, p. 122). Observe-se que a expressão “buscar o conhecimento de si mesma”, citada pela autora, é pré-requisito fundamental para a emancipação humana. Além disso, também está presente nas inferências de Fernand Pelloutier.

A educação integral não é, como geralmente se crê, a acumulação forçada de um número infinito de noções sobre tudo; é a educação que tende a cultivar, a desenvolver paralela e harmoniosamente todas as faculdades do ser humano, saúde – portanto força e beleza – agilidade, inteligência, felicidade – bondade portanto. Abraça as divisões habituais chamadas educação física, educação intelectual, educação moral, e a mais indicada entre elas relações contínuas. (ROBIN apud FLORESTA, p. 124)

A proposta de educação integral de Robin foi apresentada no Congresso Internacional dos Trabalhadores de Bruxelas (1868) e continha um programa contendo os princípios da educação libertária, assim como descrevia os aspectos da educação formal que deveriam ser suprimidos: “a disciplina, que gera dispersão e mentira; os programas, que anulam a originalidade, a iniciativa e a responsabilidade; as classificações, que geram a concorrência e rivalidade, a inveja e o rancor” (FLORESTA, 2007, p. 123). A eliminação desses itens seria fundamental para o desenvolvimento do projeto, pois, no entender de Robin, são eles os principais elementos alienantes e coercitivos presentes tanto na escola de tradição Estatal quanto na instituição de caráter religioso.

Posteriormente, Sébastien Faure deu continuidade à obra de Robin, aplicando seu método positivo, quando fundou a escola “La Ruche” (A Colmeia), em uma fazenda de 25 hectares, em Rambouillet, nos arredores de Paris, em 1904. Mas essa escola durou apenas até 1917, quando foi fechada durante a Primeira Guerra Mundial. Em La Ruche, Faure “consolidou a realização do desejo da vida livre e experimentada de maneira autogestionária”. Além disso, “[...] era uma associação de interessados em educação anarquista e formação integral, voltada para um número pequeno de crianças, cerca de trinta, a partir de seis anos de idade, como na escola de Robin” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 43).

Além de Robin e Faure, o trabalho realizado por Francisco Ferrer y Guardia marcou fortemente o movimento anarquista, principalmente a partir de 1901, quando foi criada a primeira “Escuela Moderna de Barcelona”, baseada em

princípios racionalista e anticlerical, segundo a proposta de educação integral de Robin. “Atento à formação da criança livre, aproximou-se da Geografia proposta por Piotr Kropotkin e por Elisée Reclus, de quem chegou a solicitar orientação libertária para o ensino dessa matéria” (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 43).

Ferrer y Guardia foi um renovador da escola, depois de constatar, como no passado Godwin e Proudhon, que ela se transformava em agente modelador de crianças e jovens por meio do ensino nacional. Notou que o Estado livrava a maioria do povo da condição de ignorância, ao mesmo tempo em que o integrava na vida burguesa. A “Escuela Moderna” era parte do que chamava de plano conjunto de uma educação racional (disseminação dessas escolas novas), capaz de formar uma criança livre e feliz, renovando-se constantemente e temida por uma sociedade centralizadora e autoritária. (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 44)

O ensino racionalista constituiu o ponto central do currículo e do método na Escola Moderna de Ferrer, uma vez que se pretendia ensinar a ciência por meio de experimentação. Também a liberdade é fator primordial, na medida em que cabe à própria criança realizar suas descobertas e elaborar por si mesma as ideias sobre o conhecimento. Daí decorre, portanto, a ênfase no trabalho científico.

Na Escola Moderna, o ensino se desenvolvia em diversas atividades que possibilitassem a experimentação da criança para que pudesse vivenciar as experiências. Entre essas atividades, destacavam-se: as visitas às fábricas e a museus; debates entre professores e alunos, “que eram incentivados a dar suas opiniões e refletir sobre o que foi dito através do exercício escrito de uma redação”; e correspondência escolar entre os alunos de diferentes escolas. As redações poderiam ser publicadas no Boletim da escola ou ainda poderiam servir como tema a ser discutido em correspondências com outros alunos (GONÇALVES, 2008, p. 48). A proposta de ensino racionalista de Ferrer está em seu livro *La Escuela Moderna*. Ressalte-se que essas atividades foram incorporadas, posteriormente, por Freinet e por Dewey, quando esses teóricos aplicaram suas teorias de aprendizagem: o primeiro, com seu “Método Natural”, enquanto o segundo, com o “Método Ativo”.

Para Ferrer, a educação racionalista deveria abandonar todas as formas opressivas que representavam as escolas de tradição religiosa ou de ensino oficial, tais como: os exames, os concursos e as classificações. Essas medidas serviam apenas para provocar rivalidades e desigualdades entre os alunos.

Em 1906, Ferrer começou a ser perseguido tanto pela Igreja quanto pelo Estado, devido a um incidente com um ex-funcionário da Escola Moderna de Barcelona.

Um ex-bibliotecário da Escola Moderna de Barcelona, Mateo Morale, atirou uma bomba na carruagem nupcial que transportava o Rei Afonso XIII, comprometendo Ferrer. Mateo se suicida e então, a Igreja e o Estado veem, neste fato, uma oportunidade de conter o sucesso da Escola Moderna, acusando Ferrer de ser o mandante do atentado. Ferrer foi preso e levado à prisão modelo de Madrid, onde permaneceu por um ano e escreveu o livro “La Escuela Moderna” explicitando seu pensamento educacional. O julgamento civil, dentro dos princípios da lei, ao qual foi submetido neste momento, declarou Ferrer inocente, por falta de provas. Todavia, o governo monarquista, juntamente com o setor conservador, decretou o fechamento de sua escola em Barcelona, permanecendo somente a editora Este fato repercutiu nos meios proletários e liberais por toda a Europa. (GONÇALVES, 2008, p. 49).

Ferrer foi libertado, mas as investidas contra ele não pararam. Algum tempo depois, foi acusado de instigador da rebelião conhecida como Semana Trágica (1909), que culminou em uma greve geral, e novamente foi preso. Em 13 de outubro de 1909, Ferrer foi executado na prisão de Montjuic, durante a lei marcial. Jornais de todo o mundo manifestaram-se contra a injusta morte do pedagogo.

O mundo inteiro tomou-se de estupor pela cruel notícia de assassinato de Francisco Ferrer, e passado o primeiro momento o povo indignado levantou o seu brado de protesto. Não houve um canto do mundo donde não saísse um grito de dor pela perda inesperada de um homem que com vigor e inteligência difundia a instrução tão necessária à massa proletária e tão negada pelos governos, a quem interessa conservá-la na ignorância. (A VOZ DO TRABALHADOR, 30 de outubro de 1909, p. 1)

As circunstâncias da morte de Ferrer fizeram dele um mártir do anarquismo e, por conseguinte, o símbolo da educação libertária. Entretanto, é necessário ressaltar, que segundo George Woodcock (2006, p. 118), sua Escola Moderna não era a única experiência de ensino livre e racional até então existente, pois muitas outras escolas já tinham sido criadas em diversas partes da Espanha, do restante da Europa e das Américas. Tampouco Ferrer criou um método novo, visto que, como assinalado anteriormente, o pedagogo aplicava a metodologia organizada por Robin. Woodcock lembrou, inclusive, a relevância do movimento educacional desencadeado pela revitalização dos sindicatos na virada do século, pelo sindicalismo revolucionário francês, inspirada no anarquismo de Proudhon e Bakunin, conforme será explicitado a seguir.

5.1.2.2

Fernand Pelloutier e as “escolas do sindicato”

A entrada de Fernand Pelloutier na Federação das Bolsas de Trabalho como Secretário, na França, em 1895, abriu novas perspectivas de educação para as classes trabalhadoras. O sindicalista Fernand Pelloutier³¹ (1867-1901) acreditava que os trabalhadores pudessem se tornar intelectuais à medida que recebessem a instrução, por esse motivo defendeu a educação integral dos trabalhadores. De acordo com Chambat, Émile Pouget inspirou-se em Pelloutier quando criou a expressão “ação direta”.

Esse revolucionário, seguidor das ideias de Proudhon e de Bakunin, lutou contra todos os tipos de opressão, “estadista, política, econômica, cultural e... individual”, para livrar o trabalhador de sua condição de oprimido. Para tanto, usou como armas a educação, o conhecimento e o saber. “No dia em que o povo levantar-se, ele terá com o ferro, com o fogo, essa arma mais segura do que todas as outras: a força moral devida à cultura da inteligência” (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 18). Para ele, não há revolução sem educação.

Segundo Chambat, os escritos deixados por Pelloutier sobre educação são poucos, e em sua obra *L'Histoire des Bourses du Travail* há apenas dois artigos sobre esse tema, entre os 225 assinalados na bibliografia organizada por J. Julliard. Apesar disso, a reflexão pedagógica permeia o conjunto da obra do autor com as questões sobre educação, a exemplo do que ele escreve na introdução de seu texto *O ensino em sociedade libertária*: “A questão do ensino é incontestavelmente a mais importante, pois só dela depende toda a vida social”. (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 19)

Assim, ao deixar que a questão educacional transite por toda a sua obra, Pelloutier demonstra o lugar que o ensino ocupa no trabalho revolucionário do sindicalismo. Educação e sindicato são indissociáveis, por esse motivo Chambat

³¹ Fernand Pelloutier (1867-1901), um militante do sindicalismo revolucionário, formou-se bacharel e dedicou-se ao jornalismo, tornando-se editor em 1892. Juntamente com os trabalhadores franceses do Partido de Jules Guesde, contribuiu para a fundação da Bolsa de Trabalho de Saint-Nazaire. Em Paris, tornou-se Secretário da Federação das Bolsas de Trabalho, em 1895, transformando-se em líder dos trabalhadores. Fundou a revista “L'Ouvrier des deux mondes” (1897) e publicou vários livros. Pelloutier defende um sindicalismo de ação direta na luta de classes entre a burguesia e a classe trabalhadora. CLAUDEL, Paul. Fernand Pelloutier – (1867-1901), **Encyclopædia Britannica** [online] Disponível em: <<http://www.universalis.fr/encycopedie/fernand-pelloutier/>> Acesso em: 03 mar. 2014.

assinala que seus escritos estão sempre abordando o sindicalismo sobre duas perspectivas: a primeira refere-se à transformação social que traz “o confronto cotidiano com o real pela melhoria imediata do destino dos trabalhadores”; a segunda menciona a perspectiva pedagógica que é “a prática coletiva como valor exemplar na longa caminhada rumo à autoemancipação dos explorados” (CHAMBAT, 2006, p. 19). Para Pelloutier, a educação deve estar a serviço da revolução, pois é por meio dela que o trabalhador conquistará sua merecida posição na sociedade. Entretanto, é necessário refletir sobre qual educação se fala e em que bases essa educação está fundamentada.

Por muito tempo a educação esteve submissa à Igreja e, posteriormente, essa sujeição foi compartilhada pelo Estado, que criou a escola gratuita, laica e obrigatória; fez-se, então, a parceria entre o Estado e a Igreja. Na França, como no Brasil, essa parceria avançou até o século XX, e mesmo no Estado laico o poder da Igreja continuou forte. Em todas as escolas, fossem laicas ou religiosas, via-se claramente a dicotomia entre a educação dos pobres e a educação dos ricos: aos pobres, uma educação elementar, básica de ler, escrever e contar e algum ensino de ofício; aos ricos, a ciência, as letras, a filosofia e a arte. Contra essa escola teorizaram Proudhon e Bakunin; resta a Pelloutier partir para a ação e construir uma escola que fosse, de fato, elaborada para o trabalhador.

Para Pelloutier, a escola pública era o melhor instrumento de dominação que o Estado poderia dispor para garantir a homogeneidade da sociedade e a submissão do trabalhador, tendo em vista que o ensino ministrado nessas escolas estava destinado à manutenção da ordem burguesa. Por esse motivo, Pelloutier buscou idealizar e dedicar-se a construir uma escola que estivesse sob o domínio dos operários e que o ensino pudesse estar elaborado de modo a formar homens e mulheres livres. A emancipação do operário deveria, portanto, acontecer por meio de uma escola que promovesse um ensino emancipador. Em outras palavras, a formação e a educação seriam, entre outras ações diretas, responsáveis pela melhoria das condições materiais e morais da classe operária e sua emancipação total (CHAMBAT, 2006, p. 26; LENOIR, 2007, p. 28). A educação tem, portanto, uma dupla missão:

[...] a de desenvolver, não apenas a formação geral e profissional da qual depende parcialmente o salário, o reconhecimento da qualificação e a dignidade no trabalho, mas também a formação do maior número de pessoas a fim de preparar cada um

dos atores às tarefas de organização, produção, gestão e distribuição necessárias à boa marcha da sociedade federalista futura. O sindicalismo revolucionário inscreve-se em uma ampla corrente educacionista, que faz da educação um motor do progresso coletivo. (LENOIR, 2007, p. 28)

É preciso considerar, certamente, que no interior do sindicalismo revolucionário a educação não serve apenas para escolarizar as massas, mas também oferecer a força necessária para a luta contra o Estado e seu poder de dominação. Além disso, cuida para que o trabalhador sinta o gosto pelo conhecimento e pelo saber para, desse modo, possa ele mesmo cuidar de sua formação cultural, sem perder de vista a cultura de todos. “A educação é um instrumento de tomada de consciência e um garantidor a fim de tornar viável uma sociedade de homens orgulhosos e livres” (LENOIR, 2007, p. 29). Assim, os sindicatos pretendem a elaboração de uma instrução autônoma, auto-organizada pelos próprios trabalhadores. Para que essa nova escola se estabeleça, é necessário condenar a escola do Estado, assim como é precípua que se compreenda a profundidade e o caráter revolucionário desse projeto educativo.

Na visão de Pelloutier, a escola pública não é a única responsável pelas mazelas sociais, porém, a partir de suas observações, constatou que quanto mais instruídos os homens, mais submissos eles são. Aliás, esperar-se-ia o contrário disso, pois, na medida em que seu saber se amplia, deve seu senso crítico ser potencializado. Sobre isso, Chambat explica:

[...] Se só o homem instruído pode ser livre e dispensar o governo, se só uma classe instruída pode autogovernar-se, como escreveria Proudhon, não é certamente após ter passado pelas escolas da submissão e do adestramento. O espetáculo da vilania e do servilismo popular lembra-o demasiado dolorosamente. (CHAMBAT, 2006, p. 29)

A escola da burguesia é mantida pelo Estado e se propõe a oferecer ao povo o conhecimento. No entanto, seu objetivo é outro, pois faz dos indivíduos sujeitos submissos e servis. Ela inculca ideologicamente os indivíduos e leva-os à obediência e não à “livre reflexão”. Assim, Pelloutier idealizou uma escola que iria emancipar o trabalhador individual e coletivamente, para que ele fosse capaz de cuidar da “cultura de si” e ao mesmo tempo tomar “ciência de sua infelicidade” para obter a “instrução”, tendo em vista que, para ele, “toda prática individual ou coletiva, todo esforço para apropriar-se e transformar o real, trazem neles uma dimensão educativa” (CHAMBAT, 2006, p. 35). Por conseguinte, para Pelloutier,

acreditar que a educação deve estar sempre associada à pedagogia e à escola é um erro, pois, antes, é preciso entendê-la como parte da vida humana, e como tal está em toda parte, inclusive no sindicato. E quando esse revolucionário define sindicalismo ele está dizendo: “auto-organização dos trabalhadores; cooperação; educação” (J. JULLIARD apud CHAMBAT, 2006, p. 35).

Chambat ressalta que a escola idealizada por Pelloutier não foi dedicada somente à educação das crianças. Ele, como Proudhon, desejava que a escolarização fosse oferecida ao jovem até a idade de vinte anos, mas também que deveria ser estendida ao longo da vida. Pelloutier dedicou-se à educação de todas as idades: crianças, jovens e adultos. Ressalte-se que foi para os adultos que inicialmente Pelloutier se voltou.

É necessário enfatizar que, como Secretário da Federação das Bolsas de Trabalho, Pelloutier começou a colocar em prática e com sucesso, os cursos destinados aos adultos. “Esse primeiro passo deveria naturalmente provocar um segundo: a criação de escolas primárias ligadas às associações operárias”. No entanto, Chambat esclarece que essas escolas para crianças não chegaram a ser colocadas em prática por Pelloutier, mas outras Bolsas de Trabalho e sindicatos de todo o mundo criaram suas próprias escolas com a finalidade de instruir as crianças e jovens (CHAMBAT, 2006, p. 37).

A missão revolucionária do proletariado esclarecido é perseguir mais metódica e obstinadamente do que nunca a obra da educação moral, administrativa e técnica necessária para tornar viável uma sociedade de homens orgulhosos e livres (Apelo para o 1º de maio de 1895). (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 38)

As palavras de Pelloutier deixam claro que a instrução e o sindicato possuem tarefa revolucionária, uma vez que somente o “homem instruído pode ser livre e capaz de autogovernar-se, livrar-se de todas as opressões”. Por isso, a ação direta se faz também pela educação; a ação direta é o “motor e princípio constitutivo do sindicalismo revolucionário”, e, em vista disso, aqueles que a praticam necessitam “dessa cultura consolidada pelo estudo de si e de seu meio”. Nesse sentido, Chambat assinala que, ao instruir-se, a “confiança cresce em suas próprias forças” e:

[...] leva o militante a aprofundar seus saberes, desenvolver seus conhecimentos... Essa pedagogia “dialética” da ação direta abraça toda a atividade militante. Não apenas ela aperfeiçoa e ultrapassa o militantismo tradicional, a propaganda revolucionária verbal ou escrita, mas, em certa medida, ela pega seu contrapé. Para

Pelloutier, a educação, fermento e finalidade da ação sindical, deve ser compreendida como a antítese da propaganda, “esses estéreis clamores revolucionários pelos quais ficam ofegantes os oradores de bistrô (Le Musée du Travail). (CHAMBAT, 2006, p. 37)

Em face do exposto, compreende-se que, apesar de tantos outros instrumentos de ação direta, a educação será aquela que garantirá as transformações causadas pela realização da Revolução Social, dado que ela faz com que o trabalhador militante exercite suas aprendizagens teóricas e práticas não só no campo pessoal e profissional, mas também no campo político. A educação é capaz de colaborar com a formação da “consciência de classe”, explicitada por Thompson e Lukács, porque é ela a responsável por “despertar a consciência revolucionária entre os explorados”.

Portanto, como afirma Chambat a partir do pensamento de Pelloutier, essa consciência revolucionária “não nascerá dos discursos inflamados, mas da ação, da observação e do desnudamento da exploração. Assim, para o operário, é o estudo da ‘ciência de sua infelicidade’ que lhe dará as chaves da ciência de sua emancipação” (CHAMBAT, 2006, p. 39).

5.1.2.2.1

A pedagogia da ação direta e os métodos nas escolas do sindicato

Ciente de que o ensino realizado pelos métodos antigos e pela tradição pedagógica não levaria ao alcance dos objetivos da educação revolucionária, Pelloutier elaborou um projeto educacional fundamentado em princípios e métodos da “pedagogia de ação direta”, com base no princípio de que “a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores”.

O primeiro passo de Pelloutier na organização de sua escola da Bolsa de Trabalho foi buscar um método que fosse capaz de ensinar, sem, contudo, inculcar ou excluir os estudantes. Seus conhecimentos sobre educação integral e educação autogestionária levaram-no ao encontro do método de ensino mútuo³², criado por Lancaster, na Inglaterra, no início do século XIX. Esse método faz oposição aos métodos da época – ensino individual e ensino simultâneo –, aplicados nos colégios religiosos e estatais.

³² O método de ensino mútuo foi implantado oficialmente no Brasil, pelo Imperador Pedro I, por meio da Lei Geral do Ensino, sancionada em 15 de outubro de 1827.

A escolha do método de ensino mútuo deve-se à sua praticidade e aos baixos custos que acarreta, uma vez que um único professor poderia atingir um número bem maior de alunos, que, divididos em grupos menores, seriam assistidos por alunos-monitores, isto é, por alunos mais adiantados. Além disso, o professor não seria o “Deus” a ditar lições a serem memorizadas pelas crianças e jovens; ao contrário, estaria a “orquestrar” o trabalho dos alunos-monitores, orientando-os em seu trabalho de acompanhamento dos outros alunos.

A analogia com o funcionamento da fábrica e da oficina é evidente, bem como com a nova divisão do trabalho que aparece na indústria. Um método em perfeita adequação com o desenvolvimento da industrialização e do maquinismo. Todavia – e é o que interessa a seus observadores operários, bem mais que as “economias de escala” realizadas – essa organização atribui aos próprios alunos um papel pedagógico e repousa sobre a colocação em comum dos conhecimentos a serviço de todos, sua “mutualização”. (CHAMBAT, 2006, p. 39).

Esse método é, em seu conjunto, “cooperativo, mutualista, descentralizado e antiautoritário”, como assinalou Chambat, tomando por base o que observou nos escritos de Pelloutier. Em termos pedagógicos, sua aplicação poderia ser vantajosa, pois incentiva o estudo individual, que aprimora o conhecimento do estudante, mas igualmente favorece o coletivo, já que permite a troca de conhecimentos nos estudos realizados em grupo. Apesar disso, a aplicação do método em sua forma pura não bastaria às intenções de Pelloutier (CHAMBAT, 2006, p. 49).

Para transformar o método aos princípios pedagógicos almejados, Pelloutier eliminou dele os aspectos que lembravam a “disciplina das manufaturas e a estandardização desmedida da transmissão dos conhecimentos”, conforme citou Chambat:

A educação deve ser o modelamento arbitrário de todas as inteligências a um ensino idêntico? É necessário ao desenvolvimento intelectual que todo dia, na mesma hora, milhares de jovens traduzam o mesmo texto em latim ou grego, sob a vigilância de um mestre mais funcionário do que professor, quando tantos entre eles ocupar-se-iam de maneira mais útil da solução de um problema algébrico ou de uma construção mecânica, se a estabilidade do mestre lhe tivesse permitido estudar há muito tempo as aptidões de cada um de seus alunos? (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 50)

Para Pelloutier, o primeiro aspecto a ser eliminado do método de Lancaster seria, então, o seu processo massificador, dando lugar a um ensino baseado na aprendizagem do estudante para atender às suas necessidades educacionais,

enquanto indivíduos. Um segundo aspecto seria levar em conta que a memorização, como única forma de aprender, deveria também ser eliminada, dando lugar a um ensino mais prático, no qual o aluno pudesse observar e “tatear” mais, ou seja, experimentar, vivenciar os fenômenos para que a aprendizagem do estudante fosse mais substancial. Trata-se do ensino baseado em “observar, investigar, pesquisar e descobrir” (CHAMBAT, 2006, p. 50-51).

Cabe ainda mencionar que Pelloutier optou pela instrução integral, assim definida por ele:

É preciso que a instrução seja integral, quer dizer, em vez de dar às crianças noções necessariamente incompletas, ainda que demasiado guarnecidas, sobre tal ou qual ramo dos conhecimentos humanos, ela fornecer-lhes-á o meio de estudá-las todas [...] Para P. Denis, assim como para nós, o ensino integral não é a extensão nem do ensino primário, nem do ensino secundário. [...] É outra coisa, diz ele. Se eu não temesse fazer um paradoxo, diria que é o contrário. É um outro método. E esse método consiste em fazer preceder às noções teóricas a prática, e só entrar nos detalhes quando se tem uma visão aproximadamente completa de conjunto, e de como ir do simples ao composto (*L'enseignement en société libertaire*). (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 52)

A educação integral daria ao sindicalista a possibilidade de formar operários mais capazes para decidir e atuar na profissão e no cotidiano da fábrica, uma vez que seus conhecimentos seriam aprofundados enquanto seu desenvolvimento fosse acontecendo. Além disso, sua concepção de educação integral envolvia também um senso político e revolucionário.

Assim, Chambat sintetiza o projeto educacional de Pelloutier:

Em primeiro lugar, ler e escrever, primeiras armas para combater a ignorância e lutar contra a desqualificação. Em seguida, a história, pois a infelicidade do operário é uma infelicidade “histórica”, homem do instante, seu movimento prova mui amiúde que ele não sabe extrair lições do passado. A “ciência de sua felicidade” deve tornar-se a ciência de sua emancipação. “L’Histoire des Bourses” abre-se, assim, por quatro capítulos (sobre os oito que a obra comporta) retrazendo a gênese do movimento revolucionário operário. Mas essa história a transmitir é também a do presente. É ela que inspirará, amanhã, os militantes. Pelloutier dedica-se a descrevê-la, privilegiando a forma da monografia (estudo sobre um ponto especial da história, da ciência, sobre um personagem, uma região etc.). E esse historiador do presente pensa ter encontrado sua escola, sua sala de aula, no Museu do Trabalho. Esse projeto, se ele não é uma invenção de Pelloutier, adquire, contudo, por intermédio dele, toda a sua força educativa e seu potencial revolucionário. (CHAMBAT, 2006, p. 53)

E Pelloutier esclarece:

É preciso oferecer ao povo o meio de ele próprio extrair os fenômenos sociais e, desses fenômenos, toda a sua significação. E, para isso, pôr-lhe sob os olhos o que é a própria matéria da ciência social: os produtos e sua história (Artigo de L'Ouvrier des deux mondes). (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 53)

Não há distinção na aplicação de suas ideias pedagógicas, por esse motivo seus procedimentos são aplicáveis às crianças e aos adultos. Pelloutier considera que a educação é construída no real, e não nos livros, por isso, ao preconizar o “Museu de Trabalho”, seu objetivo é “expor aos olhos de todos a história e a organização do trabalho”, mas é também mostrar “da extração das matérias-primas à venda dos produtos manufaturados”, bem como o “números de produção, preço de custo e valor da mais-valia”; tudo isso extraído “da exploração do trabalho como prova”, por meio da história (daí vem o nome do projeto “Museu do Trabalho”). O resultado, para Pelloutier, não daria margem a qualquer dúvida (CHAMBAT, 2006, p. 54).

Cabe ainda destacar que, para Pelloutier, o ensino profissional, integrado à formação intelectual, tem por objetivo oferecer ao operário os subsídios necessários para que ele próprio possa ter o controle de sua atividade cotidiana, bem como dar o suporte necessário à luta contra a desqualificação que ameaça o trabalhador. Trata-se de um ensino que vai além de simplesmente ensinar um ofício, tendo em vista não se tratar de um ensino “técnico”, mas de um ensino que inclui aspectos teóricos e críticos sobre a prática e o ofício que exerce, assim como suas finalidades e seus modos de organização. Pelloutier não concebe a educação profissional de modo isolado do restante da escolarização, nem a compreende com um caráter exclusivamente utilitário, pois está aberta à cultura de modo geral, envolvendo ciência, arte, filosofia, letras etc.

Existem museus de arte e ofícios que, mais frequentados, seriam admiráveis estabelecimentos de ensino tecnológicos; não apenas do ponto de vista especial a cada categoria de trabalhadores, mas do ponto de vista geral, o operário não deveria restringir-se ao estudo das descobertas científicas ou mecânicas que interessam unicamente sua profissão, mas deveria abarcar o conjunto dos conhecimentos, observar os laços que os unem, adquirir a faculdade de generalização, só ela é capaz de coordenar os inumeráveis esforços individuais (“Le Musée du Travail”). (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 56)

Observa-se que a preocupação de Pelloutier em oferecer a formação profissional nas escolas das Bolsas de Trabalho não é diferente daquela apresentada no ensino de cultura geral. Para ele, a profissionalização é parte da

educação integral e, como tal, deve ser ampla e generalizada. Somente a especialização necessária deve ser empreendida, ou seja, o autor não nega a necessidade da especialização, porém ela deve ser ensinada em um contexto em que se incluem todos os outros conhecimentos. A formação profissional não pode estar à margem da instrução como um todo.

Longe de ser puramente utilitária, desenvolvendo no operário só o que organiza seu cotidiano ou seus combates, essa educação está aberta para a cultura. É com um certo orgulho que Pelloutier faz o inventário dos cursos dispensados nas Bolsas (“L’Histoire des Bourses”). As disciplinas abordadas abraçam o conjunto dos conhecimentos humanos: (CHAMBAT, 2006, p. 57)

[...] desenho, ciências matemáticas e físicas, tecnologia, línguas vivas, linguística; nada do que completa o homem é ali esquecido, nada do que faz a vida intelectual e moral é ali omitido (L’enseignement dans les Bourses). (PELLOUTIER apud CHAMBAT, 2006, p. 56)

Nesse sentido, a educação sindicalista é, para Pelloutier, um encontro do trabalhador com a cultura e com o conhecimento da técnica. Mas é também uma educação do trabalhador realizada por eles próprios, ou seja, não é exógena, como sinaliza Lenoir (2007), e deve desenvolver-se durante toda a vida do operário. Não se trata de um “ensino de liquidação”, como assinala Chambat (2006), pois implica uma educação que se produz na realidade, porque tem a vida do próprio trabalhador e suas necessidades como ponto de partida, mas vai além dessas necessidades, porque amplia e aprofunda os saberes da classe operária. É uma educação que vem do povo, feita por ele, e para ele retorna.

Ressalte-se que as Universidades Populares foram elaboradas a partir dessa concepção de educação e como complemento à atividade sindical. Elas tiveram total apoio não somente dos anarquistas, mas também de socialistas (à exceção dos guesdistas), de sindicalistas integrantes da CGT e de diversas Bolsas de Trabalho. Destaque-se que Pelloutier não fez parte desse projeto, que ficou a cargo de outros militantes.

Por fim, é necessário enfatizar, conforme assinalou Lenoir (2007, p. 36), que a ação educativa de Pelloutier não foi uma ação isolada no contexto do sindicalismo revolucionário; muitos outros representantes dessa corrente estiveram à frente de projetos educacionais relevantes para a classe operária, como Émile Pouget, Georges Yvetot, Léon Jouhaux. A concepção educacional do sindicalismo revolucionário permanecerá ainda por muito tempo no século XX,

mesmo após a morte de Pelloutier, e, principalmente, quando as Bolsas de Trabalho e a CGT se fundiram em decorrência do Congresso de Montpellier, no ano de 1902.

5.2

A Educação do trabalhador oferecida pelo Estado Brasileiro

Ao perceber que Portugal seria um empecilho ao bloqueio do comércio entre a Inglaterra e o restante do continente europeu, Napoleão Bonaparte determinou que tropas francesas invadissem Portugal. A reação do Príncipe D. João, regente desde 1792, foi imediata e, juntamente com a Corte, embarcou para o Brasil em navios portugueses, sob a proteção da Inglaterra. A vinda da Família Real para o Brasil e a presença da Corte no Rio de Janeiro, modificaram o rumo da História desse país.

A primeira medida tomada pelo Príncipe foi a abertura dos portos brasileiros, em janeiro de 1808, quando a Família Real ainda estava em Salvador, na Bahia. Em abril, instalado em terras cariocas, revogou o decreto que proibia a instalação de manufaturas na Colônia, em vigor desde 1785; subsidiou as indústrias de lã, de seda e de ferro; isentou de tributos as matérias-primas de importação necessárias às manufaturas; e passou a encorajar a invenção e a introdução de máquinas destinadas à indústria. A grande beneficiária dessas medidas foi a Inglaterra, que passou a exportar produtos manufaturados para o Brasil e para outras partes do mundo fora da Europa, através do porto do Rio de Janeiro. Essas medidas contribuíram também para que os proprietários rurais passassem a exportar seus produtos, principalmente algodão e açúcar.

Instalando-se no Rio de Janeiro, a Coroa deslocou para a Colônia todas as decisões administrativas e políticas, inclusive aquelas relativas às relações internacionais. Além disso, o Rio de Janeiro tornou-se um centro cultural relevante para a vida colonial, na medida em que, no mesmo ano de sua chegada, D. João inaugurou a Imprensa Régia, para veicular as publicações do Governo e estruturou o Arquivo Real.

Em junho de 1808, foi colocado em circulação o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, dirigido por Hipólito José da Costa, que exilado desde 1805 por determinação do Santo Ofício, vivia na Inglaterra. Esse jornal, que foi

publicado em Londres, versava sobre a vida e os problemas na Colônia e fazia oposição à Coroa. Segundo Sodré, não chegava a ser revolucionário, tendo em vista que se apresentava com uma “finalidade moralizadora e não modificadora; ética e não revolucionária” (SODRÉ, 1999, p. 23). Mas somente em 10 de setembro, um jornal publicado no Brasil entrou em circulação: o *Gazeta do Rio de Janeiro*, sob a iniciativa e a proteção oficial.

A vinda de D. João VI para o Brasil haveria de marcar uma época de grandes realizações nos campos da economia e da cultura, as quais iriam influenciar extraordinariamente os destinos de nossa terra, inclusive no setor do ensino de ofícios. (FONSECA, 1986, p. 99)

Em 1810, a Biblioteca Real, aberta ao público somente em 1814, foi instalada para abrigar os livros que vieram de Portugal. No ano seguinte, foi inaugurado o Jardim Botânico para apoiar os pesquisadores brasileiros e estrangeiros e, em 1813, inaugurou-se o Real Teatro de São João. No ano de 1815, o Brasil foi elevado a “Reino Unido a Portugal e Algarves”. Com essas medidas, o príncipe havia inaugurado uma nova fase no Brasil.

Por um decreto de 23 de março de 1809, foi criado o Colégio das Fábricas, primeira instituição oficial cujo objetivo era oferecer educação a artistas e aprendizes vindos de Portugal, para trabalharem nas recém-criadas fábricas brasileiras, sob a direção de Sebastião Fabregas Surigué. “Dois anos mais tarde, era a inspeção daquela casa entregue à Real Junta do Comércio do Estado do Brasil, pelo Decreto de outubro de 1811” (FONSECA, 1986, p. 105). Ciente da necessidade de mão de obra, o Regente criou, no Arsenal Real do Exército, a Companhia de Artífices, com a finalidade de formar, inicialmente, sessenta profissionais, entre eles: ferreiros, serralheiros, torneiros de madeira, funileiros e tanoeiros.

Foram criados também os cursos de cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia (1808); a escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros em Minas Gerais (1812); os cursos de agricultura no Rio de Janeiro (1814); um curso de química na Bahia (1817); a permissão para que na aula de desenho destinada aos aprendizes do Arsenal de Guerra fossem “admitidas todas as pessoas que dele quisessem aproveitar” (FONSECA, 1986, p. 115).

Em 26 de março de 1816, a Missão Artística Francesa aportava no Brasil com um grupo formado por artistas e professores, que em poucos meses

instalaram a escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que mais tarde se transformou em Academia de Belas Artes. A missão era composta por renomados artistas da época, tais como Joachim Lebreton, Jean Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, Auguste Marie Taunay, Charles Simon Pradier e Grandjean de Montigny. De acordo com Fonseca, A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios nunca se concretizou.

Os artífices, que vinham para ensinar, não tendo como transmitir os seus conhecimentos profissionais, começaram a se dispersar e a empregar suas atividades na indústria nascente. Afinal, em 1820, sem nunca ter funcionado, perdeu a Escola Real seu caráter profissional e foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, a qual tomou o nome, em novembro do mesmo ano, de Academia das Artes. (FONSECA, 1986, p. 112)

A Academia das Artes somente veio a funcionar em 1826, e o ensino de ofício cederia a vez para o ensino das artes. A partir desse frustrado empreendimento, como assinalou Fonseca, todas as outras iniciativas voltadas para o desenvolvimento de profissões foram limitadas às oficinas em que se fabricavam ou consertavam armamentos do Exército.

Após a morte da rainha D. Maria I (1816), o príncipe assumiu o trono como D. João VI e, em 1821, retornou a Portugal, deixando o Brasil sob os cuidados de seu filho D. Pedro.

Com o advento do Império, após a independência, o aparecimento de novas oficinas e pequenas manufaturas foi acontecendo aos poucos no Brasil, mas isso não alterou o sistema econômico nacional, que ainda se baseava na cultura escravocrata. No entanto, essa situação começou a se modificar somente a partir da segunda metade do século XIX.

Dez anos após a promulgação da Constituição Imperial de 1824, o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 transferiu às Assembleias Provinciais a atribuição de legislar sobre o ensino elementar, secundário e Normal. A partir daí, as províncias teriam a responsabilidade de criar e manter escolas elementares e profissionais que garantissem a instrução à população, além de cuidar da formação dos quadros docentes. Por essa razão, a primeira Escola Normal³³ foi

³³ Em 1835, duas Escolas Normais públicas foram criadas no Brasil: a Escola Normal de Ouro Preto, Capital da Província de Minas Gerais, pela Lei nº. 13, artigo 7º, de 28 de março de 1835, sancionada pelo Vice-Presidente Provincial Antônio Limpo Paulino de Abreu (VEIGA, 1840, p. 38); e a Escola Normal de Niterói, criada pelo Ato nº. 10 da Assembléia Legislativa Provincial, de 1º de abril e sancionada em 4 do mesmo mês, pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro,

criada em Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro, em 1835. Além disso, em 1837, foi criado o Colégio de Pedro II, na Capital do Império, com o objetivo de reunir algumas escolas que ainda ministravam o ensino de modo semelhante ao das aulas régias³⁴.

Aquela casa de educação, hoje uma das mais respeitadas do país, fora palco da luta travada entre o ensino de base manual e o que se apoia nas especulações intelectuais. A supremacia que ali assumia ora um ora outro demonstrava que, por vezes, já se pensava dar à instrução uma feição mais voltada para as realidades da vida, rompendo, assim, com a tradição da cultura lançada pelos padres da Companhia de Jesus. (FONSECA, 1986, p. 141)

Apesar do que expõe Fonseca, sabe-se que o que predominou no Colégio Pedro II foi o ensino humanístico, literário e de cultura geral nos moldes da tradição educacional da época.

No ano de 1853, foi proposto à Câmara, pelo vereador Manuel Araújo Porto Alegre, um projeto para a criação de uma escola profissional.

Proponho a Ilm^a. Câmara Municipal a criação de uma escola para o ensino e o aperfeiçoamento dos artesãos e artífices que se ocupam de alvenaria, carpintaria e cantaria. Esta escola se denominará – Escola Municipal – e estará aberta nos domingos e dias santos das 8 horas da manhã até ao meio dia. (PORTO ALEGRE, 1853³⁵)

A escola era destinada a jovens que já estivessem atuando em oficinas de artes mecânicas e que soubessem ler, escrever e realizar as quatro operações. Os cursos seriam realizados em três anos, e o próprio Porto Alegre se propôs a ensinar “gratuitamente as aulas de desenho durante os três primeiros anos, ou o tempo que decorrer até o dia em que a Ilm^a. Câmara puder pagar a quem me substitua”. Ressalta-se, que segundo Fonseca (1986, p. 147), o projeto não foi aprovado.

Joaquim José Rodrigues Torres (TORRES, 1836, p. 3). Entretanto, a primeira entrou em funcionamento em 1840, dirigida pelo professor Francisco de Assis Peregrino, enquanto a segunda iniciou suas atividades em outubro de 1835, sob a direção do Tenente Coronel José da Costa Azevedo (GUIMARÃES, 2008, p. 18).

³⁴ As aulas régias constituíam uma unidade de ensino autônoma, com professor único, instalada para determinadas disciplinas de forma isolada, instituídas no Brasil e em Portugal pelas Reformas realizadas pelo Marquês de Pombal após a expulsão dos jesuítas em 1759.

³⁵ PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. **Projeto enviado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro propondo a criação de uma escola profissional**. Documento encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 17 mai. 2012. Trata-se do Projeto escrito pelo autor e data de 25 de junho de 1853. Referência: Instrução Pública –Profissional - 12.4.30 (Documento transcrito na íntegra conta no Anexo 1).

No ano seguinte, D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, no qual os estudantes aprenderiam tipografia e encadernação. Em 1856 foi inaugurado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, com oficinas para a aprendizagem de ofícios, tais como sapataria, encadernação, pautação e douração (FONSECA, 1986, p. 147).

Ainda em 1854, o governo Imperial buscou organizar e dar homogeneidade ao sistema educacional por meio da Reforma de Coutto Ferraz. Essa reforma estabeleceu que as escolas públicas primárias fossem organizadas em duas classes: a primeira, de instrução elementar, com a denominação de escola de 1º Grau, e a segunda, de instrução primária superior ou de 2º Grau (art. 48). Determinou, também, a gratuidade da matrícula (art. 68) e a obrigatoriedade do ensino, “pelo menos do primeiro grau”, para os meninos maiores de sete anos (art. 64), vetando, porém, a matrícula e a frequência às escolas, aos meninos com moléstias contagiosas, aos não vacinados, aos escravos (art. 69), aos menores de cinco anos e aos maiores de quinze anos (art. 70). Além disso, o Decreto de Coutto Ferraz assinala sobre a instrução dos meninos “indigentes”:

[...] Aos meninos indigentes se fornecerá igualmente vestuário decente e simples, quando seus Paes, tutores, curadores ou protetores o não puderem ministrar, justificando previamente sua indigência perante o Inspetor Geral, por intermédio dos Delegados dos respectivos distritos. (art. 60) [...] Se em qualquer dos distritos vagarem menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivam em mendicância, o Governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um Regulamento especial. (art. 62) [...] Os meninos que estiverem nas circunstâncias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução de primeiro grau, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenais, ou de Imperiais Marinheiros, ou para as oficinas públicas ou particulares, mediante um contrato, neste ultimo caso, com os respectivos proprietários, e sempre debaixo da fiscalização do Juiz dos Órfãos. Aqueles, porém, que se distinguirem mostrando capacidade para estudos superiores, dar-se-á o destino que parecer mais apropriado à sua inteligência. (art. 63) (BRASIL, Decreto n. 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854, p. 57)

Esse Decreto reforça a mentalidade da época em direcionar a instrução de ofício aos pobres, aos humildes, aos desvalidos e aos órfãos, em uma tentativa de protegê-los e dar a eles a possibilidade de se tornarem “úteis” à sociedade. O trabalho manual continuava sendo considerado como algo a oferecer aos “menos dotados de inteligência e de fortuna” e por essa razão o ensino de ofícios continuava a “ser olhado com olhos de menosprezo”. Entretanto, assinala Fonseca, que somente “vinte anos mais tarde seria concretizado o que

determinava aquele decreto, relativamente à criação de asilos para os meninos abandonados”, em decorrência do Ato de 25 de agosto de 1873, que fixava o orçamento para o período de 1873 a 1875, autorizando o governo a “criar dez escolas primárias, no Município da Corte” (FONSECA, 1986, p. 141).

Aproveitando-se da autorização, o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira assinava o decreto n. 5.532, de 24 de janeiro de 1874, criando as dez escolas autorizadas e determinando que a última delas seria para executar o estabelecido pelos artigos 62 e 63, passando, por isso, a servir de Casa de Asilo, que funcionaria com o regulamento que o Governo Imperial expedisse. (FONSECA, 1986, p. 152)

Essa Casa de Asilo passou a ser chamada, em 1875, de Asilo de Meninos Desvalidos e foi inaugurado com a presença do Imperador e do Conselheiro João Alfredo, à na Rua 28 de Setembro, no bairro de Vila Isabel, no Município do Rio de Janeiro, em 14 de março daquele mesmo ano. Ressalte-se que, de acordo com Fonseca, João Alfredo tinha fins mais nobres do que simplesmente abrigar os jovens desfavorecidos, pretendendo também educar os jovens de seis a doze anos, visto que em seu projeto planejou oferecer um ensino que constasse de “instrução primária de 1º e 2º graus; álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental; artes tipográficas e litográficas”, além de oferecer “ofícios de encadernador, alfaiate, carpinteiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro e serralheiro, surrador, correeiro e sapateiro” (FONSECA, 1986, p. 153).

Fonseca assinala que a instituição parecia mais um asilo do que propriamente uma escola profissional e destaca que um decreto de 1883 alterou o currículo do Asilo, incluindo aulas de História e Geografia do Brasil no curso de Letras, além da prática de exercícios físicos e de agricultura. O Asilo entrou em funcionamento como uma escola profissional quando, já na República, foi transformado no Instituto Profissional João Alfredo.

Quatro anos passados da inauguração do Asilo de Meninos Desvalidos, o Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, por meio do Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879, modificou o quadro geral da instrução primária e secundária na Capital e do ensino superior de todo o Império. A obrigatoriedade do ensino foi determinada para ambos os sexos, abrangendo crianças e jovens em idade entre 7 e 14 anos, admitindo, inclusive, a frequência de escravos. A escola elementar

permaneceu dividida em 1º e 2º graus, mas os currículos foram ampliados e as aulas de ensino religioso tornaram-se facultativas aos não católicos.

Pelo Decreto, o currículo nas escolas de 1º grau constava de: Instrução Moral, Instrução Religiosa, Leitura, Escrita, Noções de coisas, Noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, Sistema legal de pesos e medidas, Noções de História e Geografia do Brasil, Elementos de Desenho linear, Rudimentos da música (com exercícios de solfejo e canto) e Ginástica. Para as meninas incluía-se aula de costura simples. Nas escolas de 2º Grau, dando continuidade ao que foi ensinado no 1º, acrescentaram-se: Princípios elementares de álgebra e geometria; Noções de física, química e história natural, com explicação de suas principais aplicações à indústria e aos usos da vida; Noções gerais dos deveres do homem e do cidadão, com explicação sucinta da organização política do Império; e Noções de lavoura e horticultura. Para os meninos, haveria também Noções de economia social e Prática manual de ofícios; já para as meninas, teriam Noções de economia doméstica e Trabalhos de agulha. Além disso, o Decreto também preconizava:

Criar ou auxiliar no município da Corte e nos mais importantes das províncias escolas profissionais, e escolas especiais e de aprendizado, destinadas, as primeiras a dar a instrução técnica que mais interesse às indústrias dominantes ou que convenha criar e desenvolver, e as segundas ao ensino prático das artes e ofícios de mais imediato proveito para a população e para o Estado, conforme as necessidades e condições das localidades. (BRASIL, Decreto n. 7.247, 1879, Art. 8º, inc. 9º)

Observa-se que no currículo previsto para as aulas de 1º e 2º Graus, já se fazem presentes algumas atividades envolvendo conhecimentos necessários à inserção dos jovens no mundo do trabalho. Somando-se a isso, verifica-se a possibilidade de a educação profissional receber auxílio do Governo Imperial para se desenvolver tanto no município da Corte quanto em outras localidades. A situação mostra que, à época, estava ocorrendo uma mudança na cultura e no modo de perceber o ensino de profissões, principalmente pelo fato de não mais aparecer na legislação quaisquer referências as expressões “jovens desfavorecidos”, “meninos indigentes”, ou “órfãos”, “desvalidos” etc. É possível que tal fato se deva ao contexto que a sociedade brasileira já vivenciava na década de 1870, principalmente em relação às questões de ordem econômica e social, tais como: as medidas contra a escravatura; a implantação das indústrias de médio e

grande porte; a ampliação do número de trabalhadores livres; e a vinda dos trabalhadores estrangeiros para o Brasil.

Apesar dessa constatação, Fonseca assinala que o preconceito contra o trabalho manual e a visão de inferioridade sobre ele ainda estavam presentes na sociedade, e mesmo no Imperador; esse trabalho manual continuava sendo indicado aos menos favorecidos. O autor assinala que D. Pedro II fundaria, com suas próprias rendas, duas escolas destinadas “a produzir homens para o trabalho manual”. Uma criada em 7 de janeiro de 1882; outra, em 4 de setembro de 1885. A primeira, fundada próxima ao Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, “visando instruir os filhos de seus servidores”, e a segunda, “expressamente aberta aos filhos dos antigos escravos da Corte, na Imperial fazenda de Santa Cruz” (FONSECA, 1986, p. 155).

Aquele ano de 1882 tornou-se um marco no desenvolvimento do ensino profissional, quando a 13 de abril, Rui Barbosa apresentou à Câmara dos Deputados um Projeto e um Parecer preconizando uma Reforma do Ensino secundário e superior, no qual fazia diversas referências enaltecendo o ensino profissional. De acordo com Fonseca, em seu artigo 76, o projeto estruturava o ensino secundário organizado em sete cursos: Ciências e Letras (6 anos); Finanças (5 anos); Comércio (4 anos); Agrimensor e Diretor de Obras Agrícolas (5 anos); Maquinista (5 anos); Industrial (5 anos); Relojoaria e Instrumento de Precisão (3 anos).

O ensino industrial aparecia, assim, de mistura com o secundário, embora não trouxesse o acompanhamento indispensável da parte prática. Somente o curso de relojoaria e instrumentos de precisão apresentava, em seu currículo, a exigência da aprendizagem em oficinas próprias, o que, entretanto só se dava na última série. (FONSECA, 1986, p. 157)

Rui Barbosa preconizava ainda a criação de uma “Escola Normal Nacional de Arte Aplicada”, com ensino semelhante ao que se fazia na escola *South Kensington*, na Inglaterra, com as cadeiras: desenho mecânico e arquitetônico; geometria e perspectiva; modelação; pintura; desenho de ornato à mão livre; desenho de figura humana, anatomia e desenho anatômico; desenho ornamental; gravura e fotografia. Com a mesma ênfase, incluiu no Projeto a criação e manutenção de classes ou aulas noturnas de Arte com noções de desenho, necessárias à aplicação industrial. Essas aulas deveriam ser gratuitas e destinadas

aos adultos. Entretanto, como era comum à época, o Projeto foi elogiado, porém ignorado. E o governo nomeou uma Comissão para estudar e organizar uma reforma da instrução primária e secundária. Em decorrência disso, um novo projeto foi apresentado por Cunha Leitão, que incluía a criação de escolas profissionais e asilos industriais, resultando na Lei de 24 de agosto de 1887. Essa reforma, segundo Fonseca, foi colocada em prática, mas os dispositivos que incluíam as escolas profissionais e os asilos industriais fizeram-se letras mortas.

Como se sabe, a República foi proclamada sem que o ensino profissional estivesse organizado.

E a Monarquia chega ao fim. Na última Fala do Trono, proferida por ocasião da abertura da 4ª sessão, da 20ª legislatura, a 3 de maio de 1889, ainda D. Pedro II pedia à Assembleia Geral Legislativa “a criação de escolas técnicas, adaptadas às condições e conveniências locais”. (FONSECA, 1986, p. 159)

A República Proclamada em 15 de novembro de 1889 herda uma educação voltada para as elites, aristocrática e propedêutica, com um insuficiente número de escolas, que não atendia à grande massa popular e nem à classe trabalhadora, que vinha se instituindo desde as últimas décadas do Império.

As primeiras ações do governo republicano restringiram-se ao Decreto n. 7, de 20 de novembro de 1889, que determinou a descentralização da instrução pública em todos os graus, como competência das unidades federadas e ao Aviso n. 17, de 24 de abril de 1890, que instituiu a laicização do currículo do Instituto Nacional (Pedro II). Foi criada também a Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, a 19 de abril de 1890, extinta em 30 de outubro de 1891. Esta Secretaria promoveu a Reforma da Instrução Primária e Secundária no Distrito Federal, pelo Decreto nº. 981, de 08 de novembro de 1890, mais conhecida como Reforma Benjamin Constant, que, entre outros dispositivos, estabeleceu a liberdade, a gratuidade e a laicidade nas instituições públicas de instrução primária do Distrito Federal. Manteve a divisão das escolas primárias de 1º e de 2º graus assim denominadas nas reformas de Coutto Ferraz e de Leôncio de Carvalho, mas determinou que a de 1º grau seria destinada a alunos em idade entre 7 e 13 anos, disposta em três cursos: elementar (7 a 9 anos), médio (9 a 11 anos) e superior (11 a 13 anos). A escola de 2º grau destinava-se aos estudantes em idade de 13 a 17 anos e também seria assentada em três classes, porém sem especificá-las. Além disso, as escolas permaneceram distintas para cada sexo

(BRASIL. Decreto nº. 981, 1890, art. 3º, 4º). Ressalte-se que nessa reforma o ensino profissional não foi mencionado.

Em 24 de fevereiro de 1891 a Constituição Republicana foi promulgada, com noventa e um artigos, sem que nenhum deles tratasse da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino, ficando garantindo apenas a liberdade do “exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (BRASIL, Constituição, 1891, art. 72, § 24), bem como qualquer “manifestação do pensamento” (BRASIL, Constituição, 1891, art. 72, § 12). Apesar da mudança de regime político, o projeto educacional brasileiro ficou centrado no ensino acadêmico e elitista, em detrimento da educação popular, portanto, a República deu continuidade aos projetos iniciados no Império, mas somente a partir de 1906, o governo passou a preocupar-se com o ensino profissional.

Em 1903, o intelectual socialista François Seul publicou no jornal *Gazeta Operária* uma reportagem sobre a carência de projetos de educação profissional.

É por estar convencidíssimo da imperiosa necessidade de abalar o carcomido edifício social, a fim de renovar o seu madeiramento, antes que se desmorone sobre nós, que não cessarei de fazer uma vasta propaganda, sempre que tiver oportunidade, para colocar no Brasil, a instrução profissional num terreno fertilizador e em que possa florescer; tendo eu a fagueira esperança de que as minhas ideias ou este meu ideal, em favor do desenvolvimento intelectual do povo – destinado ao trabalho – será bem acolhido por todas as classes da sociedade, e principalmente pela operária e pela proletária, as quais muito de perto, afeta este importantíssimo problema, cujos resultados admiráveis são sempre obtidos nas lutas pacíficas do labor. (SEUL, 1903, p. 2)

Seul asseverou que cabia ao Estado a fundação das instituições profissionais, mas parecia-lhe que o Governo olhava com “indiferença e desprezo” para a causa operária, que, segundo o autor, é o “único meio de levantar as profissões”. Além disso, criticou a postura estatal, que, a seu ver, acreditava que o Brasil seria colocado na “vanguarda” da civilização, tendo apenas “bons médicos, respeitáveis juristas e um formigueiro de bacharéis” (SEUL, 1903, p. 2).

É importante salientar que a instrução profissional estava, à época, sob a responsabilidade dos Estados e não da União e que, por questões constitucionais, esta última não poderia investir nessa modalidade de ensino. No entanto, a pesquisa realizada demonstrou que houve uma tentativa em âmbito estadual, no ano de 1907.

Em 1904, o Presidente do Estado, Nilo Peçanha, solicitou aos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que estivessem atentos à questão do ensino profissional, assinalando: “Já é tempo do legislador fluminense voltar a sua atenção para as escolas profissionais e agrícolas, em que fizéssemos não um povo de letrados e de burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores” (PEÇANHA, 1904, p. 10). Mas somente em 1906, a Assembleia legislou sobre a questão, criando, em 11 de setembro, as Escolas Profissionais de Campos, de Niterói e de Paraíba (Decreto n. 787), em 11 de dezembro, a Escola Profissional de Petrópolis (Decreto 1.004) e em 15 de dezembro, a Escola Profissional de Resende (Decreto 1.008).

No ano de 1907 entrava em funcionamento as Escolas Profissionais de Campos e de Petrópolis. Essas escolas funcionaram inicialmente com 99 e 130 alunos, respectivamente, e mantinham também as aulas noturnas com 40 alunos em Campos, e 45 alunos em Petrópolis (BACKER, 1907, p. 12). Entretanto, no ano seguinte, o Presidente do Estado Alfredo Backer comunicava o fechamento das Escolas Profissionais de Petrópolis e de Campos, tendo em vista que elas não tinham correspondido às expectativas quanto à renda das oficinas (RIO DE JANEIRO, Decreto n. 1.063, 1908, p. 10). Sobre as outras escolas, o Presidente nada comentou. Assim, o ensino profissional no Estado do Rio de Janeiro caiu no esquecimento, até o ano de 1911 quando, na Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, o novo Presidente nomeado faz uma detalhada narrativa sobre a precária situação da instrução em todo o Estado. Nessa mensagem, Francisco Chaves de Oliveira Botelho explicitou a necessidade de se instalar um aprendizado agrícola para os meninos, no qual eles pudessem “aprender a laborar a terra e familiarizar-se com o manejo dos instrumentos agrários”, e outro profissional para as meninas, “que não consista apenas em trabalhos de agulha”, mas também “na prática dos arranjos de uma casa, ensinando-lhes a técnica dos modernos aparelhos que permitem lavar e engomar com perfeição, a arte culinária, a criação de aves domésticas e tudo mais que possa contribuir para formar mulheres laboriosas e honestas” (BOTELHO, 1911, p. 28).

Quanto aos investimentos da União no ensino profissional, Fonseca assinalou que, em 1906, uma Proposição registrada sob o número 195, deu entrada na Câmara dos deputados, que deveria ser “saudada como um marco na história do ensino industrial no Brasil, uma vez que representa, na República, o

primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal”. Explica que tal proposição não autorizava o Presidente da República a abrir escolas profissionais, mas propunha que ele buscasse o entendimento com os governos estaduais para que elas fossem instaladas. Além disso, seriam oferecidos 100:000\$000 para esses investimentos, cuja oferta foi ampliada para 500:000\$000, por uma emenda parlamentar. Ao Governo da União não era facultado o direito de intervir no ensino elementar dos Estados “e o profissional estava situado naquele grau”. A intervenção do Governo federal era uma inconstitucionalidade e por isso “os legisladores não poderiam indicar outra solução senão aquela do entendimento com as administrações estaduais” (FONSECA, 1986, p. 170).

Dias antes da inserção dessa Proposição na Câmara dos Deputados, no dia 17 de dezembro de 1906, o Senado Federal teria recebido um Ofício do Diretor e Secretário Geral de um Congresso de Instrução realizado no Rio de Janeiro, contendo uma proposta formulada conforme as discussões e reuniões daquele Congresso. Sobre isso, Fonseca assinala:

O projeto propunha a promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, por parte do Governo da União, nos Estados e na Capital do País, mediante um entendimento pelo qual os governos estaduais se obrigariam a pagar a terça parte das respectivas despesas. Relativamente à agricultura e à indústria o projeto criava, em cada município, campos e oficinas escolares, em cada número correspondente à população, onde, sob a direção de mestres especiais, os alunos dos ginásios e escolas praticariam alguns dos mais simples e usuais trabalhos de lavoura, artes e ofícios e exercícios úteis ao desenvolvimento das forças físicas. Os campos e oficinas teriam por fim habilitar os aprendizes a manejar, com destreza e habilidade, os instrumentos do trabalho, sem prepará-los para um ofício determinado. O Congresso de Instrução propunha, ainda, que em cada Estado, fossem criados, ou subvencionados, em número correspondente à população, os seguintes institutos profissionais: cursos diurnos e noturnos, de ensino prático elementar de comércio e indústria; cursos de ensino prático e elementar de agricultura; cursos de aprendizagem agrícola para as praças de pré; escolas de serviço doméstico e internatos de ensino prático industrial e agrícola para menores desamparados e viciosos; campos de experiência e demonstração; museus industriais, agrícolas e comerciais. (FONSECA, 1986, p. 171)

Esse projeto demonstrava que já havia entre os educadores (participantes do Congresso) uma sólida compreensão sobre o significado da educação com caráter profissional e a necessidade de sua ampla propagação entre a população, atendendo todas as classes sociais, também (mas não somente) as “menos favorecidas”, de modo que o ensino profissional pudesse contribuir para melhorar

a qualidade dos trabalhadores que entrassem no mercado de trabalho, com o mínimo de preparação para sua inserção na indústria, na agricultura e no comércio.

Fonseca assinala ainda que cerca de um mês antes do recebimento desse Ofício pelo Senado Federal, o Presidente Afonso Pena teria destacado em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro: “a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. O autor observa que tais palavras foram “pouco calorosas, ditas sem entusiasmo; ; representavam, entretanto, a evolução do pensamento dos dirigentes do país, pois era a primeira vez que um Presidente da República fazia referência ao assunto em sua Plataforma” (FONSECA, 1986, p. 172).

A Proposição n. 195, a implantação e ampliação da verba para o ensino profissional no orçamento da União, as palavras do Presidente Afonso Pena, e o Projeto apresentado pelo Congresso de Instrução, seriam mostras da mudança de concepção que começava a se concretizar no País, pois, segundo Fonseca, já havia o desejo de melhoria da oferta e da implantação da educação profissional no Brasil, a exemplo de outras nações. Naquele mesmo ano, o Presidente Afonso Pena sancionou o Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro, criando o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, colocando em sua pasta, as questões do ensino profissional.

Assim, aparecia, em vários setores da vida nacional, partindo de diferentes direções, uma aspiração comum, um desejo coletivo, uma vontade generalizada convergindo para um mesmo ideal de estabelecer, em nosso país, o ensino que permitisse um melhor desenvolvimento da indústria. Era a preparação psicológica, necessária à cristalização da ideia, que estava em franca evolução. (FONSECA, 1986, p. 173)

Fonseca se referia à vontade de se estabelecer no País um sistema educacional voltado para o ensino profissional. Esse sistema somente iria começar a acontecer, tendo a União à frente, a partir de 1909, com Nilo Peçanha na Presidência da República, que, após três meses no governo, assinou o Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Esse decreto criava nas capitais dos Estados da República, escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Assim, em 1910, dezenove escolas de aprendizes-artífices entraram em funcionamento em diferentes capitais. Entretanto, tais escolas foram instaladas em

edifícios inadequados, e as oficinas funcionavam precariamente, tendo em vista a falta de professores e mestres especializados.

Os professores saíram dos quadros do ensino primário, não trazendo, por essa razão, nenhuma ideia do que necessitariam lecionar no ensino profissional. Os mestres viriam das fábricas ou oficinas e seriam homens sem a necessária base teórica, com capacidade, apenas, de transmitir a seus discípulos os conhecimentos empíricos que traziam. Os alunos, esses apresentavam-se às escolas com tão baixo nível cultural que se tornou impossível a formação de contra-mestres, incluída no plano inicial de Nilo Peçanha. (FONSECA, 1986, p. 182)

O quadro apresentado por Fonseca demonstra que, mesmo com os investimentos do Governo Federal, não seria nada fácil organizar o ensino profissional do País. Entretanto, essa primeira iniciativa foi um marco que representou, segundo o próprio autor, “uma sementeira fecunda que, germinando, desabrocharia, mais tarde, sob a forma das modernas escolas industriais e técnicas do Ministério da Educação”. Naquele primeiro ano de funcionamento, 1.248 jovens frequentaram as dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. No ano seguinte, o novo Presidente empossado em 15 de novembro de 1910, Marechal Hermes da Fonseca, que prometera dar continuidade ao projeto de Nilo Peçanha, anunciou o Decreto n. 9. 070, de 25 de outubro de 1911. O decreto, referendado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, pretendeu regulamentar o funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices (FONSECA, 1986, p. 184). O decreto apresentava como objetivo das Escolas de Aprendizes Artífices:

[...] formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso as oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais. (BRASIL, Decreto n. 9. 070, 1911, art. 2º)

Esse objetivo esclarece a necessidade de se manter a relação entre a escola e a fábrica, tendo em vista que sugere a verificação, junto às indústrias, das atividades que devem ser ensinadas de modo que venha a atender suas demandas. Além disso, em seu artigo 4º, o regulamento explicita que o ensino se dará em 4 anos, em regime de externato; no artigo 3º, “além das oficinas, haverá em cada escola de aprendizes artífices dois cursos obrigatórios: primário, para os alunos que não souberem ler, escrever e contar, e de desenho, para todos os alunos”. Essa

afirmação demonstra a preocupação do governo em não desvincular o ensino primário do ensino de atividade prática, visto que os alunos dessas escolas poderão dar continuidade aos seus estudos, em escolas comuns. Qualquer jovem em idade de 12 a 16 anos poderá matricular-se nessa escola, porém será dada preferência aos “desfavorecidos da fortuna” (art. 7º). Inicialmente, a Escola de Aprendizes Artífices teria até cinco oficinas, podendo esse número ser ampliado caso houvesse espaço físico e um número mínimo de 20 alunos para efetivação da matrícula.

Além do exposto, um dispositivo do Regulamento requer maior atenção: trata-se da criação, nessas escolas, das “associações cooperativas e de mutualidade”.

Os diretores promoverão a organização de associações cooperativas e de mutualidade entre os aprendizes, elaborando para esse fim as necessárias instruções, que submeterão à aprovação do ministro, dentro do prazo de 90 dias da publicação deste regulamento. (BRASIL, Decreto n. 9. 070, 1911, art. 28)

O decreto determina que esses profissionais deveriam realizar conferências sobre as vantagens econômicas e sociais dessas associações e que os estudantes do 1º e do 2º anos receberão diárias de 100 e 200 reis, respectivamente, destinadas a essas Caixas de Mutualidade, enquanto os alunos de 3º e 4º anos, receberão as diárias de 600 e 800 reis. Entretanto, a contribuição desses alunos de 3º e 4º anos é facultativa. Somando-se a isso, o parágrafo 2º do artigo 20, determina que no final de cada ano, será recolhida à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, uma a renda líquida, após a dedução de 15 %, assim organizados: “10 % para serem distribuídos por todos os alunos das oficinas, em prêmios, conforme o grau de aproveitamento obtido e respectiva aptidão, e 5 % para a Caixa de Mutualidade”. Ressalte-se que o texto do Regulamento não explicita o que se faz com as contribuições à Caixa de Mutualidade nem com o restante do que se arrecada com os trabalhos realizados nas oficinas.

Sobre a obrigatoriedade da criação dessas associações cooperativas e de mutualidade, certamente, o texto leva a acreditar que há o desejo de se reproduzir nessas oficinas a mesma atitude que se espera do trabalhador que atua na indústria, tendo em vista que, à época, havia uma forte tendência à reunião dos operários em associações cooperativas e/ou mutualistas. Observa-se, porém, que desde o Congresso Operário de 1906, os trabalhadores sindicalizados vinham

criticando essas associações, uma vez que elas tinham um caráter assistencialista e eram consideradas nocivas ao movimento e ao desenvolvimento da consciência de classe. Da mesma forma, destaca-se que, apesar do termo, essas associações mutualistas não possuem o mesmo significado que as associações mutualistas preconizadas por Proudhon e já assinaladas neste estudo.

Em 15 de novembro de 1914, Venceslau Brás Pereira Gomes assumiu como Presidente da República, anunciando que daria ênfase à educação para o trabalho, e que instalaria novas escolas industriais, tendo em vista a necessidade do País em construir novas bases para um futuro melhor. Entretanto, o Presidente não contava com a crise econômica que viria em decorrência da Primeira Guerra e da queda das exportações de café. Houve também a redução das importações de produtos industrializados, e o Brasil se viu na necessidade de produzir gêneros de primeira necessidade, antes importados. Tal situação provocou um surto industrial, e por toda parte surgiram novas fábricas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Entre 1915 e 1919, segundo Fonseca, surgiram 5.936 novas empresas industriais. “Naqueles cinco anos fizera-se quase tanto quanto nos vinte e quatro primeiros anos da República, período em que se fundaram 6.946 estabelecimentos industriais em todo o Brasil”. Com essas fábricas, houve a necessidade de contratação de 12.124 trabalhadores, e, com a necessidade de mais operários, não tardou a se pensar também na necessidade de se ampliar o número de escolas, mas também “a melhoria de métodos de aprendizagem” (FONSECA, 1986, p. 190).

O Congresso Nacional autoriza o Governo a rever a situação da educação profissional, por meio da Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, visto que havia urgência em oferecer mão de obra para as indústrias e pequenas oficinas que se estabeleceram no País. Em junho, o Ministro da Agricultura, João Gonçalves Pereira Lima, apresentou ao Presidente Venceslau Brás um projeto de novo regulamento para as Escolas de Aprendizizes Artífices, reduzindo a idade mínima de matrícula de 12 para 10 anos, e desobrigando o alfabetizado a cursar o ensino primário naquelas escolas. Criou também dois cursos noturnos de aperfeiçoamento: um primário e outro de desenho, cuja finalidade era “completar os conhecimentos dos operários e permitir-lhes, assim, um melhor resultado no trabalho”. Além disso, extinguiu o pagamento das diárias, e os alunos passaram a

receber apenas 10% da renda das escolas como prêmios (FONSECA, 1986, p. 192).

Em agosto de 1917, a Prefeitura Municipal do Distrito Federal fundou a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, cujo objetivo era preparar professores, mestres e contramestres para atuarem tanto nas escolas que ofereciam ensino profissional, quanto nas escolas primárias com ensino de trabalhos manuais. Essa escola transferiu-se para o âmbito Federal em 1919 e passou a formar os profissionais para todo o País, como tentativa para minimizar o principal empecilho para o funcionamento das escolas profissionais: a falta de docentes.

Ao observar as medidas implantadas pelo Governo Federal, percebe-se que não havia a preocupação com o trabalhador e sua formação integral, mas sim, que seu principal objetivo era, simplesmente, ensinar um ofício para beneficiar a indústria e garantir o emprego, levando a acreditar que por detrás da maioria dessas medidas havia apenas uma finalidade econômica ou política. Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual muitas dessas medidas continuavam com o caráter assistencialista que sempre assombrou esta modalidade de ensino.

Assim, o ensino profissional foi se organizando e se consolidando no País. Nas décadas seguintes e principalmente após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, outras medidas foram tomadas que visaram à melhoria da educação oferecida aos trabalhadores em relação à sua formação profissional. O caminho foi longo e cheio de altos e baixos, mas aos poucos a educação profissional foi conquistando seu espaço, devido à relevância de seu papel para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Diante do que foi exposto, faz-se necessário compreender de que maneira a classe trabalhadora percebia essa educação profissional oferecida pelo Estado e qual foi a sua influência no movimento operário.

5.3

A educação do trabalhador almejada pelo operário e as iniciativas no Rio de Janeiro

A instrução do operário passou a constituir-se como um problema para o Estado desde o início do processo de formação da classe trabalhadora. Se por um

lado a sociedade percebia o trabalho manual como tarefa de “escravo”, do “menos favorecido”, por outro lado, havia a necessidade de preparar a mão de obra necessária ao trabalho das oficinas e indústrias que vinham se instalando no país, principalmente nas proximidades da capital.

Verificou-se que, à exceção das iniciativas de D. João VI, pouco se fez para a instrução do trabalhador até 1906, quando os governos do Estado do Rio de Janeiro e da União passaram a investir, mesmo que precariamente, no ensino profissional. A União ocupou-se de elaborar decretos e regulamentos para solucionar o problema e oferecer, portanto, a formação profissional necessária ao trabalhador, de modo que ele pudesse inserir-se no mundo da fábrica. Entretanto, o que se verificou foi que os operários desejavam uma instrução mais ampla e completa, isto é, a eles não interessava apenas o ensino de ofícios, mas também uma educação que os levasse ao mundo das ciências e do conhecimento necessário à melhoria das condições de trabalho e de vida.

Em um artigo escrito para o jornal *União Operária*, em comemoração ao dia 1º de maio de 1904, elaborado pela União Operária do Engenho de Dentro, Carlos Fontella, 2º orador daquela associação, assinalou: “[...] no dia em que os operários forem todos instruídos (isto talvez seja uma utopia) ou pelo menos a maior parte dos operários o seja, raiará então a aurora da reivindicação da classe operária”. O autor está convencido de que a instrução contribui para o trabalhador, na medida em que este passa a conhecer seus direitos, assim como as leis do país. Com isso, estarão esclarecidos ao ponto de melhorarem suas escolhas quanto aos “cidadãos mais aptos para serem colocados nos poderes supremos do país”, e desse modo, à frente do governo. Assim, o Brasil terá “estadistas de mérito reconhecido” e de “probidade indiscutível” (FONTELLA, 1904, p. 2).

Para Fontella, um estadista íntegro possibilitaria um governo preocupado com o progresso social e com a “felicidade do povo”. Por fim, o autor propôs que os trabalhadores procurassem a instrução nos locais em que ela fosse oferecida livremente ao operário:

Para conseguir todo este desideratum, procuraremos a instrução nas fontes onde ela cai a jorros, procurando o Liceu de Artes e Ofícios, ou as escolas mantidas por diversas associações, assistamos as conferências, vamos escutar a palavra e a boa orientação daqueles que sabem mais do que nós, compremos um jornal diariamente; leiamos muito, leiamos sempre para podermos chegar à “terra da promessa”. (FONTELLA, 1904, p. 2)

Observa-se que o autor não sugere instituições de instrução profissional oferecidas pelo poder público. Tal fato deve-se à inexistência dessas instituições, à época, como foi assinalado neste estudo. Ressalte-se, entretanto, que Fontella não sugere ou exige do governo a criação de escolas profissionais, provavelmente por não confiar na instrução oferecida pelo Estado ou, ainda, acreditar que o Estado fosse incapaz de realizar tal tarefa.

No mesmo jornal foi transcrita a conferência realizada pela operária Elisa Scheid, em 13 de março de 1904, tendo como tema a instrução. A autora assinala que, à época, nos países como Alemanha, Inglaterra, França e Itália, o trabalhador era um profissional instruído, porque o mundo “compreende que o mais sublime privilégio da civilização é a cultura intelectual” e que, por isso, o trabalhador deveria reivindicá-la.

A palestrante incentivou os trabalhadores a enviarem seus filhos à escola pública, tendo em vista que se trata de um direito. Explica que a educação do lar é a que vai “plantar na alma do homem as raízes profundas do caráter que há de governar toda a vida” do jovem, mas são as escolas, principalmente os “institutos profissionais”, os “locais onde eles receberão alimento intelectual”, porque neles os jovens serão preparados para o “exercício produtivo de uma profissão”. A autora termina sua palestra anunciando a possibilidade de a União Operária do Engenho de Dentro colocar em funcionamento uma escola para atender os filhos dos associados em futuro próximo (SCHEID, 1904, p. 6). É necessário destacar que os “institutos profissionais” citados pela autora referem-se àqueles oferecidos aos trabalhadores pelas associações de operários ou por sociedades solidárias como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, mantido pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, fundado em 1858.

Em seu discurso, ao incentivar os operários a enviarem seus filhos à escola, a autora contraria um princípio anarquista que rejeita a escola oferecida pelo Estado, uma vez que nessa escola, segundo Palmeira (1920) “o ensino é tradicional e por isso estacionário e antiprogressivo”.

A escola infantil hoje é um centro de mistificações, de mentiras, de retardamento intelectual. Nela se ensina tudo que há de egoísmo, de baixos interesses, de ódio, desprezando-se aqueles sentimentos e aquelas ideias que corporificam a felicidade humana. [...] no regime vigente o trabalhador se matricula o filho num colégio é para tirá-lo depois de três anos a fim de colocá-lo numa oficina infecta a ganhar 500 réis por dia, pois o pai precisa do seu minguado auxílio para no mínimo pagar

o padeiro. A instrução monopolizada como está, com um campo de ação restringido, a burguesia ganha com isso, porque na ignorância das massas é que ela tem apoiado o seu edifício de exploração. (PALMEIRA, 1920, p. 1)

A escola oferecida pelo Estado restringia-se a ensinar as crianças a ler, escrever e contar, de maneira isolada e separada do contexto social e, mesmo quando se preocupava em oferecer algum conteúdo mais prático, ela continuava a transmitir informações, sem que a criança conseguisse compreender ou como empregar aquele conhecimento de fato. Além disso, de acordo com Palmeira, a criança permanece pouco na escola. Tal fato se dá tanto porque essa escola nada tem a oferecer além do “escrever e contar”, mas também porque a criança vai cedo para a fábrica, de modo a contribuir com o orçamento familiar.

A escola oficial, para os anarquistas, tinha o mérito de ensinar a ler e escrever e o defeito de deformar a inteligência, o caráter, condicionar os alunos para a submissão e a obediência. Para eles, saber ler não era tudo: o aluno precisava de aprender a verdade histórica, científica e social. A escola não podia ser uma “casa” profissionalizante, bitolada, tinha que ser principalmente um “lar” educativo, capaz de rasgar os mecanismos da ignorância, alargar as fronteiras do conhecimento humano, formar personalidades boas, capazes de dar e receber, de fazer o bem porque é o bem, sem temores políticos, religiosos, econômicos, hierárquicos, físicos e psíquicos (grifos do autor). (RODRIGUES, 1992, p. 54)

Na escola anarquista, a função do “saber ler e escrever” está além de simplesmente escrever nomes, palavras, frases ou textos. Ao contrário, saber ler e escrever significa a condição para o “conhecer”, para o “raciocinar”, para o “reivindicar” e para o “lutar”. O conhecimento necessário é aquele que esclarece o trabalhador e faz dele um sujeito capaz de realizar suas lutar para a grande Revolução Social. Em outras palavras, o anarquista não era a favor de enviar seus filhos a uma escola que transmitia a eles justamente o oposto ao que pregavam. Por essa razão, diversas associações de trabalhadores mantinham escolas e os Centros de Estudos Sociais, de modo que os trabalhadores e seus filhos pudessem não apenas aprender a ler, escrever e contar, mas também que tivessem o conhecimento científico necessário à compreensão da realidade social em que viviam. Foi assim que surgiram as escolas criadas e mantidas pelas associações de trabalhadores.

De acordo com Luizetto (1987), os anarquistas eram propensos a iniciativas de natureza educacional, tanto no campo teórico quanto no prático.

Eles eram capazes de formular diretrizes para uma educação libertária, assim como fundavam escolas, centros de estudos e universidades populares.

[...] a educação achava-se intimamente vinculada não apenas à peculiar concepção de revolução social defendida pelos anarquistas, mas também ao processo de consolidação da ordem social libertária que pretendiam instaurar. [...] A revolução social imaginada e desejada pelos anarquistas consistia em um ato perfeitamente singular: o momento de destruição da ordem vigente deve coincidir plenamente com o momento de constituição da nova sociedade. (LUIZZETTO, 1987, p. 40)

Atuar sobre a educação seria para os anarquistas promover a reconstrução da sociedade sob uma nova ordem. Não seria correto, para eles, derrubar a sociedade burguesa em um momento e só depois reconstruí-la. A revolução social, portanto, aconteceria não só pela derrubada do poder, mas também por meio da educação. Além disso, a concepção de “ação direta” não envolvia apenas as greves e boicotes, pois educação também era considerada uma ação direta. Luizzetto ressalta

[...] para o movimento libertário era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado. (LUIZZETTO, 1987, p. 42)

Esse posicionamento, segundo Luizzetto, derivava-se do princípio da liberdade, que rejeita toda forma de opressão ou coerção. O sentido libertário da concepção educacional gerado no interior do movimento anarquista é o mesmo que explica a rejeição ao “governo revolucionário” baseado na ditadura do proletariado, como pretendiam os marxistas: “[...] o caminho que conduz à liberdade só pode ser a própria liberdade” (LUIZZETTO, 1987, p. 41). Na medida em que se faz a revolução social, é necessário oferecendo à população uma educação na qual os jovens aprendam livremente.

Efetivamente, é ela [educação] que pode criar mentalidades, e vontades libertárias capazes de, primeiro, estimular e impulsionar o processo de mudança social e de, posteriormente, garantir a não-degeneração da nova sociedade ácrata. O “anarquismo”, dizia Malatesta, “é uma aspiração humana que poderá concretizar-se pela vontade humana”. Em outras palavras, imaginar uma ordem social libertária instaurar-se mediante o uso da força é tão absurdo quanto imaginar essa sociedade manter-se por intermédio do exercício da autoridade. (LUIZZETTO, 1987, p. 44)

Assim, os anarquistas entendem que a renovação da sociedade parte também pela renovação da educação. E renovar a educação é fundar escolas que apliquem os princípios da liberdade, ensinando os conhecimentos científicos, que darão ao jovem a possibilidade de modificar a realidade social, mas também ensinar-lhe o caminho da solidariedade que, para os anarquistas, é a compreensão e o respeito à liberdade dos outros.

Retomando a questão das escolas criadas e mantidas pelas associações de trabalhadores e por anarquistas de modo geral, é necessário destacar o papel que essas instituições tiveram no Movimento Operário. De acordo com Passetti e Augusto (2008), em 1895 surgia a Escola União Operária, no Rio Grande do Sul, e com a passagem de Elisée Reclus por Porto Alegre veio também uma escola com seu nome.

Desde o início do século 20, a relação entre escola, associação de classes e jornais nas regiões sul e sudeste, mas também no nordeste, principalmente no Ceará, foram fortalecidas e seus idealizadores eram os articulistas mais presentes na imprensa libertária. Os anarquistas pensavam a alfabetização como prática que vai da escola à universidade, ultrapassando as fronteiras do mero domínio elementar da escrita e da leitura oferecido em nome da devoção à obediência, à integração econômica, à ascensão social e à adesão política no processo de moldagem da criança para a vida conformista. (PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 55-56)

Citando Edgar Rodrigues, os autores assinalam que essas escolas mantinham relação estreita com o anarcossindicalismo, assim como com suas doutrinas e os métodos de luta, mas que também assimilaram a proposta da escola racionalista de Francisco Ferrer y Guardia, com a ressalva de que, ao contrário do que pensava esse educador, entendiam que a escola jamais seria neutra e por esse motivo, em uma educação verdadeiramente anarquista, “dentro e fora da escola, devia preparar para a vida livre” (NASCIMENTO, 2000 apud PASSETTI; AUGUSTO, 2008, p. 56-57)

Em seu livro *O Anarquismo: na escola, no teatro, na poesia*, Edgar Rodrigues assinala diversas escolas anarquistas fundadas em São Paulo (capital e interior), no Ceará, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. No município do Rio de Janeiro destaca, entre outras, a Universidade Popular; a Escola Operária 1º de Maio, fundada pelo professor Pedro Matera, em 31 de agosto de 1912; a Escola Moderna, em Petrópolis, no dia 12 de outubro de 1913, iniciativa do Centro Operário 1º de Maio; e a Escola da Liga Operária da Construção Civil (RODRIGUES, 1992, p. 56; 89).

Nas leituras dos jornais operários realizadas, esta pesquisa encontrou outras instituições, além das citadas pelo autor, principalmente em anúncios e artigos. São elas: o Centro Cosmopolita e a Escola Popular, no município do Rio de Janeiro; e a Escola da Liga Operária da Construção Civil, no município de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Centro Cosmopolita, organizado em cooperação com o Centro de Estudos Sociais, organizou uma série de aulas, diurnas e noturnas. As diurnas constituíam-se de Português, Aritmética e Geometria, sob a responsabilidade do Professor Orlando Corrêa Lopes. As aulas noturnas organizavam-se em Francês, ministradas pelo professor Honoré Cemili; Aritmética, oferecidas pelo professor José Elias da Silva; Português, pelo professor João Gonçalves da Silva; Geografia, ministradas pelo professor Carlos de Lacerda; e Inglês, oferecida por Myer Feldman (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de dezembro de 1913, p. 4).

Em um anúncio do jornal *A Voz do Trabalhador*, a Escola Popular anuncia a abertura de matrículas para o ensino primário diurno, para ambos os sexos. Sinaliza que o “ensino será dado segundo o método racionalista, por uma distinta professora diplomada pela Escola Normal de São Paulo”. O anúncio sugere que para maiores informações os interessados deverão procurar a sede da Liga Anticlerical, situada à Rua Marechal Floriano, n. 112, 2º andar, das 20 às 22 horas (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de abril de 1914, p. 4).

A direção da Escola da Liga Operária da Construção Civil, fundada em 1º de abril de 1921, estava sob a responsabilidade do professor Ruy Gonçalves e apresentava o seguinte programa: *Curso Preliminar* - Leitura, Lições de coisas, noções de Aritmética, de geografia e de Português; *Curso Geral* - Português, Aritmética, Geografia, História Universal, Sociologia e Corografia do Brasil. A escola estava situada à Rua São João, n. 95, com início às 18 horas e término marcado para as 21 horas (BOLETIM DA LIGA OPERÁRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, abril de 1921, p. 4).

Em 1909, o jornal *A Voz do Trabalhador* anunciava a inauguração de uma escola noturna criada pela “Liga Operária de Instrução Escolar”.

Por iniciativa dum grupo de companheiros fundou-se nos subúrbios, com sede no Encantado, uma Liga Operária de Instrução Escolar. Já inaugurou a primeira escola noturna, que funciona na rua Leandro Pinto, 7, com mais de 40 alunos de ambos os sexos. Auguramos o maior êxito a esta iniciativa e que se repita nos demais

arrabaldes da cidade são os nossos desejos. (A VOZ DO TRABALHADOR, 30 de agosto de 1909, p. 2)

Foram encontradas também aulas de instrução profissional, como foi o caso das “Aulas de Corte” oferecidas pela União dos Alfaiates, destinadas aos associados da referida instituição (A VOZ DO TRABALHADOR, 15 de novembro de 1909, p. 4). Do mesmo modo, deparou-se com outros cursos e escolas em anúncios dos jornais operários. Porém, por meio dos documentos analisados, não foi possível comprovar se esses estabelecimentos eram mantidos por anarquistas. São eles: a Escola *Remington*, que oferecia aulas de datilografia, taquigrafia, redação, escrituração e cálculo comercial, línguas vivas e desenho, em funcionamento na Rua Sete de Setembro, n. 67; o Colégio Nacional, situado à Rua Figueiredo de Magalhães, n. 42, em Copacabana; o Curso Comercial, noturno e diurno, localizado na Rua do Rosário, n. 170, 1º Andar; e a Escola Normal, funcionando na Rua Visconde de Itamaraty, n. 70, com “aulas das 8 às 11 da manhã e das 6 às 8 da tarde”. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º de junho de 1909, p. 4).

No periódico *A Liberdade*, publicado em 1919, foi encontrado um anúncio do Colégio “Atheneu”, em funcionamento no *Boulevard* de São Cristóvão, n. 46. A instituição oferecia cursos de “Humanidades, Comercial e de Preparo para admissão à Escola Normal” e para a realização de concursos para repartições públicas. Tratava-se de um externato misto, em funcionamento em horários diurno e noturno, este último “somente para rapazes”. O colégio ministrava também aulas noturnas de Inglês. A direção desse estabelecimento estava sob a responsabilidade do Professor Fábio Luz, renomado anarquista (A LIBERDADE, abril de 1919, p. 15).

Ressalte-se que a maioria desses estabelecimentos oferece aulas noturnas, destinadas a jovens e adultos. Essas iniciativas demonstram, portanto, a preocupação dos anarquistas com a formação do trabalhador.

Outro empreendimento educacional dos anarquistas foi a criação de Centros de Estudos Sociais. Esses centros visavam à transformação da sociedade, realizando reuniões para discussão de temas relativos à atuação dos operários, de modo que os trabalhadores pudessem compreender a doutrina anarquista. Os centros também se constituíam no contexto do método de ação direta e

promoviam cursos de instrução profissional, estudos de questões sociais, palestras e teatro. Em 1898 o jornal *O Despertar* anunciava:

[...] poderia ser a criação de um “Centro de Estudos Sociais”, onde o operário trocará seus hábitos de taverna, igreja e jogos de todas as classes, trindade estúpida que o embrutece e o desmoraliza pelo estudo constante da Sociologia que o fará conhecedor dos direitos que a lei natural lhe oferece, e ter-se-ia paulatinamente aplainando o caminho que todos sonhamos ver livre de obstáculos; ao mesmo tempo o dito “Centro” poderia ser uma sentinela avançada que nos desse a conhecer o número aproximado daqueles que lutam para destruir todos os sistemas de tirania, assim como também as simpatias que no povo despertavam as nossas ideias, a isto, pois teríamos de ajustar a nossa tática no futuro (grifos do autor). (*O DESPERTAR*, 3 de dezembro de 1898, p. 2)

Os Centros de Estudos Sociais e Ensino Mútuo, também chamados de Centros de Cultura em algumas localidades, tornaram-se realidade e passaram a contribuir com a propaganda anarquista, promovendo a cultura e a formação do trabalhador. O jornal *A Voz do Trabalhador* anunciou em 1913:

Continua ativamente a obra de propaganda do Centro de Estudos Sociais. Assim é que, para o próximo dia 14, está o C. S. S. organizando uma sessão pública comemorativa da tomada da bastilha, um dos mais gloriosos episódios da grande revolução francesa. Pretende também o Centro editar em breve um pequeno folheto sobre a momentosa questão da luta contra a tuberculose. (*A VOZ DO TRABALHADOR*, 1º de julho de 1913, p. 2)

Anúncios como este demonstram a atuação dos Centros de Estudos Sociais e sua principal finalidade, que era a de educar a classe trabalhadora dentro dos ideais anarquistas, mas também a de oferecer ao operário os conhecimentos necessários para que eles pudessem compreender melhor o mundo e a sociedade em que vivem. Os anarquistas tinham, convictamente, a noção de que somente um povo esclarecido é capaz de transformar a sua realidade e assim promover a revolução social esperada.

Por fim, faz-se necessário tratar da importante obra de um grupo de intelectuais formado por anarquistas e simpatizantes que no Rio de Janeiro ousou sonhar e voar mais alto, criando uma “Universidade Popular”.

Em 24 de julho de 1904, foi inaugurada a Universidade Popular de Ensino Livre, no Rio de Janeiro, no Centro Internacional dos Pintores, na Rua da Constituição, n. 47, esquina com a Avenida Gomes Freire. Entre os intelectuais destacaram-se Araújo Viana, Carvalho e Behring, Curvelo de Mendonça, Deodato Maia, Érico Coelho, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbelo Freire, Joaquim

Murtinho, José Veríssimo, Martins Fontes, Morales de los Rios, Pedro do Couto, Pereira da Silva, Platão de Albuquerque, Rocha Pombo, Rodolfo Bernardelli, Silva Marques e Sinésio Faria. “Conquanto extensa, a lista é incompleta, abrangendo pessoas de diversas correntes ideológicas, até mesmo Joaquim Murtinho, ministro da Fazenda do governo Campos Sales e oligarca na sua província natal, o Mato Grosso” (LOPES, 2006, p. 208).

Na terça-feira seguinte, dia 26 de julho, iniciavam as atividades com a inauguração da Biblioteca e com a conferência de M. Curvelo. Nos dias subsequentes, iniciaram os cursos de Filosofia, com Pedro do Couto; de Higiene, com Fábio Luz; o de História Natural, com Platão de Albuquerque; o de História das Civilizações, com Rocha Pombo, e o de Geografia, com Pereira da Silva. Foram anunciados também para breve, os cursos práticos de línguas, aritmética, escrituração mercantil, desenho, modelagem, arte decorativa, mecânica e “conferências sobre todos os assuntos de interesse social” (CARONE, 1984, p. 42).

De acordo com Lima, a Universidade Popular foi “o resultado da importância dada pelos anarquistas à educação e à ciência como superadoras de obstáculos no processo de transformação social que levaria à sociedade anarquista” (LIMA, 1995, p. 12 apud LOPES, 2006, p. 222). Lopes complementa que os fundadores da Universidade Popular basearam-se na obra do militante e teórico Elisée Reclus, *Evolução, revolução e o ideal anarquista*, que teria sua primeira edição brasileira naquele ano traduzida por Neno Vasco. Reclus trazia um “conceito educacional evolutivo um conceito de transformação social, econômica e política – uma revolução”. Ideias “complementares, não excludentes”, segundo Reclus. Lopes assinala também que é possível observar “traços da visão de Bakunin na formação da Universidade Popular”, tendo em vista que esse revolucionário do anarquismo defendia “cursos públicos segundo um programa de ensino científico, profissional e produtivo, isto é, de ensino integral, para remediar tanto quanto possível a insuficiência da instrução que os operários recebem atualmente” (BAKUNIN, 1973, p. 145 apud LOPES, 2006, p. 223).

A regulamentação da “Lei da Vacina” em 9 de janeiro de 1904 e a revolta da população do Rio de Janeiro foram fatores que fizeram a Universidade Popular de Ensino Livre fecharem suas portas, naquele mesmo ano em que iniciou suas

atividades. Seu propósito de oferecer instrução superior e educação social aos operários e trabalhadores em geral tinha chegado ao fim. Entretanto, os anarquistas que participaram desse empreendimento jamais perderam o desejo de elevação moral e intelectual dos homens. Muitos deles continuaram publicando artigos em jornais operários, acreditando e lembrando a todos os trabalhadores que a Revolução Social traria a liberdade e o bem estar necessário à manutenção da vida. Mas essa liberdade não viria pelas leis e pelos decretos; viria pela conquista, pela vontade consciente e pela ação direta dos trabalhadores.

6

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal descrever os ideais de educação de Pierre-Joseph Proudhon, e a relação estabelecida por ele entre educação e trabalho, necessária à compreensão da formação intelectual e profissional da classe operária, assim como a sua emancipação. Para tanto, a pesquisa realizou análise das condições históricas, políticas, econômicas e sociais da época em que viveu o filósofo na França; examinou, igualmente, a fase em que se deu a formação da classe operária nacional, e, posteriormente, a constituição do Movimento Operário.

Ao empreender a investigação sobre a vida e as obras do autor, verificou-se a relevância de sua participação nos principais acontecimentos da França, principalmente na segunda metade do século XIX, assim como de suas ideias, mesmo após o seu falecimento, a exemplo da Comuna de Paris (1871). Seu pensamento político contribuiu para a elaboração dos sindicatos franceses e, posteriormente, para a organização do sindicalismo revolucionário.

A pesquisa procurou, igualmente, realizar uma investigação sobre a formação da classe trabalhadora internacional e nacional, com o objetivo de demarcar os conceitos relativos à ideia de “classe trabalhadora” e de “classe operária”. Verificou que os trabalhadores reuniram-se em classes a partir da Revolução Industrial empreendida na Inglaterra ainda no século XVIII e, na França, devido aos acontecimentos relativos à Revolução Francesa de 1789-1799. Na ocasião, também começaram a se organizar os primeiros grupos de socialistas, tendo à frente do movimento Gracchus Babeuf, com a Conspiração dos Iguais. A constituição das ideias socialistas teve papel relevante na formação da classe trabalhadora europeia, dado que contribuíram para a formação da consciência de classe assinalada inicialmente por Thompson e, posteriormente, por Lukács.

Somando-se a isso, constatou-se que, no Brasil, a classe trabalhadora vinha se formando desde aproximadamente a década de 1850, quando as medidas contra a escravidão passaram a dificultar a entrada de trabalhadores cativos vindos da África, tais como a proibição do tráfico de escravos (1850), a Lei do ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Da mesma forma, contribuiu com a

formação da classe trabalhadora brasileira, a vinda dos primeiros imigrantes europeus, que data do mesmo período.

No final do século XIX, o número de oficinas e fábricas havia-se ampliado consideravelmente e, com ele, também a quantidade de trabalhadores. Entretanto, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela precariedade do trabalho nas fábricas e pelas condições lastimáveis de vida dos trabalhadores em geral, mas também serviram para a criação das primeiras associações de trabalhadores que passaram a denunciar a situação existente. Essas denúncias foram amplamente divulgadas pelos jornais operários que circularam no país, principalmente nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, Recife etc. Esses jornais eram dirigidos pelos anarquistas e socialistas de diferentes vertentes.

A imprensa operária contribui para a formação da “consciência de classe”, fazendo com que os trabalhadores reivindicassem melhores condições de vida e de trabalho, assim como favoreceram a divulgação das ideologias que serviam como pano de fundo para a organização de associações, ligas, sindicatos, federações de trabalhadores e partidos políticos ligados ao socialismo e ao anarquismo.

A pesquisa verificou que, no Movimento Operário no Rio de Janeiro, socialismo e anarquismo conviviam, até certo ponto, sem os conflitos causados pelas divergências que marcaram o século XIX, no movimento operário europeu, em especial no francês. Tal constatação deve-se ao fato de que alguns intelectuais publicavam artigos em periódicos de diversas vertentes, o que, de certo modo, dificultou a categorização dos jornais operários. Além disso, foram encontrados jornais operários que se declaravam socialistas, mas que atacavam explicitamente os anarquistas. É necessário observar também que, na imprensa comum, inúmeras vezes foram encontradas críticas ao Movimento Operário, especialmente aos anarquistas.

Sobre as diversas tendências do Movimento Operário no Rio de Janeiro foram encontrados periódicos que, em seus artigos, defendiam as ideias socialistas e anarquistas, de modo geral, sem especificar a qual ideologia esses jornais estavam associados. Daí decorre a necessidade de ressaltar o modo respeitoso como os intelectuais e trabalhadores se tratavam por intermédio da imprensa. A título de exemplo, e dada a sua relevância, serão destacadas as correspondências publicadas no jornal *Na Barricada*, no ano de 1915, entre o Professor José

Oiticica e o Doutor Silva Marques. Algumas dessas cartas fazem parte dos anexos da tese.

Nessas correspondências, José Oiticica procurava esclarecer Silva Marques sobre os fundamentos do Anarquismo, enquanto este último fazia seus questionamentos baseados nas suas próprias doutrinas: algumas vezes, com visão conservadora (baseada no senso comum); outras vezes, demonstrando conhecimentos advindos das leituras de autores como “Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Elisée Reclus, Jean Grave e Sebastien Faure”. Ressalte-se que pelos autores escolhidos por Silva Marques já é possível observar as diferentes concepções do Anarquismo que circulava entre os intelectuais brasileiros.

Os anarquistas adeptos ao sindicalismo revolucionário acreditavam que a Revolução Social somente teria bons resultados se viesse por meio da conscientização das pessoas, principalmente do proletariado, sobre os princípios da doutrina, como a emancipação do trabalhador, a autogestão, a racionalidade e a ordem advinda não das ações coercitivas do Estado, mas pela livre associação dos indivíduos vivendo em uma sociedade organizada em moldes federativos. Além disso, o sindicalismo tem por base o auxílio mútuo e a solidariedade entre os trabalhadores.

Em relação às questões educacionais, verificou-se que no movimento operário houve predomínio no modo como os anarquistas compreendiam a educação. Eles defendiam a educação não formal, oferecida pelas associações de trabalhadores, ligas e sindicatos. Não eram a favor da escola pública, porque acreditavam que as escolas mantidas pelo Estado serviam para incutir nos jovens as ideologias burguesas e dominantes. Além disso, no entendimento dos anarquistas, o ensino oferecido nas escolas oficiais era de qualidade ruim, pois não estava baseado nos princípios da educação integral e racionalista na qual acreditavam. Viam na educação, como assinalado, uma espécie de ação direta, pois ela seria capaz de preparar os indivíduos para a nova sociedade que esperavam construir a partir da Revolução Social. A educação não seria a redentora da sociedade, mas, sem ela, a Revolução Social seria impossível.

Quanto à concepção de educação, o que predominou foi a ideia de formação integral, presente nas concepções anarquistas desde os tempos de Proudhon. Esse teórico foi o primeiro entre os anarquistas a elaborar os princípios de uma educação que deveria oferecer aos indivíduos a formação necessária à sua

inserção na sociedade, tendo em vista a vida pessoal e o mundo do trabalho. Proudhon acreditava que uma educação oferecida pelo Estado era vazia e desprovida de conteúdos de interesse do trabalhador, ao passo que uma educação oferecida pelos próprios trabalhadores daria a eles aquilo que a classe trabalhadora necessitaria para viver e garantir seu bem-estar.

A educação integral compreende, em Proudhon, os conhecimentos racionais e científicos, assim como os conhecimentos profissionais, de ofícios. Para Proudhon, a aquisição de conhecimentos era a primeira condição para garantir a dignidade e a felicidade, pois o saber amplia a inteligência, e é a inteligência do homem que o faz capaz de ser livre e solidário. Proudhon acreditava que a escola oferecida pelo Estado burguês estava sempre pronta a preparar os homens para a servidão, ao passo que uma escola mantida pela comunidade, pelo esforço dos trabalhadores e dentro dos princípios da educação integral, seria a formadora de “homens civilizados e livres”.

A concepção de educação integral ganhou vulto por intermédio de Bakunin, que tratou de divulgá-la nos encontros que tinha com seus companheiros de luta militante, em conversas informais e, principalmente, nos congressos operários promovidos pela AIT. Seu papel foi o de divulgar as ideias de Proudhon, configuradas com base em suas próprias concepções.

A Paul Robin coube sistematizar essas ideias e transformá-las em termos pedagógicos, para que pudessem ser executadas. O programa educacional, contendo os princípios da educação libertária e dela suprimindo todos os mecanismos coercitivos da educação formal, foi apresentado, como assinalado, no Congresso Internacional dos trabalhadores de Bruxelas, ocorrido em 1868, quando ficou conhecido em nível internacional, inclusive pelos espanhóis. Paul Robin colocou em prática suas ideias de educação libertária quando dirigiu o Orfanato de Prévost, de 1880 a 1894. Posteriormente, outras iniciativas também foram realizadas: a de Sébastien Faure, denominada *La Ruche* (1904-1917), e as Escolas Modernas, como a de Barcelona, dirigida por Francisco Ferrer y Guardia (1901-1909). Este último foi condenado e fuzilado pelo Governo espanhol, em 1909.

Outra experiência de igual importância, e que teve por base os princípios da educação integral e racionalista, foi a das “escolas do sindicato”, criadas por Fernand Pelloutier na ocasião em que esteve à frente da Federação das Bolsas de

Trabalho, na França (1895). Pelloutier, seguidor de Proudhon e Bakunin, organizou, com sucesso, escolas para trabalhadores adultos, mantidas pela Federação, nas quais os professores eram igualmente trabalhadores que se encarregavam de ensinar conhecimentos das ciências e das profissões aos trabalhadores interessados. Idealizou também escolas, nos mesmos moldes, para as crianças, porém elas nunca foram colocadas em prática.

A partir do “velho” e conhecido método de ensino mútuo (Lancaster), Pelloutier organizou uma nova maneira de ensinar, tomando a História da classe trabalhadora como ponto de partida do conhecimento; com isso, formulou a ideia de se construir os “Museus de Trabalho”, que se constituiriam como verdadeiras salas de aula. Além disso, na mesma época, na França, surgiram as Universidades Populares, também mantidas pelas Federações sindicais.

Tomando o exemplo da França, no Brasil, foram diversas as experiências com a educação integral. Destacam-se as Escolas Modernas criadas em todo o país, assim como as diversas escolas mantidas por sindicatos e associações de trabalhadores, como foi o caso, entre outros assinalados anteriormente, da Escola Operária 1º de Maio, de 1912, situada em Vila Isabel, a Escola da Liga Operária da Construção Civil, criada pela instituição de mesmo nome, em 1921, e a Universidade Popular, de 1904, um projeto que teve à frente, Fábio Luz, médico e ex-inspetor de Instrução.

A criação dessas escolas demonstra que as ideias de educação integral e racionalista estavam presentes no contexto do Movimento Operário no Rio de Janeiro, assim como os métodos nelas empregados, tendo em vista os anúncios e artigos que tratavam do tema. Ressalte-se que, na maioria das vezes, o conceito de formação integral e racionalista esteve associado ao nome de Francisco Ferrer y Guardia. Contudo, foi verificado que essa concepção de educação não foi fundamentada por ele. A contribuição de Ferrer, embora relevante, está no campo da prática, ou seja, ele foi um entre vários que conseguiu levar adiante um projeto educacional, tendo a educação integral e racionalista como base do trabalho pedagógico.

Na história da educação integral e racionalista, é possível compreender dois momentos, como se referiu Luizetto: no primeiro, predominou o pensamento de Proudhon e de Bakunin; no segundo, destacaram-se as práticas de educação integral nos trabalhos de Robin, Faure e Ferrer y Guardia. O estudo concorda com

Luizzetto, porém acrescenta a essa segunda fase o trabalho desenvolvido por Pelloutier com as “escolas de sindicato” e com os “Museus de Trabalho”. Adverte-se, portanto, que Ferrer não foi o criador da ideia de formação integral e racionalista, uma vez que essa concepção teve sua origem teórica, como assinalado, em Proudhon e Bakunin.

Por fim, a última questão que deve ser observada diz respeito à relação que Proudhon estabelece entre trabalho e educação. Para ele, o trabalho é o modo universal de ensinar, pois é o trabalho que reúne a “análise e a síntese”, a “teoria e a experiência em uma ação contínua”. É por acreditar que o trabalho é meio de ensino que Proudhon elaborou sua concepção de educação integral. Acredita que a experiência e a prática precisam ser o ponto de partida de toda aprendizagem.

Considerando a hipótese inicial desta tese, e à luz dos dados apresentados, este estudo considera que a educação do trabalhador idealizada no Brasil a partir do início da República recebeu influência das concepções socialistas e anarquistas. Além disso, verificou que as ideias de Proudhon contribuíram para a constituição do pensamento educacional formulado pela classe operária nascente, tendo em vista que, basilarmente, o seu ideário estava presente nas práticas educacionais de Robin, Ferrer e Pelloutier. Essas ideias circularam no Brasil nos primeiros anos do século XX, incentivadas pelo movimento libertário e pelos sindicalistas revolucionários.

Constatou-se também, que no Movimento Operário do Rio de Janeiro circularam os princípios de liberdade, de solidariedade e de educação integral presentes no ideário proudhoniano, conforme demonstrado pelos artigos publicados nos periódicos dirigidos por anarquistas. Observou-se que poucas vezes o nome de Proudhon foi citado nos jornais estudados. Todavia, suas ideias estavam presentes na maioria dos artigos que trataram do tema “educação integral”.

Por fim, considera-se pertinente a realização de estudos posteriores sobre as escolas aqui apontadas, com o intuito de verificar a documentação existente em arquivos públicos e/ou pessoais, para que esses estudos possam elucidar as dúvidas que porventura ainda demarcam a temática relativa à participação anarquista na História da Educação Brasileira, e, especialmente, na História da Educação no Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRANTES, Domingos. Da Federação Maximalista à fundação do PCP. **O Militante**. Disponível em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/302/Historia/358/>. Acesso em: 15. Dez. 2013.

A GUERRA SOCIAL. Os menores nas fábricas. (1911 a 1912). Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1911a. p. 3, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. **Pelas fábricas de tecidos**. (1911 a 1912). Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro, 29 jun. 1911b. p.3, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

A LIBERDADE. Periódico de crítica social e noticioso. (1919) Direção de Pedro Matera. Ano III, n. 29. Rio de Janeiro, abril de 1919, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

A REVISTA, folha política e litteraria. Correspondente do Jornal do Commercio. Paris, 9 de maio de 1849. (1843-1850) n. 506. São Luis, MA: 7 de agosto de 1849. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

AVANTE. Grave. (1904) Ano I, n. 3. Niterói (RJ), 04 de setembro de 1904. p. 1. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

A VOZ DO TRABALHADOR. Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano I. n. 1. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1908, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do Fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano I. n. 12. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano II. n. 16. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Confederação Operária Brasileira. (1908 a 1915). A Reação espanhola: o jesuitismo a renascer. Ano II, n. 19. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operária Brasileira. (1908 a 1915). Ano II. n. 20. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1909, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operária Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI. n. 34. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1913, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operária Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI. n. 44. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1913, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Orgam da Federação Operária Brasileira. (1908 a 1915). Ano VII. n. 51-52. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1914, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

BACKER, Alfredo. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1907, pelo Presidente do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1907. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u876/>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BAKUNIN, Mikhail. A instrução integral. In: **O Socialismo Libertário.** São Paulo: Global, p.32-52, 1979. (Coleção bases, nº22)

_____. A comuna de Paris e a noção de Estado. (Locarno, de 5 a 23 de junho de 1871). **Verve: Revista Semestral do NU-SOL** - Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo, n.10, p. 75-100, out. 2006. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve/pdf/Verve10.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013

_____. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo.** Disponível em: http://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2012/09/sc3a9rie_ba-fsat.pdf. Acesso em: 28 nov. 2013.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. (Coord.) **História do Século XX.** Lisboa, PT: Europa-América, 1997.

BOLETIM DA LIGA OPERÁRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL. (1921) Ano I, n. 3. Niterói, RJ, abril de 1921, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio

Brasiliense do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

BORGES, Vavy. Pacheco. **O que é história**. 21. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOTELHO, Francisco Chaves de Oliveira. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1911, pelo Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1911. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u880/>. Acesso em: 25 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Coleção das Leis do Império do Brasil. Tomo 17. Parte 2ª. Secção 12ª, 1854. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html. Acesso em: 27. set. 2007.

_____. Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2014.

_____. Decreto nº. 981, de 08 de novembro de 1890. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm. Acesso em: 03. out. 2007.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 2 de fevereiro de 1891: Título I, Capítulo IV, artigo 35, incisos 1º ao 5º; Título IV, Seção II, 111 artigo 72, parágrafos 6º e 7º. In: FÁVERO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 303-304.

_____. Decreto nº 9.070, de 25 de Outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BRAVO, Gian Majuo. Anarquismo (verbetes). In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Tradução: João Ferreira (Coord.). Brasília: UNB, 1998. p. 23-29. v. 1. Disponível em: http://www.pgcsiamspe.org/Mario_Porto/02-DicionarioDePolitica.pdf. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRUNET, Martine. Ferdinand Buisson (1841-1932): educador e pacifista. As influências libertárias de James Guillaume e Paul Robin. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. **Revista História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. n. 13. p. 7-34. Pelotas, RS: abr. 2003.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. 3.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. **A II Internacional**: pelos seus congressos (1889-1914). São Paulo: Anita; EdUSP, 1993.

_____. **Movimento Operário no Brasil**: 1877-1944. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

_____. **A Primeira República**: 1889-1930. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1976.

CHAMBAT, Grégory. **Instruir para revoltar**: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma Pedagogia de Ação Direta. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Hedra, 2011.

CLAUDEL, Paul. Fernand Pelloutier - (1867-1901). **Encyclopædia Britannica**. Disponível em: <http://www.universalis.fr/encyclopedie/fernand-pelloutier>. Acesso em: 3 mar. 2014.

CODELLO, Francesco. **A Boa Educação**: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. São Paulo: Icone; Imaginário, 2007.

CORRÊA, Felipe. Introdução. In: COELHO, Plínio Augusto (Org.) **Bakunin**: Revolução e Liberdade. Cartas de 1845 a 1875. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário**: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. Disponível em: <http://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/10/felipe-correa-anarquismo-e-sindicalismo-revolucionario/>. Acesso em: 17 abr. 2014.

CORREIO DA MANHÃ. (1901 A 1974). Ano XVIII, n. 7.280, Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1919. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. jan. 2013.

CORREIO MERCANTIL. (1848 a 1868). Ano V, número 226. Rio de Janeiro: 19 de agosto de 1848. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. jan. 2013.

COSTA, Caio Tulio. **O que é o Anarquismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

CURVÊLLO, M. O Movimento Socialista no Brasil. In: GALVÃO, B. F. Ramiz (Pub. e Dir.). **Almanaque Brasileiro Garnier**. (1903 a 1914). Ano 3. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XXVII, número 7.914, 9 de outubro de 1848. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XXVII, número 7.915, 10 de outubro de 1848. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XXVII, número 7.919, 14 de outubro de 1848. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XXVIII, número 7.986, 08 de janeiro de 1849. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XXVIII, número 8.169, 7 de agosto de 1849. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1821 a 1878). Rio de Janeiro, Ano XLV, número 44, 19 de fevereiro de 1865. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FERNANDES, Antonio. Prenúncios de Tempestade. **Spártacus**. (1919-1920). Ano I. n. 2. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1919. p. 2. , coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

FLORESTA, Leila. Um projeto de Educação Integral: a experiência de Paul Robin em “Cempius”. **Revista Olhares e Trilhas**. Ano VIII, n. 8, p.121-134, 2007.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DPEA, 1986.

FONTELLA, Carlos. A instrução do Operário. **A União Operária**. Órgão da União Operária do Engenho de Dentro. Número único. Rio de Janeiro: 1 de maio de 1904.

GASTINEAU, Benjamin. **Les Socialistes**: P-J. Proudhon – sa vie e son oeuvre. Paris: E. Dentu, 1865.

GERAES, Antonio. A essa boa gente brasileira. **Spártacus**, (1919-1920). Ano I, n. 5. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919. p. 4, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Aracely Mehl. A trajetória e o pensamento educacional de Francisco Ferrer y Guardia. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.30, p.39-58, jun. 2008.

GUÉRIN, Daniel. **Proudhon**: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM, 1983.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. **Anísio Teixeira: atuação educacional e propostas para a formação do magistério primário**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

GURVITCH, Georges. **Proudhon**. Tradução: Lurdes Jacob e Jorge Ramalho. Lisboa, PT: Edições 70, 1983.

_____. **Proudhon e Marx I**. Lisboa: Presença, 1971.

_____. **Proudhon e Marx II**. Lisboa: Presença, (sem data).

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **O Paiz** (1884 a 1934): Histórico. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz>> Acesso em: 15. Dez. 2013.

_____. **Correio da Manhã** (1901 a 1974): Histórico. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/correio-da-manha%C3%A3>> Acesso em: 15. Dez. 2013.

_____. (1840 a 1852). Volume X. Rio de Janeiro, número 1.229, 27 de setembro de 1848. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1840 a 1852). Volume X. Rio de Janeiro, número 1.238, 7 de outubro de 1848. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. (1840 a 1852). Volume X. Rio de Janeiro, número 1.244, 16 de outubro de 1848. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15. jan. 2013.

_____. Periódico Comunista Livre. (1898 a 1899) **Tactica Conveniente**. Ano I, n. 3. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1898. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

_____. **Periódico Comunista Livre**. (1898 a 1899) Ano I, n. 1, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1898. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

_____. **A Revolução Francesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon e o socialismo europeu**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1979.

KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. São Paulo: Hedra, 2010.

LENOIR, Hugues. **Educar para emancipar**. Organização e Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário; Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

LOPES, Milton. A Universidade Popular: experiência educacional anarquista no Rio de Janeiro. In: DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **História do Anarquismo no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2006.

LUIZZETTO, Flávio. **Utopias Anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARGUERITTE, Victor. A guerra e a evolução das ideias econômicas. **Correio da Manhã**. (1901-1974). Ano XVIII. n. 7.253. Rio de Janeiro, 05 janeiro de 1919. p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

MARQUES, Silva. Resposta ao Dr. José Oiticica. **Na Barricada: jornal de combate e de crítica**. (1915-1916). Ano I, n. 14. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1915. p. 1, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREL, José Carlos Orsi. Introdução. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**. T. 1. São Paulo: Ícone, 2003.

OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: José Olympio, (sem data).

_____. As causas do crime: Carta Aberta ao Dr. Silva Marques. **Na Barricada**: jornal de combate e de crítica. (1915-1916). Ano I, n. 13. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1915. p. 2, coleção *Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano* do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

O PAIZ. (1884 a 1934). Ano XXXV, n. 12.506, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1919. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15. jan. 2013.

O PROTESTO. **A Revista do Senhor**. Ano I. n. 5. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1899. p. 4. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional

PALMEIRA, Luiz. Carta aberta a Exm^a. Sr^a. Prof^a. M. R. C. **Voz do Povo**. Órgão da Federação Operária dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral. (1920) Ano 1. n. 212. Rio de Janeiro: 8 de setembro de 1920. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 12 out. 2012.

PASSETTI, Edson; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismo e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEÇANHA, Nilo. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1904, pelo Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1904. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u873/>. Acesso em: 25 fev. 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PIOZZI, Patrícia. **Os arquitetos da ordem anárquica**: de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: UNESP, 2006.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. **Projeto enviado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro propondo a criação de uma escola profissional**. Documento encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 17 mai. 2012. Trata-se do Projeto escrito pelo autor e data de 25 de junho de 1853. Referência: Instrução Pública –Profissional - 12.4.30

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

PRIBERAM. PT, Dicionário [on line]. **Verbete Concelho**. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=concelho>. Acesso em: 08. mai. 2013.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Sistema Mutualista. (Excertos do livro *De La capacite politique des classes ouvrières*) In: RESENDE, Paulo-Edgar A.; PASSETTI, Edson. **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986a.

_____. Democracia Operária. (Excertos do livro *De La capacite politique des classes ouvrières*) In: RESENDE, Paulo-Edgar A.; PASSETTI, Edson. **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986b. p. 123-130.

_____. Instrução Pública: condições de um ensino democrático. (Excertos do livro *De La capacite politique des classes ouvrières*) In: RESENDE, Paulo-Edgar A.; PASSETTI, Edson. **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986c. p. 186-193.

_____. **Do princípio federativo**. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. **Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria**. Tomo I. São Paulo: Ícone, 2003.

_____. Pierre-Joseph Proudhon: resumo da obra “Ideia Geral da Revolução do Século XIX”. In: **Cadernos de Formação**: anarquismo e sindicalismo. Organização Alexandre Samis e Milton Tavares. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. Rio de Janeiro: SINDSCOPE (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), 2012.

QUINCAS, Amaro. **O sentido da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RAMUS, Gustavo. Anarquismo cristão e sua influência no Brasil. **Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol**. (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). n. 13. 169-183. 2008. Disponível em: <http://portugues.free-ebooks.net/search/lev+tolstoi>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RESENDE, Paulo-Edgar A.; PASSETTI, Edson (Orgs.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986.

RIBOT, Th. A Filosofia na educação: Curso de Moral para uso das escolas seculares, pela Sra; C. Coignet. Secção Bibliographica. **O Globo**: Órgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria. (1874 a 1883) (completa neutralidade na luta dos partidos políticos). Ano 2, n. 157. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1875. p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/o-globo-orgaos-dos-interesses-do-commercio-da-lavoura-e-da-industria/369381>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RIO DE JANEIRO, Decreto n. 1.063, de 27 de dezembro de 1907. In: BACKER, Alfredo. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de agosto de 1908, pelo Presidente do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do

Jornal do Commercio, 1908. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u877/>
Acesso em: 25 fev. 2014.

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro, Proudhon e o Federalismo. In: GAMA, Manuel (Org.). **Proudhon: no bicentenário do seu nascimento**. Braga, PT: Centro de Estudos Lusíadas, Universidade do Minho, 2009. p. 11-38. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10183>. Acesso em: 18 dez. 2013.

ROCKER, Rudolf. **A ideologia do Anarquismo**. Tradução de Pablo Ortellado. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.

RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo**: na escola, no teatro, na poesia. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

_____. **Socialismo**: síntese das origens e doutrinas. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

SAMIS, Alexandre. Introdução. In: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. Traduzido e organizado por Plínio A. Coelho. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. Apresentação. **Cadernos de Formação**: anarquismo e sindicalismo. Organização Alexandre Samis e Milton Tavares. Tradução de Plínio Augusto Coelho. Rio de Janeiro: SINDSCOPE (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), 2012.

_____. Introdução. In: LEVAL, Gaston; BAKUNIN, Mikhail. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário. A dupla greve de Genebra**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2007.

SANTOS, Mario Dias Ferreira dos. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. São Paulo: Matese, 1965.

_____. **Análise de Temas Sociais**. 2. ed. São Paulo: Logos, 1964.

SCHEID, Elisa. Conferência feita pela sócia operária D. Elisa Scheid, em 13 de março de 1904. **A União Operária**. Órgão da União Operária do Engenho de Dentro. Número único. Rio de Janeiro: 1 de maio de 1904. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

SEGATTO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEUL, François. Instrução Profissional. **Gazeta Operária**. (1903). Ano II. n. 18. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1903. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SPÁRTACUS. (1919-1920). Ano I, n. 1. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1919, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP). Também disponível em: <http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/spartacus/>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. (1919-1920). Ano I, n. 16. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1919. p. 2, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

SPOLL, Édouard-Auguste. **P.-J. Proudhon: étude biographique**. Paris, FR: Lebigre-Duquesne, 1868. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76330m.r=Proudhon.langPT>. Acesso : 09. out. 2011.

STERN, Daniel. **Histoire de La Révolution de 1848**. T II. 2. ed. Paris: Charpentier, 1862. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k23560b>. Acesso em: 23 out. 2011.

STIRNER, Max. **O único e sua propriedade**. Tradução de João Barrento. Lisboa, PT: Refratórios, 2004.

TCHERKESOFF, W. Sindicalismo: concepção operária do socialismo. **A Voz do Trabalhador**, Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI, n. 35, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1913^a. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

TCHERKESOFF, W. Sindicalismo: concepção operária do socialismo. **A Voz do Trabalhador**, Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI, n. 34, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1913^b. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOLSTOI, Leon. **Cristianismo e Anarquismo**. Disponível em: <http://portugues.free-ebooks.net/search/lev+tolstoi>. Acesso em: 14 fev. 2014.

TORRES, Rodrigues. **Relatório da Presidência à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro**. 1836. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33>. Acesso: 02. dez. 2007.

TRINDADE, Francisco. Cronologia da Vida e da Obra de P.-J. Proudhon. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do princípio federativo**. São Paulo: Imaginário, 2001a.

_____. **O essencial Proudhon**. São Paulo: Imaginário; NU-SOL; Soma, 2001b.
VASCO, Neno. A ação Direta. **A Guerra Social**. (1911 a 1912). Ano I, n. 5. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1911. Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

_____. Sindicalismo Revolucionário: a organização operária. **A Voz do Trabalhador**. Orgam da Federação Operaria Brasileira. (1908 a 1915). Ano VI, n. 25, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1913, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

VEIGA, Bernardo Jacintho da. **Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1840 pelo presidente da província**. Ouro Preto, Tip. do Correio de Minas, 1840. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 02. dez. 2007.

VOZ DO POVO. (1890) Ano I, n. 1, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1890. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

_____. (1890) Ano I, n. 2, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1890. Acervo pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

WOODCOCK, George. **História das Ideias e Movimentos Anarquistas: o Movimento**. V. 2. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2006.

8 Anexos

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. **Projeto enviado à Câmara Municipal do Rio de Janeiro propondo a criação de uma escola profissional.**

Documento encontrado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 17 mai. 2012. Trata-se do Projeto escrito pelo autor e data de 25 de junho de 1853. Referência: Instrução Pública –Profissional - 12.4.30

25-06-1853

Ilm^{os} Senhores,

O objeto que tenho a honra de submeter a vossa ilustre consideração é de uma necessidade tão intuitiva que dispensa o trabalho de demonstrar a sua utilidade mais amplamente do que o faço neste rápido bosquejo.

Proponho a Ilm^a. Câmara Municipal a criação de uma escola para o ensino e o aperfeiçoamento dos artesãos e artífices que se ocupam de alvenaria, carpintaria e cantaria. Esta escola se denominará – Escola Municipal – e estará aberta nos domingos e dias santos das 8 horas da manhã até ao meio dia.

O seu curso será de três anos, é dividido da seguinte maneira:

No primeiro ano se ensinarão as 4 espécies, frações, decimais e proporções; elementos de geometria prática até o pleno conhecimento das medidas das superfícies e dos sólidos.

No segundo ano: elementos de geometria descritiva para bem compreenderem toda a sorte de projeções e os planos dos edifícios; a estereotomia, a perspectiva, e as leis gerais da ótica, dioptrica e catóptrica e a técnica das sombras.

No terceiro ano aprenderão os elementos de mecânica necessários para bem compreenderem os madeiramentos, a formação e segurança das abóbadas; o conhecimento das máquinas mais usuais nas construções civis, e a arte de plantear um terreno, ou um edifício.

As aulas desta primeira cadeira durarão somente uma hora e um quarto.

A segunda cadeira será de desenho e dividida como se segue:

1º ano: desenho linear

2º ano: estudo das ordens da arquitetura

3º ano: composição de edifícios, e aqueles princípios invariáveis da estética aplicados à arte de edifícios.

Só poderão ser alunos desta Escola os oficiais das artes mecânicas acima referidas, e nenhum deles poderá ser admitido sem que saiba ler, e as quatro “especiais” (acredito que sejam as 4 operações), e tenha já três anos de aprendizagem do seu ofício.

Os alunos que forem aprovados em ambas as aulas, terão no fim do 1º ano um atestado que os habilitará para oficiais, no 2º ano, outro que se habilitará para contramestre; e no 3º um diploma da Câmara Municipal que os habilitará mestres.

Precederão estes atestados e diplomas um exame prático, presidido pelos lentes da Escola e por uma junta de mestres, autorizados pela Câmara Municipal.

A educação do operário, Ilmos. senhores, é tão necessária como a do empregado que realiza as ordens do seu chefe, e infunde na sua prática aquele grão de afilamento e perfeição com que o graduara a sua educação.

Os nossos operários, direi mesmo a maior parte deles que intitulam mestres, não sabem ler uma planta, uma secção, porque ignoram a arte de traçar, compor e construir: alheios à linguagem técnica das artes, e aos seus processos gráficos, adulteram todos os planos cometem erros perniciosos, e comprometem a fortuna do proprietário, e a duração e solidez das construções; acrescentando a esses inconvenientes a elevação dos orçamentos, desmanchos, e a confecção de obras sem muita estética e artística por que as artes, Ilmos. senhores tem uma linguagem plástica que é aplicada desde o muro do “bazamento” até o pináculo das mais subidas construções.

Os operários assim educados poderão socorrer o proprietário urbano, o fazendeiro, o empresário, e as obras públicas, para eles não será mais um segredo a linguagem do engenheiro e do arquiteto, nem as linhas complicadas de uma estampa.

Este pensamento, madurado e auxiliado pelas vossas luzes e bons desejos, dará não somente à cidade confiada a nossa guarda como também ao país inteiro, uma quantidade de homens úteis, inteligentes e aptos para a realização de todas as artes que estão no domínio da administração desta casa, e que são aquelas que fazem o lustre, a beleza e o comando das cidades e dos homens civilizados.

Para mais rápido, seguro e econômico andamento desta minha proposta, tomo a liberdade de oferecer a minha pessoa e livros de arte que tenho da maneira seguinte:

Proponho-me a ensinar gratuitamente o desenho durante os três primeiros anos, ou o tempo que decorrer até o dia em que a Ilm^a. Câmara puder pagar a quem me substitua, assim como de fornecer igualmente todos os exemplares, modelos, papel, lápis para os alunos até o momento em que a Ilm^a. Câmara julgue necessária esta minha oferta.

Serei muito feliz, e ficarei sumamente agradecido se a Ilm^a. Câmara Municipal do Rio de Janeiro coroar com o seu patriotismo os desejos do vereador interino.

Palácio da Câmara Municipal em 25 de junho de 1853

M S de Araujo Porto Alegre

APARECE
TODAS AS
QUINTAS-FEIRAS

NA BARRICADA

Jornal de combate e de critica social

ANNO I - NUMERO 13

Director: Orlando Corrêa Lopes

Assinaturas

Relação e administração — Rua de Ascarão N° 110

Brazil — Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1916

Brazil — anno... 58000 — Exterior — anno... 78000
Número atrelado 100 rs. — Número atrelado 200 rs.

As causas do crime

Carta aberta ao dr. Silva Marques

Illustre confrade,

Habitado, ha muito tempo, á admiração do seu character, energia, talento e saber, li soffregamente o seu artigo — *A gente odiosa*.

Nelle vi repetido, mais uma vez, o refrão eterno com que os *archistas* de toda a parte se defendem ou se atordam, para não confessar a verdade nua. V. s. constitucionalista, homem, pois, do *direito*, reconhece o mal profundo da organização actual, da *archia*, do regimen da autoridade, proclama-o bem alto, mas tem na alma, na sua psichê de jurista emerito, a idolatria da justiça e da Themis soberana. Queima-lhe incenso; acha-a Moloch, mas adora-a, da-lhe a beber o sangue morno, o mosto symbolico, faz-se sacerdote dessa religião tyrannica e necessaria. Vale-se v. s. de Kant, que rejeita a lei do *amor*, formula christã e positivista, desmoralizada, e arvora a lei do *respeito*, mantida pelo carcere, pelas bayonetas, pela educação civica.

Declara, porém, v. s. que estamos longe de attingir a um relativo grau, não direi de perfeição, mas de equidade.

Experiente dos nossos homens, dos nossos habitos governamentais, indignado com a tropilha dirigente, v. s. dá razão aos anarchistas no condemnarem radicalmente a todos os governos.

E v. s., num rasgo de justiça rara, insiste em não confundir *anarchista* com *dynamitista*.

Mas, e agora vem o argumento ultimo, v. s. assevera que: «a parte boa da humanidade, aquella que poderia fazer da moral applicada uma lei de amor, é muito diminuta»... «Uma grande parte dos homens, ao contrario, é composta de ladrões da pelor especie, por-

que não batem carteira, como fazem os profissionais, mas chegam ao mesmo resultado, evitando cuidadosamente as malhas do código penal».

Vejo, meu illustre confrade, que a sua cultura juridica lhe turba a visão clara e nunca lhe permittiu deitar os olhos á doutrina anarchista na sua pureza de sonho e programma.

V. S. está na phase que atravesssei no meu quarto anno de direito, quando, no meu espirito de estudante de leis, entrei a duvidar da *lei*, como annos antes, filho espiritual do seminário de S. José, comeci a duvidar da Igreja.

Foi o ponto de partida para o meu caminho rapido ao anarchismo, a que cheguei sem ter lido um só livro anarchista. O maior assombro da minha vida foi haver descoberto que eu era anarchista, quando suppunha as minhas idéas novas. Meu illustre confrade é anarchista de alma. Falta-lhe assentir intellectualmente e praticamente aos assomos de revolta consciente do seu ser nobre ás oppressões de toda especie a todos os horribéis jugos a que nos submettemos, sem meios de libertação.

Desejaria fazer com v. s. uma excursão pelo código penal e pelas estatísticas criminaes, para mostrar-lhe o que os livros de direito não nos dizem. Os livros de Carrara, de Lombroso, de Ferri, de Tarde, dos criminalogistas que li outrora e hoje detesto, todas ellas se esfalfam para estudar as *causas do crime*, isto é, as causas da maldade humana.

Chegam todos ao mesmo resultado, antigo como Adão: *o mal é congenito ao homem*.

Meia hora de exame do código penal revelaria ao meu confrade os factos reais e vivos.

Desse exame, estou certo, v. s. concluiria, como conclui, que os homens na sua grande maioria, não são maus; a *organização social baseada no regimen da propriedade particular é que os faz maus*.

Dê-se o meu confrade a esse curioso estudo e verá que todos, ou quasi todos, os crimes, afóra os casos de loucura, provém de duas fontes: o *amor* e o *dinheiro*. Note bem que incluo até os chamados *crimes políticos*.

Vou muito mais longe. Sabe o meu confrade que as males sociaes não são apenas os *crimes*; ha tambem o jogo, a embriaguez, os vicios anti-sexuaes, a prostituição, o alcoolismo, o analfabetismo, o parasitismo, a miseria e a guerra.

Todos esses males provém das mesmas fontes: *amor e dinheiro*, isto é, as duas formas da *propriedade particular*.

Faça o meu confrade uma tentativa honesta: supprima em pensamento o *amor-negocio*, acompanhado do seu afim—o *ciúme*, supprima o direito de propriedade, o *jus utendi et abutendi*, o consequente *direito do poder*, —consequentemente *garantias*, e verá como se somem, por encanto, todos os crimes, os mais hediondos vícios, as mais repugnantes tragédias sociais.

Considere também o formidável desperdício de riqueza imposto pelo regime da propriedade. Elle exige a *distribuição* e a sua garantia, isto é, os tribunales, a policia, o exercito, a marinha, os advogados, os meirinhos, os tabelliães, os escrivães, os curadores, toda a massa inútil de funcionarios —de ministros a serventes,—ventosas sugadoras do sangue do trabalhador maltrapilho e esfomeado.

O dinheiro, representação da riqueza apropriavel, compra o amor, gera a prostituição, essa vergonha que nem Budha, nem Christo, nem ninguém destruirá, que é sempre a mesma, desde os antigos assyrios, e a mesma perdurará, enquanto houver mulheres desamparadas e homens de dinheiro. Note-se que estendo o termo aos casamentos de conveniencia, aos casamentos fóra do amor.

O meu confrade labora num grande equívoco, suppondo que o anarchismo se baseia na *lei do amor*. Engano. O anarchismo, que dizem ser *utopia*, varre dos seus ensinamentos todas as utopias de que nos temos imbaído até hoje: os deuses, a moral eterna, o amor do proximo. E' uma doutrina proclamadamente *egoista*. Seu fundamento não é o *amor*, é a *solidariedade*. Não faço nada por amor ao proximo; faço porque o bem estar alheio augmenta o meu bem estar e o auxilio mutuo é o unico meio de alcançar uma relativa felicidade individual.

dade individual.

Cuido da doença alheia, porque o soffrimento alheio me faz soffrer. Todo sentimento de *sacrificio* é apenas uma quintessencia deste sentimento egoista de *solidariedade*: augmento continuo do bem commum para augmento do meu bem. Eu sozinho seria infeliz; *eu só feliz, seria infeliz*. Eis a formula a que cheguei para definir a moral egoista do anarchismo.

Não cremos em redemptores, nem, como supõe o meu confrade, na *evolução*. Estamos fartos de evoluções. O homem não *evolva* moralmente; adapta-se. Eis porque o christianismo nada fez, pois pretendeu forçar o homem a uma evolução moral, sem transformar o ambiente social, o systema social do imperio antigo.

Mudemos o regime economico e social moderno, mudaremos de subito a moral humana. A maioria má será então maioria boa.

Com as leis, os carcereiros, os livros de educação o patriotismo, e outros tantos idolos e pressões nada adiantaremos.

Espero que o meu illustre confrade meditará, com a rectidão de seu espirito, em toda a honradez do seu caracter bem formado, no seu innato sentimento anarchista, as considerações que lhe aponto nesta carta despretenciosa, simples homenagem ao seu talento e desejo sincero de o ver um dia militando, com o seu saber e a sua penna, a favor dos ideaes por que me empenho.

Seu sempre admirador

José Oiticica

OITICICA, José. As causas do crime: Carta Aberta ao Dr. Silva Marques. **Na Barricada**: jornal de combate e de crítica. (1915-1916). Ano I, n. 13. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1915. p. 2, Coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

APARECE
TODAS AS
QUINTAS-FEIRAS

NA BARRICADA

Jornal de combate e de critica social

QUEM VAI
A UMA BARRICADEIRA
PROTEGE SEUS ALIADOS NA
UMA ESPERANÇA NA VIDA
UMA IDEIA NO CERTAVIDO

ANNO I — NUMERO 14

Director: Orlando Corrêa Lopes

Redacção e administração — Rua de Nazaré N° 120

Brazil — Rio de Janeiro, 9 de Setembro de 1915

Assinaturas
Brazil — anno... 58000 — Exterior — anno... 78000
Nosso preço em rs. — Sempre alfabeto 200 rs.

RESPOSTA AO DR. JOSÉ OITICICA

Eminente confrade :

Li com indizível prazer a carta aberta que teve a bondade de dirigir-me, e não sei o que mais agradecer: se as expressões de carinho, as palavras excessivamente bondosas com que poz em destaque o meu obscuro nome, se as preciosíssimas lições que me deu sobre a doutrina anarquista.

Da leitura que fiz, ha uns bons pares de annos, de Proudhon, Bakounine, Kropotkine, Eliseu Réclus, Jean Grave e Sebastião Faure, pareceu-me que esses grandes apóstolos da nova ordem social, contrariando os pregadores do abominável despotismo socialista, reduziam a moral applicada ás relações entre os homens a uma lei de amor, em contraposição á lei do respeito, que não se apoia senão na força, que não se impõe senão pelo temor do carcere ou da força.

Mas o meu illustre confrade diz que não, afirmando que o anarchismo tem por fundamento a solidariedade e não o amor.

Qual seria então o movel dessa solidariedade? Só poderia ser o interesse, e elle mesmo o diz por outras palavras.

Nesse caso teríamos voltado á doutrina utilitaria de Bentham, Owen e James Mill, que, não admittindo nos homens nenhum movel desinteressado, concluem que elles só podem praticar o bem por interesse.

Outro ponto que me abalou profundamente, foi a affirmção categorica do illustre confrade — que o anarchismo condemna em absoluto a propriedade particular, como causa da miseria dos homens.

Esse, se me não engano, é o grande fundamento do socialismo, que pretende fazer da entidade abstracta — Estado — o unico proprietario.

Os partidarios de tal organização economica nunca se apresentaram, e nem podiam fazel-o, como anarchistas. São elles: Carlos Fourier, o inventor da *Harmonia universal* ou systema de phalansterios, Roberto Owen, que pretendeu reformar a sociedade por meio da educação racional, Etienne Cabet, o imitador de Thomaz Morus, e que, ao contrario de Owen, mantem a

actual organização da familia, Luiz Blanc, o famoso membro do governo provisório da republica de 48 em França, e os socialistas contemporaneos, todos partidarios dum communismo absoluto, realizado por meio do mais odioso despotismo.

Se é verdade, conforme sustenta o illustre confrade, que o anarchismo condemna tambem a propriedade privada e quer substituil-a pela propriedade commum, não vejo differença alguma entre elle e o socialismo.

Com effeito, annullada a propriedade particular, as terras e todos os bem existentes passarão a ser o patrimonio de todos. Terão naturalmente de ser cultivadas e, como não será permitida a propriedade particular, o producto do trabalho pertencerá tambem a todos e teremos assim cahido no systema communista, que eu condemno como o mais insuportavel dos despotismos.

Assim falando, poderá pensar o querido confrade que prego *pro domo*.

Mas, não. Tudo quanto tenho ganhado nestes ultimos 30 annos desapareceu nas mãos dos mais necessitados do que eu, e ainda hoje mantenho o mesmo costume que para mim não é uma segunda natureza, mas uma parte della, tanto mais que considero a ingratião um incentivo para a pratica do bem.

Eu sustentei, no artigo analysado e combatido pelo brilhante confrade, que os homens, na sua maioria, são naturalmente máos. Será talvez difficil convencer-me do contrario.

Tenho para isso a prova da historia, que pode ser enganadora, e a prova da experiencia, que não vejo meios de destruir.

Thomaz Hobbes, o glorificador dos abjectos Stuarts e Tudors, sustentou a doutrina da maldade humana, nas sociedades primitivas, do *homo homini lupus*, e o estado permanente da guerra, *bellum omnium contra omnes*.

Será talvez a unica verdade do seu repulsivo systema.

Jean Jacques Rousseau, o generoso doutrinator da liberdade, que estabeleceu previamente o credo consolador, mas falso, da revolução franceza, sus-



MARQUES, Silva. Resposta ao Dr. José Oiticica. **Na Barricada**: jornal de combate e de crítica. (1915-1916). Ano I, n. 14. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1915. p. 1, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).



O Estado fará tantas leis quantos forem os interesses e como estes são inumeraveis a legislação deve funcionar sem tregua. As leis, os decretos, os editos, as ordenanças e os mandatos cairão como granizo sobre o pobre povo. Passadas algumas gerações o solo politico encontrar-se-á coberto duma tal camada de papel que os geologos terão que a registrar nas revoluções do globo sob a rubrica de formação papiracea. De que servem as leis para quem pensa por si mesmo e pelos seus proprios actos responde? De que servem as leis para quem quer ser livre e se sente com forças para o vir a ser? Leis — teias de aranha para os ricos e poderosos, cadeias de aço para os pobres e humildes, cordelinhos magicos nas mãos do governo. — PROUDHON.

SPÁRTACUS, (1919-1920). Ano I, n. 16. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1919. p. 2, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP).

Spártacus

Ano I — Numero 5

Endereço: Caixa postal 1936, Rio de Janeiro — Brazil

30 de Agosto de 1919

A essa bôa gente brasileira...

Diz a maioria da nossa gente brasileira, com especialidade a gente carioca, que a campanha libertaria no Brazil é feita somente por estrangeiros.

Protesto, porque eu sou brasileiro, genuinamente brasileiro, tão brasileiro quanto esses que procuram desvirtuar os principios da nossa doutrina, e, no entanto, sou um dos elementos — e com orgulho o digo — dessa campanha nobilitante em prol da Liberdade.

Diz ainda essa gente do Brazil, com especialidade essa gente *sebastianopolitana*, que o anarquismo no Brazil só é professado por estrangeiros. Protesto, porque eu sou brasileiro, e, no entanto, — sou anarquista.

Que os microcefalos não possam conceber essas idéas, nós outros não temos culpa disso.

Protesto, em nome dos brasileiros que, como eu, professam a doutrina santa de *Proudhon*, o pae da Anarquia, segundo a Historia, contra o que diz essa gente — que a campanha emancipadora do Brazil é sustentada por estrangeiros somente.

Dizer-se isto, — é duvidar da mentalidade anarquista do Brazil, tão dedicada, neste momento historico, ás grandes reivindicações humanas.

Quem é que diz isto?
São estrangeiros? Não. Então, vejamos.

São os brasileiros que têm ainda fóros de escravidão e de servilismo. São os brasileiros que se degradam e se estiolam nas lascas ou nos festins. São os brasileiros que, nos dias de Carnaval, vão para as praças publicas requebrar o *maxixe*, fazendo rir os burguezes reclinados nos automoveis de luxo.

São os brasileiros que se espartilham para tornar as fôrmas abdominaes mais elegantes e atrahentes.

São os brasileiros que se exibem com um anel monstruoso e até inestetico no dedo indicador, sem conhecerem ao menos elementos de aritmetica e de gramatica. São os brasileiros que fazem parte da *bohemia intelectual*, morfetica, sclerotica e alcoolatra, que força o cerebro para produzir bobagens...

São os brasileiros que, no mercado da Imprensa, comerciam a sua consciencia com os capitalistas e os governos. São os brasileiros que não podem pensar, vibrar e sentir porque o seu estado patologico — é incuravel!

São esses brasileiros que nos atacam e nos querem mal.

São esses que querem *discutir* as altas questões sociaes.

Eu mesmo, depois que me declarei anarquista, no dia 1.º de Maio, perante todo o mundo oficial, tenho sido atacado como — *desordeiro e doido*.

Sou *desordeiro e doido*, porque não assalario as minhas convicções ao Estado. Sou *desordeiro e doido*, porque não perco a forma de homem consciente para me transformar num homem desvirilizado e inconsciente. Sou *desordeiro e doido*, porque tenho a hombridade de atacar frente a frente os representantes do Estado — felizmente já falido.

Sou *desordeiro e doido*, porque sou — anarquista.

Sou *desordeiro e doido*, porque leio Kropotkine, inspiro-me nas paginas maravilhosas de Bakunine e de Carlos Marx e admiro a obra de Lênine na Russia.

Sou *desordeiro e doido*, porque não quero ser burro como eles.

Sou *desordeiro e doido*, porque sahi das trevas — e agora estou na luz.

São *desordeiros e doidos* os anarquistas, porque querem a revolução social para transformar esta sociedade em uma sociedade moderna, onde todos tenham o direito de viver tranquilamente.

Agora, não são *desordeiros e doidos* os que assassinam, roubam, prostituem a castidade, difamam e desmoronam os lares, pervertem as creanças e matam-nas a fome e a frio, e ainda tripudiam impunemente sobre todas essas misérias!

Eu não seria *desordeiro e doido* mais si continuasse a bater palmas aos donos da Republica, carunchosa e anacronica.

Não seria mais *doido* nem *desordeiro* si quebrasse a espinha dorsal e fosse beijar os pés de monsenhor Rangel — o pão de ló de toda a festa, segundo a frase humoristica de um camarada nosso.

Não seria mais *doido e desordeiro* si me submetesse ás paixões dos politicos, — esses demolidores dos santuarios onde se cultiva o pensamento livre.

Quero ser *doido e desordeiro*! Não importa! O que eu não quero é ser adulator dos governos.

O que eu não quero é servir de bôbo e de subserviente aos governos e capitalistas como essa boa gente brasileira que não é *doida e desordeira* como eu.

Antonio Geraes.

GERAES, Antonio. A essa boa gente brasileira. **Spártacus**, (1919-1920). Ano I, n. 5. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919. p. 4, coleção Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro do fundo Instituto Astrojildo Pereira, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CASMOB/IAP-CEDEM/UNESP)

RIO DE JANEIRO—ANO II.—187.

ABONAMENTOS

Por 1 ANNO	20000
Por 6 MESES	12000
Por 3 MESES	6000

Trocas de exemplares de pago afora. O pagamento deve ser feito em dinheiro ou em letras de cambio.

QUINTA-FEIRA 19 DE JUNHO DE 1870

O GLOBO

Órgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria

PROPRIEDADE DE GOMES DE OLIVEIRA & C.

COMPLETA NEUTRALIDADE NA LUTA DOS PARTIDOS POLITICOS

SECÇÃO BIBLIOGRAPHICA

A philosophia na educação

CURSO DE MORAL PARA USO DAS ESCOLAS SECULARES, PELA SRA. C. COIGNET

Entre a escola espiritualista, que considera a moral como necessariamente ligada a uma metaphysica religiosa, e a escola naturalista, que sustenta, pelo contrario, que ella deve ser deduzida sómente da experiencia e das leis geraes da biologia, collocou-se nestes ultimos tempos, a escola da moral independente. O seu nome é muito conhecido do publico. Não ouseo affirmar outro tanto da sua doutrina. Entretanto, foi exposta com talento, e, posto que pareça que não conte muitos adeptos, a vivacidade da polemica que suscitou demonstra' bem não deixou de exercer influencia no movimento das idéas philosophicas.

Em um opusculo publicado em 1862, com o titulo de *Moral independente*, na *Bibliotheca de philosophia contemporanea*, a Sra. Coignet deu dessa doutrina um resumo exacto e elegante. Inutil seria investigar aqui, como é costume, os antecedentes remotos dessa forma de moral. Podia-se remontar ao estoicismo e até mesmo ao budismo ou aos livros de Confucio, que ainda servem de código moral na China.

Sem insistirmos neste ponto, observamos que a moral independente prende-se a Kant. Como se sabe, este philosopho, partindo da idéa de dever, isto é, de uma concepção universal e obrigatoria, dahi deduz o bem, o mal, a responsabilidade, toda a moral em summa.

Meio seculo depois, Proudhon fez passar a moral de Kant por uma modificação importantissima para a doutrina de que tratamos. Kant partia de uma concepção metaphysica e procedia como os geometras; Proudhon quiz partir de um facto humano.

No primeiro volume de sua obra sobre a *Justiça na Revolução e na Igreja*, estabeleça como facto primordial, que deve servir de base á moral, o «princípio da dignidade», a que chama ás vezes, em termos mais claros, o «caracter.»

(4) Vide W. Draper *History of the intellectual development of Europe*; H. T. Buckle, *History of Civilization in England*; W. Bagehot, *Physics and Politics; or Thoughts on the application of the principles of natural selection and inheritance to political society*.

(5) Lenormant, *Premières Civilisations*, v. 1, pag. 79; Z. Moïadron *De l'Ancieneté de l'Homme*, 2me partie, pag. 90.

(6) Buckle, *History of Civilisation in England*, v. 1º pag. 90.

A justiça concebida como fim supremo dos actos do individuo ou da sociedade, não é para elle um ideal transcendente, sobrenatural é um certo estado que póde e deve ser realisado nas sociedades humanas, e que não é preciso ir procurar em região mais elevada que essa: a justiça é, como se exprime Proudhon, «immanente», isto é, existe sómente por nós e para nós.

A moral independente apresenta o mesmo carácter humano. Póde-se reduzir tudo quanto ella encerra de original a dous pontos: 1.º A moral deve constituir-se independentemente de toda e qualquer doutrina metaphysica ou religiosa. Toda e qualquer solução ácerca da origem ou do fim das cousas é tão estranha ao moralista como ao physico ou ao physiologista. 2.º A moral, como toda a sciencia, deve partir de um facto; e tal facto não é nem uma crença sobrenatural, nem uma these metaphysica; é, sim, um dado da consciencia: a liberdade.

A liberdade é uma causa; mas, ao passo que as causas naturaes, que são o objecto das sciencias physicas e biologicas, constituem uma concatenação ininterrompida de phenomenos, a liberdade moral é «um começo, não é um anel em uma cadeia». Por ella somos responsaveis, por ella praticamos o bem ou o mal.

A sua efficacia consiste em fazer-nos passar da vida instinctiva, que é propria dos seres inferiores, para a vida moral. Opera-se esta transformação quando a regra do bem, em vez de se nos apresentar como preceito da autoridade superior, apresenta-se-nos como preceito de nossa propria consciencia. » Assim «a ordem moral eleva-se ácima da ordem natural como nova esphera da existencia. »

Dahi deduz-se a theoria dos deveres e dos direitos, que é completada pela das sancções. A moral independente admite duas especies de sancção: uma interior, a da consciencia; outra exterior, que vem dos costumes e das leis.

Tal é o esboço da doutrina que a Sra. Coignet acaba de expôr, sob uma forma popular, no seu novo volume. Uma série de dialogos entre uma professora e as discipulas, que o leitor suppõe de idade de quatorze a dezeseite annos, apresenta-lhes as diversas questões da moral, tratadas singelamente, sem pendantismo, sem rasgos de eloquencia, com o auxilio dos factos mais vulgares ou de exemplos tirados da historia.

« Em moral, diz a autora no prefacio, o que nos divide é a theoria, é principalmente o dogmatismo. Estamos, pelo contrario, quasi sempre de accordo a respeito dos factos. O ensino deve, pois referir a moral a um grande facto de consciencia, apresental-a livremente, sem idéa preconcebida, sem prevenção, e libertando-a de todos os systemas metaphysicos ou reli-
giziosos.

Dir-nos-hão talvez que não ha moral sem metaphysica, subentendida pelo menos, e que partir da liberdade, como fazemos, é decidir *a priori* o que está em questão.

Será justa semelhante apreciação? Não se poderá considerar a liberdade em seu ponto de partida no homem, como um facto de consciencia intima, como verdade psychologica elementar, sem remontar ás fontes primarias, sem prendê-la ao problema de nossas origens ou de nossos destinos definitivos? Damos-lhes, é certo, lugar muito consideravel na vida moral; mas os deterministas mais convictos não são os primeiros a reconhecer a grande influencia que a idéa de liberdade, aliás illusoria a seu vêr, exerce sobre os nossos actos?

A Sra. Coignet toca aqui no ponto melindroso da moral independente. Sustenta-se sómente que se chega sempre, em summa, ao mesmo resultado, quer se admitta a liberdade, quer se considere isso como méra illusão. Na pratica, estou de accôrdo com ella, pois nesse ponto não vejo que divirjam muito as escolas. Em theoria, porém, quando se trata de constituir a moral como sciencia, importa saber si o facto da liberdade, que lhe serve de base, pôde ser excluido da série das causas e effeitos naturaes.

Admittamos por um momento, como simples hypothese, que isso é impossivel, que a nossa volição, como qualquer outro facto, tem causas antecedentes que a explicam perfeitamente: então acha-se assim a liberdade collocada na concatenação indissolúvel da causalidade, e com ella a moral; achamo-nos assim diante de outra doutrina que procede por diverso methodo. Reconheço de boa mente que em uma exposição popular, devia ser posto de parte esse tão debatido problema da liberdade; mas não seria para desejar que a moral independente tomasse para ponto de partida uma posição mais solida?

Tem-se repetido á saciedade que semelhante systema de moral seria inefficaz; que separar a moral de todo o dogma religioso ou metaphysico, é enervá-la; que julgando subtrahil-a ás discussões theoricas, apenas se consegue deixal-a sem autoridade na pratica.

Só os factos, isto é, os resultados de uma educação moldada por esses principios, poderiam dar resposta decisiva. Parece que, no entretanto, a moral independente tem boas razões com que responder aos seus adversarios, e poderá encontrar bons argumentos a seu favor em uma obra recente, os *Ensaio sobre a religião* de Stuart Mill, aliás escriptos com ponto de vista mui diverso.

É incontestável que as crenças religiosas têm grande influencia sobre as acções humanas; mas pôde-se inquerir si a autoridade de uma religião não dependerá muito mais de sua moral que de seus dogmas.

« Costuma-se, diz Stewart Mill, attribuir á religião, emquanto religião, toda a virtude que possuem os systemas de moral que a educação inculca no espirito e que a opinião impõe. »

Não se calcula bem que immensa autoridade teria uma doutrina que fosse transmittida pela educação, que gozas-se do privilegio, actualmente exclusivo da religião, de ser imposta desde a infancia e repetida a todos os momentos e em todas as circumstancias da vida. Novalis disse: « Minha crença ganhou infinito valor para mim desde que vi que outro começava a compartilhá-la. » Quão poderosa seria essa crença, si dirigisse, não alguns grupos isolados, mas a communiidade inteira!

O philosopho inglez allega em apoio de sua these—que neste ponto se confunde com a da moral independente—o exemplo dos antigos spartanos, em que foi soberana a influencia da educação. « Não era a religião que constituia a força das instituições de Sparta: a rocha sobre que ellas se fundavam, era o devotamento á idéa da patria, ao Estado. Transformai esse ideal em um ideal de devotamento a uma nação maior, á humanidade.....

TH. RIBOT

RIBOT, Th. A Filosofia na educação: Curso de Moral para uso das escolas seculares, pela Sra; C. Coignet. Secção Bibliographica. **O Globo:** Órgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria. (1874 a 1883) (completa neutralidade na luta dos partidos políticos). Ano 2, n. 157. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1875. p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/o-globo-orgaos-dos-interesses-do-commercio-da-lavoura-e-da-industria/369381>. Acesso em: 15 jan. 2013.